



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA

JOHN WEYNE MAIA VASCONCELOS

**ESCOLA DA ESCOLHA OU CRISE DA ESCOLA? MERCANTILIZAÇÃO DA
EDUCAÇÃO PÚBLICA ATRAVÉS DA PRÁXIS DOS APARELHOS PRIVADOS DE
HEGEMONIA BURGUESA.**

FORTALEZA

2023

JOHN WEYNE MAIA VASCONCELOS

**ESCOLA DA ESCOLHA OU CRISE DA ESCOLA? MERCANTILIZAÇÃO DA
EDUCAÇÃO PÚBLICA ATRAVÉS DA PRÁXIS DOS APARELHOS PRIVADOS DE
HEGEMONIA BURGUESA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação. Área de concentração: Educação Brasileira

Orientador: Prof. Dr. Justino de Sousa.

FORTALEZA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M186e Maia Vasconcelos, John Weyne.

Escola da escolha ou crise da escola ? Mercantilização da educação pública através da práxis dos aparelhos privados de hegemonia burguesa. / John Weyne Maia Vasconcelos. – 2023.
188 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós- Graduação em Educação, Fortaleza, 2023.

Orientação: Prof. Dr. Justino de Sousa.

1. Crise da escola. 2. Mercantilização. 3. Aparelhos Privados de Hegemonia. 4. Lei da tendência da queda da taxa de lucro. I. Título.

CDD 370

JOHN WEYNE MAIA VASCONCELOS

**ESCOLA DA ESCOLHA OU CRISE DA ESCOLA? MERCANTILIZAÇÃO DA
EDUCAÇÃO PÚBLICA ATRAVÉS DA PRÁXIS DOS APARELHOS PRIVADOS DE
HEGEMONIA BURGUESA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.
Área de concentração: Educação Brasileira

Aprovada em: 20/11/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Justino de Sousa Junior (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dra. Lúcia Helena de Brito
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof. Dra. Clarice Zientarski
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Ao meu falecido avô (In memoriam) fonte de sabedoria e grande inspiração por valores verdadeiramente humanos.

À minha mãe, pela luta árdua de mulher característica da mulher nordestina periférica.

À minha companheira, pela crença, pelo amor, pela caminhada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, a famosa “dona” Glória, por ter sempre insistido nos estudos como forma de, se não vencer, pelo menos amenizar a pobreza a que desde a infância fui submetido, através da firmeza e na esperança de dias melhores.

À minha tia Odete que, mesmo com um orçamento limitado, custeou meus estudos, dentro das suas possibilidades e com isso me possibilitou chegar em uma universidade pública, lugar este que tenho desde 2008 como local de acolhida.

À minha segunda mãe, minha madrinha Maria de Lourdes, apelidada carinhosamente de “Avú”, analfabeta, mulher forte do interior, retirante da seca que veio para a cidade ainda criança para desempenhar o trabalho mais invisibilizado da reprodução capitalista, o doméstico, e que em seu último dia de vida, me apoiou para a escolha da minha profissão atual.

À minha esposa tanara. Enquanto desenvolvia esta pesquisa de mestrado, tive o presente de me casar com uma mulher excepcional e que foi meu solo, meu porto e meu principal motor de incentivo para a continuidade dos meus estudos, em que pude perceber que a frase da revolucionária russa Nadejda Krupskaja permanece viva: *“O amor e a revolução são a mesma face da emancipação humana.”*

Ao meu amigo, recentemente falecido, Cauby Amorim, uma das mentes mais brilhantes que tive a oportunidade de conhecer e que sempre incentivou para os estudos; parte dessa minha realização pessoal teve a sua participação.

Ao meu padrasto, Luiz Damasceno, que sempre me orientou para os estudos e que foi através dele e de sua modesta, mas preciosa biblioteca que me fizeram ter como paixão a leitura. Ao meu pai, pela calma e serenidade dos breves, mas precisos conselhos. Por último. ao meu avô, homem retirante da seca, analfabeto, mas de uma sabedoria rara em que me inspiro todos os dias como um homem.

Por último, ao grande teórico, pelo qual tive a oportunidade de ser orientado, o camarada Justino de Sousa Júnior, uma figura que reúne em uma só pessoa o rigor teórico e a enorme humanidade, demonstrado que ser comunista é levar o humanismo a radicalidade.

Aos trabalhadores do mundo inteiro que sabem que sua emancipação será obra das próprias mãos!

Somente os militantes da luta de classe proletária extraíram as conclusões d'O capital: reconhecendo nele os mecanismos da exploração capitalista e unindo-se em organizações de luta econômica (os sindicatos) e política (os partidos socialistas e, depois, comunistas) que aplicam uma “linha” de massas na luta pela tomada do poder de Estado, uma “linha” fundada na “análise concreta da situação concreta” (Lenin) em que devem combater (“análise” esta efetuada por uma aplicação justa dos conceitos científicos de Marx à “situação concreta”).

(Louis Althusser, 2011, p. 94)

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo principal investigar o processo de mercantilização da educação pública a partir da interferência dos institutos empresariais do terceiro setor, nomeadamente o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE), que atua nas escolas integrais da rede pública municipal de Fortaleza. Busca-se entender sua práxis, o que pretendem e o papel que desempenham estes aparelhos privados de hegemonia (APH) no cenário público educacional enquanto representação dos interesses da classe dominante. Analisa-se a hipótese de que esse fenômeno se dá num contexto histórico de crise regressiva e destrutiva do capital. Nestes meandros, acreditamos que a exacerbação dos processos de mercantilização e privatização do ensino representam o que chamamos de crise da escola. Assim como István Mészáros entendeu que “os limites absolutos” do capital foram alcançados, fato que se revela pela “lei mais importante da economia burguesa” - a lei da tendência para a queda da taxa de lucro - prescramos o pressuposto de que a dinâmica deste processo do capitalismo, que, em poucas palavras, consiste no crescimento de capital constante em proporção inversa ao capital variável, resulta na dispensa de parcelas crescentes do trabalho vivo, o que por sua vez faz crescer uma “população supérflua” e esse fenômeno regressivo-destrutivo atinge em cheio as possibilidades democráticas da educação pública. A metodologia de pesquisa orientou-se pelas contribuições do materialismo dialético através da análise bibliográfico-documental destes aparelhos privados. Foram utilizados relatórios, pois como foi observado, estes institutos empresariais muitas vezes realizam pesquisas, coletam dados e publicam relatórios sobre suas áreas de atuação e resultados obtidos. Esses relatórios possuíam informações valiosas que foram empregadas como fontes primárias para a análise do fenômeno estudado. Percebeu-se durante a investigação que há uma forte presença do Banco Mundial no incentivo e na promoção deste tipo de práxis mercantilista. Parte desta afirmação consistiu na leitura dos materiais coletados que trataram sobre o “vanguardismo” do Ceará através da parceria com o Banco Mundial por meio de empréstimos financeiros.

Palavras-chave: crise da escola; mercantilização; aparelhos privados de hegemonia, lei da queda da taxa de lucro.

RESUMEN

El objetivo principal de esta investigación es investigar el proceso de mercantilización de la educación pública a partir de la interferencia de institutos empresariales del tercer sector, concretamente el Instituto de Corresponsabilidad Educativa (ICE), que actúa en escuelas de enseñanza general de la red pública municipal de Fortaleza. El objetivo es comprender su praxis, lo que pretenden y el papel que desempeñan estos aparatos privados de hegemonía (APH) en el escenario de la educación pública como representación de los intereses de la clase dominante. La hipótesis es que este fenómeno ocurre en un contexto histórico de crisis regresiva y destructiva del capital. En este contexto, creemos que la exacerbación de los procesos de mercantilización y privatización de la educación representan lo que llamamos la crisis de la escuela. Así como István Mészáros entendía que se han alcanzado "los límites absolutos" del capital, hecho que se revela por la "ley más importante de la economía burguesa", la ley de la tendencia a la caída de la tasa de ganancia, nosotros prescribimos la hipótesis de que la dinámica de este proceso del capitalismo, que en pocas palabras consiste en el crecimiento del capital constante en proporción inversa al capital variable, provoca el despido de porciones crecientes de mano de obra viva, lo que a su vez hace crecer una "población superflua", y este fenómeno regresivo-destructivo golpea duramente las posibilidades democráticas de la educación pública. La metodología de la investigación se orientó por los aportes del materialismo dialéctico a través de un análisis bibliográfico-documental de estos aparatos privados. Como se ha observado, estos institutos empresariales suelen realizar investigaciones, recopilar datos y publicar informes sobre sus áreas de actividad y los resultados obtenidos. Estos informes contenían información valiosa que se utilizó como fuente primaria para analizar el fenómeno objeto de estudio. Durante la investigación, se constató la fuerte presencia del Banco Mundial en el fomento y promoción de este tipo de prácticas mercantilistas. Parte de esta afirmación consistió en la lectura de los materiales recogidos que trataban del "vanguardismo" de Ceará a través de su asociación con el Banco Mundial por medio de préstamos financieros.

Palabras clave: crisis de la escuela; mercantilización; aparatos privados de hegemonía; ley de la tasa decreciente de ganancia.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANAMT	Associação Nacional de Medicina do Trabalho
AMBEV	Anheuser-Busch America Inbev,
APH	Aparelho Privado de Hegemonia
BM	Banco Mundial
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
COGERH	Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos
CDI	Comitê de Desenvolvimento para Informática
CLT	Consolidação das leis trabalhistas
CNE	Conselho Nacional de Educação
EUA	Estados Unidos da América
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FHC	Fernando Henrique Cardoso
ICE	Instituto de Corresponsabilidade pela Educação
ISG	Instituto Sonho Grande
IN	Instituto Natura
IPECE	Instituto de Pesquisa em Economia do Ceará
IPRANFOR	O Instituto de Planejamento de Fortaleza
EEEP	Escola Estadual de Educação Integral
ETI	Escola de Tempo Integral
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LMS	Learning Management Systems
MOOC	Robótica Educacional Inteligente e os Massive Open Online Course
MP	Medida Provisória
MTE	Movimento Todos Pela Educação
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização não governamental
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OS	Organização Social

UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
PERH	Plano Estadual de Recursos Hídricos
PNAE	Plano Nacional de Educação
PNLD	Plano Nacional de Livro Didático
PROUNI	Programa Universidade para todos
PPP	Parcerias Público Privadas
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SEDUC	Secretaria de Educação
SME	Secretaria Municipal de Educação
SWAP	Sector Wide Approach
STI	Sistemas Tutores Inteligentes Afetivos
TCH	Teoria do Capital Humano
TESE	Teoria empresarial socioeducacional
TGE	Teoria de Gestão Educacional
trad.	Tradutor
PAC	Programa de aceleração do Crescimento
PDRAE	Programa Diretor de Reforma Administrativa do Estado
PDV	Plano de Demissão Voluntária
PENSSAM	Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSDB	Partido Social Democrático Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio
SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SEST	Serviço Social de Transporte
SE	SOMOS EDUCAÇÃO Ltda
SPAECE	Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica

URSS

Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará
União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
2. TENDÊNCIA DE QUEDA NO LUCRO E AS CRISES REGRESSIVAS DO CAPITAL.	27
2.1 O funesto “gene” das crises do Capital: Um caminhar para a barbárie?.....	30
2.2. Questões de primeira ordem sobre o volume III de <i>O capital</i> e a lei da tendência da queda da taxa de lucro: Uma polêmica.	32
2.2.1 O caráter dialético da crise nas obras de juventude de Marx e Engels.....	41
2.3 O pecado original: A contradição entre a produção do valor e o trabalho.....	44
2.4 A unidade de troca como o dinheiro e o seu fetiche: Um breve estudo sobre a financeirização da economia em Marx.	48
2.5. Diferenciação entre a mais-valia absoluta e a mais valia relativa: As formas de exploração do capital.	52
2.6. Uso aplicado das ciências e das tecnologias na práxis produtiva do Capital e os impactos para a educação pública.	55
2.7 A tendência da queda do lucro na ordem sociometabólica do capital	63
2.8 Lei da centralização e concentração do capital: A desigualdade como característica da própria ordem do capital.....	67
2.9 As contratendência para a queda da taxa do lucro: A loucura da razão econômica.	69
3. CRISE DO CAPITAL E O PROCESSO REGRESSIVO-DESTRUTIVO DA ESCOLA PÚBLICA.	83
3.1 Crise estrutural do capital e a ativação dos limites absolutos da ordem burguesa.	83
3.2 Os impactos da crise destrutiva do capital para a educação de massas.	91
3.2.1 Crise da escola e o fim das promessas liberais-burguesas: Metamorfose da educação pública.	93
3.3 A contraofensiva da ortodoxia conservadora burguesa: Surgimento do neoliberalismo escolar.....	95
3.4 Formulações das perspectivas de privatizações da educação pública: Movimento Todos pela educação.....	102
3.4.1. Conjuntura do golpe de 2016: aceleração da contraofensiva empresarial no Brasil. ...	105
3.5 Neoliberalismo escolar: Mercantilização da educação pública a partir das parcerias público-privadas.	109
3.5.1 Mercantilização no Brasil: Atuação dos Aparelhos Privados Empresariais na Educação Pública.	113
3.6 Atuação dos organismos multilaterais na educação da América Latina.	118
3.7 O “ministério internacional da educação”: Atuação do Banco Mundial nas políticas públicas da América Latina.	123
3.8 Crítica ao “ajuste justo” do Banco Mundial: A política de austeridade aplicada no Brasil	

posteriormente ao golpe de 2016.....	128
4. CONTEXTO DA EDUCAÇÃO NO CEARÁ ENTRE 2016 E 2020: UMA ANÁLISE SOBRE OS APARELHOS PRIVADOS EMPRESARIAIS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESTADO.....	134
4.1 Contribuição de Gramsci para o entendimento da função dos Aparelhos Privados de Hegemonia no contexto de crise regressiva da escola.....	134
4.2 Atuação dos organismos empresariais no Ceará: Uma análise sobre a gestão por resultados.....	140
4.3 Escola da escolha e escolha da escola: O “comitê” do terceiro setor e a tomada da educação pública.	147
4.4 A replicabilidade das escolas integrais por outros institutos privados: O vanguardismo de Pernambuco e Ceará nas reformas empresariais.	163
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	171
REFERÊNCIAS	174

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa desenvolveu-se na Universidade Federal do Ceará, no Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, no eixo de Trabalho e Educação. A mercantilização da educação pública engloba uma série de processos que buscam aplicar lógicas de mercado no setor educacional, influenciando desde a forma como as instituições de ensino são geridas até a maneira como os alunos são tratados como consumidores-clientes do “serviço” educacional. Esse fenômeno tem se manifestado de diversas maneiras, incluindo o crescimento de relações privadas, a valorização excessiva de resultados como *commodities* de mercado através estimativas. Para Laval (2017), a mercantilização da educação é um fenômeno que corrói as estruturas públicas de instruções das massas através da interferência da classe dominante na educação pública estatal.

O debate sobre a mercantilização da educação é complexo e controverso. Economistas como Milton Friedmann defendem que a aplicação de princípios de mercado pode levar a uma maior eficiência e inovação no sistema educacional, melhorando assim a qualidade do ensino por meio de um oferecimento de opções variadas conforme o gosto dos “consumidores” - os pais dos alunos. No entanto, outros autores apontam para os riscos negativos desse processo, destacando como a lógica mercadológica pode agravar desigualdades sociais e causar uma crise na educação pública em prol do lucro.

Esta pesquisa se propõe a analisar a mercantilização da educação através de análise concreta de institutos privados que atuam na educação pública através de parcerias público-privadas. Busca-se nesta dissertação explorar as principais tendências destes agentes privados na educação pública brasileira nos últimos anos. Partimos de um pressuposto de que atualmente, aparelhos privados de hegemonia burguesa, orientados e fortemente financiados por organismos multilaterais, operam um processo de mercantilização da educação pública por meio de institutos privados do terceiro setor.

Grande parte do interesse por tal estudo se deu por vias práticas do próprio pesquisador, no sentido de que em quase toda a sua vida como profissional do magistério se deu em escolas que tinham algum tipo de parceria público-privada com institutos empresariais em escolas do Ceará. Por conta da militância pessoal, resolvi criticar essa realidade por meio da luta organizada sindical, em que recebi o convite de fazer parte da direção de um sindicato dos trabalhadores da educação em Fortaleza. Neste ponto, acredito que a categoria da práxis foi essencial para os meus estudos pessoais e para a luta sindical. Como nos deixa de legado o

revolucionário Vladimir Lênin em 1908, “*Sem teoria revolucionária, não pode haver movimento revolucionário.*” (2020, p. 41).

Lenin enfatizou a importância da teoria como guia para a ação prática na realidade. Ele reconhece que a mera atividade prática, desprovida de fundamentação teórica sólida, pode ser desorientada e ineficaz. Portanto, a práxis não se trata apenas de agir, mas de agir de acordo com uma compreensão da realidade social e das leis objetivas que regem o desenvolvimento histórico. Para Frigotto (2010), o investigador é um agente ativo na condução de qualquer investigação. O investigador é responsável por delinear os objetivos, formular as questões de pesquisa, definir os métodos, examinar e analisar os dados. O investimento intelectual do investigador permeia todo o processo de influência e diretamente na qualidade e profundidade dos resultados obtidos.

Ao se confrontar com fatos e documentos, o investigador não é passivo, mas sim ativo, ao aplicar sua compreensão teórica para interpretá-los. Isso significa que ele possui uma perspectiva prévia, fundada em teorias e conhecimentos existentes, que o guia ao longo do processo. É crucial destacar que a postura teórica do investigador é estabelecida desde o início do estudo. Suas crenças, preconceitos e valores podem influenciar a formulação das perguntas, a seleção dos métodos e a análise dos resultados. Isso pode levar a visões conscientes ou inconscientes, que devem ser reconhecidas e tratadas de forma transparente. (Frigotto, 2010).

Como metodologia, buscaram-se as contribuições do materialismo-dialético para a condução da pesquisa, pois consideramos o sentido da práxis na escolha e na determinação de um objeto de estudo. José Paulo Netto (2011) destaca o papel que o pesquisador marxista realiza na determinação de um estudo pois,

Para Marx, ao contrário, o papel do sujeito é essencialmente ativo: precisamente para apreender não a aparência ou a forma dada ao objeto, mas sua essência, a sua estrutura e a sua dinâmica (mas exatamente: para apreendê-lo como um processo), o sujeito deve ser capaz de mobilizar um máximo de conhecimentos, e deve ser dotado de criatividade e imaginação. O papel do sujeito é fundamental no processo de pesquisa.

Para Netto (2011), Marx enfatiza que o sujeito precisa mobilizar um amplo conjunto de conhecimentos para compreender a realidade em sua totalidade. Isso implica buscar uma análise que vai além das aparências evolutivas e de pseudoconcretidades, buscando entender as relações sociais, econômicas e históricas subjacentes ao objeto de estudo. Portanto, na pesquisa marxista, o papel do sujeito é considerado fundamental para o processo de investigação, pois é ele quem, através de uma abordagem ativa e crítica, busca compreender as dinâmicas sociais e subjacentes aos fenômenos influenciados, a fim de revelar as contradições presentes na sociedade, bem como de transformá-la.

Para a crítica documental desta pesquisa procurou realizar o que Walter Benjamin (1996) chamou de “leitura a *contrapelo*”. A leitura a contrapelo de Benjamin é uma forma de resistência intelectual, uma tentativa de romper com as estruturas protegidas de interpretação e de olhar além do óbvio. Ele sugere que, ao ler a “contrapelo”, podemos revelar aspectos subversivos, contestadores ou marginalizados que permanecem ocultos em uma leitura convencional. Essa abordagem tem como noção a dialética do pensamento, defendida por Benjamin (1996), que consiste em romper com a linearidade do pensamento tradicional e adotar uma postura crítica do material intelectual da classe dominante.

Em suma, a pesquisa debruçou-se sobre os acervos documentais de vários institutos empresariais (APH), concentrando-se mais particularmente no instituto que observo há mais tempo, o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação – ICE. Resolvemos nos concentrar mais detidamente nesse Instituto porque se verificou o seu “vanguardismo” em relação ao fenômeno da mercantilização e privatização da educação. Sendo o ICE utilizado por outros aparelhos privados, como o Instituto Natura como “um case de sucesso de implementação de um modelo exitoso” (Instituto Natura, 2017, p. 5).

No total, até a presente data desta pesquisa, a rede pública municipal de Fortaleza já possui 29 escolas de tempo integral. (SME, 2023). Quando um pesquisador se propõe a analisar esta quantidade de escolas, isso pode parecer pretensioso para uma dissertação de mestrado. Grande parte desta proposição da pesquisa consistiu no fato de que, especificamente este instituto acima, trabalha com o que eles denominam de “*modelo de replicabilidades das escolas*”.

O que o ICE chama de “modelo de replicabilidade” consiste que qualquer experimento ou intervenção deve estar de acordo com os princípios pedagógicos e metodológicos deste aparelho privado. Dessa forma fica necessário que as iniciativas propostas tenham como foco em metodologias ativas que foquem nos resultados de aprendizagem. Com isso, caso tenha resultados positivos, estas práticas são “replicadas” para outras escolas públicas parceiras.

Sendo assim, a legislação educacional que tem como princípio a democracia, como é estabelecido na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 206, estabelecendo os princípios que norteiam a educação no país, incluindo a “gestão democrática do ensino público”, que visa garantir a participação de toda a comunidade escolar na gestão e nas decisões do ambiente educacional, não é respeitada nestas “escolas da escolha” de tempo integral.

O que se percebeu nas leituras da replicabilidade do ICE é que neste tipo de modelo,

transfere-se tecnologias de gerenciamento empresariais para o serviço público. Dentre elas, os alunos se tornam por estas escolas “clientes” e a escola tem metas para serem alcançadas. Em resumo, estas práticas de gerencialismo devem ser importadas ou exportadas para outras unidades nacionais como uma rede de filiais, aproveitando-se das experiências exitosas e eliminando as que não tiveram bons resultados. Esse processo corrobora a tese de privatização da educação pública como destacada por Luiz Carlos de Freitas (2018).

Outro aspecto que demonstra a composição orgânica da burguesia nestes institutos, consiste nos fundadores do ICE. Falaremos com mais fôlego no último capítulo, mas como demonstra em um texto do ICE (2004), os “grandes realizadores” do instituto deram-se nas figuras de Marcos Antônio Magalhães, diretor da Philips e da Somos Educação S.A, Noberto Odebrecht, patriarca e criador da empresa de construção civil que recebe o mesmo nome e Antônio Carlos Gomes da Costas membro-conselheiro dos institutos Ayrton Senna, Telefônica.

Entendeu-se que este “interesse” no mínimo participativo da grande burguesia se insere em um movimento histórico. Assim como Marcos Magalhães e Noberto Odebrecht no começo dos anos 90, a presença da burguesia nas decisões sobre a escola pública é repetida pelo bilionário Jorge Lehmann. Não é objeto desta pesquisa tratar propriamente da Fundação Lehman, instituto este que em hipótese protagoniza as parcerias público-privadas depois do golpe de 2016, mas Jorge Lehman, além de estar envolvido em uma fraude bilionária de mais de 20 bilhões de reais em empréstimos descoberto em 2023, é um dos principais articuladores da atual mercantilização da educação pública no Brasil.

Os fundadores do ICE eram os mesmos integrantes do **Todos pela Educação**, movimento empresarial que se inicia na década de 90, mas se consolida oficialmente em 2006 como **Movimento Todos Pela Educação** (MTE). Este movimento é ainda na história do tempo presente como um dos principais movimento de “reforma empresarial” na educação pública.

Fizeram parte do acervo pesquisado as obras produzidas por Marcos Magalhães (2012), Norberto Odebrecht (1986; 1991) e Antônio Carlos Gomes (2000), todas organizadas pela Fundação Odebrecht. Trataremos de um capítulo específico sobre estes “atores sociais”, mas por agora basta dizer que, que ambos são grandes representantes da burguesia, pois ambos construíram suas carreiras bem distante da educação pública.

Segundo o Instituto de Pesquisas Econômicas do Ceará (IPECE), entre 2009 e 2011, realizou-se um estudo sobre a chamada “gestão por resultados” implementada nos estados de Pernambuco, em 2002, e do Ceará, em 2009. Na leitura documental do IPECE, verificou-se que grande parte da participação destes institutos privados na educação pública se deu por um forte

incentivo do Banco Mundial, através de empréstimos financeiros denominados de projetos *Swaps II*.

Como salienta Leher (2015), o Banco Mundial se tornou, ao longo destes últimos anos, o “ministério internacional da educação”. Sendo assim não é uma grande surpresa a participação deste banco na imposição de seu ideário para políticas públicas, nomeadamente para política educacional. Por conta da importância desta participação entre estes institutos privados e o banco, esta pesquisa debruçou-se sobre documentos do BM, que revelam suas concepções, definições e orientações concernentes à participação do setor empresarial na educação pública.

Se consideramos a mercantilização e por conseguinte a privatização de outras áreas que incluem a educação pública como um fenômeno oriundo de um processo histórico de um sistema sociometabólico em crise, temos a prognose de que atualmente as “irmãs gêmeas”¹ de Breton Woods, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), são sua vanguarda dos processos de privatização da educação.

Esta prognose, desenvolvida ao longo da pesquisa, foi investigada por outros autores na academia. Nesse sentido, destacam-se os estudos de José Mendes Pereira (2010), Virginia Fontes (2010) e Marcela Pronko (2014), que estudam a relação entre o Banco Mundial e a periferia do sistema capitalista.

Para Pronko (2010), os institutos empresariais ligados principalmente ao terceiro setor são agentes de inserção de intelectuais orgânicos da classe dominante no âmbito do Estado, para, com isso, imporem de dentro para fora o ideário neoliberal destes organismos multilaterais. Para a autora, se compararmos as perspectivas de educação do Banco Mundial com estes institutos percebe-se quase que uma “caixa de ressonância”.

No Ceará, as parcerias entre as secretarias de educação e o ICE são realizadas desde 2009. Ele é identificado na revista *Intercept* Brasil pela jornalista Helena Borges (2018) como o instituto que influenciou diretamente a aprovação do Ensino Médio, posteriormente ao golpe de 2016. Nesta reportagem, a jornalista destaca a presença do presidente Marcos Magalhães e o então ministro da educação José Mendonça para a construção e aprovação da medida provisória que iria receber o nome de “Reforma do Ensino Médio”, mostrando o poder que estes aparelhos privados têm no poder público.

Do ponto de vista histórico, entendemos que os processos de mercantilização da

¹ O termo “irmãs gêmeas” de Bretton Woods aparece na obra *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)*, do historiador José Márcio Pereira (2010). Como salienta na sua obra, tanto o Banco Mundial como o FMI nasceram com o propósito de reconstrução dos países europeus e asiáticos para evitar que fossem ambientes favoráveis ao crescimento da influência das ideias socialistas projetadas pela vitória da União Soviética sobre o nazismo na Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945).

educação é um sintoma da crise regressiva-destrutiva do capital, em que, como nos lembra István Mészáros (2020), “*os limites absolutos*” da ordem do capital foram atingidos em seu máximo. Para Mészáros, o que se convencionou como “neoliberalismo” consistiu em medidas de contratendência para a queda da taxa de lucro a partir da crise econômica da década de 1970.

Ancorado na leitura de Marx e Engels, Mészáros sustenta que as crises no capitalismo possuem uma natureza estrutural e são inerentes ao próprio modo de funcionamento desse sistema econômico. Para Mészáros (2020), as crises não representam meramente momentos de ajuste e reequilíbrio do mercado, mas sim reflexos das contradições fundamentais presentes nas relações de produção capitalista.

A crise regressiva-destrutiva do capital, conforme conceituada pelo filósofo húngaro, denota um processo em que as soluções encontradas para lidar com estas crises acabam por agravar ainda mais as contradições e desigualdades do sistema. A destruição do que se convencionou chamar de Estado de bem-estar social ou keynesianismo e a implementação de uma agenda de ortodoxia liberal, inicialmente nos primeiros “laboratórios” como o Chile, e posteriormente para toda a periferia do sistema, foram o “chão histórico” para entender o processo de degradação dos sistemas de educação pública nacionais.

Sobre esta perspectiva, autores como Justino de Sousa (2010; 2014) entendem que os cortes de investimentos, a precarização das condições de trabalho da educação, as privatizações e a perda da autonomia pedagógica são consequências direta desta crise regressiva-destrutiva que atingem em cheio a educação pública das massas.

Assim como o autor, entendemos que a educação das massas, que fora concebida no contexto das revoluções burguesas como maneira de formação de um trabalhador mais adaptado ao mundo do trabalho na consolidação da ordem capitalista, passa por uma crise regressiva de seus próprios princípios norteadores. A escola que teve o seu apogeu na chamada “era de ouro” do capitalismo, caracterizada pela expansão, com princípios até certo ponto civilizatórios como a laicidade, gratuidade e universalidade passa por uma crise regressiva-destrutiva. Se não estão em dúvida as bases de sustentação da escola liberal-burguesa, pelo menos busca-se sua metamorfose para atender a outros interesses.

Mészáros (2002) argumentava que a emergência do crescimento da população supérflua é um sintoma das contradições insuperáveis do capitalismo. Pensa-se a acumulação capitalista na sua forma espiral. No centro dessa espiral estão as principais mercadorias, as principais empresas, os principais processos produtivos, os principais serviços, as principais relações econômicas e políticas sociais que giram na órbita desse centro do sistema que é a

produção, todavia este sistema espiral vai se abrindo e tudo isso torna-se parte da acumulação capitalista. Só que há uma população em crescimento. Uma massa crescente que está às margens de tudo isso, um “exército de Lázarus” nas palavras de Justino de Sousa (2014).

Na realidade do sistema capitalista presente, este é o fenômeno que revela justamente o alto índice da crise regressiva-destrutiva. Este é o dado ontológico que sustenta a tese da crise da escola em que buscamos desenvolver. Historicamente, no capitalismo em ascensão, surge e se desenvolve a escola pública. A partir do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho livre assalariado, do crescimento de uma massa trabalhadora que alimentava a acumulação capitalista e na sua forma clássica, o sistema incorporava o trabalho vivo em uma enorme quantidade, ao mesmo tempo em que entregava elementos de civilidade, como a educação das massas. (Sousa Jr, 2014).

Isto gerava um metabolismo social que demandava a presença forte da escola pública. Por sua vez, essa classe trabalhadora, cada vez mais organizada politicamente, exigia mais escolas e com condições melhores. Foi assim que a escola pública cresceu e se desenvolveu no capitalismo, pela necessidade de formação da classe trabalhadora instruída, mas também pela luta de classes. Porém neste momento regressivo e destrutivo, uma massa de trabalhadores vai tornando-se um “peso morto”, tanto para a produção, que não precisa mais de uma massa de trabalhadores para a produção de mercadorias (ao não ser para a diminuição do salário médio da força de trabalho), como para o próprio consumo, que se tornou restrito a cada vez mais para uma pequena parcela da população.

O sistema neste sentido, caminha para duas direções. A primeira para a inclusão-excludente de incorporar esta massa de pessoas para uma escola que custe cada vez menos e atenda aos interesses de disciplinamento, com um currículo cada vez menos de base científica e com forte influências de disciplinas psicossociais, a Reforma do Ensino Médio sintetiza a primeira direção.

E uma segunda, que busca, já no orçamento limitado da escola pública um novo local de acumulação. Nesta pesquisa, percebe-se a mercantilização da educação como um sintoma da crise da escola em seu sentido de tornar um ambiente de “eficiência” da empresa privada para a escola pública, mas como também de uma perspectiva mercadológica deste espaço público.

Para Antoni Negri (2016), a dinâmica do capitalismo atual se dá através da relação econômica da ordem burguesa estudada por Marx, no livro 3 de *O Capital*, denominada como a lei da tendência da queda da taxa de lucro. Assim, como Mészáros (2002) que pensava o

capitalismo como um sistema que já tinha esgotado todos os seus limites, Negri (2016) argumenta que as relações de produção e reprodução do capital estão regidas pela “presença nefasta da crise” em todo o seu processo.

No terceiro volume d’O Capital, Marx percebe que a queda da taxa de lucro representa um estágio no desenvolvimento das contradições inerentes ao sistema capitalista, no qual ainda se obtém, sob as condições normais, uma quantidade crescente de valor total. Segundo Marx, à medida que o capital cresce em valor, impulsionado por uma produtividade maior, ocorre um aumento na composição orgânica do capital. (Rosodosky, 2001).

Esse fenômeno, por sua vez, resulta em uma tendência de redução na taxa de lucro. Ao abordar a lei tendencial da queda da taxa de lucro com a atenção devida, Marx demonstrou que a diminuição da taxa é contraposta por um aumento na quantidade total de mais-valor e lucro que resulta, dentre outros fenômenos, na concentração e na centralização do capital, no surgimento de uma população relativa e no esgotamento dos recursos necessários para reprodução (ibidem).

A chave de leitura sobre as crises do sistema capitalista foram fundamentais para entender a crise da escola atual. Nessa direção, foram separadas algumas páginas para o estudo sobre a teoria do valor em Marx. Entendemos durante o processo de escrita que, se estamos dispostos a realizar uma crítica concreta da transformação da educação em uma mercadoria, precisamos entender o que significa a forma histórica da mercadoria para Marx. Como dito, considerou-se a práxis do empresariado na educação pública como sendo um reflexo de medidas de contratendência para queda da taxa de lucro.

Por tratarmos o processo de mercantilização como sendo um fenômeno e a sua raiz pela tendência da queda da taxa de lucro, o primeiro capítulo buscou defender a importância contemporânea dos estudos de Marx sobre a crítica à economia política burguesa. Como primeira tarefa, se percebeu fundamental destacar a relevância de *O Capital* para explicar as crises econômicas cada vez mais estruturais no capitalismo. Demonstrando que a percepção de Marx e Engels sobre a dinâmica de acumulação e, conseqüentemente, suas rupturas ainda são importantes para entender a realidade atual.

Como segunda tarefa teórica, precisou-se realizar uma defesa de Friederich Engels sobre sua relevância para a teoria marxengesiana. Contextualizando esta necessidade, como foi estudado por diversos teóricos como Roman Rosodosky (2001), Coggiola (2021) e Netto (2020), a obra de *O capital* foi dividida em 3 volumes, sendo apenas o primeiro volume publicado em vida por Marx em 1867, cabendo a Engels a publicação do restante. Por este

motivo, tanto o segundo, como o terceiro volume por muitos anos, foi negligenciado por muitos marxistas. A acusação principal que era realizado para este abandono se dava em uma “deturpação” do pensamento original de Marx, em especial no livro III.

Para Grespan (2020), isso de certa forma explica a recusa da lei de tendência da queda de a taxa de lucro não ser estudada profundamente para as explicações das crises atuais, pois este estudo “marxengelsiano” se localiza na penúltima seção do volume 3 da obra. No próprio prefácio a publicação do terceiro volume em 1892, Engels expôs a necessidade de preencher parágrafos inteiros e seções quase que por completo, como o caso do capítulo sobre a renda da terra, dos manuscritos deixados por Marx.

Como todos nós sabemos, os estudos de uma obra como *O capital* é tarefa de uma vida e tivemos apenas um prazo de um mestrado para dar conta desta tarefa monumental, sendo assim, os intérpretes desta obra foram fundamentais para o desenvolvimento das páginas seguintes. Destacam-se os estudos dos intelectuais marxistas Harvey (2013a; 2013b, 2014; 2018), Grespan (2019; 2021), Luxemburgo (1970), Negri (2016), Rubin (2018), Rosoldosky (2001) e Coggiola (2021).

Outra necessidade teórica foi conceituar o sentido filosófico da crise em Marx. Quando se usa um pensamento linear sobre a crise em si, entende-se este fenômeno como sendo um início de um fim para um colapso sistêmico. Quase que a figura do Armageddon bíblico. Por isso, autores como David Harvey (2013) destacam que para a maioria, torna-se mais fácil pensar o fim do mundo do que o próprio fim do capitalismo.

Procuramos em algum grau demonstrar o sentido dialético da contradição para Marx em *O capital*. As contradições (elas próprias realizadas pela práxis humana) são entendidas como motor das mudanças sociais e históricas, levando ao desenvolvimento de novas formas de organização social. Marx acreditava que as contradições no sistema capitalista surgiam de suas próprias dinâmicas internas que conduzem as “crises”. Estas crises, podem levar ao colapso do sistema, mas também à sua superação. (Coggiola, 2021).

Outra grande contribuição para os estudos sobre a crítica de Marx para a teoria do valor consistiu na obra organizada por José Paulo Netto (2021) com o título *Cartas sobre o Capital* pela editora Expressão Popular. Estas correspondências trocadas por Marx descrevem o percurso intelectual para a escrita de sua obra magna. Por mais que estas cartas sejam de natureza documental e que talvez não tenham o rigor teórico-metodológico, característico de Marx desde a juventude, elas nos propiciaram elementos que foram imprescindíveis para o início de estudo sobre a teoria do valor em Marx.

A dificuldade de entendimento sobre as dinâmicas da crise ocasionada pela tendência da queda da taxa do lucro se deu porque os três volumes de *O capital* formam, na visão de Marx, “um todo artístico”. Nesta direção, categorias trabalhadas no primeiro volume retornam nesta lei tendencial. Como observa Rosodolsky (2001), a característica principal da estrutura da crítica à economia política de Marx não se dá de forma linear, sendo cada capítulo fechar-se em uma categoria.

A leitura desta obra consiste em perceber um movimento espiral, carregado em uma relação em que diversas categorias se relacionam entre si. A exemplo disso, a taxa de lucro relaciona-se com o trabalho assalariado, que se relaciona com a unidade de troca, que é o dinheiro que se relaciona com o fetiche da mercadoria. Logo a importância de entender a dialética, pois é este o movimento em que o leitor deve se escorar para prosseguir os seus estudos. Categorias básicas contidas nos capítulos do primeiro volume, como mercadoria, trabalho assalariado, maquinofatura e indústria, taxa de mais-valia e taxa de lucro foram primeiramente apresentadas para depois tratarmos da lei da queda da taxa de lucro e suas consequências.

No terceiro capítulo, discutiu-se a relação entre a crise regressiva do capitalismo e a adoção do que autores como Ravitch (2011), Ball (2014), Freitas e Laval (2016) denominam de “neoliberalismo escolar”. Por mais que sigamos a perspectiva de Mészáros (2002), em que o autor percebe o movimento neoliberal como contratendência socio metabólica do capital para o retorno de taxas de lucro anteriores à crise regressiva-destrutiva, a análise do fenômeno em diversos países demonstrou as estruturas de sustentação deste projeto e as expectativas da classe dominante para educação pública, incluindo na sua periferia.

Diferenciamos privatização de mercantilização, pois, apesar de processos semelhantes, são distintos na sua finalidade. Por mais que a onda neoliberal, quando atingiu o Chile, tenha ocasionado o declínio da escola pública e com isso a privatização das escolas, entendeu-se que a práxis desses institutos consiste na mercantilização a partir da “publicização” da escola estatal. Temos uma hipótese de que idealmente estes aparelhos privados de hegemonia desejam um projeto privatista de escola, todavia pela resistência do próprio magistério e das entidades de representação, como os sindicatos, este projeto realiza-se na sua forma de mercantilização.

Para Marx, a mercadoria é uma categoria central em sua crítica da economia política e filosófica, especialmente no contexto de sua análise crítica do capitalismo. A mercadoria é uma unidade básica da produção e troca no sistema capitalista, e sua compreensão é fundamental para entender as dinâmicas sociais dentro desse sistema.

Ela possui um duplo caráter de valor, uma de uso e outra de valor de troca. Podemos considerar que, a escola, inclusive a pública, passou nos últimos anos a ser vista como um setor promissor para a obtenção de ganhos econômicos para o capital, isto é, ela não importa mais apenas como aparelho ideológico, mas como forma de obtenção de mais valor.

O último capítulo destina-se a uma análise crítica sobre o contexto da educação no Ceará entre 2016 e 2020, com foco na influência dos aparelhos privados empresariais nas políticas públicas do estado. Alguns autores, como Ball (2014), denominam este movimento de “filantrocapitalismo”, haja vista que o “verniz” que estes aparelhos apresentam para a sociedade se dá a partir do terceiro setor

Por mais que não tenha se realizado uma crítica aprofundada sobre estas categorias mencionadas, optamos em considerar como ponto mais forte as contribuições teóricas de Virginia Fontes (2010), no sentido de perceber este fenômeno a partir do prisma de Antonio Gramsci, pois para a autora as práticas do terceiro setor se configuram como aparelhos privados de hegemonia burguesa no maior controle do estado burguês.

A partir da contribuição gramsciana para o entendimento da função desses aparelhos no contexto de crise regressiva da escola, esse capítulo buscou discutir a importância da educação como ferramenta fundamental para a construção e manutenção de um tipo de hegemonia. De acordo com Gramsci (1989), a hegemonia é um conceito que vai além do mero exercício de poder coercitivo por meio da repressão. O domínio de uma classe social sobre outra é mantido por meio de um conjunto de práticas que são internalizadas e aceitas pela sociedade. Assim, a hegemonia envolve o estabelecimento de lideranças morais, intelectuais e culturais por parte da classe dominante, permitindo que ela exerça influência e controle sobre a classe subordinada.

Por mais que consideremos o quadro atual como sendo mais grave na época estudada por Gramsci, haja vista que o autor salientava apenas o papel ideológico da escola burguesa e temos agora uma atuação física do grande empresariado através da busca direto pelo lucro, trazer Gramsci para esta análise é reconhecer que historicamente a classe dominante se utilizou da escola para difundir seus valores morais e neste momento se apresenta com valores mercantis. Além disso, esse capítulo abordou a introdução de um mecanismo baseado em resultados (a gestão de resultados), proposto pelo Banco Mundial, como uma mudança de mentalidade que cria um incentivo para a suposta “eficiência” na gestão dos recursos públicos.

Em suma, o capítulo oferece uma reflexão crítica sobre a relação entre os aparelhos privados empresariais e o banco no Ceará, destacando a importância de se repensar o papel

desses aparelhos na construção de uma educação que atenda aos reais interesses da sociedade civil. Buscou-se refletir sobre como o Banco Mundial tem papel decisivo na formação do quadro técnico-intelectual que irá compor o aparelho burocrático estatal.

Como já mencionamos, o BM é considerado o principal articulador das políticas públicas na América Latina, e na educação é visto como um tipo de "ministério internacional". Tentou-se demonstrar que o Banco Mundial se tornou nos últimos anos o principal mentor intelectual das reformas educacionais na periferia capitalista, impondo um arcabouço teórico que atenda aos seus interesses pela via destes institutos empresariais.

De forma empírica, tentou-se demonstrar como a entrada de aparelhos privados burgueses na máquina pública estatal consistiu na estratégia desses entes subnacionais em entregar resultados satisfatórios para o retorno financeiro futuro. Isso significa que o setor empresarial que opera na conjuntura de crise da escola no Ceará utiliza os Aparelhos Privados de Hegemonia Burguesa (APH) como uma forma de garantir que seus interesses sejam atendidos, em detrimento do interesse público.

Dessa forma, pode-se dizer que os APH se relacionam com o setor empresarial que opera na conjuntura de crise como uma forma de garantir que seus interesses sejam atendidos (o lucro), em detrimento do interesse público (democrático). Verificou-se que, mesmo no Ceará, que teve suas primeiras parcerias com o Banco Mundial na década de 80, o projeto que incluí o ICE na educação pública se iniciou como uma parceria entre o estado e o banco em 2009. Esta relação de dependência se deu não apenas pela via financeira, mas também na incorporação do "conhecimento", o projeto *Swap II*.

2. TENDÊNCIA DE QUEDA NO LUCRO E AS CRISES REGRESSIVAS DO CAPITAL.

Tendência da taxa de lucro a cair no curso do progresso da sociedade. Isto já se deduz do que foi desenvolvida no livro I sobre a mudança na composição do capital em função do desenvolvimento da produtividade social. Este é um dos maiores triunfos sobre a ponte dos asnos de toda a economia até nossos dias. (Carta de K. Marx a Friederich Engels de 30 de abril de 1868.) [grifo do autor]

Na citação acima encontra-se uma das passagens em que Marx, quando segundo ele é uma das “maiores leis” da crítica a economia política. Nesta direção, este capítulo cumpre a missão de resgatar o maior número de elementos possíveis para tratarmos da dinâmica da fase regressiva-destrutiva da escola, a Lei da tendência da queda da taxa de lucro.

As atuais crises nos sistemas educacionais podem ser compreendidas como parte de uma crise regressiva no sociometabolismo do capital. Realizou-se uma análise inspirada nas obras de Marx, especialmente no livro 3 de "O Capital", para entender os processos ligados às crises educacionais contemporâneas, como a crise da escola, a mercantilização da educação e os projetos de privatização do espaço público escolar. A visão é de que a escola não é separada da sociedade mas reflete as contradições do sistema capitalista

O texto abordará questões cruciais, especialmente a lei da tendência à queda da taxa de lucro e sua relevância na compreensão das crises do capitalismo, bem como seu papel na crise regressiva-destrutiva da educação pública. Para contextualizar, destacaremos as polêmicas em torno da obra ao longo dos anos, desde sua publicação até sua recepção por figuras como Rosa Luxemburgo. A popularidade de "O Capital" oscilou ao longo do tempo, especialmente após eventos como o colapso da União Soviética. No entanto, crises econômicas, sociais e políticas do século XXI revitalizaram o interesse na obra, destacando sua relevância teórica na compreensão do capitalismo, mesmo sob a influência do capital financeiro.

Seguimos uma perspectiva marxengelsiana de que a chave do entendimento da sociedade civil (ainda) está no entendimento da economia política. A necessidade deste capítulo consistiu justamente em realizar uma crítica radical ao modo em que a educação se torna reificado aos imperativos de mercado.

Outro ponto abordado é a reflexão da dialético já presentes na categoria “crise” nas obras de juventude de Marx e Engels. Um tema intrincado o qual remonta às bases filosóficas e econômicas desses pensadores. Embora as crises econômicas na Europa nas décadas de 1850 e 1870 tenham influenciado significativamente a teoria de Marx e Engels sobre as crises, é notável que eles já abordavam o assunto em suas obras de juventude, fundamentando-se nos estudos da dialética de Hegel e na filosofia hegeliana.

Este ponto foi importante pois a crise regressiva-destrutiva apresenta-se na sua dialética, onde passasse na unidade de conflitos contrários: necessidade da educação de massas como incremento de retirada de mais-valia relativa e sua negação através do fenômeno mais recente, a mercantilização.

Buscou-se refletir a contradição dialética própria do capitalismo, que, segundo Marx (2011) reside na contradição entre a produção do valor e o trabalho, uma contradição que desencadeia as causas primárias das crises econômicas. Em síntese, a contradição entre a produção do valor e o trabalho, segundo Marx, configura “o pecado original” do sistema capitalista, gerando crises econômicas e expondo as contradições inerentes à sociedade burguesa. O trabalho, ao mesmo tempo práxis utilitária e atividade estranhada, revela-se como um elemento central na compreensão das relações sociais e econômicas do capital.

Em seguida abordaremos como Marx no século XIX já percebia o circuito de acumulação financeira (D – D’) no próprio desenvolvimento do capitalismo, destacando a ímpeto pela busca por retornos financeiros imediatos diante da tendência da queda da taxa de lucro na produção.

Como iremos perceber nos próximos capítulos, a mercantilização da educação já nasce como uma característica próprias do modo de produção capitalista atual, ela se apresenta na em sua forma financeirizada, com grandes Estados-nacionais protegendo-as por grandes oligopólios centralizados e concentrados em um pequeno grupo, neste estudo de causa, a COGNA como o maior oligopólio mundial representa muito bem este “comitê da burguesia”.

No cerne da análise, a teoria do valor permitiu compreender as complexas relações entre capital e trabalho, destacando como as práticas de exploração se manifestam na produção capitalista. A evolução da mais-valia, seja na forma absoluta ou relativa, revela as contradições inerentes ao sistema, onde a busca incessante por lucro molda as estratégias e dinâmicas da escola inserida em um modo de produção que busca a exploração “do homem pelo homem”.

Outro ponto necessário para o debate em torno das diversas opiniões em torno das crises da escola, tendo uma delas a evolução tecnologia e continuidade de um currículo humanístico e propedêutico que não responde mais aos desafios da educação “do século XXI”, destacamos algumas páginas sobre os estudos sobre a maquinaria em Marx e Engels.

Sob o capitalismo, os avanços tecnológicos, longe de liberarem os trabalhadores, são cooptados para fortalecer o controle do capital sobre o trabalho, onde a escola é o local de domesticação para este trabalhador. Há a perpetuação da desigualdade e o reforço da dominação do capital sobre a classe trabalhadora, contrapondo a ideia de que a tecnologia seria

intrinsecamente libertadora. A necessidade de compreender as implicações das ciências e tecnologias na sociedade, sob uma perspectiva marxiana é enfatizada como essencial para abordar os desafios contemporâneos, especialmente no âmbito da educação pública.

A substituição do capital variável (trabalho) pelo capital constante (máquinas) como estratégia para aumentar a taxa de lucro é discutida, evidenciando a tendência à superexploração. Marx sugere que, embora a taxa de lucro diminua, a acumulação acelerada de capital pode resultar em lucros maiores em termos absolutos.

A relação entre a queda da taxa de lucro individual e a concentração de capital nas mãos de poucos é explorada, indicando a formação de oligopólios e a concentração de riqueza. Dessa forma, Marx fornece uma chave de leitura para o funcionamento do capitalismo contemporâneo, explicando a formação de oligopólios e a concentração de riqueza nas mãos de poucos como resultado dessa tendência.

Destacaremos a Lei da centralização e concentração do capital e a desigualdade como característica da própria ordem do capital. O entendimento marxista sobre as crises econômicas desafia a visão simplista de empobrecimento geral durante tais períodos. Contrapondo-se a essa ideia, Marx destaca que, nas crises, as massas totais de riqueza produzida podem permanecer ou até aumentar, enquanto a classe trabalhadora enfrenta pauperização. Isso revela as contradições internas da ordem do capital como motores desses períodos de crise que atingem diretamente a escola.

A mercantilização da educação serve como um exemplo concreto desse fenômeno, evidenciado pela fusão entre gigantes do setor. A mercantilização da educação, fortemente financeirizado e com relações estreitas com agências multilaterais, contribui para a concentração de riqueza e poder, reforçando a atualidade das análises de Marx sobre tendência de centralização e concentração sociometabólica do capitalismo.

O entendimento da queda tendencial da taxa de lucro no capitalismo é central para compreender as dinâmicas econômicas e sociais. Marx argumenta que, à medida que o capitalismo desenvolve suas forças produtivas, a taxa de lucro tende a diminuir devido ao aumento do capital constante. Esse fenômeno, apesar de uma conservação na composição orgânica do capital, gera uma tendência à queda da taxa de lucro. A formação de monopólios e a concentração de capital nas mãos de poucos são um dos resultados naturais desse processo.

Considerou-se a mercantilização da educação como uma contratendência para a queda da taxa de lucro, refletindo a busca incessante do capitalismo por novas esferas de acumulação.

A educação se torna um investimento estratégico ao mesmo tempo em que se cria um mercado lucrativo (Laval, 2016).

Possivelmente será um capítulo denso e de difícil leitura para alguns, mas fundamental para a análise da escola na sua forma mercadoria. Nossa hipótese principal é de que no cenário público, a mercantilização representa em sua forma fenomênica uma contratendência para a queda da taxa de lucro já observado por Marx e Engels no século XIX.

2.1 O funesto “gene” das crises do Capital: Um caminhar para a barbárie?

Partimos de uma premissa nesta pesquisa que consiste em responder a seguinte questão: os processos que se ligam com uma crise nos sistemas educacionais da atualidade como o processo de crise da escola (Sousa Jr, 2014), mercantilização da educação (Laval, 2016), projetos de privatização do espaço público escolar, como a entrada de aparelhos privados burgueses são consequências de uma crise, com características regressivas que atingem o sociometabolismo do capital?

Sendo assim, procuraremos uma resposta nas obras marxianas sobre este processo, que para Justino de Sousa (2011; 2014) comporta-se como *uma crise regressiva-destrutiva da escola* (2011). Com isso, este capítulo destina-se à concepção orientada nas obras marxianas, em especial no Livro 3 de O capital.

Buscamos responder a esta questão, pois acreditamos que a escola não é um corpo separado da sociedade, mas é um local que traz consigo todas as contradições da sociedade capitalista e onde, segundo Mészáros (2002; 2021), seus limites absolutos de projeto civilizacional foram atingidos.

Para Coggiola (2021), o processo histórico de sucessivas crises em que o capitalismo vem passando desde a década de 1970 pode ser explicado em grande medida por Marx nos seus diversos estudos sobre economia política. Para o autor, o que Marx observa acerca do movimento real da economia burguesa é que “as próprias leis internas ao capitalismo condizem com crises cada vez mais profundas e, em última análise, direcionam à morte.” (Cogiolla, 2021, p.117).

O que Marx já observava na segunda metade do século XIX, contrariando os economistas burgueses clássicos, é que as crises são indissociáveis e inevitáveis ao próprio capitalismo. A originalidade em Marx consiste em perceber que as crises do capitalismo são a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção, as crises

constituem uma determinação central e incontornável própria do capital (Coggiola, 2021).

O capital (como regime sociometabólico) é, assim, “uma contradição viva”, já que “conforme a sua natureza, pois, põe ao trabalho e à criação de valores uma barreira, a qual contradiz sua tendência a ampliá-los desmesuradamente” (Marx, 2011, p. 375). A crise representa, assim, “a lembrança repentina de todos (...) os elementos necessários da produção fundada sobre o capital; por conseguinte, desvalorização geral em consequência do esquecimento dos mesmos” (ibidem. 368).

Em Marx, a crise significava um ponto central de entendimento da classe trabalhadora sobre a dinâmica do capitalismo e seu protagonismo de superação. (Negri, 2016). Assim como no português, no alemão a etimologia da palavra crise (*krise*) se refere diretamente à crítica (*kritik*). Em seu sentido dialético da palavra, a crítica significa observar algo e tomar aquilo que interessa para então superá-lo. (Ibidem). Significa que Marx percebia a crise como algo fundamental para a própria crítica do sistema burguês de produção. (Grespan, 2021, p. 65 – 69).

As crises assinalam, desse modo, uma espécie de crítica objetiva do capital, de autocrítica realizada pela própria força dos fatos. Em primeiro lugar, a crise é inerente ao capital em um sentido estrito: Em cada etapa de apresentação de Marx do conceito de capital, o conceito de crise surge como o aspecto negativo indissociável do capital. (Grespan, 2021, p. 67)

Nesta direção, a crise é a representação da “funesta” da marca do capitalismo que caminha para o seu esgotamento, um regime que por suas contradições tende a sua própria negação. A originalidade em Marx em comparação aos economistas burgueses consiste em perceber que as crises expressam a contradição fundamental do capitalismo: a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção. (Coggiola, 2021).

Na teoria econômica de Karl Marx, a lei do valor é a base para a compreensão da dinâmica da produção capitalista. Ela afirma que o valor de um bem é determinado pelo tempo socialmente necessário para produzi-lo, ou seja, pelo tempo de trabalho social necessário. A taxa de lucro, por sua vez, é a relação entre o lucro obtido e o capital investido na produção.

Quando Marx salienta o trabalho socialmente necessário para a produção do valor, sinaliza que não é o trabalho propriamente individual que assume a forma valor no circuito de produção, mas sim a soma de trabalho social existente no sociometabolismo do capital “em sua totalidade caracterizam um mesmo e único tipo de relações de produção entre produtores de mercadoria” (Rubin, 2020, P. 16).

Segundo Rubin (2020), a teoria da queda da taxa de lucro, desenvolvida em *O Capital*, está intimamente ligada à teoria do valor. (RUBIN, 2020). Segundo Marx, a taxa de lucro tende a cair ao longo do tempo devido à necessidade do capitalismo de aumentar constantemente a produção e a produtividade do trabalho, o que leva a um aumento da composição orgânica do capital e, conseqüentemente, a uma redução da taxa de lucro.

Em seu livro "A Teoria do Dinheiro em Marx", Rubin (2020) examina a teoria do valor de Marx e sua relação com o dinheiro. Ele argumenta que a teoria do valor de Marx é uma teoria do trabalho, e que o dinheiro surge como uma forma de representação do valor produzido pelo trabalho.

Para compreender corretamente a fundamentação da teoria do valor de Marx é necessário sempre se lembrar de que, como indicado acima, o ponto de partida da análise de Marx é a existência da troca desenvolvida com a equiparação generalizada de todas as mercadorias (Rubin, 2020, p. 17).

Rubin (2020) analisa a lei da queda tendencial da taxa de lucro de Marx, e a afirmar que, ao longo do tempo, a taxa de lucro do capitalismo tende a cair devido a um aumento da composição orgânica do capital (relação entre o capital constante e o capital variável). Essa análise de Rubin se baseia na ideia de que a taxa de lucro é uma medida do grau de exploração do trabalho pelo capital, e que a queda tendencial da taxa de lucro é uma consequência inevitável do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas.

Sendo assim, de acordo com Marx, a taxa de lucro tende a cair à medida que o capitalismo evolui, devido ao aumento dos salários, dos custos de produção e dos investimentos em maquinaria. Isso acontece porque a maquinaria, embora aumente a eficiência da produção, aumenta também os custos fixos, o que significa que a taxa de lucro tende a cair à medida que aumenta a proporção de capital fixo em relação ao capital variável.

2.2. Questões de primeira ordem sobre o volume III de *O capital* e a lei da tendência da queda da taxa de lucro: Uma polêmica.

Antes de iniciarmos o desenvolvimento de como a lei da queda da taxa de lucro se relaciona com as crises econômicas do capitalismo e esta nos dá subsídios precisos para entender o processo de transformação da educação pública em um valor de uso social para um valor de troca são necessárias algumas considerações sobre a estrutura da obra *opus magnum* de *O capital* e as polêmicas que o terceiro livro acumulou ao longo dos seus quase 120 anos de publicação.

Como desenvolve Roman Rosodosky (2001) em sua obra célebre, "Gênese e estrutura de "O Capital" de Karl Marx.", o livro terceiro de sua obra por muito tempo e por grandes

autores como Rosa de Luxemburgo não era aceito de imediato como parte “canônica” para a crítica à economia burguesa.

Para alguns estudiosos da obra marxiana, o fato de que Karl Marx entregara em vida apenas o primeiro livro, delegando ao seu companheiro intelectual, Friederich Engels, a publicação do segundo volume em 1885 e o terceiro volume em 1894 faria com que o volume 3 desta obra não trouxesse um rigor teórico-metodológico, característico de Marx. (Harvey, 2014).

Apenas para exemplificar essa recusa, Rosa de Luxemburgo, em sua obra *A acumulação do Capital* (1970), acreditava que o livro terceiro da obra de Marx pecava em tratar o lucro global como uma totalidade sistêmica, haja vista que, no processo de circulação da mercadoria, o capital vai de encontro com relações pré-capitalistas, modificando a taxa de preço global. Sendo assim a análise de produção da riqueza no livro terceiro estava mal desenvolvida em relação à obra primeira. (Rosdolsky, 2001).

Pensada inicialmente por Marx para ser uma obra em 6 livros, talvez já prevendo os atrasos em que Marx já era caracterizado, Engels pediu para que a reduzisse para 3 volumes. Os volumes tinham como principal originalidade o uso da dialética na crítica à economia-política através do método materialista dialético em que os dois autores foram desenvolvendo ao longo dos anos, por sugestão de Engels (Netto, 2020, p. 678- 705).

Na ordem de estrutura pensada por Marx, o primeiro livro trataria do processo de produção do capital, o segundo ficaria com a responsabilidade de demonstrar o processo de circulação do capital e o terceiro finalizaria com o movimento de valorização do capital e sua reprodução como modo de produção. (Grespan, 2016).

Do ponto de vista da estrutura da obra, como ressalta Salviatti (2021), *O capital* tem como característica ser um livro de crítica ao valor no modo de produção capitalista. Sendo assim, as categorias apresentadas no primeiro volume retornam na obra 3 em um movimento de espiral categorial, em que estas, em um “todo artístico”, complementam-se como chaves para entender o modo de reprodução capitalista.

Para alguns autores, como Schwarz (2017), a importância da publicação que transcende a categoria da economia foi imprescindível para as Ciências Humanas. Tomando os elogios de Netto (2020), um dos maiores estudiosos marxianos, - a obra: “em seu conjunto, os três livros de *O capital* constituem uma arquitetura teórica monumental que revela, com notável rigor, no que toca à estruturação econômica, o que Marx disse a ser a articulação interna da sociedade burguesa.” (p. 353). Seu livro é item obrigatório a todos os estudantes que queiram

analisar de forma radical o sistema sociometabólico capitalista.

Sofia Manzano (2017) na apresentação da obra publicada coletivamente sob o título *Nós que Amávamos tanto O Capital: Leituras no Brasil (2017)*, ressalta a relevância desta obra para as ciências sociais e a e sua importância para o entendimento das crises da atualidade.

É interessante notar como a popularidade da obra *O capital*, de Karl Marx, oscila significativamente desde sua publicação. No Brasil não é diferente. Se na década de 1990, com o desaparecimento da URSS, a debacle do socialismo nos países do Leste Europeu e a consolidação do neoliberalismo, decretou-se a morte do marxismo e o enterro de *O capital*, as crises econômicas, sociais e políticas – do século XXI resgatam essa obra com toda a sua força e pujança. Não se tratava, então, do fim da História: o marxismo não estava morto e *O capital* continua a ser a contribuição teórica mais relevante para a compreensão do modo de produção capitalista, inclusive sob a achapante dominância do capital financeiro (Manzano, 2017, p. 07).

Para Manzano (2017), a crise que abateu o bloco soviético no final da década de 80 e início dos anos 90 ocasionou uma “transferência” da crítica à experiência socialista para a própria doutrina marxista. A figura mais eminente deste movimento foi o nipo-americano Francis Fukuyama² (1992), que produziu obras como *O fim da História e O Último Homem*.

Todavia, passados os mais de 30 anos da crise do socialismo real e quase 160 anos da publicação da obra, diversos economistas não-marxistas como Thomas Piketty (2004) reconhecem a profundidade teórica para a compreensão da dinâmica do capitalismo, incluindo a ideia de que o capitalismo tem uma tendência inerente às crises cíclicas³.

Para a autora, se quisermos entender os graves problemas sociais em que estamos inseridos, como a crise climática, o empobrecimento da população, a precarização das relações de trabalho, o aprisionamento e o extermínio da população negra, a leitura de *O Capital* é um instrumento imprescindível de descrição e crítica do funcionamento sociometabólico do capital (Manzona et al, 2017).

² Devemos lembrar a relação em que Fukuyama teve na sua trajetória com o imperialismo norte-americano. O intelectual do “fim da História” trabalhou entre 1979 e 1980, como analista de *think tank* (fundação) RAND Corporation, uma organização sem fins lucrativos que presta consultoria em políticas públicas para o governo dos EUA. Lá, ele trabalhou em projetos relacionados à política externa e de defesa. Em 1981, Fukuyama ingressou no Departamento de Estado dos EUA como diretor de planejamento de política externa para o Oriente Médio e África do Norte. Em 1989, Fukuyama foi nomeado diretor de política externa no Conselho de Segurança Nacional dos EUA, um órgão de assessoria do presidente para questões de política externa e segurança nacional. Ele trabalhou lá até 1990, quando deixou o cargo para lecionar na Universidade Johns Hopkins. Ver em: FUKUYAMA, Francisco. *América na encruzilhada: democracia, poder e o legado neoconservador*. New Haven, CT: Yale University Press, 2006.

³ Deve-se fazer uma ressalva a respeito de Piketty (2014). O economista argumenta que a análise de Marx sobre as crises é insuficiente em relação a outras forças que conseguiram a economia, como mudanças tecnológicas e políticas governamentais. Ver em: PIKETTY, Thomas. *O Capital no Século XXI*. Tradução de Monica Baumgarten de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

Althusser⁴ salienta a importância dessa magistral obra para os estudos da sociedade contemporânea. Argumenta assim o intelectual francês:

Esta obra gigantesca que é O capital contém simplesmente uma das três grandes descobertas científicas de toda a história humana: a descoberta do sistema de conceitos (portanto, da teoria científica) que abre ao conhecimento científico aquilo que podemos chamar de “Continente-História”. Antes de Marx, dois “continentes” de importância comparável já haviam sido “abertos” ao conhecimento científico: o Continente-Matemáticas, pelos gregos do século V a.C., e o Continente-Física, por Galileu (Althusser, 2011, p. 53).

Por mais que diversas vezes Marx deixasse claro seu desejo de publicar os 3 volumes na íntegra (Marx por conta do seu rigor teórico, metodológico e literário, chamava seu trabalho em conjunto de “um todo artístico”), ficou decidida a publicação do primeiro volume em 1867. Grande parte desse desejo editorial de Marx se deu por conta da baixa receptividade que a obra *Contribuição à crítica a economia política* (1859) recebeu (ibidem).

Além desse aspecto literário, os anos que sucederam o sacrifício dos “melhores anos da sua vida intelectual” (Marx *apud* Gabriel, 2017, p. 214) na escrita de *O Capital*, nas décadas que correspondem os 15 anos de estudos para a publicação do primeiro volume, o intelectual alemão passava pelas maiores “penúrias para a sua família” (idem *ibidem*, p. 217), como dívidas acumuladas, mortes precoces de seus filhos e um estado de penúria ocasionado em muito caso pela a crise que a década de 50 na Europa do século XIX reservara para a família Marx. (ibidem).

Sendo assim, Marx publica em vida apenas o volume 1, ficando a cargo de Engels realizar o trabalho póstumo de leitura e interpretação de seus manuscritos, Marx era famoso por sua caligrafia difícil de entendimento. Aqui aparece a primeira polêmica sobre o livro 3 de *O Capital*. É certo que Marx deixou uma quantidade de material suficiente para a obra 2, todavia, em especial no livro 3, Engels e a filha de Marx, Eleanor, trabalharam apenas com apontamentos e textos inacabados, e é atribuído a Engels um processo de captura intelectual de Marx e preenchimento de algumas lacunas teóricas deixadas (Kräten, 2022).

O fato de que apenas o livro primeiro tenha sido publicado em vida, faz com que nos defrontemos com a primeira polêmica acerca da *Lei de Decréscimo*. Para alguns autores, pelo fato de se tratar de uma obra inacabada, ainda sob a forma de manuscritos e com conceitos ainda em fase de desenvolvimento, ao longo do percurso dos estudos do campo marxista, houve, por parte da intelectualidade, uma recusa dos livros 2 e especialmente do livro 3 D’*O Capital*. (Grespan, 2016).

⁴ Althusser, Louis. Prefácio a “Le Capital” de Karl Marx. In: MARX, Karl. O Capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

O fato é que coube a Engels a organização dos manuscritos deixados por Marx depois da sua morte em 1883, como o preenchimento de lacunas conceituais, inclusive a escrita de algumas sessões como a do capítulo 26,” Sobre *a transformação da renda em renda fundiária capitalista*. Foi praticamente toda a escrita do seu companheiro intelectual a partir de apontamentos deixado no espólio intelectual, organizado por sua filha Eleonor Marx. (Kräten, 2020).

Engels realizou um trabalho editorial importante, bem superior ao padrão de sua época. Contido, no afã de dar a o público O Capital como obra acabada, introduziu nos livros II e III, sem aviso, complementos aos manuscritos que, embora necessários à compreensão, muitas vezes refletiam suas próprias opiniões (Grespan, 2016, p. 189).

Sobre esta polêmica, acredito que não se sustenta em um estudo rigoroso sobre uma possível deturpação do pensamento original de Marx do trabalho de Engels no terceiro volume e sua relação com o desenvolvimento da teoria. É certo que em algumas ocasiões, Engels se autointitulava como “um segundo violino”⁵, considerando-se um grande intelectual em comparação à Marx, mas, segundo o próprio, não comparável a genialidade de seu amigo. Todavia, como ressalta José Paulo Netto (2020), Engels foi um autor extraordinário para a sua época, que, além de provedor financeiro em situações em que a família Marx mais necessitava, em todos os seus momentos de infortúnio, tivera papel decisivo na formação intelectual de Marx.

Em outra biografia, esta mais focada na família Marx e lógico, na participação de Engels na família Marx, tanto das questões pessoais, intelectuais e da práxis política, é salientado o grande trabalho realizado pelo “general”⁶: Ele “herdara de Marx uma pilha caótica de textos e anotações, e a partir disso produziu uma obra de oitocentas páginas que examinava em detalhes brilhantes o capital monopolista e a criação do mercado global.” (Gabriel, 2011, p.

⁵ Engels referiu-se a si mesmo como “um segundo violino”, em comparação com Marx, em uma carta escrita em 7 de outubro de 1858. Na carta, Engels escreve: “Eu sou realmente, e sempre serei, apenas o segundo violino, e isso, acima de tudo, na música teórica; Marx é o primeiro violino em tudo, e o faço com todo o meu coração. Mas isso não muda nada no fato de que a minha colaboração é necessária e que, sem ela, a música não soaria como deveria.” (Engels *apud* Netto, 2020b, p. 144). Esta carta foi escrita durante o período em que Engels e Marx estavam trabalhando juntos na obra *Contribuição à Crítica da Economia Política* (1858), quando Engels se refere ao seu papel desempenhado no trabalho em conjunto com Marx. Esta frase, em que se denomina “segundo violino” acabou sendo deturpada posteriormente por alguns detratores do intelectual para descrever o papel secundário de Engels em relação a Marx e sua posição (inferior) na teoria marxiana.

⁶ A obra “Amor e Capital: A Saga de Karl e Jenny Marx” relata que Friedrich Engels era conhecido como “General” entre seus amigos e companheiros socialistas na Inglaterra. Esse apelido não se refere a nenhum título militar ou posição política oficial, mas sim ao papel de liderança e organização que Engels exerce dentro do movimento socialista. Engels era conhecido por sua habilidade em articular e defender as ideias socialistas, bem como em organizar e liderar atividades políticas e de propaganda. Ele também era um dos principais financiadores do movimento socialista na Europa, fornecendo recursos financeiros para muitas organizações socialistas e para a publicação de várias obras importantes do movimento (Gabriel, Maria, 2011).

563).

Engels, por exemplo, foi que apresentou o movimento operário inglês a Marx, tanto na sua práxis, ao apresentar o movimento proletário, como na sua obra teórica, *Formação da classe operária inglesa (Die Lage der Arbeitenden Klasse in England)*, de 1845 e seu *Esboço para a Crítica à Economia Política* de um ano antes. Inclusive, estudos estes que Marx utiliza para descrever as condições dos trabalhadores fabris na Inglaterra do século XIX em muitos trechos e a teoria dos economistas clássicos como David Ricard. (Netto, 2020).

Enquanto crítica à teoria liberal-clássica, foi na obra *Esboço para a Crítica à Economia Política de 1844* que Marx teve o seu primeiro contato com esta área. Não cabe aqui um aprofundamento sobre o domínio do assunto, nem mesmo da influência do pensamento do próprio Engels na construção *D'O Capital*, todavia apenas para demonstrar o grau de relação entre o conhecimento teórico de Engels no auxílio da obra, vamos refletir sobre as cartas trocadas por esses dois autores acerca do assunto tratado neste capítulo: a Lei da Queda da Taxa de Lucro. Marx pergunta a Engels em carta, alguns anos antes da primeira publicação do primeiro volume:

"Deixe-me perguntar-lhe outra coisa. Você sabe se há alguma estatística disponível sobre a taxa de lucro na Inglaterra? Eu gostaria de saber o que o senhor acha da taxa de lucro por lá. É evidente que a queda na taxa de lucro nos últimos anos tem sido maior do que nunca antes, mas ainda assim gostaria de ver alguns números concretos." (carta de Marx a Engels de 05 de agosto de 1864). [grifo do autor]

Deve-se ressaltar que estas correspondências devem ser percebidas como aspectos documentais e não de natureza teórica, por mais que não seja fácil e nem deva ser feito, restringir, tanto Marx como Engels como cientistas ou apenas revolucionários. Porém percebe-se nessa carta uma preocupação mesmo estando a três anos antes da publicação do primeiro volume e quase 30 anos da publicação do terceiro volume uma verificação, ainda que nesta fase empírica do movimento de tendência para a queda da taxa de lucro capitalista. A resposta de Engels, dada a sua práxis como gestor de uma grande fábrica em Manchester, se dá na seguinte forma:

Infelizmente, não tenho estatísticas sobre a taxa de lucro na Inglaterra, mas acredito que a taxa de lucro deva ter caído consideravelmente. Não posso fornecer nenhum número preciso, mas basta dizer que o valor das ações de empresas que antes pagavam bons dividendos está despencando e que muitas delas agora não pagam nenhum dividendo. Isso indica claramente uma queda na taxa de lucro (Carta de Engels a Marx de 07 de agosto de 1864).

Estes fragmentos de cartas demonstram a construção do que Marx chamou de “*um dos maiores triunfos sobre a ponte dos asnos de toda a economia até nossos dias.*”, a Lei Da Queda da Taxa de Lucro. Netto (2020) fala do período que Marx logrou amizade com Friedrich Engels,

este pensador esplêndido que precisou largar sua práxis política e sua construção como um grande pensador do século XIX para então gerenciar a fábrica de seus pais (algo que descrevia com muitas tristezas) para conseguir sustentar a ele próprio e à família Marx. (p. 78 – 82).

Da sua época, Engels foi possivelmente o intelectual que mais entendia do método criado pelos dois nos seus mais de 40 anos de convivência, o Materialismo Dialético. Tamanha era sintonia de pensamentos, que Engels, no jornal norte-americano em que trabalhava junto a Marx, o jornal *New York Tribune*⁷ entre 1851 a 1862, assinava diversos artigos com o nome de Karl Marx para ajudar financeiramente à família do amigo e parceiro intelectual. (Anderson, 2019).

Como segunda crítica atribuída ao *O capital* está o fato de que em sua obra, Marx estabelece leis que regem o modo de produção capitalista. Estas leis, para os críticos, tanto weberianos, como liberais, tornavam o método empregado por Marx como algo mecanicista e determinista na economia. (Rosodolsky, 2001).

É certo que grande parte desta crítica se deu por conta das interpretações das teorias marx-engesianas atreladas à Segunda Internacional⁸. Essa interpretação mecanicista e determinista foi criticada por muitos pensadores, tanto dentro quanto fora do movimento socialista. (Hobsbawn, 2006).

De fora do marxismo, um dos maiores críticos a um possível determinismo e mecanicismo em Marx foi um dos pensadores clássicos da sociologia, Max Weber (1991). Na obra *Economia e Sociedade: Fundamentos de Sociologia Compreensiva* (1991), Weber, ao criticar as leis na obra de Marx, afirma: "As leis tristes [de Marx] não são leis imutáveis da natureza, mas sim regras gerais de comportamento humano que podem ser modificadas ou superadas por outras regras" (p. 31). [grifo do autor].

Na sua principal obra, *A Ética Protestante e espírito do Capitalismo* (2004), mesmo discordando da teoria marxista e como herdeiro da teoria kantiana, Weber crítica o aspecto

⁷ Entre 1851 e 1862, tanto Marx como Engels escreveram artigos para o jornal norte-americano "New York Tribune" (Tribuna de Nova York). Foi neste período que tanto Marx como Engels relataram a Guerra Civil Americana (1861 - 1865). Em um dos artigos, Marx demonstra a necessidade histórica de superação da escravidão na sociedade moderna: "A pele branca só se emancipará, se a pele negra parar de ser marcada a Ferro" (Marx apud Anderson, 2019, p. 166).

⁸ A Segunda Internacional durou de 1889 a 1916. Em 1916, uma organização se dividiu devido a divergências entre seus membros em relação à Primeira Guerra Mundial, o que acabou levando ao seu declínio. Um dos principais pontos de discórdia entre seus membros foi a questão da estratégia revolucionária. Enquanto alguns partidos defendiam uma abordagem mais radical e revolucionária, outros acreditavam que a mudança social poderia ser alcançada gradualmente, por meio de reformas políticas e sociais. Alguns críticos argumentaram que os líderes da Segunda Internacional interpretaram a teoria de Marx como uma lei natural, acreditando que a revolução socialista era inevitável e que a luta de classes culminaria na vitória final dos trabalhadores sobre a classe dominante. Ver em HOBBSAWM, Eric. *Como mudar o mundo: Marx e o marxismo, 1840-2011*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

“mecanicista” de Marx. Segundo ele (2004), para Marx, "A lei econômica geralmente estabelecida é que, em um estágio determinado do desenvolvimento do capitalismo, a manifestação do capital é concomitante por um declínio na taxa de lucro" (p. 108) e "a teoria de Marx da exploração econômica é, em grande parte, fundamentada em uma concepção do capitalismo que não é mais válida". (p. 34).

Nestas citações, Weber (2004) estabelece que as leis econômicas propostas por Marx não são universais, segundo a qual a atribuição de capital no capitalismo poderia levar a uma queda na taxa de lucro, e que sua validade depende de diversos fatores específicos da economia e da sociedade em questão.

Weber, assim como Immanuel Kant, compartilhou a ideia de que a sociedade não pode ser reduzida a um conjunto de regras prescritivas, mas deve ser baseada em princípios que derivam da razão humana. Em outros termos, como Weber é um autor ainda atrelado ao racionalismo transcendental, acreditava que as forças que regem a sociedade devem primeiro partir da cabeça dos indivíduos como um “devir”, desatrelado as condições materiais de existência (Triviños, 1987).

É certo que no famoso *Discurso diante do túmulo de Karl Marx de 1883* realizado por Engels em tom de homenagem, em que compara as leis encontradas por Darwin com a descoberta das leis que regem a economia burguesa por Marx tenham tido uma força pesada para os críticos que acusam a teoria de mecanicista, pois para Engels, “assim como Darwin descobriu a lei do desenvolvimento da Natureza orgânica, descobriu Marx a lei do desenvolvimento da História humana”. (ENGELS, 1985, p. 15).

E prossegue: “O socialismo deixou de ser um conjunto de ideias vagas e aspirações gerais, e se tornou uma ciência rigorosa, baseada em análises objetivas e em uma compreensão precisa das forças sociais que movem a sociedade.” (ibidem, p. 19). Para Engels,

Marx descobriu a lei fundamental que governa a história da sociedade humana, a lei que revela como, sob as diferentes formas de propriedade que viveram até agora, a luta de classes se desenvolveu como o motor da história. Com essa descoberta, Marx colocou o socialismo na base de uma ciência sólida e verdadeira, capaz de resistir às mais diversas críticas (Engels, 1985, p. 23).

Neste trecho, Engels destaca que Marx descobriu a lei fundamental que governa a história da sociedade humana, a lei da luta de classes. Para Marx, a história é movida pelo conflito entre os interesses antagônicos entre a burguesia e o proletariado. Isso significa que em todas as sociedades, a luta pela apropriação dos meios de produção é o motor do desenvolvimento histórico. Marx foi capaz de demonstrar como a luta de classes se expressa em diferentes formas de propriedade que sobreviveram na história, tais como a escravidão, o

feudalismo e o capitalismo.

Esta “lei” não é algo mecânico e determinado, mas histórico, um movimento real de situações concretas de existência. Sendo assim é a lei de tendência do movimento real do capitalismo, capturada pela análise científica, ou seja, historicamente comprovada, da totalidade.

“A categoria de totalidade significa (...) que a realidade objetiva é um todo coerente em cada elemento está, de uma maneira ou de outro, em relação com cada elemento, de outro lado, que essas relações formam, na própria realidade objetiva, correlações concretas, conjuntos, unidades, ligados entre de si de maneiras completamente diversas, mas sempre determinadas.” (Lukács, 2018, p.144).

Nesse trecho, Lukács enfatiza a importância da categoria de totalidade na análise da realidade objetiva. Segundo ele, a realidade é composta por elementos que estão inter-relacionados de diferentes maneiras, como um conjunto de um complexo, e estas se relacionam e formam conjuntos concretos de unidades que são determinadas pela própria realidade objetiva. Em outras palavras, Lukács (2018) estabelece que, para o método de Marx, levou-se em consideração o entendimento da realidade, levando em suas interconexões os diferentes elementos que a compõem, a fim de compreendê-la em sua totalidade e não de forma fragmentada.

Entendendo que se analisarmos “apenas os bosques não se percebe a imensidão das florestas”⁹, diferenciando do método especulativo de Hegel, a totalidade é um método de percepção da realidade e não a ideia absoluta de Hegel. No posfácio da segunda edição para o alemão de 1873, Marx realiza uma homenagem a este grande filósofo, ao mesmo tempo que se diferencia do pensador.

Critiquei o lado mistificador da dialética hegeliana há quase trinta anos, quando ela ainda estava na moda. Mas quando eu elaborava o primeiro volume de *O capital*, os enfadonhos, presunçosos e medíocres epígonos que hoje pontificam na Alemanha culta acharam-se no direito de tratar Hegel como o bom Moses Mendelssohn tratava Espinosa na época de Lessing: como um “cachorro morto”. Por essa razão, declarei-me publicamente como discípulo daquele grande pensador e, no capítulo sobre a teoria do valor, cheguei até a coquetear aqui e ali com seus modos peculiares de expressão. A mistificação que a dialética sofre nas mãos de Hegel não impede em absoluto que ele tenha sido o primeiro a expor, de modo amplo e consciente, suas formas gerais de movimento. (Marx, 2011, p. 129).

⁹ A frase acima na íntegra é "O bosque é um objeto de experiência sensível, mas a floresta é uma formação racional, que somente existe na mente do observador." Essa citação é frequentemente atribuída a Hegel para ilustrar a diferença entre a percepção imediata dos sentidos e o entendimento racional. Enquanto o bosque é percebido como uma coleção de árvores individuais, a floresta é compreendida como uma totalidade estruturada. (Losurdo, 2012).

Sobre o lado “mistificador da dialética hegeliana”, na obra *Contribuição à Crítica à Economia Política*, em especial no seu prefácio, é detalhado o seu método de análise, o que a separa totalmente qualquer caráter idealista de Hegel.

mesmo a transformar num sujeito autônomo, é o demiurgo do processo efetivo, o qual constitui apenas a manifestação externa do primeiro. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem (Marx, 2011, P. 129).

Aqui, contrasta-se duas perspectivas fundamentais: a primeira, que Marx está criticando, sugere que as ideias e conceitos abstratos (o "ideal") são a força motriz por trás da realidade concreta e das ações humanas. Isso implica que as ideias e conceitos são as principais influências na formação da sociedade e da história. Marx, por outro lado, expressa uma visão materialista dialética, afirmando que o material, ou seja, as condições materiais, econômicas e sociais, são as forças motriz da história humana. Ele argumenta que o ideal, ou seja, as ideias e conceitos, são uma expressão do material, uma tradução do que ocorre nas condições concretas da vida humana. Para Marx, as ideias são moldadas pelas condições materiais e econômicas em que as pessoas vivem.

2.2.1 O caráter dialético da crise nas obras de juventude de Marx e Engels.

Não cabe aqui um estudo mais aprofundado de quanto, nas suas obras de juventude, tanto Marx como Engels percebiam as estruturas fundamentais da crise. É fato que as crises econômicas ocorridas na Europa na década de 1850 e, posteriormente, na década de 70, irão marcar profundamente a teoria marx-engesianas sobre as crises econômicas; entretanto, os jovens autores já tratavam do assunto, vinculado principalmente nos estudos da dialética de Hegel e da economia clássica hegeliana.

Tanto no *Manifesto do Partido Comunista* (1848) como no manuscritos econômicos-filosóficos de 1844, aparecem alguns trechos sobre o fenômeno da crise econômica. Em um dos parágrafos do *Manifesto*, os autores discorrem diretamente sobre o papel que as crises econômicas desempenham na sociedade e, mais importante, sobre a necessidade de superação histórica do capitalismo pela classe trabalhadora.

Assim, aparece a crise no manifesto: a “sociedade burguesa, (...) que conjurou gigantescos meios de produção e de troca, assemelha-se ao feiticeiro que já não pode controlar os poderes infernais que invocou.” (Marx e Engels, 2010, p, 46). Percebe-se neste trecho um elemento teórico que irá acompanhar a obra *O capital*, o caráter dialético dos momentos de crise. Para Marx, o aprofundamento das contradições significa momentos de superação histórica das classes oprimidas. (NEGRI, 2016).

Em outro momento *d'O Manifesto*, os dois jovens descreverem os eventos da economia da Europa nos últimos anos, que caracterizam como “crises comerciais que, repetindo-se periodicamente, ameaçam cada vez mais a existência da sociedade burguesa” (ibidem) e complementam: “cada crise destrói regularmente não só uma grande massa de produtos fabricados, mas também uma grande parte das próprias forças produtivas já criadas” (idem ibidem).

Com todas as ressalvas sobre como a obra *O manifesto* fora escrito, até por conta de tratar-se mais de um texto de cunho da práxis política revolucionária do que científica (como se conseguíssemos separar a teoria revolucionária da prática revolucionária), percebe-se uma posição que se aprofundará na sua grande obra, *O capital*, como já mencionado acima, que é o caráter da crise como elemento indissociável do capitalismo.

Mesmo sendo o *Manifesto* uma obra de finalidade política para o proletariado do século XIX, e por isso, mesmo voltado para o seu cumprimento literal, em outras palavras, uma leitura para que a classe trabalhadora se aproprie acerca do “espírito da história” [*Zeitgeist*] e da necessidade revolucionária daquele período.

Na obra *A Era das Revoluções* (1996), Eric Hobsbawm chama o período que se estende de 1789 a 1848 como a “Era Revolucionária” dado os processos de revolução burguesa ocorridos na Europa. Especificamente, o ano de 1848 foi denominado pela historiografia como “Primavera dos Povos”, ocasionada pelos movimentos revolucionários ocorridos na França, em estados alemães e em estados italianos, entre outros lugares.

Como muito bem salienta Hobsbawm (1996), o *Manifesto do Partido Comunista* não teve participação decisiva nos movimentos revolucionários ocorridos na Europa, todavia a encomenda da Liga dos Justos aos jovens Marx e Engels e sua circulação na Europa denotam o caráter histórico desse período de crise do antigo regime.

As crises são resultadas de contradições internas de um dado sistema sociometabólico. Ademais, somente os povos oprimidos são capazes de evitar a aniquilação das forças produtivas do capital, ou nas palavras do pensador alemão, “*o capital trabalha em favor de sua própria dissolução como forma dominante de produção*” (MARX, 2010, p. 222).

Todavia não se trata de esperar que a superação do capital esteja irrestritamente nas crises por si só, pelo contrário, desde as primeiras obras marxianas até seus textos de maturidade, somente na ação direta dos oprimidos é que se pode propor uma superação sociometabólica. Como observa Grespan (2021),

(...) sabia que a crise por si só não levaria à superação do capitalismo. Sobre isso é preciso ter cuidado, porque estamos dizendo que a crise vai levar a um momento de paralisia em que os próprios capitalistas decidam abolir o capitalismo. Quem vai superar esse sistema é o movimento dos excluídos pelo capital - dos trabalhadores, desempregados etc. (p. 156).

É através da prática política revolucionária que acontecem as transformações sociometabólicas. Toda a obra teórica marxengiesiana serve para munir a classe dos despossuídos para o processo revolucionário, as crises são os momentos históricos de superação através da ação prática no mundo.

Em outra obra de juventude, esta anterior à escrita d'*O Manifesto*, Marx desenvolve outro aspecto crucial da crise que, para alguns estudiosos do autor, é o germe das crises econômicas: a contradição capital e trabalho. Separamos algumas páginas específicas para este estudo, todavia é necessário o retorno desta relação.

Marx percebe, já na juventude, como já mencionado acima, pelo contato com a economia clássica por intermédio de Engels, que o germe das crises é a contradição capital e trabalho. Com um dos trechos mais estilísticos da obra, Marx ironiza a negação do trabalho como produtora de riqueza:

Mas o capital tem um único impulso vital, o impulso de se autovalorizar, de criar mais-valor, de absorver, com sua parte constante, que são os meios de produção, a maior quantidade possível de mais-trabalho. O capital é trabalho morto, que, como um vampiro, vive apenas da sucção de trabalho vivo, e vive tanto mais quanto mais trabalho vivo suga. O tempo durante o qual o trabalhador trabalha é o tempo durante o qual o capitalista consome a força de trabalho que comprou do trabalhador. Se este consome seu tempo disponível para si mesmo, ele furta o capitalista. (Marx, 2011, 392) [grifo do autor].

Grespan (2019) interpreta que, para Marx, a classe trabalhadora é essencialmente a negação da burguesia, o que significa que a melhoria salarial da classe trabalhadora significa uma redução da taxa lucro da burguesia. Em essência, essa negação se dá no reconhecimento do trabalho como única força motriz geradora de riqueza e na tendência do capital de substituir o trabalho vivo pelo trabalho morto.

A percepção da contradição capital/trabalho nos *Manuscritos econômicos-filosóficos de 1844* aparece na seguinte perspectiva:

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas (*Sachenwelt*) aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (*Menschenwelt*) (Marx, 2011b, P. 412).

Sob o aspecto filosófico, o manuscrito de 1844 é um texto de um Marx fortemente influenciado pela filosofia materialista de Feuerbach e a dialética de Hegel. Do ponto de vista econômico, esta obra, apesar de seguir os conselhos de Engels expostos no *Esboço da crítica a economia política (1844)*, em negar tal como se apresenta na economia clássica o valor-trabalho ricardiano, há longas citações dos economistas clássicos, demonstrando a inexperiência destes autores e o início de estudos na economia clássica. (Gorender, 2011. P. 26).

Como já mencionado acima, a dialética, agora transformada em materialismo dialético, irá manter-se, inclusive na sua grande obra de economia política. Em carta endereçada a Engels em 1856, Marx discorria a necessidade de uma releitura da obra *Fenomenologia do espírito* de Hegel, coisa que o fizera em três meses. (Netto, 2020).

Para Marx (1863), a grande importância da obra *O capital* era o materialismo dialético como método de análise da economia-política. O mais importante dos manuscritos de 1844 é a percepção do jovem Marx sobre a relação dialética entre as categorias trabalho, valor e mercadoria. Ele demonstra que a substância do valor é o trabalho, pois, “representa o grau final de desapossamento, tem o princípio explicativo no seu oposto – a propriedade privada.” (Marx, 2008, p. 156).

Em seu manuscrito de maturidade de 1857-58 (*Grundrisse*), Marx retoma a contradição acerca do trabalho e a produção de valor que entrará no livro *O capital*, ele salienta de forma clara essa contradição da situação do proletariado:

“o capital mesmo é a contradição, já que constantemente procura suprimir o tempo de trabalho necessário, porém o tempo de trabalho excedente só existe antiteticamente, só em antítese com o tempo de trabalho necessário, como necessário para a condição de sua reprodução e valorização” (Marx, 2011, p. 53).

No livro 2 d’*O capital*, Marx chega a essa mesma conclusão contraditória do capital, da seguinte forma: “O aumento da força produtiva do trabalho e a máxima negação do trabalho necessário são a tendência necessária do capital” (Marx, 2017, p. 220). Percebe-se então que as “gêneses” das crises econômicas são dadas pela negação do trabalho social necessário como o produtor de riqueza e a negação não ocorre por um cinismo ou falta de escrúpulos do burguês individual, ela inicia-se pelas próprias leis internas que regem o capitalismo.

2.3 O pecado original: A contradição entre a produção do valor e o trabalho

Para Marx (2011), a essência do valor está no trabalho. Esta lei, entretanto, é negada pelos capitalistas, que apenas consideram o lucro como sendo um fim em si mesmo. Essa contradição que ocorre na negação do trabalho está nas causas primárias da crise. Antes de iniciarmos este debate, será necessário trazer para a dissertação algumas categorias marxianas

para tratarmos propriamente a lei considerada como “a lei mais importante da economia política moderna e a mais essencial para compreender as relações mais complicadas.” (Marx, 2017, p. 628), a lei da tendência da queda da taxa de lucro.

Nesta perspectiva, por mais que algumas seções de uma dissertação não dêem uma margem suficiente para categorias tão complexas no marxismo, fez-se necessário algumas considerações sobre estas. Retornando a estrutura da obra *O capital*, para Roman Rosodolsky (2001) esse livro não pode ser lido de forma linear. As categorias por lá presentes como, a mercadoria, o trabalho assalariado, o fetichismo, retornam em diferentes seções da obra compondo uma estrutura de texto espiral, sendo que para alguns, apresenta-se em sua dialética completa no volume terceiro. (ROSODOSKY, 2001).

Começemos com a lei do valor, e sua contradição inerente, que é a raiz das crises econômicas. Sendo assim, precisa-se de algumas linhas.

Segundo Marx (2011), a lei do valor é a lei imprescindível na economia política moderna, pois é ela que determina o valor da mercadoria, portanto, o seu preço no circuito do capital. Essa lei se baseia na ideia de que o valor de um produto é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-lo. Em outras palavras, o valor de um produto é dado pelo tempo de trabalho social que será necessário para produzir uma quantidade similar de outra mercadoria em condições normais de produção. (COGGIOLA, 2021).

A lei do valor é, portanto, uma expressão da relação social entre os produtores na sociedade capitalista, a classe trabalhadora. Na medida em que o trabalho se torna socialmente dividido e a produção é organizada de forma privada e competitiva, o valor dos produtos se torna uma função do tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-los. (ibidem).

Nesse sentido, o trabalho é duplamente determinado: por um lado, pelas necessidades humanas e pelas capacidades produtivas dos indivíduos; por outro, pelas condições materiais e sociais em que se realizam.

O primeiro aspecto do duplo caráter do trabalho é o trabalho como práxis utilitária, que produz assim como um valor de uso. Essa é a dimensão positiva do trabalho, que permite ao trabalhador desenvolver suas capacidades criativas e realizar-se como gênero humano. Marx chama isso de trabalho concreto, ou seja, como prática de valores de uso. Sendo assim, em Marx o trabalho é: “formador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, desse modo, uma condição de existência do homem independente de todas as formas sociais, uma eterna necessidade natural de mediar o metabolismo entre homem e natureza, portanto a vida humana.” (2011, p. 286).

O trabalho concreto refere-se a atividades específicas e materiais que os indivíduos realizam para produzir e satisfazer as suas necessidades. Dado ao fato de que a primeira revolução industrial ocorreu quase que restrita ao setor têxtil, Marx menciona frequentemente o exemplo dessa indústria para explicar o trabalho concreto. Ele descreve como os seus trabalhadores realizam tarefas específicas, como fiar, tecer e tingir para produzir roupas e tecidos. O trabalho concreto envolvido na fabricação de roupas é visível e tangível, pois os trabalhadores podem ver diretamente o que estão produzindo.

Em suas análises sobre a transição do feudalismo para o capitalismo, Marx frequentemente mencionava também as artes e seus trabalhos concretos. Os artesãos produziam bens de forma mais direta e autônoma, com pouquíssima divisão do trabalho, seus produtos eram frequentemente quase únicos. Suas habilidades e conhecimentos específicos são exemplos de trabalho concretos, já que seu trabalho era altamente especializado e específico e envolvido em algum tipo de educação preliminar (Rosodolsky, 2001).

A chave para entender o trabalho abstrato é compreender que, sob o capitalismo, a mercadoria, como já dito, é a unidade básica da economia e é avaliada em termos de tempo de trabalho socialmente necessário. Em outras palavras, o valor de uma mercadoria não é determinado pelo tempo de trabalho individualmente gasto em sua produção, mas pelo tempo de trabalho que a sociedade média considera necessário para produzir essas mercadorias nas condições atuais de produção.

Marx ilustra essa abstração do valor com a famosa frase "uma hora de trabalho é igual a qualquer outra hora de trabalho" (2011, p. 643). Isso significa que, do ponto de vista do mercado, uma hora de trabalho de um carpinteiro, por exemplo, é considerada igual a uma hora de trabalho de um mineiro, desde que ambas sejam socialmente permitidas para a produção de suas respectivas mercadorias.

Essa abstração de valor é essencial para o sistema capitalista, pois permite a troca de mercadorias no mercado. No entanto, ela também gera uma série de implicações críticas. Primeiro, ela aliena os trabalhadores do produto do seu próprio trabalho, pois eles não têm controle sobre o valor que seus esforços geram. Em segundo lugar, ela cria uma contradição inerente, pois os trabalhadores vendem sua força de trabalho por um salário que reflete apenas uma fração do valor que resulta, enquanto o restante é compensado pelos capitalistas como lucro.

Ao buscar a produção e a reprodução da sua existência societária por meio do trabalho, o ser social cria e renova as próprias condições de sua própria reprodução. O trabalho é,

portanto, o resultado de uma capacidade teleológica, uma ideia prévia que, ao ser externalizada, torna-se práxis. (Barata-Moura, 1986).

Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia. (Marx, 2011, p. 327).

Para Marx, a história humana é a atividade realizada pela práxis. O ser social ao produzir suas condições de existência e reprodução sociometabólica como ser transformador, produz a si próprio. A formação humana é então, em Marx, a própria prática de existência.

(...) se as relações sociais são a essência genérica do homem; se a linguagem e consciência são mediadoras de toda a práxis, além de serem produtos dela; se o trabalho é atividade que produz materialmente a própria vida; e se o homem é um ser que constrói no conjunto das relações, num movimento constante, num processo infinito, então não há se recusar o caráter educativo imanente a toda a história da formação do homem (Sousa Jr, 2010, p. 24).

O segundo aspecto deste duplo caráter da práxis é o trabalho como atividade estranhada, ou seja, sob o julgo do capital. Essa é a dimensão negativa do trabalho, que se manifesta na exploração da classe trabalhadora. Para Marx, no capitalismo, o trabalho é necessariamente estranhado, pois são submetidas as condições impostas por alguém externo ao trabalhador, alienado a vontade da práxis individual. É nessa dimensão que se encontra a contradição inerente à sociedade burguesa, a alienação do homem na práxis do capital.

Segundo Marx, a mercadoria é antes de tudo, uma coisa, a qual, pela sua propriedade, satisfaz as necessidades humanas, que se origina do estômago ou da fantasia, e por isso sua utilidade faz dela detentora de valor de uso e valor de troca. Neste sentido, assim como no trabalho há duas substâncias, na mercadoria, também existe essa característica, isto é, há o valor de uso e o valor de troca; todavia, toda mercadoria tem um valor uso, mas nem todas possuem valores de troca.

A grandeza de valor de uma mercadoria permaneceria, portanto, constante, caso permanecesse também constante o tempo de trabalho necessário para sua produção. Este, muda, porém, com cada mudança na força produtiva do trabalho. A força produtiva do trabalho é determinada por meio de circunstâncias diversas, entre outras pelo grau médio de habilidade dos trabalhadores, o nível de desenvolvimento da ciência e sua aplicabilidade tecnológica, a combinação social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições materiais (Marx, 2017, p 248).

Para Marx, a mercadoria, assim como o trabalho, aparece com um duplo caráter contido em sua substância. A primeira se insere no que Marx denomina de *valor de uso*. Para

Marx, em todas as sociedades a humanidade produz mercadorias que satisfazem suas necessidades, sejam elas imediatas, sejam ao longo prazo; o que difere estas da mercadoria no capitalismo é que os homens, ao produzirem sob a lógica do capital, realizam o trabalho estranhado na sua efetivação.

2.4 A unidade de troca como o dinheiro e o seu fetiche: Um breve estudo sobre a financeirização da economia em Marx.

Para Marcello Musto (2022), o tema fetichismo foi negligenciado por muitos anos no marxismo. O autor observa que na II Internacional essa categoria foi suprimida nos debates dessa geração de marxistas. O fato de que essa categoria tenha apenas sido mencionada por Marx na edição francesa de *O capital* e o fato de que os *manuscritos de 1844* tenha sido publicados apenas em 1932 fizeram com que pouco tivesse importância esse tema.

Talvez um dos primeiros autores a perceber a importância do fetichismo na teoria marxiana foi Isaak Ilich Rubin, na década 20, com a publicação da obra *Teoria do Valor em Marx* em que o autor destacava que a teoria do fetichismo constitui “a base de todo sistema econômico de Marx, particularmente de sua teoria do valor” (Rubin, 2018, p. 19). Para o autor soviético, o fetichismo das relações sociais representa “um fator da economia mercantil-capitalista.” (ibidem, p. 39).

Rubin (2018) considerava que a categoria fetichismo não era apenas uma mistificação ou ilusão da realidade, mas a materialização das relações de produção. O autor considerava que essa era uma característica da estrutura econômica da ordem burguesa, na qual o “fetichismo não é apenas um fenômeno da consciência social, mas da existência social” (ibidem, p. 73).

Rubin (2018) observa que a relação entre sociedade e valor de troca se apresenta através de forma puramente sócio-histórica. A imposição ou adoção de um valor de troca em relação a um valor de uso se apresenta como uma escolha societária do mecanismo do comércio. Marx observava que “nem no diamante mais precioso que há (...) não existe nenhum átomo do valor.” (Marx, 2011, p. 763). Para Marx, a criação da moeda fiduciária ao longo do desenvolvimento da humanidade se deu da seguinte maneira:

A forma-mercadoria e a relação de valor dos produtos do trabalho em que ela representa não guardam, ao contrário, absolutamente nenhuma relação com sua natureza física e com as relações materiais [*dinglichen*] que derivam desta última. É apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Desse modo, para encontrarmos uma analogia, temos de nos refugiar na região nebulosa do mundo religioso (Marx, 2011, p. 442).

Nessa passagem, Marx destaca a criação da forma dinheiro como um recurso ao longo do desenvolvimento do comércio. Temos aí a “forma ideal” de capital, o capital monetário ou

capital dinheiro. Nos *Grundrisse*, Marx coloca a questão de maneira mais filosófica: “Como constitui a base do capital e, portanto, necessariamente só existe por meio da troca por equivalente, o valor repele necessariamente a si mesmo. [...] A repulsão recíproca dos capitais já está contida no capital como valor de troca realizado.” (MARX, 2017, p. 613).

Marx (2017) destaca que há três formas de dinheiro (capital). Marx denomina a primeira forma de capital monetário (*Geldkapital*). Com o desenvolvimento do comércio e a necessidade de aprimorar as trocas comerciais, a humanidade buscou objetos que facilitassem as transações comerciais. A utilização de metais preciosos e posteriormente formas fiduciárias (moedas nacionais) de troca foram sendo utilizadas como mecanismo de facilitação para o comércio.

Ainda no capítulo primeiro do livro I, *A mercadoria*, Marx realiza a primeira descrição dos processos de troca nas sociedades primitivas, uma relação que era baseada nas relações de troca direta. Nesta passagem específica, Marx (2011) descreve, no exemplo das trocas de trigo por minérios de ferro, como a mercadoria, ao apresentar-se sob um duplo caráter do valor (o de uso e o de troca), a metragem para saber quanto de trigo será necessário para uma quantidade específica de ferro é algo extremamente volátil e de difícil apreensão.

A solução encontrada para equacionar o valor da mercadoria se deu pela adoção de metais preciosos nas trocas comerciais. A escolha por adotar o padrão ouro ou prata, para Marx, dá-se pela limitação que estes tipos de minerais têm na natureza. Fora processos históricos como a colonização da América no século XVI, quando se transferiu grandes quantidades de metais preciosos para Europa, o padrão ouro era algo relativamente estável para o lastro de valores de troca que uma mercadoria pode estabelecer.

Com o desenvolvimento ainda maior do comércio e a necessidade de aumentar as trocas comerciais, precisou-se criar um tipo de valor para a mercadoria. O nascimento das moedas, não mais cunhadas por metais raros, mas fiduciárias através de papeis-moeda faz com que surja o que Marx (2011) denomina de capital monetário (*Geldhandlungskapital*). O capital monetário nasce com uma forma de facilitar a circulação da mercadoria. (Harvey, 2018).

O comércio por dinheiro (*Geldhandlungskapital*), para Marx, a mãe do capital portador de juros (*zinstragende Kapital*), nasce do processo de acumulação do capital e da necessidade de circulação da mercadoria para outras áreas do globo. Como as instituições tinham um grande montante e circulava-se uma quantia expressiva em suas instituições, iniciava-se a venda de dinheiro sob a forma de capital acrescido de juros (D’).

O surgimento do comércio por dinheiro (bancos, casas de câmbio etc.) e

posteriormente a capacidade de reter uma grande soma de capitais dão origem a uma outra forma: o capital produtor de juros (*zinstragende Kapital*). Isso se dá, pois, a partir do momento em que um industrial, ao deixar aplicado seu capital em forma de dinheiro, a não o coloca em repouso, pois a agência de comércio monetário não deixa estacionária aquela aplicação, acontece justamente o contrário, acontece a circulação desse dinheiro repousado em investimentos para outros capitalistas acrescido de juros. (Harvey, 2018).

O dinheiro é potencialmente um valor que se valoriza a si mesmo e que é emprestado, o que constitui a forma de venda para essa mercadoria peculiar. Assim, criar valor torna-se uma qualidade do dinheiro tanto quanto dar peras é uma qualidade da pereira. E é como uma coisa que dá juros que o prestamista vende seu dinheiro. Mas isso não é tudo. Como vimos, o capital realmente ativo se apresenta de tal modo que rende juros não como capital ativo, mas como capital em si mesmo, como capital monetário (*Geldkapital*). (Marx, 2011, p. 442).

O dinheiro se torna capaz de agir puramente como dinheiro que se valoriza com mais dinheiro por meio de movimentos puramente fictícios. Neste momento, o valor dinheiro perde-se de qualquer lastro real da práxis produtiva. Ao realizar isso, Marx destaca o aparecimento do fetiche do dinheiro. (Harvey, 2018). Entramos em um aspecto trabalhado pelo autor alemão (2011) denominado no livro I de *fetichismo*, em especial na edição francesa de 1872. Para Marx, o fenômeno fetiche aparece no capitalismo inicialmente sobre a forma de *fetiche da mercadoria*. Na sessão primeira de O capital, Marx explica o fetichismo da seguinte maneira:

O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho com caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre os objetos, existente à margem dos produtores. (Ibidem, p. 547).

Marx denomina essa relação de “apagamento” do trabalho na produção de mercadoria e a aparência de troca de *fetichismo da mercadoria*. O fetichismo da mercadoria alcança sua forma mais desenvolvida na forma de dinheiro, pois esquece-se o trabalho humano produzido na mercadoria e tem-se o valor de troca com única forma de reconhecimento de um produto. O fetichismo da mercadoria consiste no fato de que, para os capitalistas, as relações de troca existem e se realizam apenas pelas próprias características das próprias mercadorias, ignorando o trabalho social responsável pela produção destas. Na esfera financeira (*geldhandlungskapital*) o fetiche da mercadoria assume a forma do fetiche do dinheiro, fazendo surgir assim uma esfera ultrafetichizada, a troca virtual do dinheiro por mais dinheiro.

É no capital portador de juros que a relação capitalista assume sua forma mais exterior e mais fetichista. Aqui deparamos com D-D', dinheiro que engendra mais dinheiro, valor que valoriza a si mesmo, sem o processo mediador entre dois extremos. No capital comercial, D-M-D', encontra-se pelo menos a forma geral do movimento capitalista, embora ela só se mantenha na esfera da circulação, razão pela qual o lucro

aparece aqui como simples lucro de alienação; ele se apresenta, no entanto, como produto de uma relação social, e não como produto simples de uma mera coisa. A forma do capital comercial continua a representar um processo, a unidade de fases contrapostas, um movimento que se desdobra em dois procedimentos antagônicos, na compra e na venda de mercadorias. Esse processo se apaga em D-D', ou seja, na forma do capital portador de juros (Marx, 2017, p. 441).

Esta relação de dinheiro produzindo mais dinheiro (D – D') observada por Marx é imprescindível para entendermos os processos ligados à crise do capitalismo. Como observa Harvey (2018), historicamente, a necessidade pelo empréstimo do ramo industrial se deu no ambiente da concorrência capitalista ainda no século XIX. Para o autor, o processo de ultrafeitichização, em grande medida, dá-se na tendência da queda da taxa de lucro ocasionado pela busca de aumentar a produtividade do trabalho na concorrência capitalista.

O dinheiro entesourado para qualquer finalidade pode ser depositado em um banco e emprestado para outros capitalistas em troca de juros. O capitalista industrial tem escolha: ele pode contrair um empréstimo para adquirir uma máquina e quitar a dívida em prestações ao longo da vida útil dessa máquina, ou pode comprar a máquina à vista e aplicar a depreciação anual no mercado de dinheiro para render juros até que seja necessário substituir a máquina. (HARVEY, 2018, p. 86).

É fato que atualmente vivemos cada vez mais em uma economia financeirizada, o capitalismo industrial, a partir da década de 1970 no ocidente, torna-se obsoleto em relação ao capitalismo financeiro. Não podemos colocar a previsibilidade dessa mudança a Marx, por mais que no livro III ele já destacasse o papel que a financeirização representava naquele momento para a produção capitalista. Falaremos mais adiante sobre o papel da financeirização, como uma das contratendências para a tendência da queda da taxa de lucro.

Por agora, entende-se como financeirização o aumento do papel do setor financeiro na economia capitalista, em que a especulação, os instrumentos financeiros complexos e a busca por lucros financeiros imediatos superam a produção prática de mercadoria como uma fonte significativa para a acumulação de capital.

Isso explica-se, pois ao longo do desenvolvimento capitalista, a taxa de lucro tende a declinar. Essa tendência é explicada em parte pelo fato de que, à medida que o capitalismo se expande, os capitalistas investem em tecnologias mais avançadas para o aumento da produtividade interna do trabalho a fim de assim vencer ou acompanhar os preços médios da mercadoria.

Sob esta pressão de uma taxa de lucro em declínio na produção, a burguesia tem dois caminhos: o primeiro é voltar-se para investimentos financeiros, como compra de ações, títulos e derivativos, que podem oferecer retornos mais no curto prazo, ou pedir empréstimo para comprar novas máquinas que permitam o aumento da produtividade e com isso “empatar” ou superar esta disputa no circuito capitalista.

2.5. Diferenciação entre a mais-valia absoluta e a mais valia relativa: As formas de exploração do capital.

Outro aspecto essencial para o entendimento sobre a tendência da queda da taxa de lucro se dá na teoria da mais-valia. Antes de discorrermos sobre este assunto, é necessária uma distinção entre mais-valia e taxa de lucro. Como aponta Negri (2016), nas passagens dos *Grundrisse*, o próprio Marx trata a taxa de mais-valia como sendo um sinônimo para a taxa de lucro¹⁰.

É no decorrer dos seus estudos sobre economia política que há uma diferenciação dessas duas taxas. Essa possível troca pode ser explicada no sentido de que para Marx, a taxa de mais-valor é mais importante do ponto de vista da produção capitalista, pois a força de trabalho é a única fonte de produção do valor, porém ocasionado pelo *fetichismo* do capital, ignora-se o trabalho humano na produção. (Cogiolla, 2021).

Retornando a *O capital*, a jornada de trabalho, ou seja, o tempo social necessário para a produção da mercadoria, divide-se em duas partes. Uma designada de *tempo de trabalho necessário* (criador de valores de uso) e a outra denominado tempo de trabalho excedente ou mais-valia (processo de valorização do capital). (Cogiolla, 2021).

Durante o primeiro período, os trabalhadores produzem o valor necessário para a sua sobrevivência enquanto trabalho necessário. O segundo período é composto pelo tempo de trabalho durante o qual os trabalhadores produzem um valor excedente - o mais-valor - o qual este, é apropriado pela burguesia em forma de trabalho alienado, pago através do salário. (Harvey, 2014). Assim, para Marx,

Genericamente, quanto maior a força produtiva do trabalho, tanto menor o tempo de trabalho exigido para sua produção de um artigo, tanto menor a massa dele cristalizada, tanto menor o seu valor. Inversamente, quanto menor a força produtiva do trabalho, maior o tempo de trabalho necessário para a produção de um artigo, tanto maior o seu valor. A grandeza do valor muda de uma mercadoria na razão direta do quantum, e na razão inversa da força produtiva do trabalho que nela se realiza.” (Marx, 2011, p 49).

Estas observações acerca da produção da mercadoria são imprescindíveis para o entendimento da relação entre capital e trabalho e como funciona as contradições internas próprias do capital. Como vimos, o capital tende a negar o trabalho como produtor de riqueza, cabendo suas preocupações para a taxa de lucro extraído no final de um ciclo econômico.

¹⁰ Em termos matemáticos, a taxa de mais-valia é representada pela razão entre mais-valor e o capital variável ($I=m/v$), já a taxa de lucro insere o trabalho morto como forma de cálculo para o lucro, sendo assim, esta taxa aparece como a razão entre a mais-valia e o capital total (constante e variável), representado pela equação $I=m/c+v$) (Cogiolla, 2021).

(Harvey, 2014).

Por conseguinte, no modo de produção capitalista, o peso do trabalho na produção é determinante no lucro gerado no processo produtivo de uma mercadoria. Para Marx, o valor é ligado diretamente ao trabalho pois,

A grandeza de valor de uma mercadoria permaneceria, portanto, constante, caso permanecesse também constante o tempo de trabalho necessário para sua produção. Este, muda, porém, com cada mudança na força produtiva do trabalho. A força produtiva do trabalho é determinada por meio de circunstâncias diversas, entre outras, pelo grau médio de habilidade dos trabalhadores, o nível de desenvolvimento da ciência e sua aplicabilidade tecnológica, a combinação social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições materiais (Marx, 2011, p 48).

David Harvey (2014) afirma que a teoria do valor-trabalho explica então a obtenção da taxa de mais-valia. Pois a valorização de uma mercadoria depende do tempo de trabalho em que o capitalista captura do proletariado.

O surgimento da troca de mercadoria faz com que o tempo de trabalho socialmente necessário se torne a força norteadora do interior do modo de produção capitalista. Desse modo, o valor como tempo de trabalho socialmente necessário é algo historicamente específico do modo de produção capitalista. Ele surge apenas em uma situação em que o mercado cumpre a tarefa que se exige dele (Harvey, 2013, p. 42).

A teoria do valor trabalho denota uma íntima relação entre formação do valor de uma mercadoria e o trabalho necessário para sua produção. Essa condição permite concluir que, se o lucro do capitalista é parte do trabalho que extrapola a fração socialmente necessária para a produção da mercadoria sob a forma da mais-valia, toda a produção capitalista se baseia na relação existente entre capital e trabalho. A mais-valia é explicada da seguinte maneira em Marx:

O prolongamento da jornada de trabalho, além do ponto em que o trabalhador teria produzido apenas um equivalente pelo valor de sua força de trabalho, e a apropriação desse mais – trabalho pelo capital – isso é a produção da mais valia absoluta. Ela constitui a base geral do sistema capitalista e o ponto de partida para a produção da mais valia relativa. Com este, a jornada de trabalho 19 está desde o princípio dividida em duas partes: trabalho necessário e mais trabalho. Para prolongar o mais trabalho reduz-se o trabalho necessário por meio de métodos pelos quais os equivalentes do salário são produzidos em menos tempo (Marx, 2017, p 306).

Enquanto essa se prolonga, produz um mais valor que é apropriado pelo capitalista. Essa apropriação exercida na duração da jornada de trabalho é denominada de mais-valia absoluta. Entretanto, quando se prolonga o trabalho através da redução do seu tempo necessário e intensifica-se as relações de exploração, denomina-se mais-valia relativa. Marx sintetiza o parágrafo acima da seguinte forma:

O prolongamento da jornada de trabalho, além do ponto em que o trabalhador teria produzido apenas um equivalente pelo valor de sua força de trabalho, e a apropriação desse mais – trabalho pelo capital – isso é a produção da mais valia absoluta. Ela

constitui a base geral do sistema capitalista e o ponto de partida para a produção da mais-valia relativa. Com este, a jornada de trabalho está desde o princípio dividida em duas partes: trabalho necessário e mais trabalho. Para prolongar o mais trabalho reduz-se o trabalho necessário por meio de métodos pelos quais os equivalentes do salário é produzido em menos tempo (Marx, 2011, p. 309).

Um aumento na força de trabalho através da intensificação da jornada de trabalho, em outras palavras, no aumento no gasto de força de trabalho. Marx chama este aspecto de *mais-valia absoluta*. Um prolongamento da jornada de trabalho de oito para doze horas é um exemplo da mais-valia absoluta. Quando se tem um incremento tecnológico que por si só aumenta a produtividade do trabalho, como a utilização de esteiras, temos então a mais-valia relativa.

Para Marx (2011), a obtenção da mais-valia absoluta, por mais que esteja na realidade da exploração, possui limites para a própria ordem do capital, pois esta tende a ocasionar o esgotamento da força de trabalho biológica, isso por si só pode ocasionar o comprometimento da qualidade da peça fabricada e a não reprodução da classe trabalhadora futura. (Coggiola, 2021).

Se os filósofos positivistas viam no avanço tecnológico da revolução industrial os elementos da “redenção ao tempo livre”, através da redução do tempo necessário para a práxis produtiva, para Marx o uso de processos tecnológicos no capital significou justamente o seu inverso. A sua incorporação constituiu um processo ainda maior da exploração do homem pelo homem através da obtenção de uma acentuada mais-valia. (Thompson. 2011).

As longas e cruéis jornadas de dezesseis horas diárias, o consumo por parte do capitalista de feriados santos, comum ao gozo dos camponeses ingleses anteriormente ao capitalismo, fez com que o grito de alerta partisse da própria burguesia, preocupada em colocar em risco a própria reprodução física proletária. Se antes os limites do trabalho ligavam-se aos próprios limites da natureza, o nascer do sol quase significava o nascer do dia e a noite, o seu recolhimento ao descanso do mundo do trabalho, a introdução da lâmpada pode nos explicar muito bem o fim deste fenômeno. A partir da sua introdução na indústria, abriu-se uma oportunidade de ampliação da jornada de trabalho da classe trabalhadora.

No início do capitalismo, a fome de lucro dos capitalistas fez com que eles ignorassem até mesmo esses limites, comprometendo a própria existência física da classe operária. Marx resgata o “inventor da olaria moderna” no parlamento inglês, Josiah Wendgwood: “A indústria de algodão existe há 90 anos [...] Em três gerações de raça inglesa, ela devorou nove gerações de trabalhadores algodoeiros” (Wendgwood *apud* Marx, 2011, p. 635).

Já a taxa de mais-valia relativa, por se tratar de um aumento da produtividade do trabalho, tem uma tendência de se consolidar na taxa de lucro capitalista. Isso explica o fato de

que o capitalismo tende a substituir o trabalho humano pelo trabalho morto através do uso da maquinaria (capital constante). “O lucro nada mais é que outra forma do mais-valor, mas desenvolvida no sentido do capital” (Marx, 2011, p. 638).

Isso deve ser observado como uma tendência do capital e não como uma lei social, no sentido de que, quando a mercadoria produzida se encontra como uma taxa média do lucro, ou seja, a soma dos capitais totais produzidas no circuito do capitalismo é a condicionante para um valor médio atribuído àquela mercadoria. (Rubin, 2021).

Quando há um determinado item com um preço menor oriundo do aumento da produtividade, as outras empresas precisam equipar-se em qualidade e preço para disputarem a concorrência. Sendo assim, as estratégias podem modificar conforme o preço do mercado estão estabelecidos.

Quando uma indústria adquire máquinas e com isso há um ganho maior de mais-valia relativa, cabe a outra, ou comprar o mesmo maquinário ou intensificar a exploração via mais-valia absoluta. No livro III, Marx percebe este fenômeno como duas contratendências para a queda do lucro. Discutiremos sobre este assunto mais adiante, sobre as contratendências para a queda da taxa de lucro.

2.6. Uso aplicado das ciências e das tecnologias na práxis produtiva do Capital e os impactos para a educação pública.

A grande indústria não apenas como a mãe do antagonismo, mas também como a criadora das condições materiais e espirituais necessárias para a solução deste antagonismo, solução que, evidente não poderá fazer com doçura (Carta de Karl Marx a Ludwig Kugelmann, Londres, 17 de março de 1868). [Grifo do autor].

Uma das principais questões colocadas para a crise da escola se dá no desenvolvimento das tecnologias e o suposto atraso dos sistemas de educação nacional estatal em acompanhar o desenvolvimento tecnológico. Isso ocorre principalmente, à medida que o uso da alta tecnologia passa a ser um fator decisivo no interior da concorrência capitalista e a educação é um suporte necessário para a manipulação e desenvolvimento das forças produtivas. Justamente, neste instante, os agentes econômicos passam a interferir colocando soluções que amenizem esta relação desigual entre os estudantes de escolas públicas e a necessidade técnica colocada para o mundo do trabalho.

O uso crescente das inteligências artificiais na educação tem despertado tanto entusiasmo quanto preocupações. Neste contexto, uma análise crítica à luz da perspectiva marxista pode lançar luz para algumas implicações sociais e educacionais desse novo uso das tecnologias. Esta seção busca entender as questões que surgem quando se considera o uso das

tecnologias avançadas na educação sob a perspectiva do materialismo dialético, com foco nas relações de poder e nas desigualdades sociais. Através dessa análise, será discutido como o uso de inteligência artificial na educação pode ampliar as disparidades existentes, reforçar a padronização do ensino e promover a mercantilização da educação.

Atualmente, especialmente nos países ocidentais, é cada vez mais raro ouvir falar de "maquinaria", e ainda mais raro falar de "grande indústria", o que pode parecer antiquado. Não que esses elementos tenham deixado de existir ou deixado de ter um papel importante na vida social, mas é cada vez mais comum direcionar o foco exclusivamente para o desenvolvimento tecnológico no âmbito digital, em particular para produtos de consumo individual, como telefones celulares, computadores e aplicativos, enfim, a "adoração da abundância de novas inovações". (Warsh, 2006: 147).

Ao retomar a reflexão de Karl Marx e Friederich Engels sobre o desenvolvimento tecnológico, ou seja, sua "teoria da maquinaria", é importante ressaltar que estamos fazendo isso de forma contrária à perspectiva predominante. De fato, ao contrário do entendimento comum, acredita-se, e não é um caso isolado, que a reflexão ancorada no materialismo dialético não ficou limitada ao seu tempo.

Em segundo lugar, não temos a intenção de entrar em confronto com outras perspectivas que também refletiram sobre a tecnologia, como a abordagem neoschumpeteriana, que faremos mais a frente com a crítica a Paul Romer por conta da sua posição que do Banco Mundial, é grande "protagonista" da crise da escola. É importante ressaltar que tanto essa perspectiva (apesar de apresentar algumas coincidências com a reflexão de Marx), como a maioria das outras, carecem de algo fundamental que nos guiou neste trabalho: a contradição entre as relações sociais de produção e a produção do valor.

Em terceiro lugar, não pretendemos fazer uma defesa da reflexão marxista em relação às críticas direcionadas ao desenvolvimento tecnológico, sendo a principal delas a acusação de "determinismo tecnológico". Essa crítica geralmente se baseia em uma compreensão específica do papel das forças produtivas (*Produktivkräfte*). Não abordaremos essa questão diretamente, pois estamos convencidos de que Marx e Engels não defendem tal "determinismo", e a subsequente exposição será capaz de esclarecer isso adequadamente.

Sendo assim o objetivo desta seção é colocar estas questões, à luz marxiana, no debate do uso aplicado das ciências e das tecnologias na sociedade. Em primeiro lugar, a relação do uso aplicado das ciências, principalmente as naturais, e o desenvolvimento histórico do capitalismo é um assunto bastante polêmico. Levando-se em consideração apenas a leitura do

livro 1 de *O capital*, em que Marx percebe uma tendência de substituição do trabalho vivo para o trabalho morto, a interpretação que se tem sobre este assunto é superficial. (Grespan, 2020). Harvey (2014) esclarece esse equívoco da interpretação sobre o pensamento marxiano acerca deste assunto da seguinte maneira:

De todas as más interpretações do pensamento de Marx, talvez a mais chocante seja aquela que faz dele um determinista tecnológico. Ele não encara a mudança tecnológica como a força impulsora da história. Essa interpretação equivocada do seu argumento surgiu, em parte, da imposição de significados contemporâneos nas palavras de Marx, e também de um fracasso em entender seu método de investigação. Por exemplo, definições comumente aceitas agora indicam que a tecnologia significa a aplicação do conhecimento científico para criar a ferramenta física para a produção, a troca, a comunicação e o consumo. O significado de Marx é ao mesmo tempo mais amplo e mais restrito do que isso (Harvey, 2014, p. 186).

A segunda questão que precisa ser apreendida sobre este assunto é a diferenciação que alguns autores realizam com os temas ciências, tecnologia e forças produtivas na ordem do capital. Marx, em seu prefácio de *O capital* para edição francesa de 1872, descreveu o seu método científico, comparando-o em muitos casos com o trabalho do físico, que parte de realidades materiais concretas para então modificá-las por intermédio da práxis. (Netto, 2011).

Sendo assim, Marx era o autor que tinha a compreensão da ciência como o método de compreensão da realidade, logo esta era positiva no sentido da compreensão da totalidade dos fenômenos por ele observados. A ciência era positiva, pois possibilitava o rigor de observar fenômenos concretos, seja aqueles das ciências naturais, seja os das ciências humanas. (Ibidem, 2011).

Em se tratando de tecnologia, Marx refere-se à forma concreta assumida por um processo de trabalho real em um determinado modo de produção. Essa tecnologia pode ser diretamente descrita de acordo com os vários outros elementos do modo de produção. Ferramentas, máquinas, a estrutura física dos processos de produção, a divisão técnica do trabalho, quantidades e qualidades de forças de trabalho distintas, os níveis de cooperação, as cadeias de comando e hierarquias da autoridade, e os métodos específicos de coordenação e controle utilizados.

“A tecnologia desvela a atitude ativa do homem em relação à natureza, o processo imediato de produção de sua vida e, com isso, também de suas condições sociais de vida e das concepções espirituais que delas decorrem.” (Marx, 2011, p. 446).

No livro I d' *O Capital*, descreve-se a transição ocorrida no modo de produção feudalista do arado de madeira para o arado de ferro e a substituição do trabalho humano na lavoura pelo trabalho animal. Este “salto” tecnológico possibilitou o aumento da produtividade do campo que ocasionou diretamente a formação de excedente, o qual serviu para o desenvolvimento de um comércio local. Remetendo-nos mais uma vez à biografia de Marx

produzida José Paulo Netto (2021), em diversas cartas enviadas para seu amigo e camarada Engels, Marx destacava com entusiasmo diversos avanços tecnológicos observados por ele em sua época e a possibilidade de redução do tempo útil de produção.

A obra *O homem unidimensional: Estudos da ideologia da sociedade industrial avançada* de Herbert Marcuse, publicada em 1964, representa talvez uma enorme contribuição para a teoria crítica e a análise social sobre o tema. Nesta obra, Marcuse examina as características da sociedade contemporânea e problematiza o impacto da ideologia e da sociedade industrial avançada na liberdade e na consciência dos indivíduos. O autor argumenta que a sociedade industrial desenvolvida cria um tipo de homem unidimensional, cuja capacidade de pensar criticamente e de buscar uma transformação social é severamente limitada.

Marcuse (2017) argumenta que, na sociedade industrial controlada, o indivíduo é moldado e limitado por uma racionalidade técnica que busca restringir suas necessidades e desejos aos padrões do sistema. O “homem unidimensional” é aquele que internalizou os valores e as normas da sociedade industrial, tornando-se incapaz de questionar e resistir à lógica burguesa. Pode-se dizer que Herbet Marcuse desempenha um enorme papel na compreensão do pensamento crítico sobre a tecnologia sem se deixar se impactar com posições positivistas sobre o tema:

Como modo de produção, como a totalidade dos instrumentos, dispositivos e invenções que caracterizam a era da máquina, é assim, ao mesmo tempo, uma forma de organizar e perpetuar (ou modificar) as relações sociais, uma manifestação do pensamento e dos padrões de comportamento dominantes, um instrumento de controle e dominação (Marcuse, 2017, p. 73).

Por mais que Marcuse (2017), tenha desempenhado uma contribuição extraordinária para os estudos sobre esse tema, acredito que dado os acervos que teve no contexto da década de 1960, nesta obra não conseguiu trazer profundidade a este aspecto. Retornando para as contribuições de Engels para o entendimento real sobre o tema, no discurso no funeral de Marx, Engels buscou sintetizar a perspectiva do autor sobre o desenvolvimento da técnica.

A ciência era para Marx uma força historicamente motora, uma força revolucionária. Por mais pura alegria que ele pudesse ter com uma nova descoberta, em qualquer ciência teórica, cuja aplicação prática talvez ainda não se pudesse encarar — sentia uma alegria totalmente diferente quando se tratava de uma descoberta que de pronto intervinha revolucionariamente na indústria, no desenvolvimento histórico em geral (Engels, 1985, p. 142).

Neste trecho, Engels (1985) apresenta uma perspectiva muito interessante de como Marx via a ciência inserida na práxis produtiva. Ele acreditava que a ciência poderia ser aplicada, por exemplo, à produção industrial para aumentar a eficiência e reduzir o tempo de

trabalho necessário para a produção da mercadoria. Além disso, para Marx, a ciência também poderia ter um papel importante na luta contra a opressão e a exploração. Por exemplo, as descobertas científicas poderiam ser usadas para combater a pobreza, a fome e as pestes, que eram problemas comuns em todas as sociedades que antecederam o capitalismo. Nesse sentido, a alegria que Marx ao descobrir alguma novidade na ciência não era apenas pela sua importância teórica, mas também por sua forma prática e revolucionária no desenvolvimento histórico.

Vejam, por exemplo, o avanço da biomedicina oferecida por Cuba, um país que sofre anos de um bloqueio por parte dos Estados Unidos, desde a Guerra-Fria, mas oferece um dos melhores serviços médicos nacionais, segundo os próprios organismos multilaterais. Apenas como um exemplo, em 2015, a Organização Mundial da Saúde (OMS) divulgou um relatório intitulado "Perfil da Saúde da População de Cuba", que descreve a situação de saúde da população cubana e as medidas que o governo cubano adotou para melhorar a saúde e o bem-estar de seus cidadãos. O relatório destaca que apesar dos desafios enfrentados por Cuba (o relatório não cita o embargo), o país alcançou altos níveis de saúde para sua população, com expectativa de vida de 78 anos e umas menores taxas de mortalidade infantil (apenas 4,2 por mil nascidos vivos). Mesmo com todos os seus problemas econômicos ocasionados pelo imperialismo norte-americano de mais de 50 anos, Cuba demonstrou que a utilização da ciência não reificada à ordem do capital pode elevar as condições materiais da classe trabalhadora.

Nos manuscritos econômico-filosóficos de 1844, Marx destacava a relação da indústria e das ciências na possibilidade de redução da exploração da classe trabalhadora, porém o jovem que acabara de ter contato com a economia política já salientava a incapacidade emancipatória no regime do capital em realizar esta tarefa histórica.

Mas a ciência natural penetrou de forma mais prática na vida humana por meio da indústria, transformou e preparou a emancipação da humanidade, muito embora o seu efeito imediato tenha consistido em acentuar a desumanização do homem, A indústria é a relação histórica real da natureza e, por consequência da ciência natural, ao homem (Marx, 2008, p. 145).

Neste trecho dos manuscritos, Marx (2008) argumenta que a indústria, como expressão concreta dessa relação histórica, desempenha um papel crucial na forma como os seres humanos se relacionam com a natureza. Através do desenvolvimento industrial, a ciência natural se torna prática na vida das pessoas, determinando suas condições de existência. No entanto, Marx reconhece que, sob o modo de capitalista, a indústria muitas vezes aliena o homem de sua própria humanidade, subjugando-o às demandas do processo de produção e tratando-a como uma mera força de trabalho.

Nos *Grundrisse*, Marx destacava essa possibilidade em que o desenvolvimento das

forças tecnológicas aparece. Para o autor, o desenvolvimento das forças tecnológicas abre um espaço para propiciar “o livre desenvolvimento das individualidades e, em consequência, (...) que corresponde então à formação artística, científica dos indivíduos por meio do tempo liberado e dos meios criados para todos.” (Marx, 2011b, p. 797).

Como o capital é um regime sociometabólico que tende a colocar as segundas ordens acima das primeiras, como diria o professor Mészáros (2021), a burguesia vê apenas a possibilidade de gerar mais mercadorias, dado o aumento natural da produção que a máquina realiza na captura relativa do mais-valor.

O capital dá o seu aporte aumentando o tempo de trabalho excedente da massa por todos os meios da arte e da ciência, porque da a sua riqueza consiste diretamente da apropriação do tempo de trabalho excedente; uma vez que sua finalidade é diretamente o valor, não o valor de uso (Marx, 2011, p. 810).

A introdução das ciências burguesas significou uma resposta a um aumento da mais-valor, uma tendência de “por um lado de criar tempo disponível, por outro lado, de convertê-lo em trabalho excedente” (ibidem). Segundo Marx, o capitalismo cria tempo disponível por meio do desenvolvimento da produtividade, que é resultado do avanço e tecnologia da automação. Por um lado, isso significa que menos tempo é necessário para produzir as necessidades básicas da vida. (Coggiola, 2021).

Portanto, sob o sistema capitalista, a capacidade de criar tempo disponível por meio do avanço tecnológico é explorada para extrair mais trabalho excedente dos trabalhadores, aumentando os lucros dos capitalistas. Essa dinâmica é central na análise de Marx sobre a exploração e as contradições inerentes ao capitalismo.

Sendo assim, o avanço tecnológico no capital desempenha papel decisivo neste processo. Para Marx, o processo de incorporação da ciência não se comportou como afirmavam os economistas burgueses, ou seja, como responsável pelo progresso da humanidade, mas possibilitou um aumento cada vez maior da exploração, quando não isso, a sua substituição de um trabalho vivo para trabalho morto. Vejamos em outra passagem agora em *O capital*:

Tão logo a máquina possa executar sem ajuda do homem todos os movimentos necessários para elaborar a matéria-prima, ainda que o homem vigie e intervenha de vez em quando, teremos um sistema automático de maquinaria (...) o processo de produção deixa de ser um processo de trabalho, no sentido de que o trabalho constituiria a sua unidade dominante (Marx, 2017, p.219).

Para Marx, a maquinofatura representou uma intensificação ainda maior da exploração do trabalho, pois sua introdução significou dentre outros aspectos: 1) O controle velocidade da produção, agora estabelecido pela velocidade da esteira e não os próprios limites fisiológicos dos trabalhadores; e 2) O controle do que é produzido, retirando em grande medida o

conhecimento do trabalhador e sua realização social como práxis. (Antunes, 2009).

Não é que Marx veja o uso aplicado das ciências na produção através da maquinofatura como sendo o único responsável pelo incremento e intensificação da exploração da classe trabalhadora, mas o seu uso inserido na lógica do capital significa uma possibilidade de obtenção de uma mais-valia relativa na produção. Para o autor:

À medida que se desenvolvem a grande indústria, a criação de uma verdadeira riqueza torna-se menos dependente de tempo de trabalho e da qualidade de trabalho aplicado, do que do poder dos fatores postos em ação durante o tempo de trabalho, fatores esses que não tem nenhuma relação com o tempo de trabalho direto que custam a sua produção, mas que são acima de tudo tributários do nível geral da ciência e do progresso da tecnologia, ou da aplicação dessa ciência à produção (2017, p. 382).

Para Marx, em especial no capítulo 13, “*Maquinária e Grande Indústria*” de seu primeiro volume, embora a maquinofatura tenha sido um avanço em relação à produção manual (redução do dispêndio de energia gasto na práxis produtiva), mantém-se muitos dos problemas do sistema de produção anterior e cria-se novos: como veremos mais a frente, a tendência da queda da taxa de lucro e a centralização e concentração do capital.

Em primeiro lugar, Marx (2011) destaca que a maquinofatura mantém a divisão do trabalho, uma forma de opressão dos trabalhadores, que são reduzidos a “meros apêndices das máquinas e do processo produtivo”. Na maquinofatura, os trabalhadores ainda são organizados em oficinas e obrigados a realizar tarefas repetitivas, o que leva ao processo de alienação da classe trabalhadora. Além disso, a introdução de máquinas na produção aumentou a velocidade e intensidade do trabalho, o que levou a uma exploração ainda maior desta classe.

Como novo problema, há a necessidade de um grande investimento de capital em inovações e novas máquinas para produção em grande escala, para cobrir os custos, elemento este importante para entender as crises atuais. A concentração do capital nas mãos de poucos proprietários (monopólios) de fábricas e a exclusão de pequenos produtores e artesãos do mercado são outros problemas desse novo tipo de processo histórico.

Além disso, como veremos, a maquinofatura aumentou a concorrência entre os fabricantes, o que levou a uma redução nos preços e a uma pressão para reduzir os custos de produção, incluindo os salários dos trabalhadores. Em outra passagem, Marx expõe o significado - este negativo - desempenhado pelo sistema do capital no desenvolvimento e aplicação da ciência na produção burguesa. Marx determina o seguinte aspecto, sobre o uso tecnológico:

Igual a qualquer outro desenvolvimento da força produtiva do trabalho, o uso aplicado da ciência se destina a baratear mercadorias e a encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador precisa para si mesmo, a fim de encompridar a outra parte da sua jornada de trabalho que ele dá de graça para o capitalista. Ela é o meio de produção

da Mais – Valia (Marx, 2017, p. 1412).

Assim, se para Marx, o progresso do capitalismo é um processo de acumulação sobretudo de algum tipo excedente e esse excedente também é resultado primordialmente do aumento da produtividade do trabalho, ele percebe que as alterações no padrão tecnológico reduzem os custos totais (como a intensificação dos transportes ou da comunicação) mas paralelo isto, ampliam a exploração; no entanto, esses são fatores decisivos para o lucro.

[...] o supondo que a construção da nova maquinaria ocupe um número maior de mecânicos, isso é alguma compensação para os produtores de papel de parede postos na rua? Na melhor das hipóteses, sua fabricação ocupa menos trabalhadores do que os números daqueles deslocados por sua utilização (Marx, 2011, p. 1817).

Neste trecho, Marx reflete sua crítica à ideologia do progresso tecnológico reificado ao modo de produção capitalista, que argumenta que a introdução de novas máquinas e tecnologias espontâneas resultaram em benefícios para a sociedade como um todo. Marx acreditava que, sob o capitalismo, a introdução de novas tecnologias e a automação na produção eram usadas principalmente para aumentar apenas a expropriação da burguesia sobre a classe trabalhadora.

Esta tendência de substituição do trabalho vivo por trabalho morto (o da máquina) é explicada por Marx através da variação da taxa de lucro capitalista. Para Marx, o valor da mercadoria agrega-se através do capital constante, ou seja, as infraestruturas físicas, as matérias-primas de confecção e por último a maquinaria responsável pela produção e transporte.

Todos os progressos da civilização, ou seja, todo o aumento das forças produtivas sociais ou, se se preferir, das forças produtivas do próprio trabalho, não enriquecem o operário, mas o capital. O mesmo se passa com os resultados da ciência, das invenções, da divisão e da combinação do trabalho, do aperfeiçoamento dos meios de comunicação, da ação do mercado mundial ou do emprego das máquinas. Tudo isto aumenta unicamente a força produtiva do capital, ou seja, a força que domina o trabalho. Com efeito, como o capital está em oposição ao operário, tudo isto apenas aumenta a dominação objetiva sobre o trabalho (MARX, 2011, p. 159).

Marx sugere que os avanços na produtividade, seja através da inovação tecnológica, da ciência, da divisão do trabalho, do desenvolvimento dos meios de produção ou do comércio global, têm a tendência de aumentar o poder e a riqueza do capital em contrapartida de melhores condições de trabalho. Enfatiza-se que o resultado desses avanços é uma maior capacidade do capital e de controlar a práxis laboral de maneira mais eficiente, reforçando a dominação que o capital exerce sobre os trabalhadores.

Em essência, a ideia é de que o sistema capitalista, ao concentrar a propriedade dos meios de produção nas mãos de uma minoria (a classe capitalista), tende a perpetuar a

desigualdade econômica e social. Os avanços tecnológicos e científicos, em vez de liberar os trabalhadores das condições de exploração, são cooptados pelo sistema para fortalecer ainda mais o controle do capital sobre o trabalho vivo, pois *“um capital adicional será igualmente eficaz na formação de riqueza futura, seja ele obtido por meio do aperfeiçoamento da qualificação ou da maquinaria”*. (Marx, 2011, p. 362).

Apenas como destaque, ao dar ênfase no papel “revolucionário” da tecnologia no aumento da produtividade, Marx não elimina a necessidade de trabalho humano na produção de valor, como algumas correntes pós-austríacas defendem. A produção do valor continua a ser produzida pelo trabalho humano, todavia acrescida do desenvolvimento da técnica que ocasionara um aumento exponencial de mercadorias.

2.7. A tendência da queda do lucro na ordem sociometabólica do capital

Em primeiro lugar, deve-se enfatizar que a expressão “limites absolutos” não implica algo absolutamente impossível de ser transcendido, como os apologistas da “ordem econômica ampliada” dominante tentam nos fazer crer para a nos submeter à máxima do “não há alternativa”. Esses limites são absolutos apenas para o sistema do capital, devido às determinações mais profundas de seu modo de controle sociometabólico (Mészáros, 2001, p. 485).

O filósofo e economista húngaro Mészáros, desenvolve o conceito de "ordem econômica ampliada" em sua obra "Para Além do Capital". Mészáros (2001) argumentava que a ordem econômica não pode ser concebida apenas como um sistema de produção e circulação de mercadorias, mas deve ser visto de forma mais ampliada, incorporando todas as relações sociais e estruturas que sustentam o sistema capitalista.

A ordem econômica ampliada inclui não apenas a produção e a distribuição de mercadorias, mas também as instituições políticas, sociais e culturais que servem para manter e perpetuar o sistema capitalista. Isso significa que a ordem econômica ampliada abrange o Estado, a ideologia dominante, as relações de classe, as estruturas de poder e controle, e até mesmo as formas de pensamento e cultura que legitimam o sistema capitalista.

István Mészáros argumentava que o capitalismo atingiu seus “limites absolutos” de várias maneiras. A sustentação desses limites é uma característica inerente ao sistema capitalista e que se manifesta em várias dimensões. Alguns dos limites absolutos do capital que Mészáros identificava eram os limites ambientais, o aumento da exploração da periferia, a acumulação do capital cada vez mais concentrada, o controle sociometabólico das relações sociais e da própria alienação humana. (Antunes, 1999).

Uma das principais causas para a “ativação” destes limites absolutos da ordem do

capital consiste na redução da taxa de lucro a partir do final da década de 1970. A crise regressiva do capital, segundo Mészáros, é uma crise profunda e destrutiva que ocorre quando o sistema capitalista não consegue mais garantir as condições básicas de reprodução do próprio capital. Em outras palavras, é uma crise que ameaça a própria existência e continuidade do sistema.

Mészáros argumentava que, ao longo do desenvolvimento do capitalismo, o sociometabolismo criou uma série de mecanismos de regulação para lidar com crises cada vez mais constantes e cada vez mais intensas. No entanto, à medida que o capitalismo avançou e as contradições se intensificaram, esses mecanismos de regulação tornam-se cada vez menos eficientes.

Nesta seção, buscaremos tratar da lei da queda da taxa de lucro e como esta lei, “a maior importante da economia burguesa” se relaciona com as atuais crises do sistema capitalista.

Para Marx, vários elementos são determinantes para o incremento ou redução da taxa de lucro do capital, como a concorrência, redução dos preços da mercadoria, o tempo social de produção e dos custos, expansão da produção e maior velocidade na circulação da mercadoria. Essas alterações possuem relação direta com as diversas expressões do capital na economia capitalista que, com o desenvolvimento das forças produtivas, são determinadas pela composição orgânica do capital.

Lembremos que pela lei do valor, somente o trabalho, na forma de expropriação da mais-valia, que cria (novos) valores; *valores de uso* na forma de mercadoria utilitária, *valores de troca* com força de trabalho. A primeira contradição que aparece no capital é o fato de que o burguês tende a apagar o trabalho como gerador de nova riqueza e considera-se apenas a taxa de lucro para a composição do cálculo da empresa.

O burguês esquece desta premissa fundamental do capital e apenas considera a taxa de lucro como sendo a unidade preservada por ele. “A taxa de mais-valor é mais importante, do ponto de vista da produção capitalista, porque a força de trabalho é a única fonte de valor.”, porém “a concorrência capitalista, por sua vez, oculta as verdadeiras relações de produção.” e faz com que somente a taxa de lucro seja utilizada em seus cálculos cotidianos. (Coggiola, 2021, p. 115 - 118).

Para a obtenção de uma maior taxa de lucro, há diversas estratégias orquestradas pelo burguês. O aumento da exploração da mais-valia (relativa ou absoluta) e o uso da maquinária (trabalho morto) são mecanismos de aumento desta taxa. O fetichismo do capital apresenta-se

neste sentido onde a burguesia privilegia o capital constante como sendo o único produtor de valor. Segundo Coggiola, Marx observava que, a “origem do mais valor é, desse modo, mistificada, já que os lucros obtidos por cada capitalista não parecem possuir qualquer relação com o montante de trabalho realizado pelos trabalhadores” (...) “assim, tudo aparece invertido, como condições de competições.” (2021, p. 39).

Sendo assim, para Marx, no capitalismo existe uma tendência de substituição do capital variável (trabalhadores) pelo capital constante (máquinas). Essa tendência explica-se na busca de redução dos gastos de produção como forma de sobrevivência à concorrência capitalista. Com o passar do tempo e na incapacidade de sobrevivência no circuito de concorrência do capitalismo, existem duas saídas para o burguês: adotar a maquinaria ou potencializar a exploração do mais-trabalho como única saída de sobrevivência. Segundo Marx, esta tendência aparece da seguinte forma:

A lei decrescente de lucro, em que se expressa uma taxa igual ou até mesmo ascendente de mais – valia, significa, em outras palavras: dado um quantum determinado do capital social médio, tornando-se por exemplo um capital de 100, representam-se numa parte sempre maior do mesmo os meios de trabalho e numa parte sempre menor o trabalho vivo. Como, portanto, a massa global de trabalho vivo agregado a os meios de produção cai em relação ao valor desses meios de produção, assim também caem o trabalho não-pago e a parte de valor em que ela se representa, em relação ao valor do capital global adiantado. Ou: uma parte alíquota cada vez menor do capital global despendido se converte em trabalho vivo, e esse capital global absorve, portanto, em proporção à sua grandeza, sempre menos mais-valia, embora a proporção da parte não-paga do trabalho empregado, em relação à parte paga do mesmo, possa simultaneamente crescer. O decréscimo proporcional do capital variável e o aumento do capital constante, embora ambas as partes cresçam absolutamente, é como se disse, apenas outra expressão para a produtividade aumentada do trabalho (Marx, 2011, p. 567).

A redução da taxa de lucro e a exclusão do trabalho vivo não faz com que exista um empobrecimento da burguesia, pelo contrário, a massa absoluta de trabalho sob forma de mais-valia é preservada e até mesmo intensificada; neste instante, apresenta-se aí uma tendência de aumento das contradições internas entre os donos dos meios de produção e a classe trabalhadora. A explicação decorre do fato de que essa alteração não diminui a exploração. Ao contrário, ela a intensifica quando necessita extrair o mais trabalho com menos trabalho vivo e pode servir como incremento para a retirada de mais-valia.

A lei da queda progressiva da taxa de lucro ou da diminuição relativa do mais-trabalho apropriado em comparação com a massa de trabalho objetivado posta em movimento pelo trabalho vivo não exclui, de maneira alguma, que a massa absoluta de trabalho posto em movimento e explorado pelo capital social cresça que, portanto, a massa absoluta de mais-trabalho por ele apropriado também cresça, tampouco que os capitais que se encontram sob o comando dos capitalistas individuais comandem uma massa crescente de trabalho, e portanto de mais-trabalho, este último mesmo se o número de trabalhadores comandados por eles não crescer (Ibidem, p. 568).

Marx observa este fenômeno e conclui que no capitalismo a tendência de redução da taxa de lucro faz com que se aumentem as contradições internas entre produtores e donos dos meios de produção, no sentido de que, enquanto a burguesia tende a cada vez acumular o mais-valor produzido, o proletariado entra em um regime de superexploração como forma de compensar as deficiências tecnológicas internas da fábrica. Isso quando não é excluído do circuito de produção direta do capital através do desemprego, compondo o exército de mão-de-obra operária e a população supérflua, o exército de Lázarus, segundo Sousa Jr (2014) (Coggiola, 2021).

Marx observa que a “queda da taxa de lucro não nasce de uma diminuição absoluta, mas de uma diminuição relativa do componente variável do capital global, de sua diminuição comparada com o componente constante.” (Marx, 2017, p. 569). E por conseguinte

Mostramos como as mesmas causas que produzem uma queda tendencial da taxa geral de lucro condicionam uma acumulação acelerada do capital, e, portanto, o crescimento da grandeza absoluta ou da massa global de mais-trabalho por ele apropriado (mais valia, lucro) (Marx, 2011, p. 572).

Segundo Marx, existe uma relação entre a acumulação acelerada de capital e o aumento da quantidade total de mais-trabalho sob o domínio dos capitalistas, que é o fundamento da obtenção de lucro. Isso significa que, mesmo que a taxa de lucro por unidade de capital investido esteja caindo, o aumento na quantidade total de capital em circulação resulta em uma quantidade maior de mais-valia (trabalho não pago) e, portanto, em lucros maiores.

Também podemos entender desse trecho que, sob certas condições, mesmo que a taxa de lucro por unidade de capital investido esteja caindo, a acumulação acelerada de capital pode levar a lucros maiores em termos absolutos, devido ao aumento na quantidade total de capital em circulação e à quantidade total de trabalho excedente (mais-valia) extraída dos trabalhadores.

Se aplicarmos a segunda lei da dialética¹¹ em Marx, o crescimento total do capital, em contrapartida da queda da taxa de lucro individual é a base da formação de um capitalismo cada vez mais monopolista e centralizador. Em outros termos, a concorrência capitalista e a da burguesia em “fagocitar” os burgueses que menos possuem vantagens no circuito, faz com que exista uma acumulação crescente de capital nas mãos de poucos, por isso a manutenção da “grandeza absoluta” ou da “massa global de mais-trabalho” se mantem, mesmo com a redução

¹¹ Para Arthur Chistopher (2016), na obra *O capital*, a dialética apresenta-se toda a sua estrutura. Segundo o autor, a segunda lei da dialética consiste na transição quantitativa para a qualitativa. Essa lei sugere que mudanças graduais e acumulativas em quantidade podem eventualmente levar a uma mudança qualitativa, ou seja, uma transformação fundamental na natureza ou essência de algo.

da taxa de lucro. Para muitos economistas, nesta passagem, Marx nos fornece uma chave de leitura para o funcionamento do capitalismo atual: a formação de oligopólios, característica neste processo histórico, e a concentração da riqueza, cada vez mais nas mãos de poucos, explicam-se por esta tendência.

2.8. Lei da centralização e concentração do capital: A desigualdade como característica da própria ordem do capital

Quando se fala de crise econômica, uma leitura vulgar da realidade tende a creditar que as crises geram um empobrecimento geral, como se todos os setores da sociedade tivessem uma perda homogênea de capitais. Como se a crise econômica levasse a redução da riqueza total da sociedade (proletários e burgueses). No entanto, o que Marx observava é que nas crises econômicas, as massas totais de riqueza produzida tendem a se manter ou mesmo até aumentar. Em contrapartida, existe uma tendência de pauperização da classe trabalhadora enquanto existe o aumento de capitais. (Rosolsky, 2001).

As crises, para Marx, devem ser observadas como o aumento das contradições internas da própria ordem do capital, sendo assim, são aprofundamentos das leis internas deste sistema. Para Negri (2016), este aspecto é um dos mais brilhantes contidos na obra, pois percebe-se a crise como sendo um mecanismo interno e não produzida por fatores externos a sua realidade, como foi o equívoco realizado pelos economistas clássicos. (Negri, 2016).

Vejamos uma pesquisa da rede PENSSAM sobre a crise sanitária de covid-19 no Brasil em 2021:

É um cenário que não deixa dúvidas de que a combinação das crises econômica, política e sanitária provocou uma imensa redução da segurança alimentar em todo o Brasil. No período abrangido pelo trabalho, 116,8 milhões de brasileiros não tinham acesso pleno e permanente a alimentos, o que corresponde a 55,2% dos domicílios nacionais – um aumento de 54% desde 2018 (36,7%). Desses, 43,4 milhões (20,5% da população) não contavam com alimentos em quantidade suficiente (insegurança alimentar moderada ou grave) e 19,1 milhões (9% da população) estavam passando fome (insegurança alimentar grave). (PENSSAM, 2021, p. 3).

Paralelo a este aumento acentuado da pobreza no Brasil, segundo a revista Forbes (2021), há um aumento expressivo de bilionários (um acréscimo de cerca de 48%). Segundo a rede de pesquisa, a quantidade de bilionários saltou de 45 em 2020 para 65 em 2021. O aumento da quantidade de bilionários, paralelamente ao aumento de uma massa da pobreza, demonstra a atualidade da lei de centralização e concentração. Para Marx, existe uma tendência da própria ordem do capital de cada vez mais se concentrar e centralizar-se nas mãos de um pequeno grupo de burgueses. Essa lei explica a tendência do capitalismo, que, em seu desenvolvimento maduro, poderia levar a centralização.

A composição orgânica do capital é um conceito crucial do pensamento de Marx para analisar o processo de produção capitalista. Ela expressa a relação entre o valor do capital constante (máquinas, equipamentos, matérias-primas etc.) e o valor do capital variável (força de trabalho). A fórmula da composição orgânica do capital é $Coc = c / c + v$, em que c é o capital constante e v é o capital variável e Coc é a composição total. Quanto maior for a parcela de capital constante em relação à parcela de capital variável, maior será a composição orgânica do capital. (Rosolsky, 2001).

Sendo assim, a composição orgânica do capital tem implicações importantes para a dinâmica do sistema capitalista, pois afeta a taxa de lucro, a acumulação de capital, a concorrência entre os capitais e os processos de crises que, como já vimos, é parte integrante do sociometabolismo do capital. Segundo Marx (2017), no livro 3, a tendência histórica do modo de produção capitalista é elevar a composição orgânica do capital, através do desenvolvimento tecnológico e da substituição de trabalho social por trabalho morto. (Rosolsky, 2001).

Esse é um dos elementos fundamentais para entender a percepção de Marx sobre as crises capitalistas, pois ele demonstra que, nas crises do sistema, não existe um empobrecimento geral, pelo contrário, as somas de capital produzidas são conservadas ou até mesmo elevadas. O que ocorre quando existe uma queda da taxa de lucro é a redução de capitalistas no circuito de concorrência do Capital, estes tendem a uma ampla falência ou a serem incorporados à soma de capitais por outros grupos. (Negri, 2016).

A lei da queda da taxa de lucro, é uma das causas da tendência de centralização/concentração, pois pressiona as empresas a aumentar a escala de produção para compensar a diminuição da taxa. Isso leva à centralização na medida em que empresas menores não conseguem competir em termos de eficiência e produtividade. A queda na taxa de lucro pressiona as empresas a adotarem estratégias para manter ou aumentar seus lucros. Uma dessas estratégias é a centralização do capital, que envolve a fusão e aquisição ou absorção de empresas menores por empresas maiores. (Negri, 2016).

Dentre os vários mecanismos que fazem com que se eleve a centralização e concentração estão a chamada economia de escala, a inovação tecnológica, o acesso a novos mercados financeiros e, por último, o controle sobre a cadeia de suprimentos. (Harvey, 2019).

Empresas maiores geralmente têm maiores vantagens em termos de economia de escala, o que significa que podem produzir em grande escala a custos mais baixos por unidade de produção. Isso as torna mais competitivas, pois as empresas menores não conseguem

competir em termos de custos de produção. Outro ponto de destaque é que empresas maiores podem consolidar o controle sobre a cadeia de suprimentos, obtendo matérias-primas a preços mais baixos e aumentando a eficiência na produção. Isso reduz os custos de produção, portanto aumenta a margem de lucro, que se não acompanhada por outras unidades produtivas, reduz a margem de lucro destas.

Essa centralização do capital resulta em um cenário em que poucas empresas dominam setores inteiros da economia, criando monopólios ou oligopólios. Além disso, as empresas menores muitas vezes são absorvidas ou eliminadas, contribuindo para a concentração de riqueza e poder nas mãos de um número cada vez menor de empresas e indivíduos.

No caso específico do nosso objeto, o processo de mercantilização da educação tem uma característica específica, como veremos mais à frente. Em 2018, a já gigante da educação privada a Kroton fechou a compra de outra gigante da educação privada, a Somos Educação. Do ponto de vista econômico, o capitalismo mercantil da educação já está centralizado e concentrado, altamente financeirizado via agências multilaterais (BM, OCDE, FMI) e com relações estreitas com o poder público estatal, o que consideramos como a mercantilização da educação pública.

2.9 As contratendências para a queda da taxa do lucro: A loucura da razão econômica.

Vimos que, segundo Marx, a taxa de lucro tende a cair à medida que o capitalismo desenvolve suas forças produtivas. Isso ocorre devido ao fato de que o capitalismo tende a desenvolver o capital constante e com isso, por mais que haja uma conservação da composição orgânica do capital, realiza-se uma tendência de queda da taxa de lucro.

Como consequência da queda, fenômenos como a formação de monopólios, ou seja, a concentração de capital nas mãos de poucos é uma tendência do sociometabolismo observado em *O Capital*, porém, como já descrito acima, este fenômeno não é determinado por ordem ou lei natural, mas por uma tendência dada da própria dinâmica do capitalismo, que historicamente vem se confirmando.

No livro 3, Marx apresentava medidas de contratendências para a queda da taxa de lucro. Para Marx, na própria dinâmica do capitalismo existem medidas de atenuação, mas nunca a superação da queda da taxa de lucro e por conseguinte, das crises do capital. As “*influências contrariantes*” somente poderão ser superadas se superarmos o sociometabolismo do capital.

Se se considera o enorme desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, ainda que somente nos últimos 30 anos, em comparação com todos os períodos anteriores, se se considera a saber a enorme massa de capital fixo que, além da maquinaria propriamente dita, entra no conjunto do processo de produção social, então, no lugar da dificuldade que até agora ocupou os economistas, isto é, explicar a

queda da taxa de lucro, aparece a dificuldade inversa, ou seja, explicar por que essa queda não é maior ou mais rápida. Deve haver influências contrariantes em jogo, que cruzam e superam os efeitos da lei geral, dando-lhe apenas o caráter de uma tendência, motivo pelo qual também designamos a queda da taxa geral de lucro como uma queda tendencial (Marx, 2017, p. 577) [grifo do autor].

Nesse trecho, Marx apresenta a ideia de que o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e o acúmulo massivo de capital fixo ao longo dos últimos anos são fatores que, em vez de explicar a queda da taxa de lucro, apresentam uma dificuldade oposta. Marx sugere que podem estar em jogo influências contrárias que cruzam os efeitos da lei da queda da taxa de lucro, fazendo com que ela se manifeste como uma tendência. Ele enfatiza que existem fatores que podem retardar essa queda.

Essas influências contrárias podem incluir medidas tomadas pelos capitalistas, como o aumento da exploração da força de trabalho, a busca de novos mercados ou a exploração de novas fontes de matérias-primas, entre outras. Além disso, as mudanças nas políticas de aceleração ou as próprias crises periódicas também podem desempenhar um papel na moderação da queda da taxa de lucro. A expressão "queda tendencial" é utilizada por Marx para destacar que, embora haja uma tendência de queda da taxa de lucro, ela não ocorre de forma linear ou imediata, devido às influências contrárias que seguem no sistema capitalista, como já destacamos.

A questão da quantidade de medidas de “tendências contrariantes” - optamos por usar a categoria “contratendências” - são alvo de um profundo debate no campo dos estudiosos da obra. Para autores como Coggiola (2020), Marx identificava 5 contratendências para essa queda. Para Harvey (2018), Marx já apontava para uma sexta - formação de capital fictício - para compor a contratendência da queda da taxa de lucro; e Lênin (2018) acrescentava uma sétima, a guerra, como um mecanismo na própria ordem do capital para reduzir suas crises via contratendência. Nesta seção, vamos aceitar como sete as principais contratendências para mitigar a tendência da queda da taxa de lucro.

A primeira contratendência da queda se dá no aumento da exploração da mão-de-obra. Isso implica em uma intensificação da exploração dos trabalhadores por meio da redução de salários, aumento das horas de trabalho e condições precárias de trabalho (aumento da miséria absoluta). Ao aumentar a exploração da mão-de-obra, os capitalistas buscam elevar a taxa de lucro, compensando a tendência de queda. Harvey (2018) ressalta que essa contratendência é uma abordagem moralmente criticada por algumas correntes do próprio liberalismo econômico, pois implica em maiores desigualdades em prol dos interesses capitalistas minoritários, as correntes keynesianas exemplificam esta questão.

Textualmente, Marx destaca essa elevação da seguinte maneira: “considerando que as mesmas causas que elevam a taxa de mais-valor (o prolongamento do tempo de trabalho é um resultado da grande indústria) tendem a diminuir a força de trabalho empregada por dado capital, essas mesmas causas tendem a diminuir a taxa de lucro e a frear o movimento dessa diminuição” (2017, p. 590). Não que Marx concordasse com a *Lei de Ferro dos salários*¹² de David Ricardo, porém Marx demonstrava que os limites para este tipo de prática não eram viáveis por uma grande medida, pois estas tenderiam a massacrar a própria força de trabalho.

Outro ponto destacado por Negri consiste na reação que o aumento da exploração absoluta poderia gerar na própria classe trabalhadora, a qual, ao ter suas condições de reprodução ameaçada, tenderia para um enfretamento mais direto. O aumento das contradições tenderia a movimentos contra a ordem burguesa. (Negri, 2016).

Como segunda contratendência, destaca-se a expansão intercontinental do capital como uma possível contratendência à queda da taxa de lucro. Essa expansão implica a busca por novos mercados e a exploração de países da periferia do sistema. Ao conquistar novos mercados, os capitalistas conseguem aumentar suas vendas e, conseqüentemente, seus lucros. Além disso, ao explorar a periferia, onde os salários são geralmente mais baixos e os recursos naturais mais baratos, os capitalistas podem reduzir seus custos de produção, o que contribui para elevar a taxa de lucro.

A expansão do capitalismo para outras áreas responde dois principais pontos, a quantidade de mão-de-obra que está disponível em alguns países, ou seja, uma possível capacidade ociosa de força de trabalho e os recursos naturais que podem se converter em matérias-primas (o sociometabolismo do capital aparece nessa relação dialética entre trabalho e natureza) em propensas áreas de exploração colonial.

Outro ponto importante para esta contratendência pode estar relacionado ao processo de acumulação primitiva do capital. Essa acumulação é um processo não somente histórico, mas filosófico descrito no capítulo 24 ainda no livro 1, no qual os meios de produção são concentrados nas mãos de uma classe dominante, pela esfera coercitiva, por meio de diversas formas de expropriação, como o cercamento de terras comuns, como ocorreu no século XVII na Inglaterra.

Esse retorno da acumulação primitiva forneceu a base para a expansão do capital e a

¹² Na obra *Teoria e História*, do economista da escola austríaca Ludwig Von Mises (2014), o autor atribui a lei de ferro dos salários como pertencente a arcabouço teórico de Marx, todavia demonstra-se que tanto em *O capital*, como na sua obra *Salário, Preço e Lucro*, de 1865, Marx descreve a *Lei de Ferro dos salários* pertencente a David Ricard e realiza uma crítica ao autor clássico. Isso é uma das inúmeras demonstrações da fragilidade teórica da escola austríaca de economia para realizar qualquer tipo de refutação de Marx e Engels.

conquista de novos territórios e mercados. Ao explorar países subdesenvolvidos, os capitalistas podem se beneficiar das condições de trabalho desfavoráveis e dos recursos naturais mais acessíveis. Essa exploração permite a obtenção de maiores lucros, uma vez que os trabalhadores nesses países geralmente recebem salários mais baixos em comparação com os países incluídos.

Dessa forma, a expansão intercontinental do capital como contratendência para a queda da taxa de lucro está relacionada à supressão primitiva, pois a exploração de novos territórios e a exploração de mão de obra barata são estratégias que possibilitam a busca por maiores taxas de lucro. Este processo de retorno a um regime de modelo de acumulação permite aos burgueses aproveitarem-se das vantagens comparativas oferecidas por regiões onde as condições de trabalho são mais abundantes e os recursos naturais mais acessíveis. (Saito, 2021).

No contexto da análise da educação através do materialismo dialético, o processo de mercantilização da educação, em hipótese, pode ser considerado por meio dessa contratendência para a queda da taxa de lucro. De acordo com Marx, o capitalismo busca incessantemente expandir suas fronteiras e encontrar novas esferas de capital. Assim como o colonialismo europeu se comportou no século XIX como um novo mercado de possibilidades para acumulação, a incapacidade do capital, até mesmo como um processo civilizador, faz com que procure outras áreas, como a educação.

Nesse sentido, a educação torna-se uma área estratégica de investimento para os capitalistas, pois permite a criação de um mercado lucrativo. Sendo assim, como a crise regressiva do capital atingiu, segundo Mészáros (2020) seus “limites absolutos”, a educação como um valor de uso para a formação da classe trabalhadora torna-se um novo local de exploração e retorno de lucros observados na sua fase de expansão.

O desenvolvimento tecnológico pode ser interpretado como uma terceira contratendência para a queda da taxa de lucro. De acordo com Harvey (2018), quando ocorre o avanço e a implementação de novas tecnologias na produção, isso pode resultar em um aumento da eficiência do processo produtivo. Esse aumento pode levar a uma redução nos custos do capital constante, que como já apresentamos, refere-se aos investimentos em máquinas, equipamentos ou outros meios de produção.

Ao reduzir os custos do capital constante, o desenvolvimento tecnológico pode permitir que os capitalistas obtenham maiores taxas de lucro. Isso ocorre porque uma parcela menor do capital total é destinada a investimentos em meios de produção, o que pode liberar recursos para serem utilizados de outras maneiras, como o aumento dos lucros ou investimentos adicionais. (Harvey, 2018).

Autores como Schumpeter (1961) e os seus discípulos delegam para a “destruição criativa”¹³ o mecanismo de conter a queda da taxa de lucro. Alguns pós-schumpeterianos - como o ex-diretor do Banco Mundial entre (2014 a 2017) e Nobel de Economia Paul Romer (1990), por meio da sua Teoria de Crescimento Endógeno -, apresentam o mecanismo de inovação como contenedor da queda.

Os adeptos dessa teoria acreditam que o conhecimento seria a chave para driblar queda da taxa de lucro. Romer declarava que o desenvolvimento constante da ciência era crucial, pois

o conhecimento pode funcionar como um impulsionador do crescimento econômico de longo prazo [Estudos macroeconômicos anteriores] não tinham modelos como as decisões econômicas e as condições de mercado determinam a criação de novas tecnologias, pois as forças econômicas governam a disposição das empresas de produzir novas ideias e inovações." (Romer, 2007, p. 16) [tradução do autor].

É imprescindível destacar que Romer (1993) se inclui entre os economistas burgueses denominados heterodoxos¹⁴, ou seja, em suas análises econômicas, não há elementos diagnosticados por Marx como a alienação do trabalho e muito menos o fetiche do capital, todavia eles concordam com a incapacidade de autorregulação da economia sem o intermédio das forças mediadoras da política. Para Romer, o segredo para se contrapor a queda da taxa de lucro se dá na adoção de um tipo capitalismo como já apresentado acima, em que as inovações e o empreendedorismo devem ser os principais mecanismos de mercado.

As taxas de crescimento se apresentariam como crescentes em função não apenas do tempo, mas também do nível de desenvolvimento. Por conta do acúmulo de conhecimento manifestado em inovações tecnológicas, os países desenvolvidos poderiam crescer a uma taxa mais rápida em relação aos menos desenvolvidos. Assim, não haveria rendimentos decrescentes entre a renda per capita e o estoque de capital per capita. (Romer, 1993, p. 1013). [tradução do autor].

Para esses organismos, a “saída” da crise ou da redução da pobreza devem vir por via do desenvolvimento de um tipo de capitalismo que tenha como orientação a produção de conhecimento para ser usado pela via do empreendedorismo, como apontava Schumpeter¹⁵

¹³ A destruição criativa tem como princípio o surgimento e consolidação de produtos e métodos capitalistas inovadores que ocupam espaço no mercado, causando o desaparecimento de produtos e métodos antigos (Schumpeter, 1961).

¹⁴ Uma das principais diferenças entre os economistas ortodoxos para os heterodoxos é que aqueles frequentemente veem a economia como uma ciência exata, baseada em modelos matemáticos e hipóteses simplificadoras. Em contraste, economistas heterodoxos tendem a abordar a economia como uma ciência social, acompanhando a complexidade das interações humanas e enfatizando a importância de fatores não puramente econômicos, como instituições, cultura e história (Dardot; Laval, 2016).

¹⁵ Schumpeter (1965) via o empreendedorismo como o motor do desenvolvimento econômico em uma economia de mercado. Ele argumentava que a introdução de inovações disruptivas por “empreendedores” impulsionou a dinâmica do crescimento econômico, criando ciclos de expansão. Sendo assim, Schumpeter via o empreendedor como um agente central nesse processo.

(1961). Esse tipo de teoria, além de render a maior honraria para os economistas, fez com que Romer fosse indicado para uma cadeira executiva no Banco Mundial, assunto este que exploraremos mais à frente.

Essa interpretação sugere que, quando ocorre um avanço tecnológico significativo, ele pode compensar, ao menos em parte, uma tendência à queda da taxa de lucro, ajudando a aumentá-la. No entanto, é importante observar que outros fatores e contradições inerentes ao sistema capitalista também podem afetar a taxa de lucro, e o desenvolvimento tecnológico pode ter efeitos complexos e variados na dinâmica econômica.

De acordo com Marx (2017), o barateamento das tecnologias apresenta-se como uma contratendência para a queda da taxa de lucro, no sentido de que, como a taxa de lucro é a relação entre o lucro e o capital investido sob a forma de capital constante e variável, isso significa que o lucro obtido cai em relação ao capital investido. Este fenômeno é resultado da competição entre as empresas, que buscam aprimorar suas tecnologias e aumentar sua produtividade para aumentar suas margens de lucro, como já salientamos acima.

Capitais investidos no comércio exterior podem proporcionar taxa de lucro mais elevada, porque aqui, em primeiro lugar, se concorrência com mercadorias que são produzidas por outros países com menores facilidades de produção, de forma que o país mais adiantado vende suas mercadorias acima de seu valor, embora mais barato do que os países concorrentes (Marx, 2017, p 581).

O barateamento do capital constante é, portanto, uma contratendência para a queda da taxa de lucro, pois ao tornar o maquinário mais barato em relação à concorrência, possibilita-se um aumento na taxa de lucro nesse processo. Isso ocorre porque, enquanto o barateamento das tecnologias permite a redução dos custos de produção, ao mesmo tempo, também aumenta a eficiência produtiva, o que pode resultar em uma queda na taxa de lucro.

O barateamento dos elementos do capital constante reflete sua produtividade crescente ao mesmo tempo que aumenta o volume de capital constante em relação a mesma quantidade de operários (capital variável). Isso impede o aumento proporcional do valor deste em relação ao seu volume. (GRESPLAN, 2017). Além disso, o barateamento das tecnologias também pode resultar em uma concentração de poder nas mãos de uma pequena elite (lei da centralização e concentração do capital, novamente), que é capaz de se aproveitar das novas tecnologias para aumentar ainda mais suas margens de lucro.

Lembremos que a queda da taxa de lucro é um sinal de que o capitalismo está cada vez menos capaz de entregar qualquer alternativa civilizatória e que há uma necessária uma mudança sistêmica. O capitalismo tende a se autodestruir, e a queda da taxa de lucro é um sinal

dessa autodestruição. Não é, portanto, o avanço das tecnologias responsáveis por isso, mas a própria lógica do sistema que determina suas crises.

Não é à toa que os países que estão na fronteira tecnológica investem tanto nas pesquisas como um mecanismo a fim de estarem sempre à frente da concorrência capitalista no processo de aumento da produção de novas tecnologias e, por conseguinte, no barateamento desse setor. Alguns autores, como o espanhol Manuel Castells, em sua obra mais conhecida, *A sociedade em Rede* (1996) considera esse processo histórico como o “capitalismo do conhecimento”, que nada mais é do que uma tentativa das nações desenvolvidas economicamente, leia-se, centrais no capitalismo global, sempre estarem à frente no processo de pesquisa e desenvolvimento.

O termo “sociedade informacional”, segundo Manuel Castells (1996), expressa a constituição de uma sociedade mais avançada em razão da revolução tecnológica da informação e do conhecimento que se espraiam como redes de relações globais, “articulando os fios e os nós de uma sociedade, ao mesmo tempo, horizontalizada pelas redes e hierarquizada pela posição adquirida dentro destas.” (Castells, 1996, p. 184). Do mesmo autor, o termo “economia informacional” possui um peso mais econômico na medida em que Castells percebe um mercado global estruturado em torno do conhecimento.

De acordo com Manuel Castells, na obra *O Fim do Milênio* (2010), o capitalismo informacional é baseado em três pilares principais: a tecnologia da informação, o mercado global e as redes de produção e comunicação.

A tecnologia da informação é o motor da economia, pois permite a produção e a troca de informações a uma velocidade nunca vista. O mercado global é a base da economia, permitindo a livre circulação de bens e serviços. Finalmente, as redes de produção e comunicação são a estrutura que conecta os dois pilares, permitindo a circulação de informações e a produção de bens e serviços.

Castells (2010) argumenta que o capitalismo informacional é acompanhado por uma série de mudanças sociais e de depressão importantes (crises econômicas). Ele destaca a crescente importância da economia “criativa”, que inclui atividades motivadas em conhecimento, como a tecnologia da informação. Castells (2010) até destaca os desafios e as desigualdades do capitalismo informacional. Ele argumenta que a economia global é marcada por uma grande desigualdade, com poucas pessoas controlando a maior parte da riqueza e da informação, mas que a educação pode mitigar toda essa exclusão.

A quarta contratendência do capital se dá na depredação da soma de capitais; capital

constante, sob a forma de maquinaria, capital variável sob as formas de salário e matérias-primas. Lembrando que a taxa de lucro representada na equação ($I=m/c+v$), aparece inversamente proporcional à soma de capitais ($c+v$).

Marx percebia que o movimento do capital e a concorrência capitalistas tendem, com o passar do tempo, a tornarem-se taxas média do lucro. Com isso, capitalistas que estão com o seu maquinário atrasado tecnicamente e com isso, com uma menor produtividade do trabalho, são obrigados ao uso de forma mais intensa do seu capital constante. O desgaste do capital constante é uma forma de depreciação do equipamento e instalações utilizadas no processo produtivo. Ele representa os custos fixos associados à manutenção e concessão desse capital, e é geralmente expresso como uma porcentagem do valor do capital investido. Ele é diferente da depreciação financeira, que é uma medida do desgaste do capital baseado nas expectativas de rendimento futuro.

O desgaste do capital constate pode ser causado por vários fatores, incluindo desgaste natural, desgaste por uso excessivo, obsolescência tecnológica e condições climáticas adversas. Marx, em cartas a Engels, sempre questionava a periodicidade para a empresa gerida por Engels em Manchester em substituir o maquinário. Em uma dessas cartas, Marx questiona,

[...] A propósito, podes dizer-me de quanto em quanto tempo se renova a maquinária, por exemplo na tua fábrica? Babbage que que, em Manchester, em média, o essencial das máquinas se renova a cada cinco anos. Isto me parece um tanto de tempo surpreendente e não inteiramente crível. O lapso de tempo ao fim do qual, em média, se renovam as máquinas é um elemento importante para a explicação do ciclo de vários anos que abarca o movimento industrial desde que se impôs a grande indústria. (Carta de Marx a Engels, Londres, 2 de março de 1858). [Grifo do autor].

Nesse excerto, Marx questiona a teoria de Charles Babbage¹⁶ sobre o ciclo de substituições da maquinaria de uma fábrica ocasionado pela obsolescência tecnológica do ciclo natural do capital. É importante notar que é notório que a economia burguesa considera que o desgaste constante do capital pode afetar a sua própria rentabilidade, pois os custos associados precisam ser incluídos no cálculo dos custos totais e, por sua vez, sofrem redução da margem de lucro. Por isso, é importante que as empresas tenham uma boa compreensão do desgaste do capital constante e implementem medidas para minimizá-lo.

Engels responde sobre o ciclo de substituição da máquina da seguinte forma:

Sobre a questão do equipamento, das máquinas, é difícil dizer algo positivo; em todo caso, Babbage está muito equivocado [*wrong*]. O critério mais seguro é o percentual que todo fabricante desconta anualmente pelo uso e manutenção de suas máquinas, de

¹⁶ Charles Babbage (1792 -1851), inglês matemático e inventor, foi autor de 1832 da obra *On of machinet and manufactura* [sobre a economia de máquinas e manufaturas], obra que Marx, em 1845, leu na tradução francesa e extratou em seus cadernos de estudos em Bruxelas (1846). Marx refere-se a Babbage na Miséria da Filosofia de 1847, nos *Grundrisse*, na própria obra de O capital. Ver em Marx *apud* Netto (2020). Cartas sobre o Capital.

tal modo que, ao cabo de certo tempo, amortiza por completo sua maquinaria (Carta de Engels a Marx, 4 de março de 1858).

Essa resposta de Engels ao questionamento sobre a renovação de toda maquinária pelo capital social faz com que, na incapacidade de concorrência, resta ao burguês dois caminhos: renovar via empréstimos um novo arsenal ao capital constante, no qual os juros serão acrescidos a novos juros do maquinário novo, ou aumenta-se a frequência das máquinas para começar a queda do lucro.

Para Marx (2017), assim como a intensificação do capital variável levaria um esgotamento do trabalho vivo, (impedindo até a sua sobrevivência e reprodução enquanto classe) o uso intensivo levaria a um desgaste da máquina reduzindo o seu ciclo produtivo, todavia esta era única saída para a queda.

Mas há outros momentos da intensificação, por exemplo velocidade acelerada da maquinaria, que, ao mesmo tempo, consomem mais matéria-prima, mas no que tange ao capital fixo, desgastam, é certo, mais rapidamente a maquinaria, não afetando, entretanto, de modo algum, a relação de seu valor com o preço do trabalho que ela põe em movimento (2017, p. 607).

Nessa sentença, Marx (2017) sugere que o desenvolvimento tecnológico pode ser interpretado como uma contratendência para a queda da taxa de lucro. De acordo com a visão apresentada, quando ocorre o avanço e a implementação de novas tecnologias na produção, isso pode resultar em um aumento da eficiência do processo produtivo. Esse aumento de eficiência pode levar a uma redução nos custos do capital constante, que como já dito mais de uma vez, se refere aos investimentos em máquinas, equipamentos e outros meios de produção.

Ao reduzir os custos do capital constante, o desenvolvimento tecnológico pode permitir que os capitalistas obtenham maiores taxas de lucro. Isso ocorre porque uma parcela menor do capital total é destinada a investimentos em meios de produção, o que pode liberar recursos para serem utilizados de outras maneiras, como o aumento dos lucros ou investimentos adicionais. (Silva, 2015b).

Essa interpretação sugere que, quando ocorre um avanço tecnológico significativo, ele pode compensar, ao menos em parte, uma tendência à queda da taxa de lucro, ajudando a aumentá-la. No entanto, é importante observar que outros fatores e contradições inerentes ao sistema capitalista também podem afetar a taxa de lucro, e o desenvolvimento tecnológico pode ter efeitos complexos e variados na dinâmica econômica.

Aos críticos que possam aparecer argumentando sobre um possível “determinismo da técnica” em Marx, como já dito acima, O capital é uma obra que reflete dialeticamente as tendências de leis da economia. Sendo assim, Marx observava que o aumento do capital

constante não necessariamente levaria a aumento da produtividade de forma instantânea, Ele observa que, “a massa e valor da maquinaria empregada crescem como desenvolvimento da força produtiva do trabalho, mas não na mesma proporção em que essa força produtiva cresce, isto é, em que essa maquinaria fornece um produto aumentado.” (Marx, 2017, p. 587).

A depreciação do capital ocorre devido ao uso contínuo dos bens de produção, como máquinas, equipamentos e instalações. Com o passar do tempo, esses ativos físicos se desgastam e se tornam menos eficientes ou obsoletos. Esse desgaste reduz o valor desses ativos no balanço patrimonial das empresas. Assim, o aumento da mais-valia absoluta através da intensificação do ritmo do trabalho torna-se inviável ao longo do tempo, a intensificação do uso de máquinas - por mais que funcionem para compensar a concorrência com fábricas que tenham uma maior produtividade do trabalho - pode causar um aumento de gastos com a manutenção do capital constante ou mesmo o colapso do maquinário. Por isso, é importante observar que a depreciação do capital constante não é uma solução sustentável a longo prazo para enfrentar as tendências de queda da taxa de lucro.

A quinta contratendência para a queda da taxa de lucro consiste no uso artificial do desemprego como mecanismo de redução do salário no mercado. Como tratamos acima, no capitalismo, a concorrência entre os capitalistas leva à busca por redução dos custos de produção, incluindo a redução dos salários dos trabalhadores (capital variável).

Para Marx, o capitalismo tenderia a criar concentrações de população nas cidades devido à busca de emprego nas fábricas e indústrias, o que levaria a condições de vida precárias para a classe trabalhadora. Assim como a ida em massa da população rural na Inglaterra foi crucial para o desenvolvimento do capitalismo inglês, a criação de uma superpopulação relativa, na prática faz com que a oferta de mão-de-obra exceda a demanda por trabalho, resultando em desemprego e em uma maior pressão sobre os trabalhadores. (Rosodolsky, 2001).

O aumento do desemprego é um mecanismo utilizado pelos capitalistas para enfraquecer a posição dos trabalhadores e impor condições de trabalho mais desfavoráveis. À medida que a oferta de mão de obra excede a demanda, os trabalhadores se veem em uma situação de competição acirrada por empregos reduzidos, o que leva à redução dos salários. Essa redução é justificada pela lógica capitalista de maximização como forma de evitar a queda dos lucros, que, como já expomos acima, busca extrair o valor do trabalho humano ao mínimo custo possível.

[...] se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista e, ao mesmo tempo, condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva

disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele. Ela proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro incremento da população (MARX, 2011, p. 735).

Se a “oferta” de mão-de-obra operária fornecida pelo êxodo rural propiciou condições materiais para o florescimento das grandes indústrias na Revolução Industrial Inglesa, os momentos de crise do capital, ou como forma preventiva ou como receituário capitalista, retomam este preceito metabólico como mecanismo de contratendência. O desemprego artificial, ou seja, um “alívio” das pressões econômicas, aparece se tornar uma regra entre os capitalistas. O aumento de uma população supérflua como força de trabalho é apenas um cálculo de capital variável: quanto maior for oferta, menor será o seu valor como força de trabalho.

O trabalho excessivo da parte empregada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de seu exército de reserva, enquanto, inversamente, a forte pressão que este exerce sobre aquela, através da concorrência, compele-a ao trabalho excessivo e a sujeitar-se às exigências do capital. A condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada, em virtude do trabalho excessivo da outra parte, torna-se fonte de enriquecimento individual dos capitalistas. (MARX, 2011, p. 740). [grifo do autor].

É sabido que o uso da maquinaria expulsa homens e mulheres do processo produtivo. Neste caso, existe uma substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto. O que ocorre como consequência direta desse processo é que este efeito provoca uma concorrência entre os próprios trabalhadores, que passam a disputar entre si as vagas oferecidas no mercado de trabalho. (Coggiola, 2021). Sendo assim, o progresso da acumulação amplia a composição constante do capital e diminui a parte do capital variável empregado na produção capitalista. Quanto mais o capitalista individual investe em meios de produção constantes, menor será o emprego da força de trabalho, ou da parte variável do capital.

Essa redução relativa da parte variável do capital, acelerada com o aumento do capital global, e que é mais rápida do que este aumento, assume, por outro lado, a aparência de um crescimento absoluto da população trabalhadora muito mais rápido que o do capital variável ou dos meios de ocupação dessa população (Marx, 2011, p. 721).

Sendo assim, quanto maior a grandeza do capital global menor a incorporação de força de trabalho. Isto não significa que ocorra uma diminuição da produção, simplesmente passa-se a depender cada vez menos da força de trabalho humano e mais da utilização de meios de produção incrementado de capital constante, como já debatemos anteriormente. Sendo assim, o aumento do desemprego estrutural não é apenas uma consequência do aumento da produtividade, mas um mecanismo mais que praticado pela burguesia como mecanismo de redução do salário médio do proletariado, pois assim afeta-se diretamente a lei geral da oferta

e da procura, com isso, provoca-se uma concorrência entre a própria classe trabalhadora. (Negri, 2016).

No primeiro volume d' *O capital*, já se diferenciava a pobreza nas sociedades pré-capitalistas e como ela se metamorfoseia no capitalismo. Para o autor, o que diferenciava ambos os processos era que, enquanto a pobreza nascia das sociedades antigas pela incapacidade das forças produtivas em alcançar as bases de sustentação para aquela sociedade; no capitalismo, mesmo com as forças produtivas capazes de fornecer sustento para a ampla maioria, a classe dominante prefere optar por ter um exército de reserva de mão-de-obra à sua disposição.

Para Mascaro (2018), a crise política que culminou com o golpe de 2016 da presidenta eleita, Dilma Rousseff, nasce como um processo que se inicia em 2008 com a crise financeira americana e chega a 2013 manifestado pelas chamadas “jornadas de junho”. No panorama macroeconômico, as críticas de setores mais reacionários ao aumento dos salários, que pressionavam a margem de lucro é uma das principais causas para a ruptura institucional.

A estratégia escolhida pelos governos de centro-esquerda do Partidos dos Trabalhadores consistia em se utilizar do consumo como alavanca para o crescimento. Parte dessa estratégia se dava no aumento real do salário-mínimo (correção da inflação acrescido de produção interna bruta) e controle do desemprego por vias da ação governamental através de construções de obras públicas ou por empresas estatais como alavanque do crescimento. (ibidem).

Para a doutrinários da cartilha ortodoxa do liberalismo, isto era um “pecado”: o aumento real do salário e a pouca disponibilidade de força de trabalho como um fator para o crescimento econômico, pois ao realizar este tipo de dinâmica, elevar-se-ia o custo da produção interna negativamente; com isso as frações internas da burguesia, aliada aos interesses internacionais tornam-se protagonistas do golpe. (Mascaro, 2018).

As “reformas” econômicas iniciadas por Michel Temer, como o teto de gastos, a reforma trabalhista (no mesmo dia da reforma do ensino médio), assim como a reforma da previdência no governo de extrema direita de Jair Bolsonaro (2019 a 2022) foram demandas da burguesia como forma de modificar a dinâmica de acumulação capitalista através da precarização do emprego sob a forma de trabalho flexível, como é o caso dos trabalhadores por aplicativo.

Para Antunes (2017), a produção de superpopulação relativa, como descrito por Marx, pode ser observada no contexto da uberização. À medida que mais trabalhadores são empurrados para a economia informal e não conseguem encontrar empregos estáveis, surge

uma reserva de mão-de-obra disponível para essas plataformas digitais. Esse excesso de oferta de trabalhadores cria uma competição, levando à redução salarial e à sua exploração.

A relação entre a produção de população relativa, o desemprego e o processo de uberização evidencia como os conceitos marxistas discutidos em *O Capital* são pertinentes para a compreensão dos desafios enfrentados pelos trabalhadores na sociedade contemporânea e como este tipo de relação de trabalho impacta e impactará a educação.

Como sexta contratendência aparece o surgimento do capital portador de juros (*zinstragende kapital*) ou para simplificarmos, a financeirização do capital. Para Marx, o desenvolvimento da produção tende a cada vez mais ser atrelado ao sistema de crédito, ou seja, à acumulação de capital por meio do que ele chamou de negócios fictícios (*Scheingeschäften*).

A financeirização está atrelada diretamente ao processo de tendência para a queda da taxa de lucro, no sentido de que, ao aumentar a produtividade do trabalho com as novas tecnologias, uma das saídas para a concorrência é a tomada de empréstimos (dinheiro acrescido de juros) para então, investir em máquinas mais sofisticadas e com isso “igualar” a produtividade.

Como os bancos emprestam dinheiro a juros (D’), com o processo de concorrência cada vez mais acerbado e violento, essas instituições financeiras tendem a ganhar cada vez maiores somas de dinheiro via empréstimos. Como o dinheiro é unidade de troca, ao mesmo tempo que capital é mercadoria, com passar dos anos, cada vez mais a burguesia financeira cresceu através do desenvolvimento das forças produtivas.

Não havia como Marx prever naquele período a substituição de um capitalismo produtivo por um capitalismo financeirizado, mas o que ocorre no processo descrito no livro III é que existe uma tendência de que o desenvolvimento da produção fique cada vez mais dependente do sistema de crédito. O fetiche do dinheiro aparece no momento mais elevado do capital, pois o circuito do capital esquematizado por Marx como dinheiro que vira mercadoria e retorna como mais dinheiro desaparece para tornar-se dinheiro que produz mais dinheiro (D-M-D torna-se D-D’).

Uma das consequências deste processo apontado David Harvey é que a crise da década de 70 fez com que o capitalismo apontasse para uma fase de financeirização de sua acumulação e, como a crise eleva a necessidade por capital constante, com o tempo os bancos tornaram-se maiores do que as empresas produtivas. Harvey (2018) resume esse movimento da seguinte maneira,

O comércio de títulos de dívida torna-se um elemento ativo no sistema financeiro. Isso cria maior liquidez e ajuda a contornar os entraves à circulação contínua que são

criados por capitais com tempos de rotação radicalmente diferentes. O dinheiro pode continuar a circular suavemente, ainda que a produção de mercadorias seja desajeitadamente irregular e frequentemente descontinua. É isso o que faz do sistema de crédito um elemento tão especial em um modo de produção capitalista, diferenciando-se de todas as construções anteriores (p. 90).

Por mais que o livro 3 tenha sido tão criticado como apontamos acima, entender o processo de financeirização da economia e a substituição de um tipo de troca, como foi o caso da troca da principal moeda de transação mundial, que é o dólar, do ouro para o crédito, consiste em entender esse processo de ultrafetiche representado pelo capital portador de juros (*zinstragende kapital*) a partir da crise regressiva, apontada por Mészáros.

A financeirização envolve a expansão dos mercados financeiros, a ascensão de instituições de créditos poderosas e a crescente importância das atividades ligadas à dívida na economia global. Para Mészáros (2002), uma das características cruciais da crise regressiva é a dificuldade do capital em encontrar investimentos produtivos rentáveis, levando-o a buscar alternativas. É nesse contexto que a financeirização surge como resposta do capital à crise regressiva, em que, com a diminuição das oportunidades de investimento produtivo e o declínio das taxas de lucro nas atividades industriais e produtivas tradicionais, este começa a se voltar cada vez mais para o setor financeiro.

Essa chave de leitura é crucial para entender o papel que essas instituições financeiras desempenham nas políticas públicas atuais. Como veremos mais a frente, atualmente, o Banco Mundial, assim como o seu “irmão gêmeo”, o FMI, desempenham um grande peso nas reformas do aparelho burocrático. Tanto que investigamos que a participação de aparelhos privados de hegemonia burguesa, caracterizados por instituições e fundações do terceiro setor, teve um grande incentivo através de operações de crédito denominadas swaps, ocorridas em Pernambuco e no Ceará por meio do Banco Mundial. Discorreremos mais a frente sobre esse assunto.

Por último, a contratendência da queda de lucro encontra-se na expansão do capitalismo para outros mercados, via imperialismo. É certo que certos aspectos de contratendências devem ser diferenciados de tendências inerentes ao próprio capital. Para Coggiola (2021):

O comércio entre países industriais, sobretudo entre estes e as colônias e semicolônias, tente a baratear tanto o capital constante (por exemplo as matérias-primas) como o capital variável (os alimentos dos operários). Nessa medida, diminui o valor do capital constante e aumenta a taxa de mais-valor (p. 137).

Retornando a Lênin (2017), o papel que as nações desempenharam no processo de imperialismo explica a necessidade de expandir-se para outras nações. Assim como Lênin, Rosa

de Luxemburgo (1970), em sua magistral obra, *A acumulação do capital – estudo sobre a interpretação econômica do Imperialismo*, realiza um estudo muito semelhante acerca do papel expansionista do capitalismo. Para a autora, a necessidade do capitalismo de “romper barreiras civilizatórias” por meio da expansão como forma de manter-se sempre em valorização é determinante na sua natureza.

O conjunto de medidas organizadas por Bretton Woods, que hoje caracterizam-se como as políticas neoliberais, é explicado por alguns autores, como o próprio Mészáros (2002) como ferramentas de amenizar a própria marcha do capitalismo para a crise. O que em hipótese ocorre atualmente, segundo autores como Laval (2016) - acerca da mercantilização dos serviços públicos de educação, assim como o processo de privatizações de diversos setores da educação nacional - pode ser observado como uma consequência de contratendência de regressão em que o capitalismo se encontra.

Lembremos que O *capital* se inicia com o capítulo sobre a mercadoria, em que esta é a forma, a nível de abstração, o “átomo” do sociometabolismo do capital. O que tentamos desenvolver nas páginas seguintes é que a educação está se “colonizando” para se tornar uma área de contratendência para a queda da taxa de lucro.

A educação por si só não gera valor, a não ser que a consideremos como alguns economistas, como Theodore Schultz (1950) e Paul Romer (1990), como “capital humano”; todavia, o aporte em termos orçamentários que a educação pública estatal oferece faz com que haja cada vez mais o interesse por parte do empresariado em se fazer presente. Christian Laval (2016) argumenta que a mercantilização da educação é parte integrante da lógica do capital na atualidade, na qual os valores do mercado são aplicados a educação. Além do fato de prestação de serviços privados para a estrutura pública de ensino como um dos aspectos da mercantilização.

3. CRISE DO CAPITAL E O PROCESSO REGRESSIVO-DESTRUTIVO DA ESCOLA PÚBLICA.

Destinamos neste capítulo o debate sobre um pensamento desenvolvido por István Mészáros sobre os limites absolutos da sociedade capitalista em sua fase de crise regressiva-destrutiva do Capital e por conseguinte como esta crise atinge diretamente a escola pública. A teoria do sociometabolismo do capital, desenvolvida por István Mészáros, analisa a interação entre sociedade e aspectos sociais como a educação no contexto de acumulação capitalista. O sociometabolismo é composto pelo capital, divisão social do trabalho e Estado, formando um

tripé interconectado. Mészáros destaca a crescente separação entre produção para atender necessidades e a autoreprodução do capital, resultando em destruição da força de trabalho e degradação ambiental.

A crise estrutural do capital, conforme Mészáros, é única e profunda, indicando limites intrínsecos e absolutos do sistema. Esses limites, contradições extremas, exigem superação por meio de rupturas históricas para evitar a ruína comum das classes marcadamente antagônicas. A crise atual apresenta dimensões inéditas, englobando superexploração da força de trabalho, precarização, aumento do desemprego e população supérflua.

A crise regressiva do capitalismo, iniciada nos anos 70, exige uma crítica que atinja suas raízes e apresente estratégias de superação. A ação conservadora visa mitigar perdas econômicas, transferindo ônus para a classe trabalhadora por meio da redução de políticas sociais. A crise da década de 1970, agravada pela de 2008 e pela pandemia de 2020, revela a urgência de uma crítica que enfrente a crise estrutural, propondo uma transformação social profunda.

O capítulo abordou os impactos da crise destrutiva do capital na educação de massas, utilizando a perspectiva teórica de István Mészáros. Destaca-se o pressuposto da crise da escola como um processo histórico que questiona os sistemas nacionais de educação e seus valores democráticos. Diante dessas mudanças, a instituição escolar está passando por uma mutação associada à recomposição orgânica do capital, buscando novas formas de exploração.

Há uma crise da escola e o fim das promessas liberais-burguesas, uma metamorfose da educação pública. O autor Sousa Jr (2011; 2014) aborda a crise da escola como uma ruptura das promessas feitas na "era de ouro" do capitalismo quando a educação era associada a valores civilizatórios, como democracia e igualdade. A nossa pesquisa sugere que a crise da escola está inserida em um contexto histórico de crise sistêmica, iniciada nas décadas de 1960 e 1970, levando ao "fenecimento" dos Estados-nacionais e uma crise do sistema capitalista.

A crise da escola é considerada parte de um processo em que o capitalismo desafia e mina estruturas e instituições que anteriormente forneciam proteção e garantias aos trabalhadores, o que se chamou de keynesianismo pelas escolas econômicas. Nesse contexto, os aparelhos de proteção social são enfraquecidos ou excluídos em prol da maximização dos lucros e da competitividade. A dinâmica da crise da escola reflete as mudanças mais amplas na sociedade contemporânea, onde as instituições tradicionais são questionadas e reconfiguradas em resposta às demandas do capital.

Mais adiante trataremos da contraofensiva da ortodoxia conservadora burguesa e o surgimento do “neoliberalismo escolar”. O texto de Freitas (2017) explora a crise na educação como um fenômeno interligado à implementação de medidas neoliberais, destacando características como austeridade nos gastos públicos, redução de direitos sociais e uma transição para o modelo de acumulação financeira. A análise considera as raízes dessas ideias na década de 1970, identificando o neoliberalismo como uma resposta ideológica à crise estrutural do capitalismo.

A reforma da educação, conforme Sousa Jr. (2011), reflete a busca por moldar o sistema educacional de acordo com os interesses da classe dominante. Destaca a autonomia, descentralização, flexibilidade e individualização como características dessa reforma, argumentando que elas contribuem para a fragmentação do sistema educacional e enfraquecem a educação como um bem social.

A obra também menciona o movimento Todos Pela Educação, composto por empresários e alinhado à perspectiva de publicização do Estado, indicando uma aproximação do empresariado com a educação estatal. A escola, longe de fenececer, enfrentou uma contraofensiva conservadora, representada pelas reformas neoliberais que visam incorporar o "espírito do mercado" à educação pública, resultando na sua mercantilização.

Deu-se um destaque ao Movimento Todos pela Educação (MTE), iniciado nos anos 90, que ganhou forma durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Saviani destaca que, diante da flexibilização do capitalismo, o MTE emerge como resposta à crise regressiva do capital, buscando consenso para reformas e estreitando laços entre setor público e privado. Incentivado por organismos multilaterais, como ONU e Banco Mundial, o movimento promoveu parcerias público-privadas e privatizações na educação, influenciando reformas curriculares. Mesmo sob governos de centro-esquerda, o MTE manteve-se, alinhado à visão de desenvolvimento e social promovida pelo Banco Mundial.

Outro ponto em que nos permitiu perceber o movimento de mercantilização da educação na conjuntura do golpe de 2016 e a aceleração da contraofensiva empresarial no Brasil, segundo Freitas (2017). A instabilidade política favoreceu a implementação integral de políticas ultraliberais, já estudadas por autores como Frigotto, Saviani e Sousa Jr. Percebeu-se que a crise institucional pós-golpe proporcionou terreno fértil para avanço rápido das propostas neoliberais na educação, intensificando um processo que ocorria a pelo menos 30 anos.

O fenômeno do "neoliberalismo escolar," enfocado pelo intelectual Christian Laval em sua obra "A Escola não é uma Empresa" (2016), revela a mercantilização da educação pública

por meio de parcerias entre o setor público e privados na França atualmente. Laval identifica a "crise da escola" na França como parte desse contexto, em que a mercantilização se apresentou como uma resposta à crise regressiva do sistema público de ensino. A incorporação da educação ao capitalismo global, como destaca Laval, torna-se uma esfera de grandes esperanças para as uma burguesia com taxas cada vez menores de lucro, trazendo consequências trágicas para a educação e a sociedade como um todo.

Destacou-se como este fenômeno observado por autores do centro do capitalismo atinge o Brasil, com destaque para a atuação do conglomerado Cogna Educação S.A., que, após a aquisição do grupo Somos Educação S.A., torna-se um dos maiores oligopólios mundiais de educação no setor educacional. Além disso, aponta a presença de grupos empresariais, como o Grupo Lehmann, explorando a educação pública como um negócio lucrativo no Brasil.

O Banco Mundial, uma das principais instituições financeiras internacionais, desempenha um papel crucial na formulação de políticas educacionais em países periféricos, especialmente na América Latina. A redefinição dos sistemas educacionais nessas nações esteve intrinsecamente ligada às reformas estruturais propostas pelo Banco Mundial para a periferia do capital como iremos tratar mais a frente.

O Banco Mundial, com seu poder significativo, é comparado por Leher (2008) a um "ministério mundial da educação". A imposição de políticas de descentralização administrativo-financeira na América Latina, orientadas pelo Banco Mundial em conjunto com o empresariado local, busca redistribuir as atribuições entre União, estados e municípios, muitas vezes resultando em situações precárias, próximas à indigência. Essa influência complexa e multifacetada do Banco Mundial destaca a importância de compreender sua atuação nas políticas públicas da América Latina.

O capítulo, ademais, analisou criticamente a política de austeridade aplicada no Brasil após o golpe de 2016, focando especialmente na atuação do Banco Mundial e suas recomendações. Inicialmente, destaca-se o histórico papel da educação no contexto burguês, desde a Revolução Industrial até a Teoria do Capital Humano, que enfatiza o investimento na formação pessoal como impulsionador do crescimento econômico.

3.1 Crise estrutural do capital e a ativação dos limites absolutos da ordem burguesa.

O sociometabolismo do capital é uma teoria desenvolvida pelo filósofo húngaro István Mészáros, que aborda a relação entre a sociedade e a natureza no contexto da produção

capitalista. Segundo Mészáros, a produção capitalista é caracterizada por uma interação entre as relações sociais e a natureza material que nesta fase histórica configura-se como sendo altamente destrutiva. (Antunes, 1999).

Para Mészáros, o sociometabolismo do capital é formado pelo tripé capital, divisão social do trabalho e Estado. Essas três dimensões fundamentais do sistema são materialmente constituídas e interconectadas. Na síntese para Mészáros,

(...) o capitalismo contemporâneo operou, portanto, o aprofundamento da separação entre, de um lado, a produção voltada genuinamente para o atendimento das necessidades e, de outro, as necessidades de sua autoreprodução. E, quanto mais aumentam a competitividade e a concorrência inter-capitais, mais nefastas são suas consequências, das quais duas são particularmente graves: a destruição e/ou precarização, sem paralelos em toda a era moderna, da força humana que trabalha e a degradação crescente do meio ambiente, na relação metabólica entre homem e tecnologia e natureza, conduzida pela lógica societal subordinada aos parâmetros do capital e do sistema reprodutor de mercadorias (Antunes, 1999, p. 30).

A teoria do sociometabolismo do capital se baseia na ideia de que as necessidades sociais e as condições materiais são determinantes na forma como a sociedade é organizada e como a produção é realizada. O capital, como forma de acumulação de riqueza, tem uma relação profunda com a natureza, e é a partir desse ponto de vista que Mészáros aborda a questão da destruição ambiental.

Além disso, a teoria do sociometabolismo do capital também aborda as desigualdades sociais e econômicas criadas pela produção capitalista. A concentração de poder nas mãos de poucas pessoas, ou de grupos de pessoas, é uma das características da sociedade capitalista, e isso pode levar a um aumento da exploração dos trabalhadores e a um aumento das desigualdades sociais.

É importante destacar que o sociometabolismo do capital não é apenas uma teoria sobre a relação entre a sociedade e a natureza, mas também sobre as transformações sociais necessárias para superar as desigualdades e a destruição ambiental. Mészáros defende a necessidade de uma transformação social profunda, que permita a construção de uma sociedade mais justa e ecologicamente sustentável.

Portanto, vivenciamos uma crise histórica sem precedentes, pois a crise que paira no capitalismo atual não é um episódio cíclico, “mas uma crise estrutural, profunda, do próprio sistema do capital” (Mészáros, 2008, p. 356) no qual demonstram os limites alcançados no seu atual sociometabolismo.

Para Mészáros (2020), todo o sistema de reprodução sociometabólico (escravismo, feudalismo e o próprio capitalismo) têm seus limites “intrínsecos ou absolutos” (ibidem, 475). Estes limites como são contradições extremas do seu próprio sistema, não podem ser resolvidos

por eles próprios, os sujeitos históricos de cada nesta quadra histórica precisam superar estas crises através de processo de ruptura para evitar a “ruína comum das classes em conflitos” (p. 363).

O que Mészáros já alertava nos mais de 40 anos de estudos era que estávamos em um estágio societário de limites atingidos, de características regressivas e destrutivas, quando não se fosse optada por uma alternativa pós-capitalista, caminharíamos para uma *barbárie*. A argumentação do autor caracteriza essa crise como tendo dimensões inéditas e estruturais na sociedade, atingido diversas dimensões sociais. (Mészáros, 2008).

Como dimensão social dessa crise, insere-se um processo de superexploração da força de trabalho, de precarização das relações de trabalho e de aumento estrutural do desemprego, elevando o que Mészáros denomina de população supérflua. Nas palavras de Mészáros:

Somente quanto os limites absolutos das determinações estruturais mais internas do capital vêm à tona é que se pode falar de uma crise que emana da baixa eficiência e da assustadora insuficiência da extração do trabalho excedente, com imensas implicações para as perspectivas de sobrevivência do próprio sistema do capital (2008, p. 223).

De dimensão ambiental, podemos citar a utilização em excesso dos recursos naturais, acarretando os processos de mudanças climáticas, a extinção de diversas espécies biológicas e a crescente demanda de espaços para descarte de lixo, acarretando a poluição dos recursos naturais (*ibidem*).

Para Mészáros, o capitalismo contemporâneo operou, portanto, um processo crescente de degradação do meio-ambiente, colocando em risco a própria relação metabólica entre homem, tecnologia e natureza, esta conduzida pela lógica societal subordinada aos parâmetros burgueses em um sistema voltado apenas à produção de mercadorias. (*ibidem*. p. 187).

Além da crise climática que vivenciamos, a crise de 2008 que se inicia nos Estados Unidos e se alastra de forma aguda na Europa, Ásia e América Latina, mostra que o capitalismo passa por uma profunda contradição. Essa crise teve como principais consequências o aumento da pobreza no centro do capitalismo, mas de forma mais aguda na periferia do sistema, a ascensão de governos de extrema-direita aliados ao capital especulativo e o ressurgimento de golpes de estados na América Latina.

Somente nos EUA, segundo o instituto de pesquisa nacional U.S Census Bureau (2020), desde 2008 foi constatado um aumento de 3,3 milhões de pessoas em situação de extrema pobreza no país. A taxa de pobreza, segundo o instituto, em 2019, aponta para 11,4% no território. O salário médio norte-americano estagnou a patamares anteriores a 1970. Segundo o relatório do instituto, “Milhões de famílias da classe trabalhadora nos Estados Unidos são tão

pobres que não podem mais fazer compras em supermercados. Em vez disso, eles estão comprando comida em “lojas de 1 dólar” (U, S CENSUS BUREAU, 2020, p. 34). [tradução do autor].

O que o professor Mészáros vem nos alertando há décadas, é que nós estamos experimentando um novo patamar de desenvolvimento do capitalismo que se torna bastante visível a partir de meados dos anos 1970, especialmente depois da recessão que atinge sincronizadamente nessa década os países do centro do capitalismo e que atinge seu ápice na crise do capital portador de juros e fictício de 2008. (Antunes, 2007).

Para Netto (2006), o quadro estrutural e sistêmico tem como componente a corrosão do trabalho herdeiro da era taylorista-fordista. O meio dessa crise atinge o coração do sistema capitalista, assim percebe-se a erosão do trabalho regulamentado, como já dito, fruto da era taylorista-fordista, mas fortemente alcançado pelas lutas da classe trabalhadora e pelo padrão de vida em que o socialismo estava entregando.

O mundo do trabalho caminha então para processos que oscilam entre a superexploração e a própria autoexploração da classe trabalhadora. Sob esta intensificação da mais-valia, aparecem no plano ideológico burguês expressões que encobrem essa fase histórica regressiva como, “empreendedorismo” e “trabalho atípico”, isso sem falar da erosão do trabalho e aumento dos desempregados, compondo o que Marx considerava como “exército de reserva de mão-de-obra operária”.

Como supracitado, a crise então surge após um longo período de acumulação de capitalista por parte do centro, ocorrida no apogeu fordista e na fase keynesiana de racionalidade produtiva. Como quadro desta crise, aparecem as seguintes características: 1) queda da taxa de lucro; 2) esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista; 3) hipertrofia do capital fictício e portador de juros; 4) aumento de monopólios e oligopólios no setor produtivo; 5) políticas denominadas neoliberais, caracterizadas pela redução do Estado e austeridade fiscal (Antunes, 1999).

A verificação das crises, que nos últimos anos encontra-se com as suas periodicidades mais concentradas, nos faz perceber que estamos em um linear de desenvolvimento de um amplo processo regressivo civilizacional. Como vimos no capítulo anterior, a originalidade de Marx e Engels foi perceber as crises do capitalismo como contradições internas. Mesmo existindo medidas de contratendência, as crises atuais apresentam-se inéditas. Por isso a importância de entender o conceito desenvolvido por Mészáros de crise regressiva do capital, para situarmos a totalidade do processo de mercantilização da educação.

A crise da década de 1970, acentuada pela crise de 2008 e agravada pela crise de COVID-19 em 2020 demonstram a necessidade de uma crítica que atinja as raízes e apresente uma estratégia de superação histórica.

Como a esquerda irá reagir a crise econômica e às tentativas de socializar as perdas sobre a população como um todo? Ao nos depararmos com uma depressão e crise financeira, demos aceitar que os ônus recaiam sobre os nossos ombros, através de implantação de estratégias ligeiramente mais benignas para salvar o sistema (Mészáros, 2008, p.193).

O autor enfatiza que o processo histórico não deve ser visto apenas como um movimento político independente, mas sim em conexão com a tentativa de retomada dos altos índices de crescimento e lucratividade. Isso sugere que a ação conservadora pode estar relacionada à busca por políticas que favoreçam os seus interesses econômicos. Nessas situações, muitas vezes, a classe dirigente busca formas de mitigar essas perdas econômicas, transferindo parte dos “ônus ou custos” para a classe trabalhadora. Isso significa que os setores conservadores no poder estão buscando reduzir ou eliminar políticas sociais e benefícios que foram conquistados anteriormente pela população, como programas de assistência social e a própria educação pública. Como observa Sousa Jr (2014),

Dá-se, neste momento, a queda das taxas de crescimento e dos índices de lucratividade, por sua vez favorecendo o ataque às conquistas sociais, levado em frente pelos setores conservadores que ascenderam ao poder em importantes países [...]. Portanto, a chamada ofensiva conservadora deve ser observada em sintonia com a tentativa de retomada dos altos índices de crescimento e lucratividade, nunca como um movimento político autônomo, criado pela mente perversa dos direitistas (p. 118).

Como dito acima, a crise regressiva do capitalismo nasce diretamente por conta queda da taxa de lucro no final da década de 60 e início de 70. Esta redução ocasiona diretamente o esgotamento do padrão de acumulação taylorista-fordista de produção, e, como consequência, o fim do pacto social, representado pelo estado de bem-estar social. As políticas de privatizações são elementos desta perda de direitos da classe trabalhadora.

Mészáros (2020) argumentava que a privatização não é apenas uma política econômica, mas um componente essencial da lógica do capitalismo em crise. Ele via a privatização como parte de uma estratégia mais ampla de expandir o domínio do capital sobre todas as áreas da vida, incluindo educação, saúde e serviços públicos.

Mészáros destacava que a privatização muitas vezes leva à centralização e concentração de capitais nas mãos de um determinado grupo econômico, em detrimento da maioria da população. Isso ocorre porque serviços públicos são privatizados, eles tornam-se propriedade de corporações ou indivíduos que buscam lucro, muitas vezes às custas do interesse público. Talvez a expressão maior desse diagnóstico se dê na prática de Jorge Lehmann, que ao

mesmo tempo que se torna um dos principais acionistas, quando a Eletrobras foi privatizada em 2021, se torna também um dos mais atuantes da burguesia na educação pública por intermédio de sua fundação, que recebe o seu nome.

Isso se torna fundamental para entendermos a complexidade desta crise que se coloca na educação pública atual. Entender que a queda das taxas de lucro, a corrosão do trabalho e o enfraquecimento dos estados-nacionais, por conseguinte, a formação do “exército de Lázarus do século XXI” são parte necessária para verificarmos o quadro geral em que a educação se encontra. É aqui que se localizam as chamadas políticas neoliberais de educação.

Assim como nos anos 70 e 80, o capital necessitou expandir-se para setores públicos como os transportes, telefonia e extração de minério e petroquímicos (indústrias de base); o movimento que se apresenta nesta fase histórica regressiva do capital faz com que haja um interesse em demasia nos setores públicos de prestação de serviços. Com exceção da saúde: mesmo com todas as contradições, o Brasil conseguiu manter o Sistema Único de Saúde – SUS.

3.2 Os impactos da crise destrutiva do capital para a educação de massas.

Como já dito acima, de acordo com Mészáros (2002), a crise do capitalismo é estrutural e progressiva do sistema capitalista, causada pela incapacidade do sistema de produção conforme as condições de sua própria reprodução. Ele argumenta que essa incapacidade é devido ao fato de que o capital tende a se concentrar nas mãos de um pequeno grupo, enquanto a maioria da população enfrenta dificuldades crescentes. Isso leva a uma crescente polarização social e uma tendência à estagnação econômica.

Mészáros também argumenta que a crise do capitalismo é agravada pelo fato de que o capitalismo é incapaz de resolver suas contradições. Ele afirma que esses problemas só podem ser resolvidos através de uma transformação radical da sociedade para além do capitalismo.

Como já mencionado, partimos da tese da *crise da escola* como um processo histórico que questiona os próprios sistemas nacionais de educação e os valores a eles associados. Esses sistemas foram construídos com base nos ideais democráticos da instrução obrigatória, pública, gratuita e laica. (Sousa Jr, 2014).

O sociometabolismo do capital, como já tratamos acima, vem passando por mutações cada vez mais profundas, que incluem a crise iniciada no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, a mundialização econômica, a ascensão política de setores conservadores em diferentes regiões do globo e o desenvolvimento acelerado das tecnologias de informação, comunicação e transporte. (ANTUNES, 1999).

Como aponta Justino de Sousa,

Chamamos de crise da escola exatamente o processo histórico que vem pôr em questão esses sistemas nacionais de educação e os valores a eles correspondentes, que se construíram sob os ideais democráticos da instrução obrigatória, pública, gratuita e laica. As amplas e profundas transformações por que passa a sociedade contemporânea, desde a crise capitalista iniciada no final dos anos 1960, início de 1970, passando pela consumação da mundialização econômica, pela ascensão política de setores conservadores em diferentes regiões do globo, constituindo uma poderosa hegemonia conservadora (conhecida como neoliberal), a crise dos regimes relacionistas, a crise do trabalho assalariado, até o desenvolvimento vertiginoso das tecnologias de informação, comunicação, transporte etc., todo esse quadro vem colocar em questão aqueles sistemas e, especialmente, as suas promessas integradoras liberal-democráticas (Sousa Jr, 2014, p. 43-44).

Para o autor, o modelo de escola, pautada sob o ideal de certo ponto civilizatório, está passando por um processo de regressão. As mudanças ocorridas a partir da crise regressiva a qual gerou a ascensão do modelo neoliberal, a evolução dos setores tecnológicos, a crise do emprego formal, o aumento do desemprego estrutural e formação de um exército industrial de reserva paralelo a uma população supérflua colocam novos imperativos para a práxis formativa do capital (ibidem). Não se trata de alcançar as promessas da escola burguesa como a possibilidade de ascensão via estudos, modelo democrático de gestão escolar, liberdade de cátedra frente a concepções dogmáticas de sociedade e acessível a todos, mas da incapacidade de qualquer realização de tal promessa.

Laval (2016) possui uma concepção de crise dos sistemas escolares nacionais de certa forma semelhante. Ao analisar as mutações ocorridas no sistema educacional francês, o autor descreve o processo de crise das redes públicas nacionais da seguinte forma:

Se ainda não chegamos ao ponto de eliminação súbita da forma escolar como tal estamos presenciando uma mutação da instituição escolar que podemos associar a tendências são indissociáveis das que tendem à recomposição em um novo modelo de escola (Laval, 2016, p. 23).

Laval (2016) sugere que a escola, como a conhecemos, está passando por mudanças significativas. Essas transformações podem ser atribuídas a uma série de fatores, como avanços tecnológicos, mudanças na estrutura social, demandas da sociedade contemporânea e novas concepções de aprendizagem e educação. A referência à "eliminação súbita da forma escolar como tal" indica que a ideia de uma ruptura completa com o modelo tradicional de escola ainda não se concretizou. No entanto, o autor destaca a ocorrência de uma mutação, sugerindo que a instituição escolar está se adaptando e se reconfigurando em resposta às demandas e às transformações em curso, atrelada cada vez mais ao mercado.

Essa perspectiva sociológica analisa a escola como uma instituição social sujeita a processos de mudança e reconstrução. O autor nos convida a refletir sobre os novos modelos de escola que estão emergindo e as tendências que os impulsionam. Essa análise sociológica é

relevante para compreender as dinâmicas da educação e sua relação com as transformações sociais mais amplas, permitindo uma reflexão crítica sobre o papel e a função da escola na sociedade contemporânea.

A mundialização e financeirização da economia, a ascensão de políticas reacionárias e conservadoras para a educação e a aplicação de tecnologias de informação para esse setor são os principais causadores da crise do sistema público de educação. Diante dessas mudanças, a instituição escolar passa por uma mutação, que pode ser associada à busca por uma recomposição orgânica do capital através dessa nova área de exploração capitalista.

Esse processo descrito acima se intensifica na conjuntura no golpe de 2016, e nos governos de Michel Temer (2016-2018) e de Jair Bolsonaro (2018 a 2022). A Medida Provisória 746, que modifica o Ensino Médio e estabelece uma formação “flexível” de itinerários formativos, ao mesmo tempo aprovada junto com a Reforma Trabalhista (Lei 13.467/18) e posteriormente, o congelamento do gasto público por 20 anos por meio da proposta de Emenda Parlamentar 95 mostram a pertinência desta análise.

Com eleição de Bolsonaro (2018 a 2022), um governo conservador com fortes tendências reacionárias dá continuidade ao projeto neoliberal do pós-golpe de 2016. Medidas como a expansão de escolas militares, a busca por direcionamento de recursos públicos aos sistemas S de ensino (escolas SESC/SENAI) do FUNDEB denotam a crise estrutural da educação brasileira como um fenômeno que se desenvolve por intermédio de mudanças políticas de reorganização do Estado. Mudanças estas que buscam principalmente “liberar” o peso econômico das atribuições orçamentárias em gastos sociais.

3.2.1 Crise da escola e o fim das promessas liberais-burguesas: Metamorfose da educação pública.

O que Sousa Jr (2011; 2014) considera como *crise da escola* se dá no processo de ruptura de uma promessa realizada na “era de ouro” do capitalismo. Essa promessa se dava no sentido de que à educação (por mais que no movimento real trouxesse contradições e diferenças entre centro periferia do capitalismo), era atribuído um sentido minimamente civilizatório, entendendo “civilizatório” como as promessas das revoluções burguesas (democracia, ascensão de classe e igualdade formal e substancial).

Entendemos, nesta pesquisa, que o processo de crise da escola insere-se em um processo histórico oriundo de uma crise sistêmica, iniciada no final da década de 1960 e início

da década de 1970, quando culminou com o processo de “fenecimento¹⁷” dos Estados-nacionais ocasionado principalmente por uma crise do próprio sistema capitalista.

[Há uma] existência de um paralelismo entre ascensão e crise do fordismo-taylorismo e a expansão/crise da escola. Obviamente, tanto o primeiro como o segundo movimento (expansão taylorista-fordista e expansão da escola – crise taylorista-fordista e crise da escola) se encontram no interior de uma dinâmica maior, que é justamente o processo de expansão e crise da acumulação do capital (SOUSA Jr, 2014, 38).

A análise de Mészáros (2008) sugere que as transformações sociais têm impacto direto nas estruturas educacionais, à medida que a influência do capital se expande ou enfrenta crises. Isso implica que as mudanças no sistema educacional não são graduadas, mas sim influenciadas por forças socioeconômicas maiores. Essa perspectiva ampla possibilita uma compreensão mais profunda das dinâmicas que moldam tanto a produção industrial quanto o sistema educacional em uma sociedade.

Isso sugere que ambos os movimentos estão interligados a uma dinâmica mais ampla, que é o processo de expansão e crise do capital. A comparação entre os modos de produção e a escola pode ser entendida como uma forma de analisar como as estruturas socioeconômicas e as educacionais fazem parte do mesmo processo de reprodução.

Historicamente, apesar da criação da educação de massas no século XIX nos países centrais do capitalismo, como a criação dos Liceus ainda sob o governo de Napoleão Bonaparte na França e de Otton Bismarck na Alemanha, tenha um significado histórico para a classe trabalhadora, a realização desse tipo de política sinalizava uma necessidade da burguesia em preparar a nova força de trabalho da indústria moderna ao mesmo tempo em que significava uma promessa de ascensão social. (Enguita, 1989).

Tanto a sua função histórica como a suas promessas são esquecidas nesta crise. Esta incapacidade, dada a própria crise regressiva do capital e avanço de doutrinas de modo de acumulação financeirizado, é protagonizada por uma burguesia que percebe nos serviços públicos um novo “nicho” de acumulação. Por vezes, busca-se sua etapa final, a privatização, mas dada a sua atual correlação de forças, contém-se em controlar o gerenciamento dessas escolas e assim oferecer seus serviços mercadológicos. Para Sousa Jr,

(...) a crise atual da escola se situa num ambiente da acumulação capitalista em que o capital se volta contra os mecanismos regulacionistas, contra os aparatos de proteção social, contra os mecanismos da democracia burguesa como os sindicatos e outras

¹⁷ A categoria fenecimento dos Estados é retirada da obra póstuma de István Mészáros, Para Além do Leviatã: Crítica do Estado na qual o autor explica que grande parte do avanço da doutrina neoliberal é explicada pela incapacidade dos Estados-nacionais em serem os principais protagonistas do crescimento econômico, paralelamente ao crescimento das grandes corporações. Ver em: István Mészáros. Para além do Leviatã: crítica do Estado. Organização: John Bellamy Foster. Tradução: Nélio Schneider. São Paulo, Boitempo. São Paulo 2021.

organizações representativas das classes trabalhadoras, além de forçar os Estados-nacionais a dobrar os joelhos diante da competitividade mundial baseada na financeirização do capital (Sousa Jr, 2011, p. 184).

A crise na escola não é um fenômeno isolado, mas parte de um contexto mais amplo de transformação no sistema capitalista, no qual o capital está buscando enfraquecer as instituições e a tomada de poder que antes ofereciam proteção e representação para o trabalhador. Essa dinâmica tem profunda influência na forma como a educação é estruturada e em como os interesses dos trabalhadores são considerados na sociedade contemporânea.

A crise da escola, nesse sentido, é vista como parte de um processo mais amplo em que o capitalismo está desafiando e minando as estruturas e instituições que antes forneciam certas proteções e garantias para os trabalhadores. Ao mesmo tempo, os aparelhos de proteção social, que antes buscavam fornecer segurança e bem-estar, estão sendo enfraquecidos ou mesmo excluídos em nome da maximização dos lucros e ocasionado pela maior competitividade.

3.3 A contraofensiva da ortodoxia conservadora burguesa: Surgimento do neoliberalismo escolar

Para Freitas (2017) esta crise se comporta como fenômenos que se entrelaçam como parte de sintomas de uma implementação de medidas neoliberais que por agora, nos limitaremos a colocar que eram as seguintes: medidas de austeridade dos gastos públicos, redução dos direitos sociais e substituição do modelo de acumulação de características produtivas para o modelo de acumulação financeira.

Como aponta Laval e Dardot (2016), a categoria para definição crítica do conjunto de ideias denominado como neoliberalismo nasce ainda na década de 1970 pela obra de Michael Foucault¹⁸ *O Nascimento da biopolítica*. Para os adeptos do Neoliberalismo, cabe somente às “leis de mercado” os papéis de reguladoras, criadoras e incentivadoras de todos os aspectos da vida humana (saúde, educação, assistência social) na sociedade. Segundo essa obra, o neoliberalismo é uma forma de racionalidade político-econômica que surgiu na década de 1950 (apesar de que já havia um forte movimento crítico ao keynesianismo no início da década de 30) como uma reação ao chamado “Estado intervencionista” a partir da crise de 1929.

Foucault argumentava que o neoliberalismo é uma forma de racionalidade política que

¹⁸ Como já dito na introdução, esta pesquisa se utilizou do materialismo dialético, em especial na teoria do valor em Marx para o entender o processo de reificação da escola pública em valor de troca, o que conceitualmente chamamos de mercantilização. Todavia por honestidade como pesquisa, precisamos separar algumas linhas para Michael Foucault, uma das maiores influências para a sociologia de Christian Laval (2016), autor este que trouxe enormes contribuições para esta dissertação.

se baseia na ideia de que o mercado é o melhor mecanismo para coordenar as ações humanas. Essa racionalidade se manifesta não apenas na economia, mas em todas as esferas da vida, incluindo a saúde, a educação, a cultura e a política.

Para Foucault (2008), o neoliberalismo é uma forma de poder que se estende por toda a sociedade, transformando os indivíduos em “empreendedores de si mesmos”, responsáveis por sua própria felicidade e sucesso (p. 78-81). A partir dessa perspectiva, as políticas neoliberais enfatizam a “responsabilidade” individual, a competitividade e a meritocracia, ao mesmo tempo que desvalorizam o papel do Estado na garantia dos direitos sociais.

Para Mészáros (2004), o neoliberalismo é uma resposta ideológica da burguesia à crise estrutural do capitalismo, que se aprofundou a partir dos anos 1970, como já mencionado. Nesse período, marcado pela queda taxa de lucro, inflação elevada e a estagnação econômica, o neoliberalismo surgiu como uma tentativa de recuperar a rentabilidade do capital, reduzindo os custos de produção, aumentando a exploração dos trabalhadores e expandindo o mercado através da mundialização da economia, como forma de se contrapor a esta crise. (p. 264-312)

Mészáros (2004) argumenta que o neoliberalismo representa uma forma de poder autoritário, que impõe sua vontade sobre a sociedade por meio do mercado. As políticas neoliberais são apresentadas como soluções técnicas para problemas econômicos, mas na verdade servem para reforçar a dominação do capital sobre a sociedade. O neoliberalismo, portanto, é uma ideologia que busca justificar e naturalizar a desigualdade social e a concentração de poder nas mãos de um pretense grupo econômico.

Além disso, Mészáros argumenta que o capitalismo é incapaz de resolver questões fundamentais para a sociedade, como a desigualdade social, a alienação do trabalho e a falta de controle democrático sobre a produção e distribuição de riqueza. Essas contradições se intensificam à medida que o capitalismo se desenvolve, levando a crises tardias que questionam sua própria sustentabilidade.

Para José Paulo Netto (1996), grande parte do reaparecimento destas medidas de ortodoxia liberal se deu por conta do enfraquecimento do bloco soviético. Para o intelectual, em termos globais, o processo civilizatório que a experiência socialista entregava nos seus mais de 70 anos - como a educação e saúde universal e direitos sociais para grupos historicamente oprimidos como as mulheres - serviram como uma “bússola” da classe trabalhadora mundial por melhores condições materiais de existência.

Outro ponto, fruto do novo processo civilizatório inaugurado pelas experiências do bloco socialista e sua rivalidade com os países capitalistas, fez com que a burguesia optasse

pelas ideias keynesianas de economia. Por mais que o keynesianismo reconheça os desequilíbrios e crises como parte da própria ordem do capital, para o economista John Keynes, as instituições de mercado, através da participação de investimentos em grande escala puxadas por estados, são a melhor forma de se contrapor a eventuais crises. Sendo assim, grande parte dos direitos sociais adquiridos pela classe trabalhadora, que têm como o nome mais genérico “políticas de bem-estar social” se deram tanto por conta da luta organizada dos movimentos de trabalhadores, inspirados nas conquistas da União Soviética, como também da própria necessidade da ordem capitalista de domesticar a luta de classes. (Netto, 1996).

Para o professor, a derrocada do socialismo real na União Soviética e nos seus satélites de influência contribuiu para a popularização das políticas neoliberais na sociedade. Basta lembrar a famosa frase de Margaret Thatcher, repetida diversas vezes “*There is no alternative beyond capital*”, isto é, não há alternativa para além do capital (Thatcher apud Netto, 1996, p. 91). É certo que a crise do *Welfare State* não explica propriamente o fracasso do único ordenamento sociometabólico na ordem do capital que visava expressamente compatibilizar a dinâmica da acumulação com a garantia de direitos sociais mínimos e como ressalva, quase restrito aos países centrais do capitalismo.

Com isso, a justificativa de José Paulo Netto sobre as políticas econômicas de austeridade se justificava como um arcabouço de ideias desencorajadoras e decadentes (o keynesianismo), mas a popularização da corrente neoliberal se deu pela ausência de um regime alternativo ao capitalismo, agora em meio à crise e pela ausência hegemônica de um tipo de acumulação com características mais distributivas, como representou a União Soviética na Guerra Fria.

Apenas como observação, não coube nesta pesquisa defender a recriação de um novo padrão de acumulação do tipo keynesianismo ou nekeynesiano como forma de contrapor-se a ortodoxia neoliberal, mas sim de que a crise das políticas de bem-estar social e consequentemente nos processos de transformação de áreas que até então tinham valores de uso social em um meio de troca (mercantilização) é um demonstrativo da perspectiva de Mészáros (2021) sobre a ativação dos “limites absolutos” do sociometabolismo regressivo do capital e sua necessidade de superação.

O pensamento neoliberal tem como característica principal a generalização da concorrência como única norma de conduta social. Na educação, esta lógica concorrencial torna-se parte fundamental das políticas públicas educacionais. Para alguns autores, como Freitas (2018), essa tendência ideológica é incorporada e aplicada na educação como forma de

dar respostas à “ineficiência do Estado” e apresentar a “ação individual” como mecanismo de melhora e aprimoramento da escola na sociedade.

Para Luiz Carlos de Freitas, o neoliberalismo é uma abordagem que enfatiza o livre mercado, no qual as “forças” do mercado, como a competição e a busca pelo lucro, são motores do desenvolvimento social e econômico. O neoliberalismo parte da premissa de que uma sociedade deve ser organizada em torno de uma sociedade de mercado. Isso significa que a economia deve funcionar com o mínimo de intervenção, com base na oferta e na demanda.

O neoliberalismo olha para a educação a partir de sua concepção de sociedade baseada em um livre mercado cuja própria lógica produz o avanço social com qualidade, depurando a ineficiência através da concorrência. Segundo essa visão, a generalização desta concepção para todas as atividades do Estado produzirá uma sociedade melhor (FREITAS, 2018, p. 31).

Para o autor, essa lógica de mercado resultaria em avanço social com qualidade, ou seja, os teóricos neoliberais argumentam que a competição e a busca pelo lucro levariam a uma melhoria geral das condições de vida da população, pois o mercado levaria a uma “depuração” da ineficiência. Para o autor, este fenômeno não é recente no Brasil, já na década de 90, de forma ainda tímida com Fernando Collor de Mello (1990-1992) e, posteriormente, de forma mais madura com a coalizão de centro-direita de Itamar Franco (1992 -1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2002), composta pelo PSDB e PMDB, aparecem as primeiras legislações de cunho neoliberal na educação. (Freitas, 2018).

Nos remetemos mais uma vez à obra de Justino de Sousa (2011; 2014). A reforma da educação é percebida pelo autor como uma busca de moldá-la de acordo com apenas os interesses da classe dominante. Isso pode envolver a privatização da educação, a redução do financiamento público e a promoção de modelos educacionais que atendam apenas as necessidades do mercado em detrimento de uma educação mais abrangente. Para o autor,

Com a onda neoliberal, vem à tona uma tendência de reforma da educação, no sentido de moldá-la à imagem e semelhança do seu referencial – o mercado –, dentro da qual destacam-se as propostas de autonomia, descentralização, flexibilidade, individualização, pluralidade, poder local (Sousa Jr, 2011, p. 98).

Sousa Jr. (2011) identifica algumas das principais características da reforma neoliberal na educação, como a autonomia, a descentralização, a flexibilidade e a individualização. O autor argumenta que essas características têm levado a uma fragmentação do sistema educacional, o que dificulta a garantia de uma educação que atenda aos interesses da sociedade civil como um todo. É uma reforma de “desconstrução” do sistema educacional, em vez de sua “construção”. Isso significa que a reforma não está interessada em criar um sistema educacional que seja justo e equitativo para todos, mas sim em criar um sistema que seja eficiente e lucrativo

para o mercado. (Sousa Jr, 2011).

Não é que a escola nesta fase histórica feneceria, mesmo com o papel em que as tecnologias da informação desempenham na formação ideológica e que de certa forma colocam uma posição de “crise” para educação das massas. A escola é ainda importante na infraestrutura e superestrutura do capitalismo e de forma dialética é um espaço de disputa da sociedade civil. O que houve depois da década 90 foi uma contraofensiva conservadora, através das reformas neoliberais do estado que buscava levar o “espírito do mercado” para a educação pública, o que hoje consideramos como a sua “mercantilização”.

Para historicizar este movimento, vários intelectuais como Eric Hobsbawn (2006), atribuem a década 80 e ao denominado “Consenso de Washigton como o grande “berçário” das ideias que depois serão colocadas em práticas nas “reformas” do Estado. No Brasil, a reforma administrativa do ministro Bresser-Pereira pode ser considerada como um marco da contraofensiva conservadora. (Dourado, 2009).

Autores como Milton Friedman (1912 - 2006), representando a Escola de Economia de Chicago e Friedrich Hayek (1889 – 1992), da Escola Austríaca de economia, tornam-se os autores dominantes na tecnocracia que irão operar na reforma neoliberais da década de 1990. Como o pensamento de Milton Friedman, de teoria do capital humano exerceu uma maior influência no objeto desta pesquisa, restringir-nos-emos por agora nos estudos da Escola de Chicago.

Escola de Chicago, também conhecida como a Escola de Economia de Chicago, é uma corrente de pensamento econômico que se originou na Universidade do Estados Unidos durante o século XX. A Escola teve um impacto significativo nas políticas adotadas em diversos países, especialmente durante o período pós-Segunda Guerra Mundial. (Harvey, 2008). Em primeiro lugar, a Escola de Chicago enfatiza a importância do “livre mercado” e da intervenção mínima na economia. Essa visão defende que a concorrência e a busca pelo lucro são os principais motores do desenvolvimento econômico. (Laval, 2016).

Além disso, a Escola de Chicago defende políticas de desregulamentação e liberalização dos mercados (leia-se privatizações), argumentando que isso estimularia a “eficiência” e o crescimento econômico. No entanto, essa postura ignora os riscos e as externalidades negativas associadas. A crise financeira global de 2008 é um exemplo claro dos efeitos da desregulamentação excessiva, que permitiu práticas especulativas irresponsáveis. (Harvey, 2008).

Retornando à reforma administrativa, chamada de Programa de Reforma do Aparelho

do Estado (PDRAE), sob a suposta justificativa de “modernização” do Estado e fim do patrimonialismo, essa reforma se apresentava como uma medida técnica, mas, ao longo dos estudos acadêmicos de diversas áreas, demonstrava todo arcabouço teórico do liberalismo econômico, em especial, o de Milton Friedman. (Freitas, 2018).

No plano econômico, a gestão de Fernando Henrique Cardoso como Ministro da Fazenda foi marcada por uma aproximação maior dos Estados Unidos e conseqüentemente, todo receituário das doutrinas de ortodoxia liberal. A criação da moeda Real, tendo como lastro a moeda americana, no plano real, fez com que o sociólogo esquecesse tudo o que escreveu antes e tornasse-se o melhor representante da burguesia para a disputa da presidência em 1994.

Outra marca desse período consistiu na aproximação com os irmãos de Breton Wood, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. O primeiro empréstimo significativo do Brasil com esses organismos multilaterais deu-se já na presidência de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002), que, como consequência, empreenderam programas de ajustes estruturais, que incluíam reformas econômicas, fiscais e financeiras. (Dourado, 2009).

Como primeira medida da reforma econômica de FHC, o Banco Central passou a estabelecer metas anuais para a inflação, com o objetivo de reduzi-la gradualmente até atingir níveis considerados baixos e estáveis. Essa medida visava criar expectativas positivas no mercado e reduzir a incerteza em relação aos preços.

O segundo pilar desse tripé macroeconômico foi a adoção do regime de câmbio flutuante, em que o valor da moeda brasileira seria determinado pelo mercado, sem intervenção do governo. Essa medida visava tornar o câmbio mais flexível e competitivo, favorecendo as exportações e reduzindo as pressões inflacionárias.

O terceiro pilar do tripé macroeconômico era a busca pelo equilíbrio fiscal, com o controle dos gastos públicos, que teria o objetivo principal de redução do déficit. Isso significava, na prática, medidas de austeridades aos serviços públicos, como a redução de investimentos em infraestrutura, programas sociais, saúde e educação. Além disso, houve a elevação das alíquotas de impostos e reformas do sistema previdenciário.

O chamado “tripé macroeconômico”, além de modificar o regime de acumulação nacional, transformando-o do tipo financeirizado, demonstrou um alinhamento com os Estados Unidos na nova divisão internacional do trabalho. Neste mesmo contexto de “alinhamento” ao capital-financeiro norte-americano, a reforma administrativa de Bresser-Pereira criava bases para a entrada de institutos empresariais na administração pública. Sob o pretexto de

“publicização” para um maior controle de “organizações sociais¹⁹” na administração do Estado, o documento criava condições institucionais para o terceiro setor entrar em serviços como educação e saúde. (Fontes, 2008).

O conceito de publicização na administração pública foi uma das estratégias administrativas adotadas principalmente na década de 90 sob forte inspiração da mesma abordagem adotada no Chile como uma alternativa à privatização. Em resumo, a publicização se refere ao processo pelo qual o Estado transfere a execução de serviços públicos para organizações sem fins lucrativos ou empresas privadas, mantendo a responsabilidade pela supervisão e regulamentação, mas sobre o controle de outros agentes. (Freitas, 2018).

Uma das primeiras leis aprovadas que transferiam a responsabilidade para o ente privado foi a de nº 8.987/1995. Chamada de “Lei das Concessões”, dispunha sobre a permissão da prestação de serviços públicos pelo setor privado. A rigor, sinalizou todo um programa de terceirizações de atividades, reformas e manutenção de obras públicas, agora delegada para o empresariado como alternativa à privatização.

Outro marco neste amplo clima de privatizações e redução do serviço público foi a tentativa de aprovação da lei nº 9.958/2000. Entre as principais mudanças propostas pela reforma trabalhista de Fernando Henrique Cardoso, destacavam-se a ampliação da jornada de trabalho diária de 8 horas para 10 horas, com a possibilidade de mais horas extras.

As empresas poderiam estabelecer um banco de horas para compensação de horas extras trabalhadas, em um prazo máximo de um ano. As férias poderiam ser divididas em até três períodos, desde que um deles tivesse pelo menos 14 dias. Além disso, a lei permitia a terceirização de serviços, inclusive na atividade-fim da empresa e de acordo com o trabalhador para a demissão, em que este receberia uma indenização menor, podendo sacar o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço de forma parcial. (Shiroma; Moraes, 2007).

Outro marco nessa reforma se deu pelo Programa de Desligamento Voluntário (PDV), que tinha como objetivo reduzir o “tamanho da máquina pública” e a folha de pagamento dos servidores, por meio da criação de incentivos financeiros para aqueles que optassem por se desligar do serviço público. O PDV previu o pagamento de uma indenização equivalente a um salário-base para cada ano de serviço prestado, limitado a um total de 12 salários-base como incentivo a demissão. (Shiroma; Moraes, 2007).

¹⁹ “Entende-se por “organizações sociais” as entidades de direito privado, por iniciativa do Poder Executivo, que obtêm autorização legislativa para celebrar contrato de gestão com esse poder, e assim ter direito de dotação orçamentária”. Ver em: Brasil, Presidente, 1995 - F.H. Cardoso. Plano Diretor do Aparelho do Estado, Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, 1995.)

Essa reforma trabalhista foi alvo de críticas por parte dos sindicatos e movimentos sociais, que argumentaram que as mudanças propostas fragilizariam os direitos trabalhistas e aumentavam a precarização do trabalho. Para Antunes (2017), todo esse processo de precarização e flexibilização do trabalho liga-se à combinação de medidas de austeridade fiscal, típica do neoliberalismo; financeirização da economia e uma reestruturação produtiva que mantinha elementos de acumulação fordista e adotava novos métodos da acumulação toyotista, combinando diferentes formas de obtenção da mais-valia (absoluta e relativa).

Neste mesmo período e alinhado a esta nova político-econômica de governo, insere-se o movimento Todos Pela Educação. Composto por empresários, como Norberto Odebrecht, Marcos Antônio Magalhães (falaremos com maior fôlego adiante) e Viviani Senna, o MTE, foi uma das primeiras iniciativas de “publicização” do aparato estatal que sinalizou uma aproximação do empresariado com a educação estatal.

3.4 Formulações das perspectivas de privatizações da educação pública: Movimento Todos pela educação

Segundo Saviani (2008), por mais que tenha surgido na década de 90, é a partir dos governos de centro-esquerda de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), em especial em 2006, que o Movimento Todos pela Educação adquire sua forma como conhecemos na atualidade.

Como alerta Saviani, com a abertura trazida pelo capitalismo financeiro a partir da década 70 e a crise-regressiva do capital, uma das ações tomadas para se contrapor à queda da taxa do lucro deu-se pelas vias estratégicas por meio da sua flexibilização. Além disso, o capital começou a atuar em novas áreas, como forma de expansão. Isso levou a um aumento nas posições ideológicas que justificam a criação de movimentos empresariais relacionados à educação. É nesse contexto que o MTE se destaca, reunindo vários elementos para garantir o consenso em relação a reformas e diminuindo as barreiras entre o setor público e o privado. (Ségala, 2018).

Conforme destacado por Dourado (2009), a participação do terceiro setor empresarial ocorreu devido a vários incentivos de organismos multilaterais, como a ONU, o Banco Mundial e a OCDE, que estabeleceram as regras para a reestruturação do Estado, com o objetivo de impor um novo caminho alinhado com a nova divisão internacional do trabalho e o papel que o Brasil desempenharia nesse contexto. Para o autor, o MTE faz referência à conferência realizada em 1990 pela UNESCO, UNICEF e patrocinada pelo Banco Mundial.

Durante a Conferência de Educação para Todos em 1990, realizada em Jontien, Tailândia, houve um destaque na conexão entre a educação mundial e a busca pelo

desenvolvimento econômico. Foi enfatizada a importância de parcerias, principalmente com o setor empresarial, devido à alegação de que o Estado era ineficiente na gestão e no planejamento de políticas públicas. Essa alegação foi usada como argumento central para o incentivo de projetos de privatização na periferia capitalista como forma de desenvolvimento econômico (Ségala, 2018).

Mesmo nos governos de centro-esquerda com características social-liberais do Partido dos Trabalhadores, esse movimento não sofreu inflexão. Por mais que a reforma trabalhista proposta por Fernando Henrique Cardoso tenha sido revisada em seus principais pontos, a reforma da previdência aprovada no primeiro governo de Lula (2003- 2006), duramente criticada pelo movimento sindicalista, deu o tom de como seria a gestão do ex- metalúrgico e líder sindical. (Freitas, 2018).

Ainda de acordo com Saviani (2008), as reformas curriculares basearam-se nos princípios liberais provenientes da educação neoconstrutivista e neobehaviorista, típicas do pensamento de formação do capital humano do Banco Mundial. Esses princípios de educação se baseiam na perspectiva de que a educação promoveria um “desenvolvimento individual” e com isso um desenvolvimento social.

Já os princípios sociais desses currículos, enfatizam a importância da educação para “o desenvolvimento da sociedade”, promovendo “igualdade” e “justiça social”. Assim, a teoria propõe uma educação que leve em consideração a formação do indivíduo como ser “autônomo, capaz de pensar criticamente e tomar decisões por si mesmo.” (ibidem).

Leia-se “criticamente” não no sentido transformador e revolucionário como se apresenta nas propostas que tem como base o materialismo dialético, essa “crítica” destes aparelhos privados manifesta-se através da contribuição com opiniões nos círculos escolares. Nesta perspectiva específica, o sentido de “cidadão crítico” mostra-se na capacidade de melhoria do contexto de trabalho, algo semelhante à formação de círculos operários como no Toyotismo. (Linhart, 2007).

Na prática, isso implica em uma educação que valorize tanto o desenvolvimento das capacidades individuais quanto o engajamento social, através de uma formação que promova tanto uma “competição saudável” quanto a “cooperação e solidariedade” entre os indivíduos. (Saviani, 2008).

Neste contexto de “reformas” administrativas e curriculares da máquina pública, um grande marco com rupturas e continuidade à lei de concessões de Bresser-Pereira deu-se na

aprovação da lei 11.079/04, conhecida “Lei das Parcerias Público-Privadas²⁰”, que permitiu poderes ainda maiores para o empresariado atuar diretamente na máquina estatal, realizando estas “mudanças estruturais”, fornecendo um cabedal de possibilidades para essas empresas agirem dentro da educação pública.

A Lei Nº 9.637, promulgada em 1998, foi uma das primeiras leis resultadas da reforma do aparelho do Estado de Bresser-Pereira. Conhecida como a “lei das Organizações Sociais (OS)” no Brasil. Esta legislação representa um marco importante na flexibilidade na gestão de serviços públicos por entidades privadas sem fins lucrativos. A Lei 9.637/98 permitiu que o governo celebre contratos de gestão com organizações sociais para a prestação de serviços em áreas como saúde, educação, cultura, esporte e meio ambiente, com o objetivo de melhorar a qualidade e a eficiência desses serviços. (Brasil, 1998).

A principal característica das Organizações Sociais é a parceria entre o poder público e a sociedade civil. Essas entidades são denominadas pelo governo como Organizações Sociais, após atenderem a critérios específicos de transparência, idoneidade, experiência e comprometimento com a área em que atuam. Uma vez atendidos os critérios, elas podem celebrar contratos de gestão com órgãos públicos, estabelecendo metas e indicadores de desempenho para a prestação de serviços. (ibidem).

Alguns pontos-chaves da Lei Nº 9.637/98 incluem melhorar a “eficiência” na prestação de serviços públicos, incentivando a participação da sociedade civil e promover a “descentralização” administrativa; e estabelecer uma parceria entre o setor público e organizações da sociedade civil, permitindo que os SO assumam a gestão de serviços públicos. Outro ponto delicado da lei se dá no contrato de gerenciamento. A legislação define o contrato como o instrumento que formaliza a parceria entre o órgão público e a organização social.

Neste contexto, o MTE retorna de maneira muito mais coordenada em 2006, posteriormente à aprovação. Esse movimento tornou-se uma junção de diversas entidades (empresários, jornalistas, pesquisadores), que se autodenominaram como “Movimento nascido da sociedade brasileira que tem como missão engajar o poder público e a sociedade brasileira no compromisso pela efetivação do direito das crianças e jovens a uma Educação Básica de qualidade”. (Todos Pela Educação, 2014, p. 3). O movimento se autodeclara como sendo “apartidário e plural, que congrega representantes de diferentes setores da sociedade, como gestores públicos, educadores, pais, alunos, pesquisadores, profissionais de imprensa,

²⁰ “Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa.” (Brasil, 2004).

empresários e as pessoas ou organizações sociais que são comprometidas com a garantia do direito a uma Educação de qualidade”. (Ibidem).

Nesta conjuntura, o movimento suscitou várias entidades que atuam ainda hoje na educação pública, como o instituto Ayrton Senna, a Telefônica e o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação – ICE. Sobre este último, segundo o próprio instituto, “todos os seus fundadores estiveram presentes no início do movimento Todos Pela Educação com intuito de melhorar a tão precária educação pública.” (ICE, 2012, p. 9).

3.4.1 Conjuntura do golpe de 2016: aceleração da contraofensiva empresarial no Brasil.

O que escrevemos até o momento descreve o processo mercantilista em que a burguesia vem realizando na educação pública, processo este que revela como a educação estatal vem sendo perseguida com intuítos de caráter privatista, ou seja, uma nova área de exploração e lucratividade. Este movimento já tem pelo menos 30 anos presente no processo de redemocratização da década de 90, seguido pelos governos de centro-esquerda petistas.

O que se tenta desenvolver nesta seção é de que este processo não é refreado pelo espectro político de governos reacionários de ultradireita. Assim como ocorreu nas gestões petistas em que o movimento “apartidário” do empresariado caminhou a passos largos, no governo de Jair Bolsonaro houve uma expansão deste tipo de prática.

Para Freitas (2018), a conjuntura do golpe ocorrido em 2016 acelerou o que autor considera como “reforma empresarial” no Brasil. Para o autor, o processo de implementação de “tratamento de choque” do *neoliberalismo escolar* aplicou-se nos momentos de instabilidade política e econômica. Neste sentido, por mais que não há nada novo neste movimento, inclusive estudado por vários autores como Frigotto (1995), Saviani (2006) e Sousa Jr (2011; 2014) anteriormente, é com o processo de instabilidade política, orquestrada pelos grupos conservadores e reacionários são aplicadas na íntegra todo o modelo ultraliberal.

Esta perspectiva é acompanhada por nós, apesar de Freitas (2018) considerar que durante o período petista tenha existido uma “suspensão parcial” do projeto neoliberal no Brasil, algo que não se confirma pelos autores acima mencionados, que demonstram que o projeto articulado pela grande burguesia e a tecnocracia empresarial defensora das “teorias do capital humano” foi aplicado em quase a sua totalidade. Freitas observa que a crise institucional a partir do segundo governo de Dilma Rousseff, culminando com o golpe e a prisão - no mínimo irregular - do ex-presidente Lula, não inaugura, mas forma um terreno “fértil” para o avanço mais rápido das propostas neoliberais para a educação.

A aprovação em caráter de urgência da “Reforma do Ensino Médio”²¹, juntamente com a suspensão do Fórum Nacional da Educação (FNE) e a aprovação da Base Nacional Comum Curricular²² em 2017 por Michel Temer tiveram papel decisivo neste “avanço” de políticas neoliberais para a educação. Assim, com o golpe militar ocorrida no Chile em 1973, em que se implementa o liberalismo econômico com política de Estado ao mesmo tempo em que se realiza uma reforma empresarial na educação do país, no Brasil, nesta conjuntura pós-golpe, várias pautas da classe dominante para a educação pública são aplicadas em sua ortodoxia.

Assim como observa Ravitch (2011), os climas de instabilidade econômica e política, como a passagem do furacão Maria em Porto Rico, o furacão Katrina em Nova Orleans, nos Estados Unidos, foram “oportunidades” para avançar uma agenda de neoliberalismo para a educação pública.

Apenas como destaque para depois desenvolvermos posteriormente, todas estas tragédias humanas foram acompanhadas de empréstimos do Banco Mundial para reconstrução de infraestruturas e contaram com a ajuda de organizações não-governamentais. Somente em Porto Rico, o Banco Mundial realizou uma operação de crédito de 1,5 bilhão de dólares para financiar projetos de desenvolvimento econômico na área de infraestrutura, educação e saúde. O Banco Mundial publicou um relatório, intitulado *"Puerto Rico: A caminho de uma recuperação resiliente"* (2018), no qual apresenta as mudanças estruturais para o país atingido pela catástrofe.

Lembremos que uma das causas que culminaram com a ruptura democrática consistiu na busca por uma mudança de acumulação capitalista naquele período pelo grupo dominante. Mesmo com recuos e avanços, os governos petistas mantiveram uma perspectiva desenvolvimentista com forte influências de modelos neokeynesianos para a economia. Outra marca desse período se deu na política de aumento real do salário-mínimo, que consistia no aumento baseado na soma do produto interno bruto e inflação do ano anterior, fazendo com que parte do crescimento estivesse atrelado ao consumo interno.

Sob a justificativa do achatamento das margens de lucro por conta do ganho real do salário-mínimo, houve a formação de uma unidade tática e estratégica da burguesia para o apoio de uma ruptura institucional que colocaria um fim na política de conciliação praticada nas três presidências do Partido dos Trabalhadores. (Mascaro, 2018).

Fora isso, já havia, por grande parte da burguesia local, a escolha pela acumulação do

²¹ Medida provisória 746/2016.

²² Portaria nº 1.570 aprovada pelo Conselho Nacional de Educação.

capital via financeirização (D – D’), ao invés da acumulação pelo circuito da produção industrial (D – M – P – D’).

Mesmo que o Programa de Aceleração do Crescimento, desde o segundo governo de Lula, tenha se demonstrado um importante instrumento de contenção da crise financeira que abalou o centro do capitalismo em 2008, as investigações - que hoje se demonstraram ilegais e com forte presença de agências internas dos Estados Unidos, a operação Lava Jato deflagrada na vara de Curitiba - fizeram com que várias obras públicas fossem suspensas ou paradas por motivos de possíveis irregularidades. (Paulani, 2016).

Com a queda das *commodities* a partir de 2012, principal ativo financeiro para o PIB brasileiro, e o desgaste político dos Partido dos Trabalhadores, Dilma Rousseff optou pela estratégia da isenção fiscal para a indústria, como forma de manter níveis de empregabilidade satisfatórios para o seu governo. Para Mascaros (2018), a opção escolhida por Dilma significou levar aos limites a política de conciliação de classes caracterizada pela gestão petista. Como parte da burguesia, para não dizer toda ela, preferia a acumulação via financeira, vários industriais reativaram plantas antigas, com péssimos índices de produtividade do trabalho e transferiram os ganhos pela isenção para o mercado financeiro e na própria compra da dívida pública que eles estavam produzindo.

Não satisfeita com os ganhos de isenção e com a alta rentabilidade que o mercado financeiro estava rendendo a burguesia supostamente “nacional”, esta se tornou parte orgânica do golpe, tendo a imagem do “pato da FIESP” como o símbolo da adesão ao antipetismo. As frações burguesas criaram a doença para depois venderem um “remédio amargo” a partir de uma aproximação com os setores mais conservadores e os partidos fisiológicos que compunham o governo de coalizão no período. A oficialização de “remédio amargo” consistiu no documento “Uma ponte para o Futuro” (2016).

Nesse documento, perspectivas de austeridade fiscal, como cortes de gastos, suposta independência do Banco Central e redução da máquina pública, demonstram um projeto que buscava o acirramento do padrão de acumulação pela via da agropecuária para a exportação, tendo forte predomínio do financeiro. (Carvalho; Rodrigues, 2019). Isso foi algo que acompanhou os mais de 30 anos de redemocratização, mas que é praticado nos seus limites como projeto de “ajustes” para a economia.

O desemprego chega a patamares anteriores à 2001, parte pela operação Lava-Jata deflagrada na vara de Curitiba, que desgastou a imagem do PT e com isso, impossibilitou a continuidade de qualquer perspectiva de crescimento pela via produtiva; parte pelos prejuízos

bilionários em áreas estratégicas escolhidas pelo governo, como a petroquímica, a da engenharia pesada e da construção naval, que sofreram com as operações ilegais realizadas pelo juiz federal Sérgio Moro e pelo procurador Deltan Dallagnol²³. Como consequência, a base social que sustentava as vitórias do PT foi desgastada, impedindo uma resistência mais enérgica ao golpe.

Sendo assim, o governo de Temer significou a execução de medidas que mesmo a democracia liberal burguesa teria dificuldades de aprová-las. Com exceção da reforma da previdência (Lei 13.467/18), aprovada posteriormente com Bolsonaro, a aprovação da PEC 95 de congelamento de gastos em áreas cruciais como a saúde e educação, assim como a “reforma” trabalhista (Lei 13.467/2017), demonstram uma mudança substancial de acumulação, caracterizada pela aceitação quase que integral da ortodoxia liberal. (Mascaro, 2018).

A reforma trabalhista consistia em cinco pontos principais: a prevalência de acordos coletivos que se sobressaíam à legislação trabalhista (o acordado sobre o legislado); a flexibilização da jornada de trabalho, permitindo que ela seja negociada diretamente entre o empregador e a classe trabalhadora; o parcelamento das férias; os limites por danos morais máximos que o trabalhador poderia cobrar da empresa e um processo de terceirização irrestrita. Em outras palavras, a reforma regula a terceirização irrestrita de atividades-fim, permitindo que empresas terceirizem qualquer atividade, inclusive a principal, como a educação (ibidem).

Além da possibilidade de precarização do magistério, a Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017), que simbolicamente foi aprovada no mesmo dia da reforma trabalhista e as mudanças curriculares aprovadas pela consolidação de uma base nacional comum curricular (BNCC) consolidaram um novo projeto de interesses que marcam decisivamente um processo diferente de acumulação capitalista.

A Reforma do Ensino Médio, representou uma medida crucial para aprimorar ainda mais a formação de mão de obra condizente com a dinâmica de acumulação capitalista em crise regressiva. Sob a ideologia neoliberal, essa reforma buscou criar um ensino médio com foco em “competências”, “habilidades” e empregabilidade precoce em detrimento da formação científica e crítica dos estudantes. Em outros termos, substituiu o currículo propedêutico por um

²³ Em março de 2021, o Supremo Tribunal Federal decidiu, por 8 votos a 3, anular as condenações do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no âmbito da Lava Jato em Curitiba. A decisão se baseou na alegação de que o tribunal de Curitiba não tinha jurisdição para julgar esses casos. Isso levantou questões sobre a imparcialidade e a condução dos processos. O STF também decidiu, por 3 votos a 2, que o ex-juiz Sergio Moro foi parcial ao condenar o ex-presidente Lula no caso do triplex do Guarujá. A decisão alegou que Moro não agiu de maneira imparcial ao conduzir o processo. (Gois, 2021) Acesso em: <https://www.conjur.com.br/2021-jun-23/moro-suspeito-julgar-lula-decide-stf-votos>. Acesso em: 22/09/2023.

currículo preocupado com os processos psicoemocionais. (Kuenzer, 2017)

Outro ponto importante da reforma se deu na instituição de uma flexibilização curricular e o ensino por roteiros formativos, o que significa que o estudante deveria escolher suas áreas de interesse e, conseqüentemente, direcionar seu processo de formação a um tipo de hiper individualismo. Essa medida teve como objetivo ampliar a oferta de disciplinas de caráter técnico, em detrimento das disciplinas de formação geral, como História, Filosofia, Sociologia, dentre outras. Dessa forma, a formação do estudante seria centrada nas necessidades do mercado de trabalho, diga-se de passagem, marcada por uma profunda crise de empregabilidade (ibidem).

A Reforma do Ensino Médio ainda buscava implementar um modelo de ensino a distância para a formação profissionalizante, precarizando ainda mais as condições de ensino e aprendizagem, além de contribuir para a segregação educacional e social, uma vez que nem todos os municípios possuíam acesso aos recursos necessários para a aprendizagem de qualidade. Tudo isso se insere no contexto mais amplo de intensificação da exploração do trabalho, precarização das condições de vida e retirada de direitos sociais, características da atual fase do capitalismo em crise. (Kuenzer, 2017).

Do ponto de vista da atuação de institutos privados, há uma modificação substancial de composição orgânica na máquina pública. Como iremos verificar a frente, até a conjuntura do golpe, a empresa em que mais se beneficiava com a política de parcerias público-privadas era a Fundação Odebrecht. Fundação esta que financiava diretamente um instituto do terceiro setor pernambucano, o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação- ICE.

Com todo o desgaste que a Odebrecht sofrera e a perda de patrimônio ocasionado pela proibição de realização de qualquer tipo de contrato com o Estado, a Fundação Lehman tomou o lugar da Odebrecht como sendo um dos aparelhos privados de hegemonia mais atuantes na educação pública brasileira. Vale destacar que Jorge Paulo Lehman foi um dos patrocinadores do movimento “Vem pra Rua”²⁴, nas chamadas “jornadas de julho”, que simbolizou o início da crise da política de conciliação de classes.

3.5 Neoliberalismo escolar: Mercantilização da educação pública a partir das

²⁴ “O executivo Rodrigo Telles, diretor da Fundação Estudar, que pertence ao trio de bilionários da Ambev, liderado por Jorge Paulo Lemann, e que mantém o registro do domínio vemprarua.org.br, acaba de entrar em contato com o 247. Ele esclarece que o executivo Fábio Tran, responsável pelo movimento 'vemprarua', que tentou promover o impeachment da presidente Dilma Rousseff, está se desligando da Fundação. (Brasil 247, 2015). Acesso em: <https://www.msnoticias.com.br/editorias/politica-mato-grosso-sul/jorge-paulo-lemann-e-quem-financia-o-golpismo/56872/>. Acesso em: 13/09/2023.

parcerias público-privadas.

O termo "neoliberalismo escolar" é utilizado para descrever a influência que essa doutrina tem exercido sobre a educação pública. Um dos autores que mais têm se debruçado sobre o tema é o intelectual Christian Laval, em seu livro "*A Escola não é uma Empresa*" (2016). O neoliberalismo escolar é caracterizado, segundo o autor, pela privatização da educação, pela mercantilização do conhecimento e pela promoção da competição entre as escolas. Ele argumenta que, sob o neoliberalismo, a educação é vista como um produto que pode ser comprado e vendido no mercado, em vez de um bem público essencial para o desenvolvimento. (Laval, 2016).

Segundo Laval, o neoliberalismo escolar se caracteriza pela adoção de uma lógica empresarial na gestão das escolas e da educação. Isso significa que a educação passa a ser vista como uma mercadoria e as escolas como empresas que devem ser gerenciadas de forma “eficiente”, buscando a redução de custos operacionais e o aumento da produtividade sob a forma de capital humano (ibidem).

Todo esse processo corresponde à desestruturação da sociedade industrial fordista e de seu padrão característico de empregabilidade. Sua estrutura baseia-se na padronização de objetivos e controles de aprendizagem, na mutação da gestão escolar pública para um modelo empresarial e por último na formação de professores mais “focados” na produtividade. (*productivity centred*). (Laval, 2016, p. 36 - 48).

Uma dessas medidas observadas na educação pública francesa consiste na introdução de métodos de avaliação baseados em “indicadores de desempenho”, como as notas nos exames nacionais. Esses indicadores são utilizados para classificar as escolas e para premiar ou punir os professores e gestores. A ideia por trás disso é que a competição entre as escolas e a busca pela excelência levaria a uma melhor da qualidade da educação estatal. Sua lógica interna baseia-se na melhoria e na busca pela qualidade sem o aumento de impostos, ou em alguns casos, na redução de gastos públicos. (ibidem, p. 52 – 56).

A privatização da educação é uma das principais características do “neoliberalismo escolar” na França. Laval argumenta que a privatização ocorre de diversas maneiras, como por meio da criação de escolas particulares financiadas por vale-educação (*vouchers*) ou por meio da terceirização de serviços educacionais para empresas privadas. Ele argumenta que a privatização tem como objetivo reduzir os custos do Estado com a educação, ao mesmo tempo em que abre novos mercados para empresas privadas.

Isso permite a entrada do capital privado na educação e a adoção de práticas empresariais

na gestão das escolas. Além disso, essas práticas podem levar a uma segmentação do sistema educacional, com escolas de qualidade superior para as áreas com poder aquisitivo maior e escolas de baixa qualidade para regiões mais sensíveis. (Laval, 2016, p. 183 - 205).

Laval argumenta que o conhecimento é visto como uma mercadoria que pode ser produzida, vendida e comprada no mercado. Ele argumenta que, sob o neoliberalismo, a educação é transformada em um negócio, no qual o objetivo é produzir conhecimento que possa ser comercializado e seja lucrativo ao grande capital.

De acordo com o autor francês, isso ocorre quando a educação passa a ser vista como um serviço oferecido ao mercado, sendo transformada na sua forma mercadoria, para assim, ser comercializada. Nesse sentido, a educação se torna um “bem de consumo”, em que os estudantes são vistos como “clientes” e as escolas como “empresas”. Com isso, o ensino passa a ser valorizado apenas pelos seus aspectos econômicos, em detrimento de sua função social.

As múltiplas formas dessa incorporação da educação ao capitalismo global fazem desse espaço e dessa atividade uma esfera de grandes esperanças para as empresas. (...) “Bem de investimento”, ela é e será objeto de gastos cada vez maiores da parte das empresas, das famílias dos Estados, tendo em vista um aumento do rendimento futuro. O mercado é tão atraente que, na OCDE, as despesas com o ensino são tão grandes em volumes quanto às capacitadas em por uma indústria de massa como a automobilística. (Laval, 2016, p. 140) [grifo do autor].

Todo este processo tem consequências trágicas para a educação e para a sociedade como um todo. A lógica empresarial adotada na gestão das escolas pode levar a uma redução da qualidade do ensino. Isso se dá, pela ênfase em indicadores de desempenho e na produtividade em detrimento da formação humanística e científica dos alunos. Além disso, a mercantilização da educação pode levar a uma desigualdade ainda maior, com a exclusão dos mais pobres do acesso à educação de qualidade.

Para o autor, há uma “crise da escola” na França, por mais que, comparada ao Brasil, o país europeu ainda “*parece ser uma ilha de preservação do ensino público*”²⁵. O autor identifica o projeto neoliberal escolar francês, não somente na mercantilização da educação pública, mas na introdução da lógica concorrencial característica da doutrina liberal na rede estatal.

O autor francês assume uma tese semelhante à de autores brasileiros desde a década de 90, como Frigotto (1995), Sousa Jr (2011; 2014), que afirmam que o projeto público de educação de massas passa por uma profunda crise regressiva. O “Maio de 68” é observado pelo

²⁵ LAVAL, 2016, p. 12

professor Istvan Mészáros como uma expressão do início da crise regressiva-destrutiva do capital, dessa forma, Laval chega a uma conclusão de que a mercantilização da educação é uma das consequências da crise do sistema público francês.

A crise da escola, fruto de múltiplos fatores conjugados e, ao mesmo tempo, expressão da decomposição social provocada pelo capitalismo global, requer um movimento de refundação da instituição [1]. As desigualdades e os fenômenos anômicos trouxeram à tona a falta de recursos materiais e humanos para enfrentá-los, mas também as múltiplas fraturas de uma sociedade “sofrendo de liberalismo” (Laval, 2016, p. 333).

Para Laval (2016), a educação pública na França passa por um processo de mercantilização. Esta tese se explica em grande parte pelas análises de como os organismos multilaterais como a OCDE tem desta, até então, “reserva de mercado” ainda não explorada pelo capital. “O mercado é tão atraente que, na OCDE, as despesas com ensino são tão grandes em volume quanto as captadas por uma indústria de massa como a automobilística.”²⁶

As múltiplas formas dessa incorporação da educação ao capitalismo global fazem desse espaço e dessa atividade uma esfera de grandes esperanças para as empresas. “Bem superior de consumo” para o economista, a educação é objeto de despesas que crescem mais rápido que o nível de vida nos países ricos. “Bem de investimento”, ela é e será objeto de gastos cada vez maiores da parte das empresas, das famílias, dos Estados, tendo em vista um aumento do rendimento futuro (Laval, 2016. p. 140).

Nos países do centro do capitalismo, os gastos públicos com educação equivalem aproximadamente a 5% do Produto Interno Bruto, enquanto nos países da periferia é de cerca de 4%. Na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), os Estados-membros gastam anualmente trilhões de dólares em educação pública, que engloba 4 milhões de professores, 80 milhões de estudantes nos níveis iniciais, médio e superior, além de 320 mil instituições educacionais. (Rallet, 1999).

Mesmo com todas as influências dos estruturalistas franceses que Laval (2016) possa ter - e que não nega enquanto influência teórica - entende-se como mercantilização o processo de transformação da escola no mais elementar átomo do capitalismo, a mercadoria. Como foi discutida no segundo capítulo, a mercadoria é descrita por Marx como a unidade “atomista” e “elementar” da economia capitalista e desempenha um papel central na produção do valor na economia capitalista.

Lembramos que uma mercadoria possui duas características fundamentais: valor de uso e valor de troca. O valor de uso refere-se à utilidade ou necessidade que um objeto satisfaz. O valor de troca, por sua vez, diz respeito à capacidade da mercadoria de ser trocada por outras mercadorias. Em hipótese, no sistema capitalista, o valor de uso de um bem ou serviço é

²⁶ LAVAL, 2016, p.139

determinado pela sua utilidade em satisfazer as necessidades humanas. No caso da escola, ela era concebida como uma instituição que oferecia força de trabalho, ou nas palavras dos economistas burgueses, capital humano. (Laval, 2016).

A dinâmica atual, além de ainda fornecer força de trabalho, a escola pública torna-se um local de exploração da burguesia, se percebe então um processo em que através de diversas estratégias, a escola pública até então improdutiva, mas essencial para a exploração da mais-valia, torna-se um local de lucratividade, tanto produtiva, através de mercadorias sob a forma de materiais didáticos, como com forte presença da esfera financeira.

3.5.1 Mercantilização no Brasil: Atuação dos Aparelhos Privados Empresariais na Educação Pública.

Em 2020, o grupo Kroton - conglomerado de faculdades particulares, uma das maiores empresas educacionais do mundo no setor privado - adquire o grupo *Somos Educação S.A* (antiga Abril Educação) pela quantia de 8,4 bilhões de reais. Ao realizar esta aquisição, o grupo Kroton é agora denominado de COGNA Educação S.A, por incorporar tanto a educação superior quanto a básica. O grupo se torna uma das maiores *holding* do mundo no setor educacional. (Exame, 2020).

Nossos objetivos com foco no longo prazo também foram endereçados. Em 2020, concluímos a abertura de capital da Vasta na Nasdaq (EUA), com captação de aproximadamente R\$ 2 bilhões (US\$ 405 milhões), com atribuição de valor de mercado de R\$ 8,4 bilhões à empresa. Esse foi o maior IPO já realizado por uma empresa brasileira de educação. Além disso, houve o efetivo aumento do capital social da Cogna, dentro do limite do capital autorizado, no valor total de R\$ 2,55 bilhões, equivalentes à emissão de 232.358.004 de novas ações da Companhia (Cogna, 2020).

A Cogna nasce com características importantes para a hipótese que estamos desenvolvendo. Esta corporação nasce já altamente centralizada, concentrada, financeirizada, com forte participação do Estado, sendo este seu principal “cliente” e tendo integrantes da própria empresa em institutos que trabalham através das parcerias público-privada.

Subdividida na PLATOS: plataforma de serviços educacionais; na SABER, formada pelas editoras e Ática, Scipione e Saraiva como foco principal na atuação no Programa Nacional de Livro Didático (PNLD) e na Somos Educação S.A, composta por diversas redes de educação privada como o Grupo de escolas da Anglo, a Rede Cristã de Educação e a rede Pitágoras. Conforme demonstrado em um dos relatórios da COGNA (2020), estes são os grupos de educação pertencentes a Cogna:

Grupos de educação pertencente a COGNA



Imagem 1

O desempenho financeiro da Companhia ao longo do ano de 2023, segundo o último relatório coletado, foi marcado por um crescimento consistente da receita líquida, 7 bilhões para ser mais específico. A cogna apresenta aos seus acionistas que a empresa alcançou seu sexto trimestre consecutivo de aumento, consolidando assim sua trajetória de crescimento nos últimos anos após a fusão com a Somos Educação. Somente no segundo trimestre de 2023, a companhia registrou um aumento de 20,0% na receita líquida em comparação com o mesmo período do ano anterior, atingindo um impressionante total de R\$ 1.386,7 milhões. (Cogna, 2023).

Segunda a Cogna (2023), esse crescimento substancial destaca a capacidade da empresa de se adaptar às condições do mercado e aproveitar “oportunidades”, leia-se, através do público para expandir seus negócios. Além disso, quando consideramos o desempenho ao longo do primeiro semestre de 2023, os números começam a se tornar impressionantes. A receita líquida acumulada atingiu a marca de R\$ 2.716,6 milhões, representando um aumento significativo de 16,5% em relação ao mesmo período do ano anterior de 2022.

Segundo os dados da corporação, houve um crescimento, mesmo no período caracterizada pela pandemia de covid-19 e o governo de Jair Bolsonaro. Mesmo não havendo aulas presenciais, o faturamento da empresa através da venda de “soluções pedagógicas”, aumentou a receita líquida da empresa, um aumento de 7,7% em comparação com 2021.

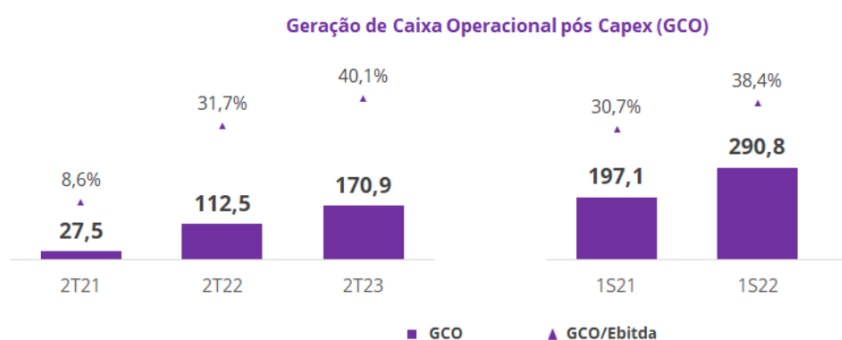


Imagem 2

Além do fato de que a Cogna domina 56% do mercado editorial de livros didáticos (Ática, Scipione e Saraiva). Parte desse aumento substancial de receitas da empresa se explica pelas mudanças ocorrida no PNLD de 2017 (decreto nº 9.099/17), que inclui livros paradidáticos com temas escolhidos pelo MEC, em sua maioria, que trouxessem os valores da BNCC.

O Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017, unificou as ações de aquisição e distribuição de livros didáticos e literários, anteriormente contempladas pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE). Com nova nomenclatura, o Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD também teve seu escopo ampliado com a possibilidade de inclusão de outros materiais de apoio à prática educativa para além das obras didáticas e literárias: obras pedagógicas, softwares e jogos educacionais, materiais de reforço e correção de fluxo, materiais de formação e materiais destinados à gestão escolar, entre outros (Brasil, 2017, p. 12) [grifo do autor].

Outro ponto que merece destaque sobre este grupo se dá na participação de personificações próprias da própria burguesia na práxis de mercantilização. Como demonstra o relatório de 2015 da empresa, uma das direções é ocupada por Marcos Antônio Magalhães, presidente e fundador do ICE e principal colaborador da Fundação Odebrecht até a crise da empresa nos governos petistas. Como veremos, além de presidente de uma empresa “sem fins lucrativos”, o ICE; Marcos Magalhães ocupa uma função como um dos executivos do maior e mais lucrativo conglomerado de educação da América Latina.

Outro grupo que percebeu este grande negócio que a educação pública se tornou foi o Grupo Lehmann. O grupo - dono de grandes marcas no Brasil como a AMBEV, *Burger King* e Lojas Americanas, com uma estimativa de valor de mercado em mais de 80 bilhões de reais - desde 2017 aposta na educação pública como um grande negócio. Parafraseando o empresário, dono da empresa e que empresta o seu nome ao grupo, “nosso negócio não é cerveja, nem hambúrguer ou ketchup, é gente.” (Lehmann, 2021).

De certo modo, esses elementos demonstram em algum grau que o processo de mercantilização da educação não teve inflexões na conjuntura pós-golpe. A aproximação com a OCDE na presidência fez com que novos “protagonistas” da burguesia entrassem em cena, como é o caso de Jorge Lehman. De acordo com o relatório *Education at a Glance*²⁷, publicado em 2021, em média, os países membros da OCDE investem cerca de 5,5% do Produto Interno Bruto (PIB) em educação pública, sendo que esse valor varia de país para país. (OCDE, 2021).

Segundo a OCDE (2021), por mais que o Brasil gaste percentualmente um valor inferior aos principais países do centro do capitalismo e dos modelos de social-democracia dos países nórdicos²⁸, o montante quantitativo em gastos com a educação pública (ensino básico e superior) ultrapassa os R\$ 144,5 bilhões (ibidem). O Brasil tem o valor mínimo anual por aluno para a educação básica de R\$ 3.349,56 para creche e pré-escola, R\$ 4.264,29 para os anos iniciais do ensino fundamental, e R\$ 3.836,87 para os anos finais do ensino fundamental e ensino médio. Esses valores são definidos pelo governo federal e são repassados aos estados e municípios para serem investidos na educação pública. (FNDE *apud* OCDE, 2021).

Mesmo que o Brasil apresente uma quantia que parece ser significativa, mensalmente o Brasil gasta per capita com alunos de creche R\$ 279 reais, R\$ 355 reais para anos iniciais e R\$ 319 reais para os anos finais, o cenário é tão desanimador que a própria OCDE reconhece o baixo grau de investimento em educação básica, refletindo nos resultados inferidos em provas internacionais como o PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes).

Mesmo com o reconhecimento do baixo investimento na educação pública, a “solução” encontrada pela OCDE não sinaliza para maiores aportes financeiros do governo federal, mas na transferência desta responsabilidade para o empresariado, comparando a um dos programas de “incentivo” da educação integral da presidência de Jair Bolsonaro. A OCDE afirma,

Programa Novo Mais Educação (2016); iniciativas federais e subnacionais de educação em tempo integral. Por meio da mobilização de atores (empresariais) e pais locais, a Alemanha ampliou as oportunidades educacionais para os mais vulneráveis sem sobrecarregar os educadores. Os esforços de capacitação e os mecanismos destinados ao compartilhamento de boas práticas ajudam a promover atividades de qualidade. Ao mesmo tempo, reunir uma gama mais ampla de atores para fazer avançar o trabalho das instituições poderia ser uma maneira eficaz de o Brasil mobilizar recursos e aumentar a capacidade de resposta aos contextos locais (OCDE, 2021, p. 22).

O Programa Novo Mais Educação (2016) e as iniciativas federais e subnacionais de

²⁷ O relatório em questão foi traduzido pela Fundação Itaú Social e disponível na página da OCDE e da fundação, sob o título: *Education Policy Outlook: Brasil Com foco em políticas internacionais*, OCDE, 2022.

²⁸ Finlândia, Dinamarca. Noruega e Suécia tem uma média de gasto com 9,2% do PIB em educação. (OCDE, 2021).

educação em tempo integral são mencionados como forma de ampliar as oportunidades educacionais para os mais vulneráveis sem sobrecarregar os educadores. Essa é uma abordagem louvável, pois reconhece a importância de oferecer uma educação de qualidade a todos os estudantes, independentemente de sua situação socioeconômica. No entanto, é importante questionar alguns pontos deste programa.

A menção à Alemanha como um exemplo de mobilização de atores empresariais e pais locais para ampliar as oportunidades educacionais levanta questões importantes. Segundo o programa, a participação de diferentes atores poderia trazer “benefícios”. Sobre isso, é necessário analisar com cuidado os interesses desses “atores” para garantir que as decisões educacionais sejam baseadas em princípios pedagógicos sólidos, em vez de apenas interesses mercantis, como apresentamos como principal hipótese.

Em segundo lugar, é necessário considerar se a estrutura e as condições educacionais na Alemanha são comparáveis às do Brasil, levando em conta a posição da Alemanha no centro do capitalismo e o papel que o Brasil desempenha na divisão internacional do trabalho. Além disso, a ênfase na suposta “colaboração” entre grupos da sociedade civil pode obscurecer as relações existentes na sociedade. Como aponta Gramsci (1978), o poder é distribuído de forma desigual na sociedade, com a classe dominante exercendo controle sobre os meios de produção e, por extensão, sobre os meios espirituais, incluindo a educação. A inclusão deste tipo de burguesia pode, portanto, fortalecer ainda mais essa estrutura desigual, perpetuando a lógica de expropriação do capitalismo.

Como aponta Freitas (2018), a colaboração entre o público com o setor empresarial leva a sua mercantilização e privatização, transformando-a em uma mercadoria ou empresa sujeita apenas as “leis do mercado”. Isso pode resultar em uma educação orientada para a lógica do lucro, em vez de priorizar o desenvolvimento dos estudantes. Por consequência disso, a simples adição de novos “atores” à equação educacional pode aumentar a complexidade das relações e a demanda por recursos destinados à educação, que já se demonstra rasos, sem necessariamente resultar em melhorias significativas.

O fato de que o Brasil tenha uma obrigatoriedade orçamentária com a educação via diversos programas de financiamento (FNDE, PNLD, PNAE, por exemplo) faz com que exista um interesse como um possível “ativo econômico” para diversos grupos no poder. Por isso nesta pesquisa, encontramos com facilidades grupos como antiga Odebrecht, a Lehman, a Telefônica, a Natura, a Cacau Show, dentre as empresas, disputando parte do orçamento público e alguns com fortes ligações com as parcerias público-privadas.

3.6 Atuação dos organismos multilaterais na educação da América Latina.

Por mais que consideremos a crise da escola como um processo histórico oriundo de uma totalidade complexa que se manifesta como uma crise das próprias estruturas reprodutivas da ordem capitalista, o reconhecimento da crise dos sistemas escolares é reconhecido por diversos aparelhos privados de hegemonia da classe dominante.

Talvez a mais reconhecida e divulgada na academia, até pelo seu peso político representado, se dá no relatório organizado pelo economista Jacques Delors, que ficou popularizado como *Educação Um Tesouro A Descobrir* (1998). Fruto de uma parceria entre o Banco Mundial e a UNESCO, este documento apresenta uma relação entre crise dos sistemas escolares e empregabilidade.

Mesmo nos países que mais gastam com a educação, o insucesso e o abandono escolares afetam um grande número de alunos. Dividem os jovens em duas categorias, situação tanto mais grave quanto se prolonga pelo mundo do trabalho. Os não diplomados se apresentam aos recrutadores das empresas com uma desvantagem quase insuperável. Alguns deles, considerados pelas empresas sem capacidades para o emprego, ficam definitivamente excluídos do mundo do trabalho e privados de qualquer possibilidade de inserção social (UNESCO, 1998, p. 56).

Chamada por grande parte de pedagogos liberais de “Declaração Mundial sobre Educação para Todos”, este documento, dentre outros aspectos, ressalta os “elevados” gastos públicos e a “incapacidade” da “velha” escola em resolver conflitos atuais. Para o relatório, mesmo havendo um gasto “excessivo” na educação pública, os resultados são bem inferiores ao desejado. (Delors, 2008).

O Relatório elaborado pela Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, presidido pelo economista Jacques Delors, não se concentra diretamente na análise das causas específicas do desemprego que já demarcamos como uma crise estrutural do capital; em vez disso, enfatiza a importância da educação “ao longo da vida” como uma resposta para capacitar as pessoas a enfrentar os desafios do mercado de trabalho e a empregabilidade cada vez mais ameaçada.

O relatório afirma também que uma das razões subjacentes para o desemprego e para a necessidade de uma educação mais abrangente é a rápida evolução da economia global. Essa evolução inclui uma transição de economias baseadas na operação de crédito para economias baseadas no conhecimento (capitalismo informacional), o que pode criar desafios de adaptação para os trabalhadores e pode resultar em desemprego estrutural em alguns setores da economia. Além disso, o relatório enfatiza que a educação deve preparar os indivíduos não apenas para encontrar empregos, mas também para serem cidadãos “protagonistas”, para compreenderem as complexidades da sociedade global e contribuírem para o bem-estar social e econômico.

(Delors, 1998).

Destaca-se que mesmo nos países que investem mais recursos na educação, há altos índices de insucesso e abandono escolar. Isso levaria a uma divisão elevada entre os jovens, criando uma situação ainda mais grave quando essa situação se estende para o mundo do trabalho.

Para a Unesco (1998), o fato de os alunos não obterem diplomação escolar na sua etapa final de educação os coloca em uma desvantagem significativa no circuito capitalista. Isso implica que esses jovens são considerados pela burguesia como “desprovidos” das habilidades necessárias para o trabalho, o que resulta em exclusão permanente do mercado de trabalho. Além disso, a falta de qualificações educacionais adequadas também priva esses indivíduos de qualquer possibilidade de inserção social.

Essa interpretação ressalta a falha do sistema educacional em proporcionar uma educação de qualidade independente do investimento financeiro, e transfere a culpa do insucesso dos resultados obtidos enquanto “capital humano” à estrutura estatal. Como solução para esse problema estrutural, novamente a fórmula da ortodoxia liberal aparece como “remédio amargo”: a entrada do setor privado nos serviços públicos do Estado.

Nem por isso a Comissão subestima a importância das condicionantes financeiras e preconiza a implantação de parcerias entre setor público e privado. Para os países em desenvolvimento, o financiamento público da educação básica continua sendo uma prioridade, mas as opções adotadas não devem desestabilizar a coerência do sistema no seu conjunto, nem prejudicar os outros níveis de ensino (UNESCO, 1998, p. 34).

A menção de que o financiamento público da educação básica continua sendo uma prioridade para os países em desenvolvimento reflete a compreensão de que a educação é uma ferramenta importante para o desenvolvimento econômico, que está alinhado com a perspectiva já trabalhada anteriormente de que a educação desempenha um papel na reprodução da força de trabalho e, portanto, no sistema capitalista.

O trecho inicia, mencionando que a comissão reafirma a importância das condicionantes financeiras e sugere que o financiamento é um fator significativo na educação. Do nosso ponto de vista, isso pode ser entendido como a influência do capitalismo, no qual os recursos financeiros desempenham um papel crucial na determinação da qualidade e do acesso à educação. O que mais nos interessa neste trecho é a referência à implantação de parcerias entre os setores público e privado. Isso pode ser visto como uma expressão das tendências de privatização que, como vimos, estão presentes em muitos sistemas educacionais ao redor do mundo.

Em outro relatório, realizado 10 anos depois da conferência do documento de Delors,

a mesma em entidade observa que os “gastos”²⁹ públicos com a educação global representam um total de 2 trilhões de dólares e que, caso fosse fossem levados para a iniciativa privada, isso representaria um mercado de 2 bilhões de dólares³⁰. Como já apontamos, para os diversos aparelhos privados de hegemonia burguesa, o fracasso da educação estatal comporta-se como uma ampla janela de oportunidades de negócios.

Como destaca José Mendes Pereira (2010), a Conferência em Jomtien, na Tailândia, significou uma aproximação entre o Banco Mundial e a UNESCO, porém foi marcada por divergências entre o Banco e a organismo da ONU. Durante os anos 80, o BM, tendeu a enfatizar políticas econômicas de mercado e medidas de austeridade em suas operações. Em contraste, a UNESCO, como uma agência das Nações Unidas dedicada à educação, ciência e cultura, tinha um foco mais amplo na promoção da “educação como um direito humano fundamental”.

Com o desgaste sofrido pela retirada dos investimentos do tesouro americano e as críticas públicas proferidas pelo então presidente deste período, Alden W. Clausen (1981 – 1986), que dizia que o organismo “estava repleto de comunistas” (Pereira, 2010, P. 231), como condicionante para o retorno dos investimentos, o Banco Mundial começou a indicar quadros técnicos mais alinhados ao projeto ideológico do Banco (Pereira, 2010), como coroação de uma UNESCO em “mais diálogo” com o BM. Neste contexto, a conferência sinalizou um alinhamento importante entre o BM e o organismo da ONU. (ibidem).

Como destaca Sousa Jr (2014), a perspectiva de formação de capital humano tem no Banco Mundial a principal instituição de coordenação de “ajustes” sobre o papel do Estado na educação pública.

O Banco Mundial, por sua vez, tem tido uma relação mais estreita com os “ajustes” feitos no campo da educação. Ele tem sido o principal definidor dos rumos para a educação, sobretudo nos “países em desenvolvimento”. Como parte dos mecanismos de “ajuda” prestada por esta entidade financeira, ela impõe um conjunto de medidas que devem ser rigorosamente seguidas pelos países “socorridos” (Sousa Jr, 2014, p.75).

Como apresenta o autor, o Banco Mundial tem desempenhado um papel significativo na definição das políticas educacionais nos países da periferia global. Através de sua influência financeira e como uma entidade intelectual, o banco impõe condições e diretrizes que os países devem seguir, uma relação que se apresenta, de acordo com alguns autores, como Virginia

²⁹ Entenderam-se “gastos” como capital improdutivo, que como destaca alguns autores é imprescindível para a valorização do capital.

³⁰ Ver em *Report Education: a \$2 billion market*, *Courrier*, UNESCO. 2000.

Fontes (2012), como um imperialismo do tipo financeirizado.

Através de seus programas de ajuda financeira, o Banco impõe uma série de medidas que os países devem seguir, visando promover uma suposta “eficiência, a sustentabilidade e a qualidade dos sistemas educacionais, contrapondo-se a perspectivas de defesa da escola prometida pela própria burguesia. Além disso, as políticas impostas pelo Banco Mundial muitas vezes enfatizam uma abordagem orientada apenas para resultados, focando no desempenho quantitativo dos alunos e na melhoria dos indicadores educacionais, um processo que trabalharemos mais à frente. Isso demonstra que a educação é uma necessidade de valorização do capital, através da formação de capital humano por meio da participação de aparelhos privados empresariais.

O caso do Chile é emblemático (o mesmo país que foi vítima de fraude pelo Banco Mundial em 2017), nos seus 17 anos da ditadura de Pinochet. O sistema público escolar foi liquidado frente aos interesses privatistas neoliberais, o Banco Mundial estabeleceu o binômio de “formação interessada ao mercado” e “privatização” como mecanismos de incremento dos “países dependentes” à economia mundializada. Retornando ao relatório produzido em 2017 pelo Banco Mundial com o título sugestivo de “*Um ajuste justo*”:

As crescentes despesas públicas e a queda nos números de matrículas públicas resultam em um maior gasto por estudante e em razões aluno-professor ineficientes. (...) Se todos os municípios e estados fossem capazes de emular as redes escolares mais eficientes, seria possível melhorar o desempenho (em termos de níveis de aprovação e rendimento estudantil) em 40% no ensino fundamental e 18% no ensino médio, mantendo o nível de despesas públicas. Em vez disso, o Brasil está gastando 62% mais do que precisaria para atingir o desempenho atualmente observado em escolas públicas, o que corresponde a quase 1% do PIB (Banco Mundial, 2017, p. 41).

Nesse trecho do relatório, o Banco Mundial (2017) sinaliza uma perspectiva já trabalhada nos parágrafos anteriores, a suposta “incapacidade” dos governos nacionais em gerir um ensino público de forma satisfatória. Para o banco, no Brasil existem gastos excessivos para “atingir o desempenho” necessário. O primeiro problema desta afirmação está na própria métrica de “desempenho”. Muitas vezes, por meio de parcerias multilaterais com outros organismos, como UNESCO e OCDE, o Banco Mundial é a principal entidade para estabelecer os critérios a serem padronizados globalmente para a educação. Essas prescrições servem apenas para reforçar as desigualdades dos sistemas escolares dos países periféricos, assim como para justificar as “reformas”.

Não sendo bastante o caráter suspeito de avaliação, o BM afirma que o Brasil gasta muito para ter “péssimos” resultados. A instituição ignora, por exemplo, que o investimento público por aluno nas instituições públicas de ensino brasileiras é um dos mais baixos entre os

países analisados pela OCDE. Em um outro relatório de 2019, a OCDE até concorda com os valores quantitativos de gastos com a educação pública estejam elevados, todavia, ao analisar a média de gastos por aluno, a própria OCDE concorda que qualitativamente os gastos com a educação pública no Brasil estão muito baixos em relação aos países membros.

O gasto público por aluno nas instituições públicas dá uma noção do investimento em cada estudante e o Brasil apresenta um dos mais baixos entre os países membros e parceiros da OCDE. (...), os gastos brasileiros por aluno de instituições públicas do ensino fundamental ao superior, considerando todas as etapas de ensino, é aproximadamente de US\$ 4,500.00 anuais, muito abaixo da média dos países da OCDE (US \$10,400.00) (OCDE, 2019, p. 17).

Basta cruzar os relatórios desse organismo para vermos as contradições inerentes e as intencionalidades desse discurso. Seguimos a mesma perspectiva de Sousa Jr, na qual “o discurso de tom catastrófico, presente em todos estes relatórios é, no fim das contas, um ardil por meio do qual as forças políticas conservadoras, então em ascensão, procuravam atacar o sistema de escola vigorou no seio do Estado de bem-estar social” (2014, p. 61).

Por mais que não represente o objeto desta pesquisa, assim como na educação básica, o BM indica a retirada do princípio da universidade pública no Brasil. Assim como na educação básica, o BM em 2017 afirma que, no Brasil, os gastos públicos com o Ensino Superior são ineficientes e por isso, sugere a cobrança de mensalidades para essas instituições.

Os gastos públicos com o ensino superior também são altamente ineficientes, e quase 50% dos recursos poderiam ser economizados. Os gastos públicos com ensino fundamental e médio são progressivos, mas os gastos com o ensino superior são altamente regressivos. Isso indica a necessidade de introduzir o pagamento de mensalidades em universidades públicas para as famílias mais ricas e de direcionar melhor o acesso ao financiamento estudantil para o ensino superior (Banco Mundial, 2017, p. 39).

Não iremos realizar por agora uma análise mais aprofundada neste capítulo sobre o papel do Banco Mundial na reestruturação das universidades públicas, todavia, como podemos perceber, a solução da “crise” educacional brasileira consiste em soluções privatistas que consideramos como projetos de mercantilização da educação. O que está em jogo é a gradativa perda de poder dos Estados nacionais nos países da periferia do sistema em determinar seus objetivos educacionais frente a imposição de um organismo internacional por intermédio de estudos tendenciosos, que se dá através do seu caráter privatista.

Nesse novo contexto, as ideias pedagógicas sofrem grande inflexão: passa-se a assumir no próprio discurso o fracasso da escola pública, justificando sua decadência como algo inerente à incapacidade do Estado de gerir o bem comum. Com isso se advoga, também no âmbito da educação, a primazia da iniciativa privada regida pelas leis do mercado (Saviani, 2013, p. 428).

Segundo Saviani (2008), a suposta “decadência” da escola pública é justificada como

algo inerente à incapacidade do Estado de administrar o bem comum como um valor de uso importante a ordem capitalista. A expressão "gerir o bem comum" sugere que a escola pública é encarada como um serviço público (valor de uso) que deveria ser de responsabilidade e garantia do Estado em atender às necessidades educacionais da sociedade como um todo. No entanto, segundo a perspectiva neoliberal, o Estado é considerado incapaz de cumprir essa função.

Como resultado dessa percepção de decadência, emerge a defesa da primazia da iniciativa privada. Isso implica em colocar a educação sob as “leis do mercado”, ou seja, tratá-la como um serviço passível de ser comercializado (valor de troca) e regido pelas forças do mercado. Nessa abordagem, acreditou-se que a competição e a busca pelo lucro estimulariam a melhoria da qualidade educacional, ao contrário do que é observado na suposta ineficiência da escola pública.

3.7 O “ministério internacional da educação”: Atuação do Banco Mundial nas políticas públicas da América Latina.

Como vimos, o Banco Mundial é uma das principais instituições financeiras internacionais que tem papel significativo na formulação de políticas educacionais em países periféricos. De acordo com o Leher (2015) e Sousa Jr (2014), a redefinição dos sistemas educacionais nesses países está situada no bojo das reformas estruturais encaminhadas pelo Banco Mundial para a periferia do capital. Em resumo, o BM tem um papel significativo na formulação de políticas educacionais em países periféricos, e é importante compreender suas ideologias e encaminhamentos para entender a redefinição dos sistemas educacionais nesses países, o que pressupomos como causa da crise regressiva da escola. O que tentamos desenvolver sobre estas fundações aponta para uma relação muito estreita entre o Banco Mundial e as fundações e institutos do terceiro setor, como o ICE.

O surgimento do Banco Mundial se dá em 1944 durante a Conferência de Bretton Woods. Seu objetivo inicial era o de fornecer subsídios aos países em desenvolvimento, em especial à Europa e parte da Ásia para ajudar a reconstruir a economia mundial após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Ele foi criado junto com a Organização das Nações Unidas (ONU) para promover a cooperação econômica através do que veio a ser chamado de Plano Marshall. (Pereira, 2010). O Banco Mundial é composto por duas instituições: o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), que fornece empréstimos aos países de média e baixa, e a *International Development Association* (IDA), que fornece empréstimos com juros e créditos aos países mais pobres. (Pereira, 2010).

O Banco Mundial se apresenta como uma instituição internacional voltada para o desenvolvimento conjunto dos países capitalistas, principalmente os países categorizados por ele próprio como “nações subdesenvolvidas” a partir da década de 50, todavia, autores como Fontes (2009) e Pereira (2010) salientam que sua criação e continuidade se dão em projeto de forte orientação imperialista, tanto financeiro como ideológico.

O Banco Mundial é um mentor intelectual internacional e um instrumento do capital imperialista na dominação dos países da periferia, como o Brasil. São ONGs, fundações, universidades, centros de pesquisa e instituições de formação e capacitação. Usualmente, cerca de cinquenta por cento das atividades do BM são realizadas em conjunto com tais “sócios” a cada ano. Para o BM, as associações servem a diversos propósitos importantes, como a economia de recursos financeiros próprios, a difusão de suas pautas intelectuais, técnicas e políticas e a “corresponsabilização³¹” pelos riscos e resultados das atividades realizadas. (PEREIRA, 2010).

Segundo Pereira (2010), a primeira grande modificação que houve no Banco Mundial se deu na posse do ex-presidente da *Ford Motor Company* e ex-secretário de defesa do Estados Unidos, Robert MacNamara. Do ponto de vista tático, sua inserção na cadeira da presidência se deu no contexto de Guerra Fria e nos sucessivos fracassos em conter o surgimento dos blocos socialistas entre as décadas de 50 e 60.

A chegada de Robert MacNamara em abril de 1968 à presidência marcou profundamente a história do Banco Mundial. Se, por um lado, sua gestão deu continuidade a iniciativa e mudanças importantes promovidas por Wood, por outro ele dinamizou, inovou e expandiu as operações do banco nunca escala inédita, ampliando sua gravitação financeira, política e intelectual e consolidando-o, definitivamente, como agência fulcral no âmbito das políticas de desenvolvimento. (Pereira, 2010, p. 177) [grifo do autor].

Para o autor, as experiências socialistas relacionadas à Revolução Chinesa de 1949, à Guerra da Coreia em 1953 e sua sustentação enquanto República Popular; à Revolução Cubana de 1959 e, posteriormente, à derrota desastrosa da Guerra do Vietnã em 1975, fizeram com que o papel do Banco Mundial na periferia capitalista se modificasse completamente. Uma das grandes modificações ocorridas na gestão de MacNamara se deu na aplicação de estudos por intelectuais orgânicos do banco do que foi denominado pelo BM como “pobretologia” ou “estudos sobre a pobreza”, como destaca Virginia Fontes (2010) definindo este período de

³¹ O termo "corresponsabilização", de acordo com o Banco Mundial, se refere a um princípio ou abordagem que busca envolver diferentes partes interessadas, incluindo governos, instituições privadas, comunidades e indivíduos, na promoção do desenvolvimento e na implementação de políticas públicas. Este princípio é adotado pelo ICE, que carrega a “corresponsabilização” em seu nome como sendo a principal marca das Escolas das Escolhas.

“assalto à pobreza”. (p. 151 – 162). Nas palavras do próprio McNamara,

As convulsões internas em quase toda a metade sul do nosso planeta, nesta última década, têm estado ligadas diretamente às tensões explosivas engendradas pela pobreza (...). A pobreza no exterior conduz à intranquilidade, convulsões internas, a violência e à expansão do extremismo e provoca o mesmo dentro de nossas fronteiras (Macnamara, 1996, p. 150).

Nesse trecho, o então ex-presidente do BM faz uma interpretação sobre as convulsões internas ocorridas na metade sul do planeta durante as décadas de 50 e 60, relacionando-as diretamente às “tensões explosivas” geradas pela pobreza. O autor argumentava que a pobreza em diferentes regiões do mundo levava à instabilidade, motivação interna, violência e ao crescimento do extremismo, afetando tanto as nações em questão quanto as fronteiras norte-americanas.

Nesse período, denominava-se como “expansão do extremismo” todos os movimentos que contrariavam o domínio imperialista estadunidense. Entravam nesses grupos, movimentos revolucionários de orientação marxista, movimentos de grupos historicamente excluídos como os negros dentro do território americano e por último movimentos nacionalistas que questionavam o papel imperialista e interventor do Estados Unidos. (Pereira, 2010).

Um dos casos que o EUA denominava como “expansão do extremismo” se deu na formação do partido dos Panteras Negras. O Movimento dos Panteras Negras foi uma organização política e social afro-americana que surgiu nos Estados Unidos na década de 1960. (Barbosa, 2018). Fundado por Huey P. Newton e Bobby Seale, o grupo teve como objetivo principal lutar pelos direitos civis, combater a opressão racial e promoção da autodeterminação do negro com uma abordagem política que combinava os princípios do nacionalismo negro com o socialismo revolucionário. (ibidem).

Seus líderes estudaram e discutiram várias correntes do pensamento revolucionário, incluindo Lenin, Trotsky e Mao-Tsung. No entanto, eles não se alinharam com nenhuma dessas correntes e buscaram se adaptar às teorias à realidade específicas do movimento negro nos Estados Unidos. (Pons, 2014). Eles acreditavam que o sistema capitalista era intrinsecamente “injusto e explorador”, e buscavam uma transformação radical da sociedade por meio da luta de classes. No entanto, é importante destacar que os Panteras Negras desenvolveram uma interpretação única do marxismo, adaptando-o às suas circunstâncias específicas como uma organização negra nos Estados Unidos. (Barbosa, 2018).

Eles reconheceram a importância da luta contra o racismo estrutural e fizeram uma crítica às tendências eurocêtricas e racistas presentes em alguns ramos do marxismo tradicional. Assim, sua visão combinava elementos do marxismo com uma perspectiva negra e

uma abordagem revolucionária mais ampla. (Pons, 2014). Por último, os Panteras Negras enfatizavam a importância da organização revolucionária e da ação direta. Eles promoviam a autodefesa como meio de resistir à violência policial e defendiam o direito de portar armas como forma de proteção e “empoderamento” da comunidade negra. Essas ações diretas foram inspiradas pela interpretação própria do marxismo de que a transformação social só poderia ser alcançada por meio da ação coletiva e da luta contra a opressão.

Tanto as “ameaças” internas como a externas, fizeram com que a abordagem em relação aos grupos historicamente excluídos fosse revista pelas instituições de defesa dos Estados Unidos, e uma destas mudanças se deu na indicação de McNamara. (Pereira, 2009). A principal premissa de MacNamara (1996) era o fracasso norte-americano por vias estritamente militares, principalmente no Vietnã. Por essas questões, MacNamara acreditava que a “neutralização” de possíveis ameaças deveria vir por outros mecanismos de poder.

Em sua obra de autocrítica, declara o ex-chefe da CIA e diretor do BM: “há entre nós uma tendência a pensar o nosso problema de segurança como um problema exclusivamente militar” (Macnamara, 1996, p. 311); ademais, “uma nação pode chegar ao ponto em que ela não pode mais comprar segurança para si própria comprando equipamento militar, e nós chegamos a este ponto” (ibidem, 313) e conclui, “nós devemos assistir aos países em desenvolvimento que genuinamente necessitam e requerem a nossa ajuda e, uma pré-condição essencial, que estejam dispostos a ajudar a si mesmos” (ibidem, p. 315).

Temas como agricultura para o combate à fome, saneamento básico, educação e saúde são aprofundados como agenda de preocupação do BM. Sua gestão operou-se em um contexto de consolidar o BM como uma “agência de desenvolvimento” para países pobres da periferia. Nesse momento, o papel bilateral de Washington começa a reduzir-se em relação à atuação de organismos multilaterais, como as diversas agências do BM, em especial a AID, e para o combate às ameaças de “violências generalizadas” nas regiões periféricas.

Para Fontes (2010), o papel desempenhado por MacNamara se comportou como um “assalto à pobreza” por consistir em buscar “amenizar” a luta de classes através de dois principais mecanismos, o primeiro por meio de empréstimos financeiros e com isso criar-se um ambiente de dependência ao país que contrai e o segundo, da imposição de “receituários” para os estados-nacionais seguirem, uma dupla dependência financeira e intelectual. (p. 71 a 82).

Durante a década de 1980, posteriormente à gestão de MacNamara, o Banco Mundial passou por outras significativas mudanças em sua abordagem política. Uma das principais mudanças foi o aumento do endividamento dos países da América Latina. Os empréstimos do

FMI e do Banco Mundial (as irmãs gêmeas de Bretton Woods) não eram suficientes para cobrir as enormes dívidas contraídas com os bancos privados, principalmente devido às altas taxas de juros impostas. Enquanto os países mais industrializados pagavam apenas quatro por cento de juros, os países da periferia eram obrigados a pagar cerca de dezessete por cento. (Pereira, 2010).

Além disso, o Banco Mundial e o FMI seguiram a determinação do *Federal Reserve* dos Estados Unidos, condicionando novos empréstimos à abertura comercial prévia. Pela primeira vez, o Banco defendeu a ampla desregulação financeira dos países em desenvolvimento, insistindo na eliminação de todos os instrumentos de controle sobre taxas de juros e programas de crédito direcionados à atividade industrial.

Essas mudanças refletiram uma nova abordagem do Banco Mundial como modelador da agenda política e econômica para os países em desenvolvimento. Embora sua capacidade de ação tenha sido legada pela gestão McNamara e pelos empréstimos para ajustamento estrutural, o Banco também desempenhou um papel importante na área de pesquisa econômica. Essas duas áreas se alimentaram mutuamente, permitindo que o Banco assumisse um papel de liderança na definição das políticas econômicas dos países da periferia. (Fontes, 2009).

Segundo a tese da professora Francisca Silvana Montes (2009), a relação entre o Banco Mundial e o Ceará é pioneira em relação a outros estados brasileiros. Segundo a pesquisadora, o início deste contato se deu ainda na gestão de Tasso Jereissati (1987- 1990), no Programa Estadual de Recursos Hídricos – PERH de 1988. No relatório organizado pela Companhia de Gestão de Recursos Hídricos do Ceará – COGERH, recordo o início da relação entre o Banco Mundial e o Ceará.

Percebendo que o processo de implementação dessa política demandaria comprometimento político, criatividade e, sobretudo, ajuda técnica e financeira, o Governo do Estado, a partir de 1988, tendo como parceiro o Banco Mundial e baseado no Plano Estadual de Recursos Hídricos – PLANERH (1992), implementou programas como o Projeto de Desenvolvimento Urbano e Gestão de Recursos Hídricos – PROURB-RH (1993-2003), e o Programa de Gerenciamento e Integração dos Recursos Hídricos – PROGERIRH (2000-2008), realizando a ampliação da infraestrutura hídrica, aperfeiçoamento técnico, operacional e institucional (2009, p. 17).

O contexto histórico para a entrada do Banco Mundial no Ceará se dá em uma conjuntura de preocupação com a questão campesina na “cruzada contra a pobreza”, desde a década de 1970. Uma das teses defendidas por Virgínia Fontes (2010) explica a escolha do tema pelo BM, que se dá em uma percepção sobre os movimentos de tentativa de superação do capitalismo que o século XX produziu, com a forte presença do trabalhador do campo nos movimentos revolucionários. A participação do campesinato nas revoluções socialistas do

século fez com que o banco privilegiasse esse tema com forma de “neutralizar” politicamente esse grupo em si.

A partir dos anos 1990, não apenas as temáticas aumentaram significativamente, como também o tipo e o número de “clientes” que participaram de suas atividades. Sem deixar de focalizar quadros técnicos estrategicamente posicionados na administração pública, o instituto começou a promover uma certa massificação de suas iniciativas de promoção de ideias.

Pautas como erradicação do analfabetismo, políticas de inclusão de pessoas com necessidades especiais, inclusão de grupos excluídos no mercado de trabalho, racismo e homofobia passaram a ser temas trabalhados pelo Banco Mundial junto aos seus respectivos países, levando inclusive à formação intelectual de quadros burocráticos para atuarem especificamente nestas pautas. (Pereira, 2010).

Por essa razão, seus “parceiros” passaram a ser não apenas funcionários públicos e autoridades de governo, mas também membros de organizações não-governamentais, jornalistas, acadêmicos, professores de educação secundária, estudantes e grupos de jovens, além do próprio pessoal do Banco Mundial. Parte desse público é contemplado com bolsas de estudo concedidas pelo banco ou através de auxílio públicos de seus respectivos países. (Pereira, 2010).

Para Roberto Leher (2008), todo esse poder do Banco Mundial, elevou a instituição, de forma trágica, ao patamar de “ministério mundial da educação” do tempo presente. Para o autor, a imposição que o banco irá exercer na América Latina, pautado juntamente com o empresariado local. Orientados por políticas de descentralização administrativo-financeira, essas políticas têm como objetivo redistribuir as atribuições da União, dos estados e dos municípios, forçando os dois últimos a assumir os encargos vistos como apenas necessários para manter a reprodução de classe, ainda que signifique uma situação próxima da indigência.

3.8 Crítica ao “ajuste justo” do Banco Mundial: A política de austeridade aplicada no Brasil posteriormente ao golpe de 2016.

O Estado burguês historicamente necessitou da educação, seja no plano ideológico, seja como fomentador de capital humano para a sua valorização. Enguita (1989), salienta muito bem o papel que a educação ganhou para a burguesia na Inglaterra antes e após a Revolução Industrial e como a educação possuía como dupla funcionalidade a “domesticação” dos jovens da classe trabalhadora e da introdução de noções básicas de realização da prática produtiva na fábrica.

Nos anos 50, a publicação do economista Nobel Theodore W. Schultz (1961, 1964,

1968, 1973), na época professor da Universidade de Chicago e sua Teoria do Capital Humano (TCH) fez com que a burguesia recorresse ainda mais à educação como um incremento para a acumulação do capital. A ideia central da Teoria do Capital Humano é a de que o investimento na formação pessoal - ou seja, o que vimos no segundo capítulo - melhora a produtividade dos trabalhadores, o que pode alavancar o crescimento econômico de um país. (Saviani, 2013).

No segundo capítulo, discutimos sobre a composição da taxa de lucro como a razão entre o mais-valor e somas dos capitais (capital constante e capital variável). Se analisarmos a educação sob a perspectiva da crítica da teoria do valor em Marx, podemos concluir que se a educação aciona principalmente o incremento do capital variável, no sentido de sua valorização como capacidade cognitiva de gerar mais-valor. Nessa perspectiva, podemos concluir que a escola burguesa é imprescindível para a valorização do capital.

O próprio Banco Mundial, em seus diversos relatórios, salienta a necessidade de formação de capital humano como fator de desenvolvimento econômico. O também Nobel de economia Paul Romer, ex-chefe executivo do BM, foi agraciado com prêmio por conta da sua *Teoria de Crescimento Endógeno* na década de 1990, sua teoria econômica salientava a importância da instrução como uma área vital no crescimento econômico.

Para Paul Romer (1990), três fatores são cruciais para o desenvolvimento do capital, o progresso tecnológico é o motor do crescimento econômico e incentivo para acumulação continuada de capital; em segundo lugar, o progresso tecnológico é resultado da ação de agentes que respondem a incentivos de mercado, o que torna o progresso tecnológico endógeno ao modelo e, por último, a tecnologia é um bem não rival e parcialmente excludente (Andrade, 2010).

Para o modelo de crescimento endógeno de Romer, a formação de capital humano tem uma importância decisiva no desenvolvimento capitalista. Para o economista, os investimentos em educação, assim como em tecnologia, são fatores de crescimento que independem da divisão internacional do trabalho. Para o economista, os países podem desenvolver o capitalismo por intermédio de forças internas, por isso o autor caracteriza-as como “endógenas”.

Para que haja tal tipo de crescimento é necessário apenas que a tendência decrescente dos retornos do capital seja eliminada. Neste sentido, fatores como inovação tecnológica endógena (que surgem como resultado dos esforços dos agentes produtivos para maximizarem seus lucros), capital humano (ou seja, o estoque de conhecimento dos agentes econômicos) e os arranjos institucionais (incluindo aí a política governamental e a organização da sociedade civil) passam a assumir um papel crucial no crescimento contínuo da renda. (Andrade, 2010, p. 32).

Para a Teoria de Crescimento Endógeno de Romer (1990), a tendência decrescente do capital, ou seja, a diminuição do lucro ocasionado pelo desenvolvimento das forças produtivas,

como a tecnologia, pode ser resolvidas seguindo um “receituário”: investimento de agentes sociais em pesquisas básicas e formação em capital humano “capaz de responder aos desafios do século XXI e da complexificação dos processos produtivos.” [tradução do autor] (Romer, 1990, p. 23).

A teoria do crescimento do capital endógeno, desenvolvida por Romer na década de 1990 destacava a importância do conhecimento e da inovação como motores do crescimento econômico “sustentável” a longo prazo. Ao contrário das teorias econômicas que consideravam o capital como um fator de produção sujeito a retornos decrescentes (como a lei da queda da taxa de lucro), sua teoria argumentava que o conhecimento e a inovação são bens não rivais, ou seja, que não geram concorrência. Isso significa que o conhecimento pode ser amplamente compartilhado e utilizado para gerar crescimento econômico.

De acordo com a teoria do crescimento do capital endógeno, os investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D), educação, treinamento e outros esforços para aumentar o “estoque” de conhecimento têm um papel central na valorização do capital. Esses investimentos ajudariam a melhorar a produtividade do trabalho, estimulariam a inovação e impulsionam o progresso econômico e tecnológico. (Andrade, 2010).

Ao aumentar o “estoque” de conhecimento, a economia pode experimentar retornos crescentes, em vez de retornos decrescentes, como foi considerado por Marx. As suposições desse modelo são de que a acumulação financeira é constante e exógena, já o nível de tecnologia é fixo e endógeno, ou seja, com fortalecimento dos centros de pesquisas, permitiria-se um “capital” fixo (como conhecimento em forma de patente) a longo prazo, independentemente dos fluxos e influxos do mercado. (ibidem).

Países como os Estados Unidos, a Alemanha e a própria China³², com suas particularidades, realizam um empenho monumental no desenvolvimento de pesquisas científicas básicas. Somente a Alemanha anunciou um investimento total nos próximos anos de 160 bilhões de dólares³³ para os próximos 10 anos (Caíres, 2019). A China, sozinha, em 2021, investiu, em um único ano, o montante de 153 bilhões de dólares em pesquisas e tecnologia, só em P&B houve um aumento de 15,3% em comparação ao ano anterior³⁴ e alcançou um

³² Neste trabalho, considero as mesmas perspectivas de Losurdo (2021), Jabour (2021); Gabriele (2021) de que a China atualmente tem uma tendência no movimento real a orientar-se como um país socialista. Ou seja, a China, assim como o Vietnã e a Coreia do Norte, são países de horizonte socialista, dada a particularidade histórica, cultural e social de cada.

³³ Ver em: <https://jornal.usp.br/ciencias/nos-paises-desenvolvidos-o-dinheiro-que-financia-a-ciencia-e-publico/>. Acesso em 11/09/2022.

³⁴ Ver em: <https://china2brazil.com.br/despesa-em-setor-de-ciencia-e-tecnologia-da-china-ultrapassa-us-153-bilhoes-em-2021/>. Acesso em 12/09/2022.

investimento total de 2.5% do PIB em 2020 na educação básica. (Jabour E Gabriele, 2021).

Sobre a necessidade *accountability* na educação pública, segundo o modelo de desenvolvimento econômico endógeno, os dados dos países do centro do capitalismo são semelhantes. Segundo o pesquisador Otaviano Helene (2017), somente nos Estados Unidos, mesmo com uma grave crise econômica que se arrasta desde 2008, o total de alunos graduados em universidades apresenta 49% da população entre 24 e 35 anos. Isso em um país que possui uma tradição de excelência nas universidades privadas como Harvard.

A presidência de Romer deveria ser, em hipótese, ancorada na teoria que rendeu o Nobel, todavia todo esse receituário de investimento em pesquisa e desenvolvimento não é aplicado nos relatórios para a América Latina. Sua aplicabilidade ou restringe-se apenas para os países de capitalismo central, ou apenas no campo das abstrações. Para a América Latina e Caribe, por exemplo, seu discurso mostra-se contrário às recomendações de investimento maciço nos locais de produção científica que são duramente restringidos. Para a periferia do sistema capitalista, o planejamento econômico nestas áreas específicas é repleto de austeridade orçamentária.

Por exemplo, ao voltarmos ao relatório produzido pelo BM ainda em 2017, sobre a direção-executiva de Paul Romer no Banco Mundial, vários assuntos como “teto de gastos”, redução do funcionalismo público e precarização da previdência social deram o tom neoliberal como "sugestões" para as políticas públicas dos próximos anos. Na educação, por exemplo, mesmo o Brasil apresentando cerca de 21% de graduados entre 24 a 35 anos, inferior a metade de universitários americanos, como apresentado acima, o Banco Mundial conclui que o Brasil tem um “alto” gasto com a educação superior, mesmo significando 0.5% do PIB brasileiro, e completa:

O nível de gasto por aluno é comparável a outros países por meio do controle do PIB per capita. Se considerarmos somente as instituições públicas, no entanto, o nível de gasto por aluno é próximo ao verificado em países que possuem o dobro do PIB per capita do Brasil, e muito superior ao de vários países da OCDE, tais como Itália e Espanha. Além do mais, alunos nas universidades brasileiras em média custam de duas a três vezes mais do que alunos matriculados em universidades privadas. (Banco Mundial, 2017, p. 19). [grifo do autor].

Outra recomendação dada pelo Banco Mundial consiste em aumentar a razão de alunos e professores, como forma de redução dos gastos com o PIB (cerca de 0,33%) e por último “limitar a contratação de novos professores concursados, cuja demissão é extremamente difícil e cujos custos são significativos, uma vez que eles se aposentam cedo com vencimentos integrais.” (BM. 2017, p. 156). Para o Banco Mundial, faz parte dos “ajustes justos”, aumentar a quantidade de alunos por sala, ou seja, sugerir a lotação de salas de aulas, que já são precárias,

como forma de economizar recursos públicos. Para o Banco Mundial, “A ineficiência dos ensinos fundamental e médio está principalmente relacionada ao número excessivo de professores.” (BM, 2017, p. 129).

Como alternativa, o BM “solicita redução do número de professores com base no número atual de alunos, representaria uma economia de aproximadamente R\$ 22 bilhões (ou 0,33% do PIB), dos quais R \$17 bilhões no ensino fundamental, e R\$ 5 bilhões no ensino médio.” (Ibidem, p. 141).

Outra recomendação do banco consiste em reduzir a quantidade de concursos públicos para a contratação de novos professores, precarizando ainda mais os trabalhadores da educação do país. A justificativa do BM consiste na perspectiva de que a “demissão (servidor público) é extremamente difícil e cujos custos são significativos, uma vez que eles se aposentam cedo com vencimentos integrais.” (ibidem, p. 143).

Outra “saída” encontrada pelo Banco Mundial pelo Banco Mundial para a “melhoria” da educação brasileira consiste em “reduzir o absenteísmo” dos professores brasileiros, o que consiste em aumentar a carga horária condizente com “as melhores práticas internacionais de 85%”.

Segundo o relatório, a lei do Piso Salarial (11.738/09), que garante 1/3 para o planejamento dos professores é algo “dispendioso para as despesas públicas”. Segundo o BM, a retirada dessa conquista de décadas do magistério seria uma saída para a “eficiência” da educação pública como todo. O fato de que esse terço de planejamento sirva para a elaboração e correção de provas, planejamento de aulas e formações pedagógicas e não para descansos ou algo similar, demonstra que o banco considera que “as melhores práticas” consistem no trabalho pedagógico apenas em sala de aula.

O Banco Mundial ignora por exemplo que, segundo a Associação Nacional de Medicina do Trabalho (ANAMT), o magistério está entre as 10 profissões que mais causam adoecimento no Brasil. Segundo o órgão mesmo tendo existido uma melhoria da qualidade ocasionada pelas novas legislações, a quantidade de adoecimentos, principalmente por voz e problemas psiquiátricos, sugerem uma profissão com uma alta carga de estresse e desgaste físico. (ANAMT, 2021).

Para o Ensino Superior, as austeridades fiscais são ainda mais firmes. Como primeira recomendação, o BM sugere a redução de recursos como forma de punição aos cursos superiores que não apresentarem um bom desempenho: (as) “universidades que recebem menos recursos como resultado desta medida teriam de reconsiderar sua estrutura de custos e/ou buscar

recursos em outras fontes.” (ibidem, p. 141).

Apenas como destaque, o BM, como vimos, tornou-se, nas palavras de José Mendes Pereira (2009), “um mentor financeiro e intelectual” da América Latina sob a forma de um tipo de imperialismo financeiro. Podemos, de certa forma, reforçar esta tese no que ficou conhecido pela mídia um “escândalo envolvendo o banco.”

Quando publicado o relatório de 2017, uns dos diretores do BM para América Latina e Caribe era o economista e Nobel Paul Romer, o qual já falamos sobre a sua teoria principal acima. O que importa por agora não é demonstrar se houve alguma aplicação de sua teoria na América Latina, algo que percebemos que nem idealmente foi aplicado, mas a relação que o BM tem com governos de esquerda.

Segundo o jornal norte-americano *The Wall Street* de 2018, o então diretor e nobel, precisou admitir que o Banco Mundial havia manipulado dados relacionados ao ranking de competitividade internacional nos anos em que a presidenta de centro-esquerda, Michelle Bachelet, esteve à frente do Chile. Conforme a notícia repostada pelo El Pais (2018):

O economista-chefe do Banco Mundial, Paul Romer, reconheceu ao jornal que o organismo financeiro, oficialmente subordinado às Nações Unidas, alterou seu ranking de competitividade empresarial e prejudicou o Chile – e, mais especificamente, Michelle Bachelet. Trata-se do relatório *Doing Business*, em que a posição do Chile caiu constantemente durante o mandato da socialista (2006-2010), subiu no Governo de direita de Sebastián Piñera (2010-2014) e voltou a cair quando a médica assumiu um novo mandato (2014-2018). Nesses 12 anos, o Chile flutuou entre o posto 25 e o 57.³⁵

A teoria econômica do então presidente no período do relatório de 2017 e o papel de manipulação de dados que o BM produziu em um governo de esquerda (por mais que o Chile tenha adotado políticas progressistas bem tímidas) no mínimo nos faz refletir sobre o papel imperialista do banco representando pelo esvaziamento do Estado no investimento público. E o mais importante, a confiança dos dados produzidos pelo BM deve ser algo criticado por pesquisadores e técnicos da estrutura estatal. Eles não devem ser elevados à “razão pura” para serem seguidos como um “tratamento”, como é comumente realizado pelos economistas.

Como destaca Fontes (2010), toda ideologia é revestida de critérios técnicos e de natureza científica. O BM torna-se uma “máquina” de destruição dos serviços públicos sob o viés da “eficiência” e “qualidade” de tal forma que é invejável aos discípulos mais reacionários de Hayek.

³⁵ Montes, Rócio. **O Banco Mundial admite que manipulou dados sobre o Chile contra o Governo de Bachelet**. El Pais [online], Santiago, Chile. 2018. 14 de jan de 2018. Economia. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/14/economia/1515899491_574904.html. Acesso em: 19/09/2022.

4 CONTEXTO DA EDUCAÇÃO NO CEARÁ ENTRE 2016 E 2020: UMA ANÁLISE SOBRE OS APARELHOS PRIVADOS EMPRESARIAIS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESTADO.

O Banco Mundial, uma instituição financeira global, como já dito, desempenha um papel crucial na formulação de políticas educacionais em todo o mundo. Sua influência vai além do financiamento, refletindo uma hegemonia burguesa moderna que impõe ideias alinhadas aos interesses da classe dominante global. Dentro do contexto das teorias de Antonio Gramsci, o conceito de "intelectual orgânico" ganha destaque para além da crítica ao valor como foi trabalhado no segundo capítulo.

Segundo Gramsci, os intelectuais orgânicos são agentes que não apenas geram conhecimento, mas também desempenham um papel ativo na reprodução e legitimação das relações sociais. No caso do Banco Mundial, esses intelectuais desempenham um papel vital ao moldar e disseminar políticas e abordagens alinhadas aos interesses da instituição.

A análise gramsciana é essencial para compreender a dinâmica de poder entre classes sociais, especialmente no contexto educacional. A influência do Banco Mundial, por meio de seus intelectuais orgânicos, destaca-se como um fator significativo na formação do pensamento e na implementação de políticas nos países periféricos, exacerbando a crise educacional global.

Em seguida, o capítulo 4 abordará a atuação dos organismos empresariais no Ceará, especialmente no contexto da gestão por resultados na área educacional, o que reflete uma profunda transformação no papel do Estado e na dinâmica do capitalismo contemporâneo. A pesquisa questiona como a ofensiva burguesa, iniciada nas décadas de 80 e 90, impactou serviços públicos como a educação.

Em síntese, a atuação dos organismos empresariais no Ceará, notadamente na gestão por resultados na educação, revela uma complexa interação entre lógicas de mercado, pressões globais, e a transformação do papel do Estado na contemporaneidade, gerando impactos significativos no sistema educacional e nas dinâmicas sociais e econômicas locais.

Em seguida, abordaremos a influência crescente do empresariado na educação pública brasileira, destacando o papel do Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE) como um aparelho privado de hegemonia burguesa. O estudo de caso concentra-se na atuação do ICE, que ingressou nas políticas públicas do Ceará por meio de empréstimo junto ao Banco Mundial.

Há a participação significativa da burguesia na educação pública, manifestando-se por meio de financiamentos robustos, divulgação de ideias e laboratórios experimentais específicos para professores e gestores. Esse envolvimento é impulsionado por incentivos fiscais que

estimulam doações e investimentos no setor educacional, alinhados à ideologia neoliberal. Os institutos, apresentados sob uma aparência filantrópica, recebem financiamento privado considerável, estabelecendo parcerias público-privadas. Além do financiamento, os atores filantrópicos desempenham um papel crucial na disseminação de ideias e concepções relacionadas às reformas. Utilizando suas substanciais capacidades financeiras, essas entidades agem como intelectuais orgânicos, influenciando o debate público e a agenda política em relação às políticas educacionais.

Os experimentos conduzidos por esses institutos envolvem a implementação de novas metodologias, modelos de gestão e currículos nas escolas, monitorados por meio de exames externos. Os resultados desses experimentos são frequentemente utilizados como justificativa para a expansão dessas práticas em maior escala, evidenciados por exames no Ceará que colocam escolas com parcerias públicas-privadas nas primeiras colocações.

Além da disseminação de ideias e financiamento de experimentos, esses atores oferecem suporte direto à educação por meio da assessoria e treinamento de professores e gestores. Essas ações buscam capacitar os profissionais para atenderem às metas estabelecidas por organismos multilaterais, como o Banco Mundial como foco na privatização da educação, fragmentação do sistema e na formação de capital humano para o mercado.

Em síntese, há uma abordagem privatizante através de parcerias público-privadas e a transferência de práticas empresariais para a gestão educacional. A análise destaca a complexidade dessas relações e seus impactos na educação pública brasileira, apontando para um cenário marcado por privatização, concentração de poder e influência da elite empresarial.

O fenômeno da replicabilidade das escolas integrais por outros institutos privados, com destaque para o vanguardismo de Pernambuco e Ceará nas reformas empresariais, revela uma intrincada rede de parcerias entre institutos privados burgueses. O Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE) emerge como protagonista desse movimento, sendo apontado como referência por outros três grandes institutos: Instituto Sonho Grande (ISG), Instituto Natura (IN) e Instituto Cacau Show (ICS).

No entanto, a crítica surge ao considerar como essa integração pode ser influenciada pelas relações de poder subjacentes. O "quarto setor" pode ser interpretado como uma forma de cooptação, domesticação de movimentos sociais e uma perpetuação das desigualdades do capitalismo. O "empreendedorismo social", defendido como solução para problemas sistêmicos, pode fragmentar lutas e tratar questões sociais como oportunidades de negócio, como exemplificado pelo Instituto Natura na formação de seu "precariado".

A conexão entre os institutos e o Banco Mundial, evidenciada nos projetos de educação integral em Pernambuco, destaca-se como elemento central. O Banco Mundial, por meio de operações de crédito e swaps, proporcionou apoio financeiro a Pernambuco entre 2010 e 2016. A implementação da gestão por resultados, com o conhecimento trazido pelo Banco Mundial, sinaliza uma horizontalização da influência desse organismo multilateral, que busca agora alianças com aparelhos privados empresariais.

O fenômeno estudado evidencia uma rede complexa de relações entre institutos privados, organismos multilaterais, e setores público e privado. A busca pela replicabilidade de modelos educacionais, fundamentados em ideias de empreendedorismo social e responsabilidade corporativa, levanta questionamentos sobre os reais impactos dessas iniciativas na transformação radical da sociedade, especialmente ao desconsiderar as raízes das contradições entre capital e trabalho. A participação do Banco Mundial como agente financiador dessas reformas educacionais revela a interconexão entre os interesses empresariais e as políticas públicas, apontando para uma cooptação horizontalizada no atual estágio histórico do capitalismo.

4.1 Contribuição de Gramsci para o entendimento da função dos Aparelhos Privados de Hegemonia no contexto de crise regressiva da escola.

No capítulo anterior, entendeu-se que um dos sintomas da crise educacional se dá sobretudo por conta da atuação dos organismos empresariais ao impor cada vez mais as lógicas de mercado para a escola. As reformas educacionais ocorridas a partir da década de 1990, que tinham como seu principal corolário o fator de concorrência capitalista, fizeram com que a iniciativa privada assumisse funções de competência do Estado, cabendo a este último o ônus por meio de incentivos fiscais.

Isso significa que a crise educacional abre espaço para a atuação dos organismos empresariais, que passam a ter um papel cada vez mais relevante na gestão e no financiamento da educação, o que pode comprometer os próprios princípios da educação liberal-burguesa como a universalidade.

O Banco Mundial, uma das principais instituições financeiras internacionais, desempenha um papel significativo na moldagem das políticas educacionais em todo o mundo. No entanto, sua influência vai além da mera provisão de recursos financeiros; ela reflete uma forma moderna de hegemonia burguesa, exercida através da imposição de ideias e valores alinhados com os interesses da classe dominante global. (Pronko, 2010).

Sua influência vai além de um aporte monetário, como é o caso das operações *swaps*

no caso do Ceará e de Pernambuco, ela reflete uma forma moderna de hegemonia burguesa, exercida através da imposição de ideias e valores alinhados com os interesses da classe dominante global de dentro dos estados-nacionais.

Dentro do contexto das teorias de Antonio Gramsci (1978), o conceito de "intelectual orgânico" desempenha um papel crucial para esta pesquisa. No que diz respeito ao Banco Mundial, a noção de intelectual orgânico ganha coração ao auditarmos como essa instituição emprega agentes intelectuais para promover e perpetuar sua visão de mundo e interesses no cenário global.

Segundo Gramsci, os intelectuais orgânicos são aqueles indivíduos que não apenas desenvolvem conhecimento e teorias, mas também desempenham papéis ativos na reprodução e legitimação das relações sociais. Eles são capazes de articular, difundir e justificar os valores, ideias e interesses de classe. Para Virgínia Fontes (2010), no contexto do Banco Mundial, estes intelectuais orgânicos desempenham um papel vital ao moldar e disseminar as políticas e abordagens formadas por essa instituição internacional.

Até o momento desta pesquisa, entendemos que o Banco Mundial teve e ainda tem papel decisivo na formação do quadro técnico-intelectual burocrático que compõe o quadro destas fundações empresariais. Assim como autores como Marcela Pronko (2010; 2016), José Mendes Pereira (2010) e Virginia Fontes (2010), consideramos que atualmente o BM é o principal articulador das políticas públicas na América Latina por meio da criação e fortalecimento de institutos empresariais na educação.

No Banco Mundial, os intelectuais orgânicos podem incluir economistas, investigadores, consultores e acadêmicos que colaboram diretamente na elaboração das políticas e estratégias da instituição. Seu trabalho contribui para a construção de discursos que apoiam a agenda neoliberal do BM, como a promoção de perspectivas de privatização e a mercantilização de diversos setores, incluindo a educação.

Para Marcela Pronko (2010), ao contrário de sua "irmã gêmea", o FMI, que tem como característica a imposição vertical de medidas de cunho neoliberal, como foi o caso da América Latina a partir da crise do México e o "tratamento de choque" nas ex-repúblicas soviéticas; atualmente, o BM tem demonstrado se tornar cada vez mais um exportador intelectual para a periferia do que uma mera instituição financeira. Parte dessas exportações consistem na formação de aparelhos privados de hegemonia, ou APH, por intermédio de fundações, institutos, dentre outros organismos empresariais.

Essas são umas das principais chaves de leitura para definirmos o protagonismo do

setor empresarial através desses institutos que operam na conjuntura de crise do sistema escolar. Para Gramsci, o processo de dominação da burguesia se dá por 2 vias: a primeira ocorre por meio do poder coercitivo do Estado e a segunda, através do poder consensual. (Manacorda, 1991).

Como poder coercitivo, o Estado burguês se utiliza das forças armadas, das polícias e das guardas regionais para manter o seu domínio, todavia para Gramsci, somente esse elemento é insuficiente. O Estado necessita de outros elementos para manter o domínio, que acontece por intermédio da transmissão de organismos hegemônicos que procuram manter o domínio da classe subordinada. (ibidem).

Para Gramsci (1989), a hegemonia vai além do mero exercício de poder coercitivo por meio da repressão. Para o intelectual italiano, o domínio de uma classe social sobre outra é mantido por meio de um conjunto de práticas que são internalizadas e aceitas pela sociedade. Assim, a hegemonia envolve o estabelecimento de lideranças morais, intelectuais e culturais por parte da classe dominante, permitindo que ela exerça influência e controle sobre a classe subordinada. Nesse tipo de leitura, Gramsci estabelece que o capital necessita de indivíduos capazes de serem representantes do pensamento dominante através destes aparelhos. Como esclarece Fontes (2018):

Os aparelhos privados de hegemonia são a vertebração da sociedade civil, e se constituem das instâncias associativas que, formalmente distintas da organização das empresas e das instituições estatais, apresentam-se como associatividade voluntária sob inúmeros. (Fontes, 2018, p. 134).

A configuração do APH se configura no sentido de que a função de seus intelectuais é, em certa medida, portadora de uma unidade de coerência que constrói argumentos a partir de premissas para se chegar a conclusões que deverão ser aceitas entre suas classes. (Fontes, 2018). De acordo como Manacorda (1991), Gramsci estabelece que todos nós somos intelectuais; em outro texto, afirma que todos somos filósofos. Entretanto ao falar isso, Gramsci não diz que todos estudaram filosofia, muito menos que todos têm um papel intelectual na sociedade. O que Gramsci coloca é que todos são intelectuais por mais que não exerçam funções intelectuais em uma certa divisão social do trabalho.

Os intelectuais orgânicos da burguesia operam através de uma série de procedimentos que perpetuam a dominação. Do ponto de vista tático, a utilização de discursos que naturalizam as desigualdades, o reforço da noção de mérito individual e o desvio da atenção às contradições inerentes ao sistema são ferramentas para alcançar este fim. Ao contribuírem para a difusão dessas ideias e discursos que apoiam a agenda do Banco Mundial, esses intelectuais ajudam a legitimar a hegemonia burguesa a nível global. (FONTES, 2010).

Gramsci (1989) também enfoca a temática dos intelectuais no âmbito da divulgação ideológica, na qual a escola exerce um importante papel, pois com o advento do capitalismo, estabelecem-se novas bases produtivas, aumentando o entrelaçamento entre as dimensões teóricas e práticas. Isso faz surgir - ao lado da escola desinteressada "humanística", de formação geral -, as escolas de especialização técnicas. A primeira, tendo como objetivo uma formação geral ampla para intelectuais tradicionais e a outra, puramente prática, destinada às classes subalternas.

Neste sentido, Gramsci (1989) destacava a importância da educação como ferramenta fundamental para a construção e manutenção de um tipo de hegemonia. Ele argumentava que a classe dominante utiliza essa instituição para difundir sua ideologia, seus valores e sua visão de mundo, de modo a moldar as semelhanças e as crenças da sociedade.

Isto significa que um grupo social, que tem uma concepção própria do mundo, ainda que embrionária, que se manifesta na ação e, portanto, descontínua e ocasionalmente, isto é, quando tal grupo se movimenta como um conjunto orgânico toma emprestada a outro grupo social, por razões de submissão e subordinação intelectual, uma concepção que lhe é estranha (Gramsci, 1989, p. 165).

A citação de Antonio Gramsci enfoca a dinâmica da formação de consciência e apropriação cultural em contextos sociais e políticos. Gramsci enfatiza a importância da "concepção do mundo" de um grupo social, no que se refere às ideias, valores e visões de mundo que orientam suas práxis. Essa concepção do mundo pode ser ainda embrionária, ou seja, não totalmente desenvolvida, mas influencia as ações do grupo.

Observa-se que essa concepção do mundo não é aplicada de maneira contínua, mas sim de forma descontínua e ocasional. Isso significa que o grupo pode agir de acordo com sua concepção de mundo em momentos específicos e em situações particulares. Antonio Gramsci também destaca que, em algumas situações, o grupo pode "tomar emprestado" uma concepção do mundo de outro grupo social. Isso pode ocorrer por razões de submissão e subordinação intelectual, fazendo com que o grupo dominante imponha sua visão de mundo ao grupo subordinado.

A apropriação de uma concepção do mundo estranhada pode ser um resultado do conflito de ideias e poder entre grupos sociais permeado pela luta de classes. O grupo dominante pode importar sua visão do mundo para o grupo subordinado como parte de seu controle. Gramsci aborda a dinâmica de concessão conceitual entre grupos sociais distintos, destacando a relação de submissão e subordinação intelectual que ocorre nesse processo. Ele indica que os grupos dos dominados, mesmo que tenham sua própria concepção do mundo, por vezes, adotam uma concepção estranhada a ele, proveniente da classe dominante.

Esse fenômeno ocorre quando o grupo social em questão não possui uma concepção plenamente desenvolvida do mundo ou quando sua concepção é ainda embrionária. Nessas situações, esse grupo pode adotar ideias e conceitos de outros grupos como resultado de uma relação de dependência intelectual e por conseguinte, de subordinação. (Manacorda, 1991).

Essa "submissão e subordinação intelectual" mencionada por Gramsci refere-se à influência da classe dominante sobre as classes subalternas por meio da difusão de sua ideologia. A classe dominante, ao estabelecer sua hegemonia, consegue impor suas concepções do mundo e da sociedade, e as classes subalternas, muitas vezes, adotam essas concepções como resultado da falta de uma hegemonia própria plenamente desenvolvida.

No campo da educação, os intelectuais orgânicos do Banco Mundial moldam paradigmas educacionais que promovem uma visão empresarial da educação, enfatizando a formação de habilidades técnicas e adaptáveis para o mercado global. Essa modelagem de paradigmas educacionais influencia diretamente as políticas educacionais adotadas nos países periféricos. (Pereira, 2010).

Valemo-nos dessa mesma premissa para analisarmos as escolas que estão sob o domínio destes Aparelhos Privados de Hegemonia Burguesa, pois acreditamos que a entrada desses institutos na educação pública se insere em um processo de imposição de um tipo de cultura que visa apenas à ratificação de um domínio, seja ele ideológico ou, como nos atemos neste recorte, mercantil.

Como verifica-se nas próximas páginas, grande parte das tecnologias de gestão pedagógica do instituto estudado com mais fôlego nesta pesquisa são importações diretas do BM, como é o caso das expectativas da parceria entre o BM e a UNESCO organizada na obra de Jacques Delors após a conferência em Jontiem na Tailândia em 1990, que se encontra como a espinha dorsal do ICE. O próprio quadro do ICE, como veremos, é composto por intelectuais formados por organismos multilaterais financiados pelo BM.

4.2 Atuação dos organismos empresariais no Ceará: Uma análise sobre a gestão por resultados.

Uma das consequências da crise educacional se mostra na imposição cada vez maior das lógicas de mercado para a escola. Para diversos autores, as denominadas reformas educacionais ocorridas a partir da década de 90 tinham como seu principal corolário o fator de concorrência capitalista. Para Sousa Jr (2014), a crise regressiva escola se mostra como uma incapacidade do estado burguês de não apenas realizar todo o ideário de promessas que era delegado para a escola pública, mas pela incapacidade frente aos estados-nacionais

enfraquecidos por uma profunda crise estrutural do capital.

Paralelo ao enfraquecimento dos estados-nacionais, existe um sistema sociometabólico que necessita sempre se autovalorizar. Para Coggiola (2020), em Marx, o lucro é a etapa final do ciclo capitalista. Ademais, demonstra como capitalismo que se autovalorizou e assim pode manter um outro ciclo de produção, circulação e reprodução da mercadoria.

No entanto, no processo de produção e circulação global da mercadoria, existe uma tendência para a queda do lucro. Isso gera uma pressão entre os capitalistas, nessa pressão ou o capital se condensa por meio de capitalismo do tipo monopolista ou se expande para outras áreas e regiões para continuar seu processo de valorização. Talvez a principal hipótese que essa pesquisa busque responder é se, na década de 1980, a crise regressiva do capital atingiu os serviços públicos estatais e as empresas estratégicas através das políticas de privatização. O que ocorre a partir da década de 90 e avançou nos anos seguintes é uma ofensiva burguesa para serviços públicos, como a educação, até então inexploráveis.

Se retornarmos ao primeiro capítulo, lembraremos que o que Mészáros (2002; 2011) denomina de crise regressiva do capital é a consolidação de tendência já apontada por Marx. Não é que o capitalismo apresente ciclos específicos de crises. Significa que o capitalismo, dada as suas tendências, é o portador da própria crise. Esta crise atinge diretamente seu principal agente, o Estado. A crise que o avassala desde a década de 1970 significou o enfraquecimento do Estado, traduzido como regime neoliberal. O processo histórico denominado por Chesnais (1996) como “revolução conservadora” significou uma contraofensiva do bloco histórico burguês, que ataca diretamente as políticas de bem-estar social concentradas em sua maioria no centro do capitalismo.

Todo este processo atinge diretamente o mundo do trabalho, pois as conquistas sociais garantidas pelas lutas históricas dos trabalhadores e a concepção keynesiana de utilização do Estado como principal organizador e promotor da economia são criticadas duramente. No lugar destas, todo o arcabouço de proteção social é duramente combatido pelos intelectuais orgânicos da classe dominante. O que se chama de neoliberalismo consiste em um conjunto de perspectivas econômico-sociais que colocam de forma “racionalizada” os mecanismos de contratendências para a queda da taxa de lucro. (Harvey, 2013a).

A escola, neste sentido, aparece como uma dupla funcionalidade: a primeira, de readaptar a formação de uma classe trabalhadora capaz de “suportar” essa fase de aprofundamento das contradições sociais e a segunda, como uma nova área de exploração burguesa. Ou seja, esta pesquisa buscou apresentar que a atual fase histórica da escola não é

apenas um local de formação ideológica da burguesia, mas é um local de nova acumulação.

O que iremos apresentar nesta seção é a participação de institutos empresariais na educação pública no Ceará, em especial na práxis do Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE), que atua no Ceará a partir de 2009, no governo de Cid Gomes, tendo a cidade de Sobral como sendo o “laboratório” para este tipo de prática.

Se para Laval (2016), o Brasil pode ser enquadrado como um dos países vanguardistas do que o autor denomina de “neoliberalismo escolar”, podemos dizer que o Ceará apresenta um avançado projeto desta natureza no Brasil. Se buscarmos as medições que o MEC tem sobre as escolas, o Estado possui dados significativos de índices escolares, principalmente no IDEB. Segundo o levantamento do ministério, o Estado apresenta um dos maiores índices nacionais de educação. (BRASIL, 2021).

O próprio BM reconhece em seus diversos relatórios a experiência do Ceará como sendo um modelo de educação a ser replicado para os estados do Brasil. No próprio relatório de 2017, o qual trouxemos acima, o BM cita o Ceará da seguinte forma:

No Brasil não faltam experiências positivas e inovadoras de como melhorar a qualidade da educação com recursos limitados. Inovações na gestão escolar no estado do Ceará demonstraram como melhorar significativamente os resultados de aprendizagem por meio de incentivos ao desempenho (Banco Mundial, 2017, p. 135).

A experiência do Ceará foi tão notoriamente reconhecida pela sua práxis na educação em 2020 que a capital do estado recebeu um empréstimo de R\$ 1.5 bilhão de reais do próprio Banco Mundial, como mostra na página oficial Prefeitura Municipal de Fortaleza³⁶:

O prefeito Roberto Cláudio e o prefeito eleito de Fortaleza, José Sarto, cumpriram agenda em Brasília, na manhã desta quinta-feira (17/12), quando trataram de financiamentos internacionais em execução junto a bancos multilaterais como BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), Banco Mundial e Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF). Com essas instituições, a Prefeitura de Fortaleza tem uma carteira de financiamentos de mais de R\$ 1,5 bilhão para investimentos nas áreas de saúde, educação, infraestrutura, saneamento e atividades econômicas (Fortaleza, 2020).

Em relatório produzido pelo BM (2020) sob o título, “Implementando um Mecanismo de Incentivos para os Governos Municipais Melhorarem Os Resultados Da Educação: Um Guia de Implementação Inspirado no Caso do Ceará” (2020), o banco realiza um estudo sobre as razões do Ceará apresentar índices tão elevados em comparação com outros Estados. Para o Banco Mundial (2020), um dos fatores que faz com que o Ceará apresente resultados tão

³⁶ Ver em: Fortaleza, Prefeito Roberto Cláudio e José Sarto tratam de financiamentos com bancos internacionais em Brasília. Fortaleza, Ce. 2020. site: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeito-roberto-claudio-e-jose-sarto-tratam-de-financiamentos-com-bancos-internacionais-em-brasilia>. Acesso em: 08/10/ 2022.

positivos nesses índices educacionais se dá pelo modelo denominado pelo organismo com “gestão de resultados”. (p.8).

Para o banco, o diferencial do Ceará se mostra pela prática de distribuir os recursos conforme os “resultados” alcançados. Os programas de crédito oferecidos aos estados-nacionais são pagos em parcelas a partir da entrega de resultados previamente estabelecidos em contrato.

Os formuladores de políticas públicas estão acostumados com o financiamento baseado em indicadores de produto que, apesar de sua lógica igualitária, não fecha as lacunas de equidade e costuma gerar ineficiências. A introdução de um mecanismo baseado em resultados envolve uma mudança de mentalidade e envia uma mensagem muito contundente: se uma entidade subnacional quiser mais recursos, precisará apresentar resultados e não apenas aumentar a cobertura dos serviços públicos. (BM, 2020, p. 8) [grifo do autor].

Segundo a proposta do BM (2020), ao introduzir um mecanismo baseado em resultados ocorreu “uma mudança de mentalidade”. Ao exigir que as entidades subnacionais demonstrem resultados concretos para obter mais recursos, cria-se um incentivo para a “eficiência na implementação das políticas públicas”. Isso significa que o governo e as instituições devem priorizar a obtenção de resultados mensuráveis e positivos, em vez de apenas aumentarem a quantidade de serviços prestados. (p. 9).

Para Freitas (2018), uma das principais críticas ao financiamento baseado em indicadores de produto é que não se leva em consideração as desigualdades existentes na sociedade. Ao distribuir recursos de forma “meritocrática” com base em métricas, pode-se ignorar as necessidades específicas de determinados grupos ou regiões que garantem atendimento socioeconômico. Isso pode perpetuar e até mesmo agravar as disparidades sociais.

Outra questão a ser considerada é o risco de atrair resultados de curto prazo em detrimento de metas mais amplas e de longo prazo. As políticas públicas muitas vezes são complexas e abrangentes, podem exigir investimentos a longo prazo e podem não ser facilmente quantificadas em objetivos imediatos. Além disso, algumas metas de políticas públicas podem não ser facilmente quantificáveis ou mensuráveis em indicadores de resultados. Por exemplo, as políticas adotadas para a promoção da igualdade de gênero, a garantia dos direitos civilizatórios como o combate à fome e o fortalecimento da participação democrática podem envolver processos complexos de transformações sociais que não são facilmente capturados por uma gestão métrica.

O uso de dizer que essas práticas podem mascarar as desigualdades presentes em uma região, pois ao apresentar resultados positivos em áreas com baixos índices de desenvolvimento, cria-se uma ideologia de que a melhoria da educação não é fruto de melhores

condições de vida da comunidade ao entorno, mas de “acompanhamentos” do gestor no uso dos recursos públicos.

Podemos exemplificar essa afirmação acima na análise do maior IDEB de 2021, a escola de anos iniciais Francisca Diogo Gomes, localizada na cidade de Massapê, no Ceará. Essa escola específica alcançou a proficiência considerada “avançada” (superior a 9), com o total da nota de 9.86, que dá como resultado no PISA de 336,17 em linguagens e códigos e 336,3 em Matemática e suas Tecnologias. (MEC, 2021).

Para termos uma ideia, a média nacional geral para as escolas dos anos iniciais foi de 4,2 que dá em pontos do PISA 270 para matemática e 275 para língua portuguesa. Das escolas particulares a média padronizada foi de 322 para matemática e 314 de língua portuguesa. A escola então alcançou resultados superiores a médias das escolas privadas brasileiras.

Agora se analisarmos o PIB per capita de Massapé apresentado pelo censo organizado pelo IBGE de 2021, Massapé apresenta o resultado de 8.202,32³⁷, o que representa que, se o município fosse um país, estaria entre a República Dominicana e o Gabão. Um resultado inferior à própria renda per capita nacional, que é considerada baixa pela OCDE.

O curioso desse resultado tão aplaudido pelo MEC (2021) e pela OCDE (2021) consiste no fato de que estes resultados foram obtidos em plena pandemia de covid-19, quando as escolas se encontravam fechadas, não havendo qualquer plano de contingência para a educação nesse período de crise organizado pelo governo federal.

Outro elemento importante extraído desse relatório que nos deu subsídios para a pesquisa que está se desenvolvendo consiste na resposta sobre a participação do Banco Mundial na formação e incentivo destes institutos empresariais.

A partir de 2005, o Banco Mundial passou a apoiar o governo do estado do Ceará por meio de uma série de projetos multissetoriais de investimento, com os desembolsos vinculados a indicadores. Os indicadores foram concebidos para atingir resultados em vários setores e essa experiência ajudou a motivar a criação de um novo instrumento de empréstimo no Banco Mundial, chamado *Program for Results* (PforR). Os projetos também ajudaram a fortalecer a capacidade do governo estadual de identificar indicadores e metas (BANCO MUNDIAL, 2020, p. 10).

Este apoio consiste no projeto denominado pelo Banco Mundial de *Swap II*. Na economia burguesa, um *swap* se refere a uma “troca”, ou seja, a um contrato financeiro entre duas partes que concordam em permutar fluxos de pagamentos futuros baseados em diferentes capitais variáveis. Essas variáveis podem incluir taxas de juros, moedas, preços de commodities e - o que nos mais interessa nesta pesquisa - a qualidade do capital humano. (IPECE, 2010).

³⁷ Ver em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/massape.html> Acesso em 10/07/2021.

As *swaps*, abreviação do inglês de *Sector Wide Approach* são usadas como instrumentos de gerenciamento de risco para mitigar a exposição a flutuações variáveis financeiras, mas também podem se comportar como investimentos de longo prazo. Geralmente, as partes envolvidas no *swap* concordam em trocar pagamentos de acordo com a evolução dessas variáveis. (ibidem),

É importante notar que os *swaps* são contratos complexos e geralmente são negociados entre instituições financeiras, corporativas e a agente subnacionais (como é o caso do Ceará) devido ao seu grau de exposição e aos riscos envolvidos. (IPECE, 2011). Os *swaps* também podem ser usados para especulação financeira ou para criar estratégias de arbitragem, nas quais os participantes buscam lucrar com diferenças nos preços ou nas expectativas futuras das variáveis envolvidas no contrato.

Embora a conexão direta entre *swaps* e investimentos na educação possa não ser evidente, é possível considerar uma abordagem indireta. Os *swaps*, como mencionado anteriormente, são contratos de riscos para troca de fluxos de pagamentos futuros. No contexto do investimento na educação, é possível considerar um cenário em que um governo ou uma instituição educacional utiliza *swaps* como parte de uma estratégia financeira mais ampla para obter financiamento para projetos educacionais ou mitigar riscos financeiros a esses projetos associados.

Como envolve operações complexas para resultados futuros, essas operações são acompanhadas por um corpo de técnicos que “garantem” os resultados que deverão vir acompanhados. Neste sentido, a entrada de aparelhos privados burgueses na máquina pública estatal, consiste na estratégia destes entes subnacionais em entregar resultados satisfatórios para o retorno financeiro futuro.

No caso do Ceará, como se trata de empréstimos a longo prazo, que são pagos a partir de metas estabelecidas (por isso é chamada de “gestão por resultados”), um dos critérios para o pagamento se dava na entrega de resultados para o pagamento parcial do banco. Então quando o Ceará realizava alguma sinalização positiva de meta, o BM direcionava parte do recurso destinado ao estado. A relação entre o Banco Mundial e o estado do Ceará e a aplicação do modelo de gestão de resultados aparece nas primeiras páginas do relatório do IPECE (2011) com grande entusiasmo sobre este tipo de governança.

Ao elaborar o presente documento, o IPECE pretende ampliar a compreensão da sociedade quanto a importância da operação de empréstimo denominada SWAp para o fortalecimento das ações governamentais, bem como para a melhoria da gestão pública, a partir da implantação e disseminação de uma moderna prática de gestão: a Gestão por Resultados (GPR). O trabalho objetiva, portanto, disponibilizar para o cidadão cearense essas informações, de forma a dar maior transparência ao esforço

que o Governo Estadual tem feito para aperfeiçoar a gestão das políticas públicas (IPECE, 2011, p. 2).

A "gestão de resultados" na contabilidade pública refere-se a práticas nas quais órgãos governamentais ou entidades do setor público podem adotar estratégias contábeis ou orçamentárias para manipular os resultados financeiros a fim de atingir determinados objetivos políticos, financeiros ou de prestação de contas. No caso do Ceará, temos supomos que ambos os casos ocorrem. Uma das premissas defendidas pelos adeptos desse pensamento contabilístico da "gestão de resultado" é a de que com isso, abre-se a possibilidade de adiar ou antecipar despesas para diferentes períodos fiscais, a fim de atingir metas orçamentárias ou demonstrar resultados financeiros mais desenvolvidos. No caso do Ceará, até 2015, o estado realizou 2 empréstimos pelo Banco Mundial via swaps.

A primeira versão desta operação, o SWAp I, intitulado Projeto Ceará Multissetorial e Inclusão e Desenvolvimento Social foi um empréstimo no valor de US\$ 149,75 milhões, iniciado em 18 de outubro de 2005 e concluído em 31 de dezembro de 2007, que deu suporte à agenda de desenvolvimento social do Estado. Para consolidar os avanços do SWAp I foi elaborado o Projeto de Apoio à Inclusão Social e Crescimento Econômico, intitulado SWAp II. Em 19 de março de 2009 o Governo do Estado do Ceará assinou o contrato nº 7600/BR com o Banco para Reconstrução e Desenvolvimento BIRD2, no valor de US \$ 240 milhões e com vigência até 30/06/2012 (IPECE, 2011, p. 3).

Outro ponto importante encontrado no documento do IPECE se dá na "orientação" do banco em contratar fundações e instituições privadas para atingir as metas estabelecidas do banco. No caso propriamente da educação, essas fundações privadas - ratificando, algumas sugeridas pelo Banco Mundial - entram por intermédio das leis de parcerias público-privadas, em especial a lei 11.079/04, de âmbito nacional, e a lei estadual de nº 13.436/04. O Instituto de Corresponsabilidade pela Educação, o grupo ICE, estava na lista de institutos empresariais no projeto entre o BM e o Ceará. (Natura, 2017).

Como já dito no capítulo anterior, a partir dos anos 90, o Banco Mundial torna-se, além de uma instituição que empresta dinheiro, o principal mentor intelectual das reformas educacionais na periferia capitalista. Para Fontes (2010), essa instituição torna-se a principal e o mais forte aparelho privado de hegemonia estadunidense que impõe todo um arcabouço teórico de concepções próprias que atendam aos seus diversos interesses, seja através de "gestão da pobreza" e neutralização de possíveis ameaças para o imperialismo, seja de formação do capital humano necessário à acumulação capitalista.

Para Pronko (2014), a estratégia do Banco Mundial sofreu grandes modificações a partir da década de 1990. Para a autora, as críticas que o BM sofreu pela sociedade civil e por organizações não-governamentais, fez com que houvesse um estreitamento entre a sociedade

civil e o BM. Por conta da incapacidade de resolver os problemas crônicos da pobreza na América Latina e na África, como a fome e o aumento do endividamento internacional por estes países, encabeçada por organização não governamentais com o lema “50 anos já basta”, o Banco Mundial apoiou o surgimento e fortalecimento de instituições empresariais que tensionavam o debate político sobre a práxis do organismo. (Pronko, 2014).

Nesse período, na presidência de Sir James Wolfenson (1991 - 1994), o Banco Mundial não só apoiou, como realizou diversas formações de seus quadros, que deveriam disputar a hegemonia dos Estados-nacionais e assim aplicar as agendas de cunho neoliberal para os serviços públicos. No Brasil, os principais beneficiados por essa mudança tática ficaram no movimento Todos pela Educação, que teve como principais instituições do terceiro setor atuantes o Instituto Ayrton Senna e a Fundação Odebrecht.

A primeira lei que regulamentou a participação de entidades empresariais que atuam no terceiro setor foi a de nº 8.987/1995, que regulamenta as parcerias público-privadas entre os grupos empresariais e o serviço público. O sucesso do Brasil em realizar esse tipo de política foi logo tratado como um exemplo de sucesso de políticas públicas e incentivado pelo Banco para “promover o desenvolvimento nos países atrasados” (BM, 2017, p. 17). Como apresenta o relatório “Financiamento Privado de Infraestruturas Públicas através de PPPs na América Latina e Caribe”, de 2017:

Embora a possibilidade de fazer a contabilidade extrapatrimonial dos investimentos públicos (off-balance-sheet accounting) pelos formuladores de políticas como um incentivo atraente para o financiamento de infraestruturas via PPPs, sua principal vantagem é a capacidade de diversificar os riscos entre as partes interessadas, tirar proveito das inovações do setor privado, e consequentemente trazer maior eficiência no uso de recursos. (Banco Mundial, 2017, p. 13) [tradução do autor].

Se antes o BM impunha as suas políticas de forma vertical, com a mudança ocorrida a partir da década de 90, sua agenda de mudança será realizada dentro do Estado por meio da participação de organismos privados de hegemonia os quais realizam sua práxis em ONG's e instituições que prestam os mais variados serviços. Nesse contexto, a iniciativa privada assume funções de competência do Estado, cabendo a este último o ônus por meio de incentivos fiscais e empréstimos a agentes internacionais.

4.3 Escola da escolha e escolha da escola: O “comitê” do terceiro setor e a tomada da educação pública.

Nesta seção busca-se realizar um estudo de caso sobre um dos aparelhos privados de hegemonia burguesa que realiza esta prática há pelo menos mais de 20 anos, o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação. Como demonstrou-se nos relatórios do IPECE, este APH

inseriu-se nas políticas públicas cearenses por intermédio do empréstimo junto ao Banco Mundial a partir do Swap II. O objetivo principal por agora é tentar demonstrar como a práxis desse instituto torna-se parte estratégica para o panorama de reformas neoliberais que se realizam sob orientação dos organismos multilaterais, em especial o Banco Mundial.

Atualmente existe uma influência significativa do empresariado na educação pública brasileira. O autor identifica que a participação da burguesia consiste em robustos financiamentos empresariais, na divulgação de ideias e laboratórios experimentais específicos para o corpo docente por meio de treinamentos de professores e gestores pedagógicos.

Impulsionada pelos incentivos fiscais, atores e entidades filantrópicas de porte com farto financiamento empresarial divulgam ideias, financiam experimentos específicos destinados a mostrar a superioridade das propostas da reforma, assessoram e treinam professores e gestores (Freitas, 2018, p. 134).

Nesse trecho, é destacada a influência significativa do empresariado sob o “verniz” de entidades filantrópicas. De modo geral, esses institutos têm um robusto financiamento privado, e como percebeu-se, com forte ligação com o setor público. Atualmente há vários institutos que disputam estas parcerias públicas-privadas, dentre eles podemos citar o Instituto Bradesco, a Telefônica, a Cacau Show e o Lehman. Por agora nos restringimos aos relatórios que trazem diretamente a participação do ICE na implementação de escolas de tempo integral e profissional, ramo em que o ICE se especializou nos últimos anos.

Nesse contexto, os incentivos fiscais e o financiamento empresarial surgem como movimento que aproxima o setor privado e o sistema educacional, promovendo parcerias entre empresas e organizações sociais para execução de reformas do aparelho estatal. Para o autor, a partir das últimas décadas do século XX e início do século XXI, o cenário educacional vem sendo influenciado por princípios originários da ideologia neoliberal, que busca reduzir a intervenção estatal na economia e, por conseguinte, na educação. Nesse contexto, os incentivos fiscais e o financiamento empresarial surgem como movimento que aproximam o setor privado do sistema público, promovendo parcerias entre empresas, entidades filantrópicas e instituições de ensino.

Supostamente, os incentivos fiscais, por meio de benefícios tributários concedidos a empresas e indivíduos “bem-intencionados” estimulariam doações ou investimentos na área. O propósito disso é estimular a participação do setor privado em projetos educacionais e sociais, ao mesmo tempo, o financiamento empresarial possibilitaria a alocação de recursos para o desenvolvimento de iniciativas educacionais, como o caso das escolas de tempo integral.

Essa prática de entidades empresariais do terceiro desempenha um papel crucial na

disseminação de ideias e concepções relacionadas às reformas. Através de suas possibilidades financeiras substanciais, eles são capazes de dar visibilidade a propostas específicas, influenciando o debate público e a agenda política em relação às políticas educacionais, em outras palavras, comportam-se como intelectuais orgânicos por meio desses aparelhos privados.

Essa compreensão das ideias muitas vezes envolve o estímulo ao debate e à reflexão sobre a eficácia de propostas de reforma, podendo favorecer abordagens mais restritas aos princípios do neoliberalismo, como a autonomia das instituições de ensino, a valorização da competitividade e a aplicação de conceitos empresariais na gestão escolar. Esses experimentos, em geral, envolvem a atuação de escolas ou redes de ensino, onde novas metodologias de ensino, modelos de gestão escolar ou novos currículos são testados e monitorados. Os resultados obtidos são frequentemente usados como argumentos para justificar a expansão dessas práticas em maior escala. No Ceará, isso se manifesta através da divulgação de exames externos, quando as escolas que realizam as parcerias públicas-privadas com estas fundações aparecem nas primeiras colocações. Além da disseminação de ideias e do financiamento de experimentos, os atores e entidades filantrópicas também operam no apoio direto à educação por meio da assessoria e do treinamento de professores e gestores.

Essas ações visam disciplinar os profissionais da educação para adotarem práticas que visam satisfazer os objetivos almejados pelo Banco Mundial e assim ocasionar os pagamentos “por resultados”. No Ceará, essa capacitação pode abranger desde a formação em novas metodologias de ensino até a gestão escolar com base até princípios empresariais, buscando criar um corpo docente e gestores capazes de alcançar as metas pré-estabelecidas.

É importante reconhecer que essa influência pode gerar debates sobre a privatização da educação, a fragmentação do sistema e a ênfase na formação de capital humano para o mercado, trazendo à tona questões cruciais para a garantia de uma educação pública que atenda aos interesses da classe trabalhadora.

O Instituto de Corresponsabilidade pela Educação - ICE é uma empresa do terceiro setor que atua na rede nacional de educação via parcerias público-privadas desde 2003 no Brasil. Sua práxis se inicia-se na “recuperação” do Ginásio Pernambucano através da parceria entre o Governo do estado e o Banco Mundial. (Instituto Natura, 2017). Utilizada como um “laboratório” educacional, o Ginásio de Pernambuco recebe o PROCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Centros de Ensino Experimental). (Araújo, 2020).

A nossa história começa em 2000, com a retomada da educação de qualidade em Pernambuco. A mobilização de um ex-aluno do Ginásio Pernambucano – uma das mais antigas e importantes escolas do país – sensível ao seu estado de deterioração, reuniu a sociedade civil em favor da educação pública pernambucana e iniciou o

trabalho de recuperação do prédio onde estudou e no qual também estudaram personalidades como ex-presidente Epitácio Pessoa, Ariano Suassuna e Clarice Lispector, entre outros (ICE, 2019, p. 3).

Com princípios muito ligados ao documento da Unesco, “Um Tesouro A Descobrir”, organizado pelo economista Jacques Delors na conferência de Jointem. Assim, o governo de Pernambuco, a partir da oferta de uma rede de Educação integral, realizou parceria com a iniciativa privada com foco voltado a desenvolver, no interior das escolas, tecnologias de gestão empresarial e um currículo estruturado em conteúdo político-pedagógico dos principais documentos internacionais para a educação. (Araújo, 2020).

Mesmo sendo uma edificação histórica, cuidar da estrutura física foi a parte mais fácil. Para isso, a Associação dos Amigos do Ginásio Pernambucano foi fundamental ao instalar o ambiente de parceria entre a sociedade civil e a Secretaria Estadual de Educação. O mais complexo foi resgatar o padrão de excelência, marca do Ginásio Pernambucano durante décadas. Como ponto de partida, o ICE concebeu um programa de educação denominado PROCENTRO, inaugurando um novo modo de ver, sentir e cuidar da juventude (ICE, 2012, p. 5).

Segundo o site oficial da empresa, o ICE, até o ano de 2022, realizava sua práxis em 19 estados brasileiros, em pelo menos 1.200 escolas, com 778 mil alunos matriculados nas escolas “parceiras” ou denominadas pelo grupo como *Escolas da Escolha*; 36 mil educadores formados pelo grupo, trabalhando nas escolas parceiras, em escolas de tempo integral nos anos iniciais, anos finais e escolas profissionalizantes. (ICE, 2020).

Somente no município de Fortaleza, em 2022, o ICE está presente em 29 escolas de tempo integral no município, com previsão de aumento para a metade das suas unidades “parceiras” do instituto até 2026.³⁸ Na rede estadual, a participação do ICE nas escolas chega a ser mais relevante. Somente de escolas profissionais até 2021, o estado do Ceará contabiliza 122 unidades profissionalizantes e 261 escolas de tempo integral. Segundo a Secretaria de Educação do Ceará, até o ano de 2022, foram formados 108.187 mil alunos pelas “escolas da escolha”. (SEDUC-Ce, 2022).³⁹

Como já mencionado acima, nas escolas em que há a prática do ICE recebem a nomenclatura de *Escola da Escolha* para demonstrar os “valores” condizentes com o aparelho privado hegemônico em questão. Na leitura de seus diversos materiais não encontramos qualquer menção à teoria quase homônima de Milton Friedman (1955) da *Escolha da Escola*. Segundo Araújo (2020), *Escola da Escolha* representa uma “filosofia pedagógica” do instituto, onde essas escolas compartilham os modelos pedagógicos, de gestão e da estrutura curricular

³⁸ Ver em Prefeitura de Fortaleza, *Relatório Fortaleza 2040 (2021)*, p.19.

³⁹ Ver em: <https://www.seduc.ce.gov.br/2019/02/07/governo-do-ceara-anuncia-a-implantacao-de-22-novas-escolas-em-tempo-integral/>. Acesso em: 15/07/2020.

como “réplicas”. Pressupomos que a mudança do substantivo para o predicado, demonstre a influência do economista de Chicago na perspectiva do ICE. Segundo o ICE a Escola da escolha:

É um modelo de educação que oferece não apenas uma formação acadêmica de excelência, mas também amplia as referências sobre valores e ideais do estudante e o apoia no enfrentamento dos imensos desafios do mundo contemporâneo (2016, p. 71).

Para a perspectiva econômica de Friedman, a “escolha da escola” deve ser oferecida por meio do mercado “livre” em vez de ser controlada pelo Estado. Friedman acredita que a educação e a sociedade em geral devem ser desenvolvidas em princípios de “livre mercado”, nos quais a competição entre escolas diferentes levará ao avanço social e à melhoria da qualidade, eliminando a “ineficiência” do Estado. São 5 princípios que caracterizam o liberalismo de Friedmann: o livre mercado, o princípio da competição, o direito a “escolha” do consumidor, a “eficiência” do Estado e o princípio da descentralização. (Freitas, 2018).

Segundo Friedman, um suposto “mercado livre” é caracterizado pela ausência de interferência governamental nas atividades. Neste contexto, a oferta e a demanda determinam os preços, a alocação de recursos e a qualidade dos bens e serviços, incluindo a educação. Para Friedmann (1955), a competição é vista como um mecanismo que estimularia a eficiência da unidade. Na perspectiva do autor, a competição entre diferentes escolas, cada uma buscando atrair alunos e recursos, se tornaria o melhor dos modelos para esse serviço público.

Para Freitas (2018), em Friedmann, a relação “sagrada” que deveria prevalecer na sociedade é a perspectiva de *Escolha dos Consumidores*: De acordo com essa perspectiva, os consumidores (nesse caso, os pais e os alunos) devem ter “liberdade de escolha” para selecionar uma escola que melhor atenda às suas necessidades. Isso implica em dar um pretenso “poder” aos pais, que agora se comportariam como “clientes” para decidirem onde seus filhos deveriam estudar, levando em consideração fatores como qualidades demonstráveis, currículo que atendam aos valores morais da família e preço que estariam dispostos a “investir”, como capital humano.

Para Milton Friedman (1955), a escola pública carecia dos mesmos problemas da burocracia estatal, que em sua concepção, era “naturalmente ineficiente” na entrega de resultados e com excesso de burocratismo. Sendo assim, Friedman estabelecia uma perspectiva ultraliberal para a educação nacional, na qual deveria existir opções de escolas para que os pais pudessem escolher “livremente” onde iriam matricular os seus filhos. (Freitas, 2018).

Friedman (1955) baseia então sua teoria na estratégia dos estados-nacionais de fornecer *vouchers* (vales-educacionais) para que a família pudesse, assim, escolher dentre

diversas empresas em concorrência. Lembremos que para a ortodoxia liberal pertencente à corrente de Friedman, a sociedade civil deveria ter sua práxis como o mercado. Neste modelo, os pais portadores de vales-educacionais distribuídos pelo estado escolheriam no mercado as escolas de seus filhos, considerando a suposta qualidade, a qual é certificada por avaliações nacionais externas que ditariam o sucesso e o fracasso de unidades de ensino, facilitando a replicação dos exemplos de sucesso e a eliminação de escolas que não atendam a essas características.

A ideia é que as escolas ineficientes ou de baixa qualidade seriam eliminadas por esse mercado, enquanto as escolas mais eficientes e eficazes prosperariam e poderiam cobrar um valor a mais por esse serviço. Nesse modelo, os alunos deixam de ser usuários de um serviço público e passam a ser “clientes de empresas educacionais”, os quais pagariam via vouchers a estas ou subtrai-los-iam do valor da mensalidade. A educação pública, neste sentido, ainda que sendo considerada improdutiva para a superestrutura do capital, pois o estado ainda é obrigado a pagar pelo menos parte da mensalidade, poderia se tornar um lugar de valorização específica para um mercado por meio da eliminação das escolas incompetentes e a possibilidade de aumentar o valor para manter as eficientes.

Para Freitas (2018), a teoria da *Escolha da escola* de Friedman seria a perspectiva mais elevada do seu neoliberalismo educacional, porém o próprio Friedmann reconhecia as dificuldades de implementação desse “tratamento de choque” da ortodoxia ultraliberal e sua possibilidade real de aplicação.

A resistência da sociedade civil, como a de sindicatos e de outros movimentos organizados, é um elemento decisivo para a implementação ou não de um “puro sangue” como ocorreu no Chile da década de 1970, como discorremos no capítulo 3. Sendo assim, para Friedman (1955), as escolas deveriam pelo menos “emular” as forças do mercado, fazendo com que os estados-nacionais realizem medições para premiar e até mesmo “eliminar” instituições que pouco entregam em resultados. (Freitas, 2018).

A autora norte-americana Diana Ravitch (2011), caracteriza este processo como pertencente a uma “reforma empresarial”. Esta caracterização é pertinente para a pesquisa, no sentido em que, a intelectual foi uma das idealizadoras do programa na década de 90 nos Estados Unidos e atualmente seu trabalho intelectual volta-se a denunciar o que representou para os Estados Unidos todo este processo.

Para a autora, caracteriza-se criticamente como *reforma empresarial* a transferência da lógica neoliberal para a educação pública norte-americana. Neste sentido, a escola, antes

instituição que propiciava pelo menos a promessa de ascensão e integração social, é capturada pela lógica de acumulação, em que toda a sua práxis ocorre como o funcionamento de uma empresa. Para a autora,

“Reforma” realmente não é um bom nome, porque os defensores dessa causa não procuram reformar a educação pública, mas transformá-la em um setor empreendedor da economia. Os grupos e indivíduos que constituem o movimento de reforma de hoje se apropriaram da palavra ‘reforma’ porque tem conotações positivas no discurso político americano e na história americana. Mas as raízes desse movimento de reforma podem ser atribuídas a uma ideologia radical que tem uma desconfiança fundamental em relação à educação pública e uma hostilidade ao setor público em geral. O movimento de ‘reforma’ é na verdade um movimento de ‘reforma empresarial’, financiado em grande parte por grandes fundações, gerentes de fundos hedge de Wall Street, empreendedores e o Departamento de Educação dos EUA (Ravitch, 2011, p. 19).

Segundo a autora, este movimento de reforma não buscou realmente melhorar a educação pública, mas sim transformá-la em um setor produtivo da economia. O uso da palavra "reforma" é estratégico, pois possui conotações de “modernidade”, todavia o em uma análise materialista, a escola que na “era de ouro” do capitalismo fazia parte de um complexo improdutivo, mas fundamental para o desenvolvimento de uma força de trabalho (capital humano), agora é um “potencial” econômico para grandes corporações.

As raízes desse movimento de reforma têm origem em uma ideologia ultraliberal que desconfiava fundamentalmente da educação pública estatal e reacionária para o setor público em geral. No texto de Ravitch (2011), sugere-se que o movimento de "reforma" é, na verdade, um movimento de "reforma empresarial", financiado por grandes fundações, gerentes de fundos do Wall Street, empresários e o Departamento de Educação dos EUA. (Ravitch, 2011).

Para Laval (2016), esse mesmo fenômeno ocorre no sistema educacional francês. Para o autor, a educação pública francesa, inaugurada por Napoleão Bonaparte no século XIX e até anteriormente preservada e referenciada como um orgulho nacional, vem sofrendo sucessivos ataques da grande burguesia. Como já foi tratado no capítulo 3, frente à crise de acumulação fordista e redução cada vez mais acentuada do mundo do trabalho, um novo fenômeno repousa nos sistemas públicos de ensino. Para o autor, assim como na década de 80 significou o processo de privatização dos sistemas nacionais públicos como a telefonia e os recursos energéticos, a nova dinâmica de crise do capital pressiona o rompimento de direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora. (Laval, 2016).

Comparações de resultados para a utilização melhor dos recursos, controle mais eficaz do corpo docente, inclusive com a possibilidade de demissões ou transferências para outras unidades, marcaram as mudanças da escola “tradicional” francesa. Em casos mais extremos, o fechamento de escolas que não apresentassem bons resultados e a transferência para institutos

privados fazem parte da nova realidade encontrada na França.

A escola neste sentido deve comportar-se como uma empresa, toda a sua lógica deve ser voltada para o melhor desempenho frente a uma racionalização dos recursos gastos com a educação. Isso faz com que o procedimento de alcance destes objetivos consista em introduzir os próprios parâmetros de uma empresa no interior do serviço público. (Laval, 2016).

Chegamos a uma primeira similaridade com a teoria de Friedman (1955) e o ICE. Em diversos materiais coletados, o ICE, ao referir-se à comunidade escolar, utiliza-se do substantivo “clientes”⁴⁰, termo que é empregado por Friedman para a comunidade escolar e está presente nas reformas educacionais americanas e francesas.

Em seus manuais de operação, o instituto incentiva a substituição da “comunidade escolar” por “clientes”. Ao definir o papel da gestão e da comunidade (clientes) aparece a seguinte explicação de funcionamento da *Escola da Escolha*:

A tecnologia empresarial considera o cliente (aluno) e o investidor como fonte de vida. Ora, se não houver cliente – alguém que precise dos serviços – e se não houver alguém que invista, não há empresa. (...) Portanto, o objetivo do gestor (empresário individual) e da equipe (empresário coletivo) é agregar valor às duas fontes de vida, ou seja, riquezas morais e riquezas materiais, garantindo a satisfação da comunidade e do investidor social (poder público e iniciativa privada) (ICE, 2012, p. 14).

Outro ponto em que podemos aproximar ao projeto de “Escola da Escolha” do ICE ao “Escolha da Escola” de Friedman se mostrou na pesquisa documental de uma das escolas parceiras do instituto. A partir de 2014, quatro escolas da prefeitura de Fortaleza realizaram uma parceria junto ao ICE para implementarem uma educação de tempo integral no município.

Naquele período, o corpo docente era obrigado a assinar um “termo de adesão” que os obrigavam a seguir as diretrizes do ICE junto à Secretaria de Educação. Nesse termo, a condicionalidade para aderir à proposta de escola de tempo integral baseava-se em: “Ter disponibilidade para 200 horas de trabalho diurno em período integral, com carga horária multiplicar ou de gestão especializada.” e “participar de avaliação de desempenho semestral” (SME-for, 2018).

Ao assinarem esse termo, ficava estabelecido que todos os profissionais deveriam realizar semestralmente as avaliações de desempenho em que demonstrem a “capacidade” do profissional em estar na escola (da escolha). Uma prática que se assemelha em muito às propostas da reforma administrativa como a que se buscou na aprovação da proposta do governo de Jair Bolsonaro (2019 a 2022) através de emenda constitucional 32/2020, que instituiu a

⁴⁰ Ver em: ICE, 2012. Manual Operacional. Modelo de Gestão - Tecnologia de Empresarial Socioeducacional: Uma nova Escola para a Juventude Brasileira - Escolas de Ensino Médio Integra, Revista ICE, Pernambuco: 2012.

demissão de funcionários nestes testes de desempenho público.

Para Ball (2007), essa estratégia comporta-se como um processo de privatização. Um tipo de privatização que opera de dentro para fora, no sentido em que o controle de escolas por instituições do terceiro setor propiciava ganhos econômicos por essas empresas obtidos ao adentrarem nesse “novo mercado” (p.168).

Esses institutos filantrópicos adentram as escolas públicas, reformulando-as através de modelos de gestão importados diretamente do setor privado. Do ponto de vista das finalidades da educação, embora nem sempre explícitas, estes reformadores visam a implementação de reformas educacionais para não só garantir o domínio de mão-de-obra formada (ou a domesticação dos que não irão se incluir ao mundo do trabalho), mas sobretudo obter diversas vantagens financeiras via recursos estatais.

Dentre estas vantagens financeiras, apresentam-se os incentivos fiscais por meio da legislação que rege o terceiro setor, o uso de laboratórios experimentais em escolas públicas para posteriormente vender “os casos de sucessos” para escolas privadas, incorporações de serviços educacionais privados para as secretarias de educação em parcerias com estes institutos e venda de materiais didáticos próprios. Devemos lembrar que o presidente e fundador do ICE trabalha em empresas na Cogna, atualmente maior empresa de serviços educacionais.

Como aponta também, Stephen Ball (2014), a entrada de gerenciamentos de ONGs “sem fins lucrativos” são parte de um processo maior que busca, dentre outras estratégias, a usurpação de direitos públicos. Como destaca o autor:

As privatizações referidas aqui são complexas, multifacetadas e interrelacionadas. Elas podem ser entendidas em relação ao desenvolvimento de um conjunto de relações complexas entre: (i) mudanças organizacionais nas instituições do setor público (recalibração e “melhoria”); (ii) novas formas de Estado e modalidades (governança, redes e gestão de desempenho); (iii) privatização do próprio Estado; e (iv) os interesses do capital “inquieto” e os processos de mercantilização (serviços públicos como oportunidade de lucro e de fornecimento de prestação de serviços públicos (Ball, 2014, p. 157).

Como aponta o autor, a crise dos estados-nacionais impõe uma nova maneira de privatizar os serviços públicos ainda remanescentes do (re)ajuste neoliberal via consenso de Washington. Nesta lógica, é imprescindível o processo de mercantilização desta via entrada empresarial. Como percebe o autor, “consequentemente, quando a iniciativa privada assume funções da competência do Estado, cabendo a este último o ônus por meio de incentivos fiscais.” (p. 51) se configura como um dos principais elementos privatistas.

Outra maneira de atendimento dos interesses privados é por meio da interferência direta do setor empresarial controlando e/ou criando organismos de gestão da formação profissional, por meio dos quais se tomam decisões sobre as mudanças, a renovação ou a reforma da formação profissional de acordo com os interesses de

adequação com as mudanças econômicas (Ball, *ibidem*, p. 53).

Freitas (2018) concorda com este mesmo aspecto nas políticas públicas educacionais no Brasil, ligado sobretudo a um processo de privatização, todavia sem chamar grandes atenções. Ao referir-se ao caso brasileiro, o autor destaca este aspecto. Para Ball (2014):

No caso brasileiro, algumas das medidas que servem de pilar para essa reforma são: subsídio do Estado para experiências de educação de iniciativa privada, empresariais; incentivo às escolas comunitárias e cooperativas que, por fora do sistema público estatal, barganham por recursos públicos em troca de favores; “parcerias” com empresas por meio das quais essas mesmas empresas podem adotar certas escolas; além destas, há ainda as iniciativas de ONG’s, que também ajudam a pulverizar os investimentos, os interesses, as lutas etc (*Ibidem* , p. 54).

Em Freitas (2018), as medidas que sustentam a reforma educacional no Brasil são multifacetadas e buscam diversificar os modelos de oferta educacional, com a participação ativa de atores externos ao sistema público estadual. Algumas das principais medidas são: subsídio do Estado para experiências de educação privada e empresarial; incentivo às escolas cooperativas, parcerias com empresas para adoção de escola que traga uma hegemonia que atenda aos interesses da burguesia e iniciativas de ONGs do terceiro setor.

Nessa abordagem, o Estado oferece apoio financeiro e incentivos para experiências educacionais estudadas por instituições privadas e empresariais. Essas experiências visam promover uma “inovação” no ensino e na gestão escolar, com o objetivo de melhorar a qualidade da educação oferecida. As escolas comunitárias e cooperativas, que operam fora do sistema público estatal, são incentivadas a buscar recursos públicos por meio de negócios e acordos com o governo. Esses incentivos que, em tese, visam fortalecer “a participação da sociedade civil” na educação e oferecer mais opções de ensino, na prática, privilegia grupos privados.

Os organismos privados são convidados a estabelecer "parcerias" com escolas, através das quais podem adotar instituições de ensino, fornecendo recursos financeiros, materiais e, em alguns casos, até mesmo programas educacionais. Essa aproximação entre setor privado com o público busca uma maior inserção do mundo empresarial no contexto educacional.

A oferta de recompensas e incentivos fiscais para experiências de educação privada e empresarial atrai mais investimentos desse setor para o campo educacional. Essa estratégia buscaria gerar uma maior diversificação de ofertas de ensino e uma competição “saudável” entre instituições educacionais, o que na prática apenas representa medidas de privatização e mercantilização da educação pública.

Não é objetivo desta seção atribuir a culpabilidade a certas frações da burguesia e muito menos personificar o que ocorre na educação pública. Já ratificamos que se trata de uma

crise regressiva, todavia, é necessário separar algumas páginas sobre os “sujeitos históricos” na práxis de crise da educação e o seu projeto de mercantilização. Reafirmamos que a lógica de mercantilização se dá em uma dinâmica de crise-regressiva da ordem burguesa e que se busca como contratendência para a queda da taxa de lucro os espaços até então não mercantilizados.

Encontrado no manual operacional⁴¹ do instituto, o então presidente Marcos Antônio Magalhães, já mencionado anteriormente, relata a fundação do ICE e a participação que os quatro principais sujeitos históricos que o ICE teve em sua gênese. Segundo Marcos Magalhães (2012), ao relatar o falecimento de um dos “patriarcas” do ICE, o empresário descreve sobre as circunstâncias do nascimento do instituto e participação de cada empresário.

Bruno Silveira, o mais carioca dos pernambucanos, flamenguista medular, oriundo de tradicional família política pernambucana, cruzou o meu caminho por desígnio do Dr. **Norberto Odebrecht**. Ele e o mestre **Antônio Gomes da Costa**, juntos, apoiaram um grupo de empresários bem-intencionados, porém neófitos no tema educação, a construir um novo modelo de escola para a juventude a partir da restauração física do secular Ginásio Pernambucano (Magalhães, 2012).

Como primeiro “empresário bem-intencionado” na criação do ICE, aparece Marcos Antônio Magalhães. Esta figura é central na práxis do ICE e até a presente pesquisa trabalha ainda como presidente. É apresentado pela jornalista Helena Borges em 2018 na revista Intercept Brasil como: “um homem que não tem fortuna, mas com grandes amizades” na política brasileira. É considerado pela jornalista como um dos principais articuladores das reformas empresariais dos últimos anos, inclusive com grande prestígio do ministro da educação no governo de Temer (2016 a 2018), Mendonça Filho.

Engenheiro aposentado, Marcos Magalhães não desfruta de fortuna como os demais listados. Seu tesouro é outro: a amizade com o atual ministro da educação, Mendonça Filho. Em entrevista realizada em 2012, Magalhães explicou o funcionamento de seu trabalho: *“Houve uma parceria em que nós trabalhamos, uma parceria pública privada (PPP) entre a secretaria e parceiros. Esses parceiros compreendem ONGs e grupos empresariais locais do estado. Os grupos aportam o recurso financeiro, e o ICE faz a consultoria.”* (Borges, 2016, p. 07).

Em primeiro lugar, sua carreira de destaque se deu no ramo da engenharia elétrica, tendo a maior parte de sua vida de trabalho na multinacional Royal Philips, onde desempenhou diversas funções de 1971 a 2009, tendo assumido a cadeira de presidente-executivo na América Latina em 1997. (ICE, 2012). Sua “preocupação” com os assuntos educacionais ocorre ainda trabalhando para a Philips. Como mostra o artigo publicado por Worcman e Ferreira (2004), Marcos Antônio iniciou sua práxis nas políticas públicas nacionais ainda na década de 90, quando entra nos primeiros anos de presidência da Philips e foi convidado para avaliar um

⁴¹ ICE, 2012. Manual Operacional. Modelo de Gestão - Tecnologia de Empresarial Socioeducacional: Uma nova Escola para a Juventude Brasileira - Escolas de Ensino Médio Inteira, Revista ICE, Pernambuco: 2012.

patrocínio entre um “empreendimento social” e a empresa.

A organização em questão era a empresa do terceiro setor CDI (Comitê de Desenvolvimento para Informática). (Worcman; Ferreira, 2004, p. 8) Essa organização social era organizada e financiada com grandes empresas internacionais de tecnologia e o poder estatal para formação de futuros programadores do ramo de TI (Tecnologia da Informação) na periferia de São Paulo. Ao serem formados, essas mesmas empresas que financiaram também contratavam esses ex-alunos.

Na prática, funcionava como uma escola profissionalizante filantrópica, conhecimento este que Marcos Magalhães levaria para o ICE. Por mais que essa atitude pareça bem-intencionada, devemos lembrar que no capitalismo a força de trabalho é uma mercadoria “como outra qualquer”, logo o retorno de investimento dessas grandes empresas se dá através de capital humano e com isso aumenta-se a mais-valia relativa.

Isso não é negado pelo próprio Marcos Magalhães (2012). Para o presidente da Philips, enquanto o salário de um programador custava no período em que foi escrito a reportagem, uma média até 7.000 dólares, os formados pelo CDI recebiam de empresas como a Microsoft, a Philips e IBM, 4.360 reais, que, na comparação com o dólar no período, ficava em torno de US\$ 2.159,00.

Como discutimos no segundo capítulo, é somente através da práxis laboral que há produção do mais-valor, portanto se tivermos uma redução do salário, e como a taxa de lucro é inversamente proporcional ao mais-valor extraído, o investimento em capital humano de baixo custo retorna em um curto espaço de tempo sob a sua forma relativa. O salário do que Ruy Braga (2009) chama de infoproletário, mesmo na sua fase regressiva é ainda superior à média do salário geral do trabalho.

A existência desse diferencial em relação à média do trabalho geral explica-se pelo alto índice de inovações que este setor promove. Lembremos que uma das contratendências para a queda da taxa de lucro se dá através das inovações, o fetiche da “destruição criativa” de Schumpeter. Nesta direção, o investimento em países de capitalismo dependente aparece como uma excelente oportunidade para aumentarem suas margens de lucro. Ao pagar um salário baixo, por conta da precificação superior da moeda americana e o real, temos uma dupla mais-valia. Lembremos que a dinâmica do capital, segundo Leon Trotsky (2012) é desigual e combinada.

Retornando para a análise da práxis de Marcos Magalhães no ICE. O instituto trabalha com uma perspectiva de gerenciamento chamada de “modelo de replicabilidade”. Segundo esse

modelo, as ações exitosas de cada unidade escolar devem ser compartilhadas em encontros organizados entre a secretarias públicas e o ICE, e replicada em outros locais, compondo assim um “alinhamento” que forneça uma unidade diferencial dentro das redes públicas. A replicabilidade das *Escolas da escolha* são a

(...) premissa ligada à continuidade (poder público); todas as ações planejadas e desenvolvidas na Escola devem se mostrar viáveis sob o ponto de vista pedagógico, temporal e econômico. É condição fundamental para um experimento ganhar escala.” (ICE, 2012, p. 57).

Em outras palavras, significa dizer que as escolas sob a parceria PPP devem comportar-se como uma rede própria de ensino, preservando as ações exitosas e eliminando as que geram pouco ou quase nenhum resultado, assim, a replicabilidade são “políticas públicas fundadas em práticas replicáveis e sustentáveis para a expansão do Modelo.” (ICE, 2019, p. 58).

Lembremos, para Friedman (1955), que a modalidade mais elevada do ponto de vista do neoliberalismo é a política de entrega de vale-educação diretamente aos pais para assim efetuarem de forma privada a “escolha da escola”, sem a participação do Estado, obedecendo apenas às “regras do mercado”. Como o próprio economista percebia, esse tipo de abordagem criaria uma forte resistência da sociedade civil, então a escola pública deveria pelo menos se comportar como uma empresa privada, onde a essência do mercado estivesse presente em seu espírito.

Como o título da dissertação sugere, o principal elemento que nos fez entender o movimento de como mercantilização da educação se dá justamente por conta da análise concreta de Marcos Magalhães e do ICE. Como já dito acima, além de presidir estes dois institutos, o nome do empresário aparece como diretor executivo da holding Somos Educação S. A⁴². A Somos Educação S.A é uma megacorporação e maior empresa do setor educacional privado brasileiro.

Antiga Abril Educação, a Somos Educação é um conglomerado educacional que reúne vários sistemas educacionais (Sistema Mackenzie, Rede Cristã de Educação, Sistema Anglo de ensino, dentre outros), editoras de livro didáticos como os grupos Saraiva, Ática, Scipione. (Somos Educação, 2020).

Outro ponto que precisa ser salientado sobre esse oligopólio: em 2018, a empresa foi comprada pelo conglomerado de educação privada Kroton, que fez fortuna no mercado universitário. Com a compra de R\$ 4,6 bilhões de reais, a Somos Educação e a Kroton Brasil

⁴² O nome de Marcos Magalhães aparece em um relatório do grupo como sendo um dos diretores executivos da empresa. Ver em: SOMOS EDUCAÇÃO (2015). Informações Trimestrais – ITR em 30 de junho de 2015 e Relatório sobre a revisão de Informações trimestrais. São Paulo, 2015.

fundiram-se, tornando-se a maior *holding* de educação da América Latina, o grupo Cogna S. A⁴³.

Assim como os números do ICE são impressionantes, o grupo Cogna já surge dominando o mercado educacional privado. Segundo notícia do portal G1 de Finanças, até o ano de 2018, somente em educação básica o grupo possuía quantia de 1,2 milhões de “alunos clientes” (G1 Economia, 2018). É importante destacar esse fato, pois temos como uma hipótese que neste momento muda-se a dinâmica de acumulação do mercado privado de educação, ela nasce altamente financeirizada, concentrada e com grande parte do capital retornado através de políticas públicas como as parcerias público-privadas.

Segundo integrante da grande burguesia citado pelo ICE, referido pelo instituto como a “espinha dorsal do projeto” e, talvez, o maior magnata da construção civil brasileira, é Norberto Odebrecht. O “patriarca” da empresa Odebrecht apareceu na pesquisa como um dos maiores patrocinadores do instituto e teórico principal da gestão das escolas de tempo integral.

Segundo a página oficial da fundação que recebe o nome da empresa de construção civil, a participação nas políticas públicas nacionais inicia-se na década de 1990. Esse início se dá a partir da participação do próprio Banco Mundial e a Unicef. A sua fundação patrocina uma série de publicações com o tema, como o “Só a escola corrige o Brasil”.⁴⁴ Além da fundação do terceiro setor, Norberto Odebrecht aventurou-se em publicar obras que tratam diretamente do tema educação. Na obra *Educação pelo Trabalho* (1991), Norberto Odebrecht apresenta a sua visão para a educação respaldado da seguinte forma:

É preciso arte para integrar e coordenar o trabalho de uma equipe. Essa habilidade pode ser apreendida e desenvolvida por líderes que tenham alguns valores incorporados. Para orientá-los, a Odebrecht desenvolveu ao longo de mais de 65 anos a Tecnologia Empresarial Odebrecht (TEO), com base em fundamentos éticos, morais e conceituais. Centrada na Educação e no Trabalho, a TEO é uma filosofia de vida dividida em Princípios, Conceitos e Critérios concebidos por mim [Norberto Odebrecht]. Ela valoriza a disposição para servir, a capacidade e o desejo de evoluir e a vontade de superar resultados. Prevê, ainda, um processo de delegação planejada, baseada na confiança e parceria entre Líderes e Liderados. (Odebrecht, 1991, p. 115).

Nesta pesquisa, essa obra tornou-se fundamental para entender o processo de gestão da *Escola da escolha*, pois a partir dela, percebeu-se a importação de tecnologias empresariais do setor privado para compor o modelo de gestão dessas escolas como sendo um dos principais

⁴³ Ver em: G1 Finanças (2018). Kroton fecha a compra da Somos Educação. São Paulo, 2018. <https://g1.globo.com/economia/noticia/kroton-fecha-compra-da-somos-educacao-por-r-46-bilhoes.ghtml>. Acesso: 03/12/2022.

⁴⁴ Ver em: Fundação Norberto Odebrecht (2021). Saiba como a Fundação Norberto Odebrecht vem contribuindo para a história do Terceiro Setor, São Paulo, 2021. <https://www.fundacaonorbertoodebrecht.com/a-fundacao/linha-do-tempo/index.html>. Acesso em: 06/12/2022.

elementos estruturais do ICE.

Esse modelo se dá na chamada Tecnologia de Gestão Educacional ou apenas TGE. Segundo o ICE (2014), a TGE é oriunda diretamente da concepção empresarial-educacional “odebrechtiana” denominada TESE (Teoria Empresarial socioeducativa), que se trata da importação direta da teoria empresarial criada por Norberto Odebrecht, a TEO (Teoria Empresarial Odebrecht).

Para simplificarmos, atualmente a TGE é a tecnologia de gestão das *Escolas da Escolha* do ICE, que é uma herdeira da TEO, teoria fruto das concepções de gerência empresarial da Odebrecht. (ICE, 2014). Sendo assim, além de sua participação financeira oferecida pelo grupo Odebrecht para o ICE desde seus primórdios, o patriarca do antigo império da construção civil brasileira emprestou sua percepção ideológica de gerência das escolas públicas, tornando-se um intelectual orgânico dessas escolas.

Segundo o Magalhães (2012) a TEO possibilita “o processo de transformação da escola pública brasileira, tão mal planejada, tão mal gerida e que produz, como consequência, resultados tão pífios, inclusive agradecido Norberto por essa, transferência” (ICE, 2012, p.2), [grifo do autor] e conclui: “com uma palavra de agradecimento ao Dr. Norberto Odebrecht, por permitir que utilizássemos a TEO como matriz para a sistematização do presente modelo.”. (ibidem, p. 3).

Assim como essas outras empresas do terceiro setor, o ICE, desde sua concepção, apresentava-se respaldado pelas diretrizes internacionais dos organismos multilaterais como a Unesco e o Banco Mundial, isso pode ser aferido não só pela própria participação de Noberto Odebrecht, mas também pela presença do terceiro “empresário bem-intencionado” da fundação, nas palavras do presidente do ICE, um “neófito no tema educação”⁴⁵, o ex-diretor da FEBEM Barão do Carmo em Minas Gerais e “educador renomado internacionalmente”⁴⁶, Antônio Carlos Gomes da Costa aparece nos documentos do instituto.

Antônio Carlos Gomes, como já apresentado acima, foi ex-diretor da Febem em Minas Gerais e se destacou na gestão da fundação de proteção ao adolescente. Ao contrário de Marcos Magalhães e Norberto Odebrecht, que antes de se tornarem investidores do terceiro setor eram reconhecidos apenas no mundo empresarial, Antônio Carlos Gomes destacou-se em sua práxis na educação pública nacional.

Trabalhou dentre seus vários cargos na área educacional, destacando-se por sua práxis

⁴⁵ ICE, 2012, p. 4

⁴⁶ Ibidem.

como um dos redatores do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e membro consultor dos organismos multilaterais da Unicef e Unesco. Dentre as fundações do terceiro setor em que Antônio Carlos Gomes atuou, destaca-se o Instituto Ayrton Senna (IAS), o Instituto Telefônica (IT) e o próprio ICE.

De contribuição teórica para o ICE está a sua obra (lançada pela Fundação Odebrecht), “Protagonismo Juvenil: Adolescência, Educação e Participação Democráticas” (2000). O “protagonismo juvenil” é a aplicação no currículo das escolas (inclusive como disciplina obrigatória a ser oferecida) das orientações organizadas pela Unesco do que veio a ser considerado como os “quatro pilares da educação”⁴⁷ para o século XXI, organizado pelo economista francês Jacques Delors (1991) em sua obra *Educação, um Tesouro a Descobrir*. (1991). (ICE, 2012). Nas palavras do educador:

O Protagonismo Juvenil, enquanto modalidade de ação educativa, é a criação de espaços e condições capazes de possibilitar aos jovens envolver-se em atividades direcionadas à solução de problemas reais, atuando como fonte de iniciativa, liberdade e compromisso” (Antônio Carlos Gomes da Costa *apud* ICE, 2018, p. 8).

Como mencionado acima, a “reforma” do Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovadas pelo ministro da educação André Mendonça teve a participação de Marcos Magalhães como principal articulador na resolução da medida provisória. Isso em parte explica que as disciplinas de protagonismo de vida e projeto de vida fazem parte do currículo das escolas públicas do ensino médio.

Por mais que não seja o principal objetivo desta pesquisa realizar um estudo aprofundado sobre a reforma do ensino médio e sim a participação da burguesia através dos aparelhos privados de hegemonia burguesa, Moreira (2018) destaca que essa reforma foi uma mudança na legislação educacional brasileira, que teve como objetivo reorganizar o currículo do Ensino Médio para torná-lo mais “atrativo” e “adaptado” às exigências da classe dominante.

Como destaca Moreira (2018), essa reforma foi realizada sem a devida participação da sociedade civil e sem uma discussão aprofundada sobre suas implicações para a educação pública. Além disso, o autor destaca que a Reforma do Ensino Médio aprofunda a dependência educacional do Brasil em relação aos países centrais do capitalismo, ao retirar conhecimentos de base científica da grade curricular em prol da inclusão de disciplinas que não contribuem para a formação crítica e científica dos estudantes.

⁴⁷ Segundo o relatório da Unesco proposto em Jomtien na Tailândia em 1990, a educação deve se basear em 4 pilares: o Aprender a conhecer, o Aprender a Fazer, o Aprender a Conviver e o Aprender a ser. Ver em: DELORS, Jacques et al. *Educação um tesouro a descobrir: relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*. 10. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2006.

Dos 3 mencionados, Antônio Carlos Gomes é um dos principais intelectuais dessas fundações. Como já mencionado, ele trabalhou em praticamente quase todas as fundações investigadas nesta pesquisa (Telefônica, Ayrton Senna, ICE, NATURA). Isso nos leva a crer que grande parte do conhecimento adquirido pelo ICE foi transferido para outras fundações que atuam em parcerias público-privadas. Parte-se desta suposição se confirma pela presença de relatórios de “casos de sucesso” de várias fundações sobre o ICE.

4.4 A replicabilidade das escolas integrais por outros institutos privados: O vanguardismo de Pernambuco e Ceará nas reformas empresariais.

Ao longo desta pesquisa foram identificados outros institutos que trabalham ou trabalharam com parcerias junto ao ICE, não coube aqui tratar diretamente sobre os institutos mencionados abaixo da mesma forma que realizamos com o ICE, mas sim demonstrar o grau de unidade que esses aparelhos privados burgueses têm entre si.

Limitamo-nos aos institutos que citam o “vanguardismo” do ICE e a replicação do modelo de *Escola da Escolha* em suas unidades. Como destaque, foram encontrados 3 grandes institutos que trabalharam a concepção do ICE em seus currículos e modelos de gestão: o Instituto Sonho Grande (ISG), os institutos Cacau Show (ICS) e Instituto Natura (IN).

Sendo assim, nos documentos coletados, a proposta pedagógica desses aparelhos privados acima se mostra em uma “unidade” que, quando não idêntica, se assemelha em grande parte com a proposta do ICE. Parte dessa “unidade” aparece nos estudos de Marcela Pronko (2014) e José Mendes Pereira (2010), assim como no próprio relatório do IPECE (2011), em que essas orientações que modificam a educação pública advêm de um arcabouço teórico de organismos multilaterais como o Banco Mundial e Unesco, por intermédio de operações de créditos complexos.

O Instituto Sonho Grande é um dos mais recentes parceiros. Seu início se deu em 2015 como empresa, assim como o ICE, “sem fins lucrativos”. Mesmo que tenha surgido anteriormente ao ICE, o Instituto Sonho Grande (segundo endereço eletrônico da empresa⁴⁸) já atua em 74% do território nacional, em cerca de 3.3 mil escolas, 17% das escolas de ensino médio brasileiras e 828 mil matrículas, sob o mesmo formato do ICE, através dos princípios da publicização através da lei 11.079/09. (Instituto Sonho Grande, 2022).

Em um dos documentos norteadores do ISG, que é referência para o modelo integral do próprio, vem do estudo realizado pelo organismo sobre a implementação do modelo de

⁴⁸ Ver em: <https://www.sonhogrande.org/l/pt/>? Acesso em 10/12/2022.

educação integral em Pernambuco. Denominado pelo ISG (2019), de “Mais Integral, Mais Oportunidades - um Estudo Sobre a Trajetória dos Egressos da Rede Estadual de Ensino de Pernambuco”. Nesse relatório, o grupo realiza um estudo sobre o modelo de educação integral realizado no Brasil, colocando a práxis do ICE em Pernambuco como sendo uma das “pioneiras” e mais “exitosas” da reforma educacional realizada nos últimos anos. (ISG, 2019).

Segundo o ISG, o Ministério da Educação utilizou-se da experiência pernambucana e do Ceará como sendo um “case de sucesso” decisivo na aprovação da MP da “reforma” do ensino médio.

Com a bandeira de fomentar a cidadania e o protagonismo juvenil, Pernambuco conseguiu, por meio do programa, não apenas melhorar o desempenho acadêmico dos jovens, como reduzir as taxas de abandono escolar. Esses parâmetros seriam as âncoras para o desenvolvimento de estratégias para a formação de jovens autônomos, competentes, solidários e produtivos, qualificados para a continuidade da vida acadêmica, pessoal e profissional (SEDUC -PE *apud* ISG, 2019, p. 27).

Tamanho foi o “sucesso” na melhoria dos índices, que propiciou a atenção do Ministério da Educação, que converteu-se na Portaria do MEC 1.145/2016 que tratava da “política de fomento à implementação de escolas de Ensino Médio em tempo integral, representando uma tentativa de melhorar a qualidade do ensino público no Brasil como um todo.” (ibidem). Segundo o ISG,

Trata-se de uma política criada pela Portaria MEC nº 1.145, de 10 de outubro de 2016, e que teve suas diretrizes estabelecidas em conformidade com a Portaria MEC nº 727, de 13 de junho de 2017. Além de prever a ampliação da formação e dedicação dos docentes, a política incluía pré-requisitos mínimos em termos de infraestrutura das escolas, garantindo a adequação do espaço físico às necessidades de aprendizagem dos estudantes (ISG, 2019).

A informação do ISG corrobora com a reportagem tratada acima do periódico *Intecept Brasil*, da jornalista Helena Borges em 2016, em que destacava a participação de Marcos Magalhães com o ministro André Mendonça. Tanto a reportagem como o relatório do ISG denotam que, em grande parte, a reforma do Ensino Médio inspirou-se nas escolas integrais de Pernambuco parceiras do ICE. O próprio presidente do ICE declara isso na reportagem acima.

O segundo parceiro do ICE que identificamos foi o Instituto Natura. Segundo o relatório anual do instituto em 2021, o Instituto Natura atua dentro e fora do Brasil. Assim como a marca brasileira é considerada uma multinacional do setor de cosméticos, esse instituto atua na periferia do capitalismo em pelo menos 6 países (México, Peru, Chile, Colômbia, Brasil e Argentina), com o total de 2.595.255 milhões de estudantes. (IN, 2021).

Diferente dos institutos citados acima, que se limitam às parcerias público-privadas de estados e municípios, em especial na modalidade de educação integral, o Instituto Natura atua paralelamente no “quarto setor” através das formações de “consultoras de beleza” para

adolescentes das escolas públicas da América Latina. Seus três principais eixos são a educação dos anos iniciais, as escolas do ensino médio e a formação de mão de obra que, assim como a CDI no setor de formação profissional em tecnologia da informação, provavelmente farão parte do quadro informal (precariado⁴⁹) da Natura, o que a própria empresa admite como o “quarto” setor de serviços.

O "quarto setor" na economia é um conceito emergente que se refere a uma área de atividade econômica que combina características do setor público, privado e da sociedade civil. É uma fusão de elementos desses três setores tradicionais e busca atingir objetivos econômicos e sociais. Tradicionalmente a economia burguesa denomina como o quarto setor áreas de acumulação pela via do “conhecimento”, o que autores como Manuel Castells (1996) consideram como “capitalismo informacional”, ou seja, uma área de “inovações” e “empreendedorismo”.

O que se percebe atualmente é a transferência dessa área da economia, ainda recente e com quase nenhum debate, para o trabalho precarizado e informal sob o verniz do “empreendedorismo social”, elemento este que o IN se utiliza para denominar o seu corpo de funcionários. Para os defensores do “quarto setor”, essa área envolve a integração e colaboração entre organizações e instituições que operam nos setores público, privado e da sociedade civil. Isso significa que empresas, governos e organizações sociais (OS) trabalham juntos em busca de soluções para os problemas econômicos, sociais e ambientais.

O principal teórico do “empreendedorismo social” ou do “quarto setor” é Muhammad Yunus (2008), vencedor do Nobel de economia em 2006 e banqueiro indiano com sua obra principal traduzida para o português como *Um Mundo sem Pobreza. A Empresa Social e o Futuro do Capitalismo* (2008).

Para Yanus (2008), as empresas devem frequentemente incorporar a “responsabilidade social corporativa” em suas operações, buscando não apenas maximizar os lucros, mas também “contribuir para o bem-estar da sociedade e do planeta” (YANUS, 2008, p. 141). Exemplos de atividades do quarto setor incluem empresas que adotam práticas de negócios “socialmente responsáveis”, organizações que promovem a economia cooperativas e fundações que financiam, por meio de microcréditos, projetos de impacto social e ambiental, entre outros.

O conceito de "quarto setor" na economia é uma ideia que pode ser interpretada de

⁴⁹ Para Ruy Braga (2017), O termo "precariado" é uma combinação das palavras "precário" e "proletariado" e é usado para descrever um grupo social que enfrenta uma precariedade econômica e insegurança trabalhista. O conceito do precariado ganhou destaque nas discussões sobre as mudanças no mercado de trabalho e nas condições econômicas nas últimas décadas, por conta do aumento do trabalho informal nos últimos anos e agravado pelo golpe de 2016.

maneira crítica à luz do materialismo dialético. Embora o termo "quarto setor" geralmente se refira a uma área de atividade econômica "informal" ou, para alguns, de formação de conhecimento, em que ambas combinam elementos do setor público, privado e da sociedade civil, podemos levantar questões importantes sobre como essa integração ocorre e como ela pode ser influenciada pelas relações de poder subjacentes.

Para os economistas-liberais, a economia é predominantemente dividida em três setores: o setor privado, que visa a taxa de lucro e é controlado por propriedades capitalistas; o setor público, que inclui instituições governamentais que fornecem serviços básicos financiados pelos impostos e o terceiro setor, que engloba organizações sem fins lucrativos, movimentos sociais e outras entidades que visam objetivos sociais e políticos. (Ibidem).

A noção de um "quarto setor" sugere uma maior integração e colaboração entre esses três setores na busca de soluções para os problemas sociais. No entanto, do ponto de vista de Fontes (2010), isso pode ser visto como uma forma de cooptação e "domesticação" das forças que buscam mudanças sociais radicais. Os estudos sobre a pobretologia do Banco Mundial é a maior expressão deste tipo de dominação.

A integração do "quarto setor" pode, por vezes, ser usada para enfraquecer ou desviar movimentos de protesto e críticos ao sistema capitalista, transformando-os em iniciativas mais controláveis e compatíveis com a lógica de mercado. Além disso, o "quarto setor" pode perpetuar as desigualdades de poder subjacentes ao capitalismo, uma vez que as organizações que têm mais recursos financeiros e acesso aos meios de produção podem dominar a colaboração, enquanto as organizações da sociedade civil com recursos limitados podem ter menor influência.

O "empreendedorismo social" é uma expressão do que a burguesia busca chamar de quarto setor para enfrentar os problemas de crise sistêmica que afetam o capitalismo. No entanto, é preciso colocar questões profundas relacionadas a essa categoria emergente e seu verdadeiro impacto na transformação radical da sociedade em que nos encontramos. Um dos primeiros problemas é não abordar as raízes dos problemas, isto é, a contradição capital/trabalho. Outro ponto de destaque é que o "empreendedorismo social" muitas vezes fragmenta as lutas, tratando cada problema como uma oportunidade de negócio separada, como é o caso do Instituto Natura, na formação do seu precariado, que trabalhará como "consultores" para a empresa.

Em relatório de 2019, o instituto organiza um estudo sobre a importância da educação integral no país. O instituto pertencente a gigante de cosmético brasileira destaca a participação

da entidade em Pernambuco e como o ICE realizou sua práxis já tratada acima.

Em 2000, um grupo de empresários brasileiros respondeu à necessidade de melhorar o ensino médio de Pernambuco criando o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE). O ICE elaborou um novo programa de educação e recebeu o apoio do governo do Estado através da criação do Procentro, um órgão estatal dedicado a trabalhar com o ICE na concepção de um novo programa educacional. No entanto, o modelo de parceria público-privada estabelecido pelo Procentro e o ICE recebeu algumas críticas devido à influência que atores privados poderiam exercer sobre a educação estadual (Instituto Natura, 2019, p. 6).

Chega até ser irônico ler uma denúncia vinda do instituto Natura falando da “influência que atores privados poderiam exercer sobre a educação”, mas é notório o grau de influência que o ICE possui nas decisões públicas sobre educação. No entanto, das instituições a que tivemos acesso, o instituto Natura é o que já há mais tempo realiza parceria com o ICE. (IN, 2021). Sobre a atuação especificamente no Ensino Médio, a referência para o projeto de suas escolas parceiras se deu por forte inspiração do projeto de educação integral do ICE e do mais recente Instituto Sonho Grande.

A política pública de Ensino Médio Integral (EMI) tem como base a proposta pedagógica de ampliação da jornada escolar e a formação integral do estudante, abrangendo suas dimensões socioemocionais e cognitivas. Junto de nossos parceiros Instituto Sonho Grande (ISG) e Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE), apoiamos a expansão e a implementação das Escolas de Ensino Médio Integral. Além disso, levantamos evidências sobre o EMI com o intuito de apoiar os estados na qualificação dessa política pública (IN, 2021, p. 13).

Em outro relatório da Natura, aparece a participação do Banco Mundial na aplicação dos projetos de educação integral junto ao ICE, o que mostra a ligação entre os organismos multilaterais e setores empresariais locais, inclusive com financiamento direto.

De 2010 até 2016, o Banco Mundial proporcionou apoio financeiro ao Estado de Pernambuco para suas reformas educacionais. [1] A alocação desses recursos para a iniciativa sugere que o Banco Mundial também tinha confiança na política e nos resultados perseguidos pelo governo do Estado (Instituto Natura, 2017, p. 8).

Segundo esse mesmo relatório, entre 2009 e 2016, motivado pelo sucesso de Pernambuco nas avaliações externas, o BM providencia uma operação de crédito para o estado. Esta operação de crédito - como tratamos acima, as *Swaps* - é resultado da elevação dos índices, ocasionada pela parceria entre o ICE e a Secretaria de Educação do Estado e pela criação do PROCENTRO no governo chefiado pelo já falecido Eduardo Campos (2007 a 2011).

(...) o governo de Pernambuco providenciou o financiamento da política com o apoio do Banco Mundial. O Estado de Pernambuco participou com US\$ 597,86 milhões entre 2009 e 2016, e acertou com o Banco Mundial, em 2009, um empréstimo US\$ 154 milhões, que foi liberado ao longo do mesmo período. O governo do Brasil foi o fiador desse empréstimo (IN, 2017, p. 10).

É importante destacar esse trecho atrelado ao relatório, pois demonstra a participação

do Banco Mundial nas “reformas educacionais” e *accountability*⁵⁰ em que estes aparelhos empresariais estão envolvidos. Como já definimos, o Banco Mundial liga-se a estes institutos através das operações de créditos denominadas de “*swaps*”.

Como já abordado nesta pesquisa, por se tratar de operações arriscadas e de ganhos a longo prazo, o Banco Mundial indica os seus intelectuais orgânicos para acompanharem a execução destes “investimentos sociais”. Neste sentido, a participação de membros que foram formados em organismos multilaterais como o a Unesco, como é o caso de Antônio Gomes, se encaixa-se nessa perspectiva.

Retornando à pesquisa de Marcela Pronko (2014), cada vez menos a práxis das “irmãs gêmeas” de Bretton Woods são verticalizadas, o que ocorreu a partir da década de 1990, a partir das críticas da ineficiência desses organismos multilaterais em resolver os problemas da periferia do sistema capitalista. Na sua fase histórica atual, o Banco Mundial se utiliza do patrocínio e do incentivo de aparelhos privados empresariais para impor seu corolário neoliberal de forma horizontal com a suposta participação civil.

Retornando aos estudos do IPECE (2011) sobre a implementação da “gestão por resultados” e o início da relação entre o Banco Mundial com os estados de Pernambuco e, posteriormente, Ceará, por intermédio do incentivo para as parcerias público-privadas. segundo o IPECE,

Trata-se de uma operação de crédito inovadora desenvolvida junto ao Banco Mundial. Sua característica principal é o apoio ao fortalecimento da gestão do governo direcionada ao objetivo da promoção da inclusão social no estado. Os recursos financeiros são aportados diretamente ao tesouro estadual e viabilização a continuidade de programas nas áreas de saúde, educação, abastecimento de água, esgoto, recursos hídricos e meio ambiente (IPECE, 2011, p. 19).

Nesse mesmo relatório, o IPECE (2011) estabelece que “tão importante quanto os recursos que advêm do empréstimo é o conhecimento e as práticas de sucesso, trazidos pelo Banco Mundial.” (p.1). Segundo o IPECE, a parceria iniciada em 2003 no Ceará com o Banco Mundial não apenas deu-se por via financeira, mas incorporou “conhecimento” do Banco. (p.3).

O projeto *Swap I* do Banco Mundial inicia-se em Pernambuco três anos antes da atuação no Ceará, em 2000, estendendo-se até 2009. Atualmente, o projeto do banco encontra-se na sua fase dois, *Swap II*. (Ibidem, p. 04). Parte desde recurso foi destinada para a reforma do antigo Liceu de Pernambuco, atualmente o Ginásio Pernambucano.

O ICE realiza, através de uma parceria público-privada, a criação do Programa de

⁵⁰ Sobre a participação do Banco Mundial no incentivo a promoção e formação de institutos empresariais voltados para formação e aplicação do modelo *accountability*, ver em Pernambuco Education (World Bank (2017). Results and Accountability Project, 26 June 2017, Independent Evaluation Group. Washington, DC, 2017.

Desenvolvimento dos Centros de Ensino Experimental (PROCENTRO), junto ao ICE e governo de Pernambucano. No caso específico do Ceará, nosso recorte metodológico, a parceria com o Banco Mundial deu-se em 2009, no valor de U\$ 240 milhões de dólares, com vigência encerrada em 2012, tendo a cidade de Sobral como o centro de ensino experimental. (IPECE, 2011).

Há três pontos destacados pelo IPECE, em 2011, como objetivos para o programa: “fortalecer o sistema de gestão de resultados”, “promover uma melhor qualidade de serviços na educação e saúde” (IPECE, 2017, P.5) e que de certa forma nos dá subsídios no pressuposto de mercantilização e privatização da educação, que consiste na perspectiva de “reduzir as barreiras de investimentos empresarial nos setores públicos do estado.” (ibidem).

Como um dos últimos institutos que encontramos menção à política de educação integral realizado em Pernambuco e no Ceará, aparece o Instituto Cacau Show. A importância de tratar deste APH consistiu pelo fato de que mesmo em governos de extrema-direita, como é o caso do ex-presidente Jair Bolsonaro (2018 a 2022), esse instituto apresenta-se da seguinte maneira:

Instituto Cacau Show (ICS), fundado em 2009, é uma organização social sem fins econômicos ou lucrativos que oferece gratuitamente em diversas localidades do município de Itapevi/SP atividades educacionais, esportivas, culturais e de formação para crianças e adolescentes de 6 a 17 anos. (ICS, 2021, p. 2).

Segundo o diário oficial do Ministério da Cultura e Cidadania, foram destinados, na presidência de Jair Bolsonaro (2018 - 2022), cerca de R\$ 993 mil reais para o Instituto Cacau Show, referentes a cooptação de recursos destinados a programas de culturas do ICS.⁵¹ Ao contrário dos institutos mencionados acima, que atuam nacional e internacionalmente, o ICS atua em apenas um município de São Paulo.

Mesmo havendo declarações negativas do ex-ministro da educação Abram Weintraub (2019-2020) em uma apresentação no portal Brasil Conservador "denunciando"⁵² a relação entre “oligopólios” (empresariais) e os representantes políticos em Brasília, a existência destes institutos - inclusive com o patrocínio direto da Esplanada dos Ministérios e em um governo com um espectro político de extrema-direita - não fez com que existisse alguma redução da

⁵¹ Ver em: Portaria nº 397, de 8 de julho de 2019. Secretaria Especial da Cultura Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura. Diário Federal da República Federativa do Brasil, Ministério da Cidadania, Distrito Federal. 08 de jul. 2019. Seção 1, p. 1.

⁵²Ver em: Focus (2020). Weintraub: esquerda, turma do oligopólio e corrupção detonaram o País: Ex-ministro da Educação, Abraham Weintraub, gravou um vídeo em seu canal no YouTube falando das "três forças" que destruíram o Brasil, São Paulo em 27/07/2020. Acesso em: <https://www.focus.jor.br/weintraub-esquerda-turma-do-oligopolio-e-corrupcao-detonaram-o-pais/>. Acesso em: 06/12/2021.

participação destes no cenário público. Se não houve um aumento, pelo menos a mesma estrutura manteve-se inalterada, demonstrando um projeto de longo prazo, de forma coordenada e coesa, como foi o caso do fortalecimento do Instituto Cacau Show.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A influência de institutos privados na educação pública é um tema que tem gerado muita discussão nos últimos anos. Como conclusão e que nos salta aos olhos, existem um alinhamento entre os diversos institutos, demonstrando que é um projeto tático, baseada em uma visão neoliberal de educação e com um viés mercadológico. Essa visão enfatiza a um projeto de mercantilização e austeridades dos recursos da educação pública.

Entendeu-se que esta reificação da escola pública aos valores de mercado tem como principal protagonismo estes aparelhos privados de hegemonia empresarial que vêm no orçamento público uma área de lucro imediato. Quando institutos privados passam a influenciar as políticas educacionais, a educação deixa de ser uma responsabilidade do Estado e passa a ser controlada por interesses privados. Isso leva a uma educação que não atenda às necessidades reais da sociedade civil e apenas atenda a interesses mercadológicos.

Buscou-se nesta pesquisa relacionar a crítica a economia política, em especial, nas contribuições dos estudos de Marx e Engels para entender a transformação da escola na forma “mais elementar” do capitalismo, a mercadoria. O debate se os serviços educacionais são ou não uma mercadoria é um tema controverso entre os marxistas, todavia, a teoria do valor pode ser uma saída para os pesquisadores que queiram estudar este fenômeno.

Outro ponto que merece destaque é a práxis burguesa na influência e no controle de escolas públicas. Por mais que antimarxistas e alguns gramscianos consideravam uma visão reducionista do “*Estado como comitê da burguesia*” denunciado a mais de 175 anos por Marx e Engels. A atuação destes aparelhos privados de hegemonia burguesa na esfera pública educacional se dá através das parcerias público-privadas, onde as secretarias de ensino subnacionais contratam serviços, como venda de materiais didáticos, formações continuadas e modelos de gerenciamento pedagógico. Este tipo de prática é fomentado principalmente pelo Banco Mundial, em que atua na indicação destes institutos para realização deste trabalho sob a condicionalidade de operações de empréstimos complexos.

Com este tipo de estratégia o Banco Mundial se tornou o principal e maior aparelho privado de hegemonia estadunidense na América Latina, impondo um arcabouço teórico que atende aos seus interesses, incluindo a formação do capital humano necessário à acumulação capitalista em crise inseridas na periferia capitalista, além de incentivar a transformação de

mercados educacionais que atenda a interesses de acumulação burguesa.

No entanto, a educação não é um setor produtivo, ou seja, não gera a taxa de lucro diretamente, o que faz com que estas empresas que estão por de trás destas fundações (Odebrecht, Natura e Lehmann) buscar formas de mercantilização, transformando-a em um produto a ser comercializado e vendido em um mercado. Dessa forma, a mercantilização da educação é uma tentativa de superar a tendência da queda da taxa de lucro, buscando novas formas de acumulação de capital em um contexto de crise do capitalismo.

Perseguimos a ideia de que a lei da queda da taxa de lucro de Marx se liga com a mercantilização da educação de diversas maneiras. Seja na formação de novas áreas de acumulação através de mercadorias educacionais, seja em atribuir supostamente valor na formação de capital humano que irá compor a força de trabalho. Outro ponto que reforça a necessidade da teoria do valor para explicar tal fenômeno consiste que, indiretamente, as políticas de austeridades fazem com que parte dos recursos públicos sejam direcionadas ao pagamento da dívida no sistema financeiro de crédito, uma outra contratendência de queda da taxa de lucro como já discutida.

Em resumo, a teoria do valor, quando aplicada à análise da mercantilização da educação, oferece uma perspectiva crítica sobre os processos pelos quais a educação é transformada em uma mercadoria sob as condições do capitalismo. A compreensão dessa dinâmica não apenas lança luz sobre os desafios enfrentados pelos movimentos civis de defesa da educação pública, mas também sugere a necessidade de repensar as bases que orientam a relação entre educação e economia em uma sociedade profundamente consolidada pela lógica do valor de troca.

Lembremos que segundo Marx a taxa de lucro tende a cair ao longo do tempo, à medida que o capitalismo se desenvolve e a concorrência entre as empresas aumente. Isso ocorre porque, para manter sua posição no mercado, as empresas precisam investir em tecnologia e maquinaria (capital constante), o que aumenta a composição orgânica do capital, ou seja, a proporção de capital investido em meios de produção em relação ao capital investido em capital variável que tem como dentre as várias consequências a redução do trabalho vivo no sistema produtivo.

A formação de uma população supérflua e relativa atende a uma tendência positiva ao capitalismo, ao mesmo tempo que esta população “sobrante” interfere no valor da força de trabalho no mercado de trabalho, o papel da escolarização é repensado pela classe dominante. Se antes o processo de escolarização era absorvido como força de trabalho, neste processo de

crise regressiva-destrutiva da escola, esta população supérflua é quase indispensável para o sistema. Por mais que ela sirva como força econômica para comprimir a média geral do salário o que leva dentre outros fenômenos a precarização das relações de trabalho.

Em outros termos, a formação destes “exércitos de Lázarus” é o dado ontológico da crise dos sistemas educacionais. Se antes a escolarização das massas era quase que um sinônimo de empregabilidade, hoje a escola é voltada para o disciplinamento de indivíduos que terão um cenário de instabilidade empregatícia ou o total desemprego estrutural.

No contexto da educação, a mercantilização da educação implica em uma crescente comercialização da educação, em que a educação é vista como um serviço a ser oferecido ao mercado, a lógica da “Escola da Escolha”. Isso implica em uma crescente pressão para que as escolas e universidades sejam geridas como empresas, com foco na maximização dos resultados e na competição com outras instituições. Como consequência, a educação passa a ser valorizada apenas pelos seus aspectos econômicos, em detrimento de sua função social histórica fundamentadas na promessa das revoluções liberais.

Saindo da análise macroestrutural e indo para de uma dimensão menor, ao longo do trabalho foram citados diversos nomes que foram e são protagonistas para a práxis mercantil da educação. A intenção metodológica não foi personificar ou mesmo individualizar este processo regressivo-destrutivo, mas demonstrar que esta dinâmica é realizada por interesses de classe em que há a busca do lucro como processualidade histórica. Se antes, os althusserianos debatiam sobre o papel da escola como aparelho ideológico, nesta etapa a escola é ocupada pela própria burguesia na composição da escola pública brasileira. Parafraseando o grande sociólogo brasileiro, Darcy Ribeiro, e deixando para o leitor um questionamento para o leitor, atual da situação da escola pública é uma crise ou um projeto?

REFERÊNCIAS

- ALHTUSSER, Louis. A propósito de O Capital. In: MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política - Livro I. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 9-94.
- ANDERSON, Kevin. **Marx nas margens**: nacionalismo, etnia e sociedade não ocidentais. São Paulo: Boitempo, 2019.
- ANDRADE, Rita de. **Teoria do Capital Humano e a Qualidade da Educação nos Estados Brasileiros**. Porto Alegre, RS, UFRS. 2010.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas, São Paulo, Cortez, 2003.
- ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho / Ricardo Antunes. São Paulo, SP. Editora Boitempo, 2009. Coleção Mundo do Trabalho).
- ANTUNES, Ricardo, **O privilégio da servidão**: O novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo, SP. Editora Boitempo, 2020. Coleção Mundo do Trabalho.
- ANTUNES, Ricardo. 2020. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0** 1. ed. São Paulo: Boitempo.
- ARAÚJO, Micilane Pereira de. **O público e o privado no processo de expansão da política de educação integral de Pernambuco**: uma análise do currículo, da oferta educacional e da gestão das Escolas de Referência em Ensino Médio. / Micilane Pereira de Araújo. – Recife, 2020.
- ARTHUR, Christopher J. **A nova dialética e “O capital” de Marx**. Trad. Pedro C. Chadarevian. São Paulo: Edipro, 2016.
- BANCO MUNDIAL. **Pernambuco Education. Results and Accountability Project**, 26 Independent Evaluation Group. Washington, DC, 2017.
- BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial**: o Estado em um mundo em transformação. Washington, DC: Banco Mundial, 1997.

BANCO MUNDIAL. **Puerto Rico: A caminho de uma recuperação resiliente.** Washigton, Dc: Banco Mundial, 2018.

BANCO MUNDIAL. **Aprendizagem Profunda para Todos: Tecnologia, Conhecimento e o Futuro da Educação.** Washington, DC: Banco Mundial, 2019.

BANCO MUNDIAL. **Brasil: capital humano para a competitividade.** Washington, D.C.: Banco Mundial, 2021.

BANCO MUNDIAL. **Um ajuste justo: Análise da eficiência e equidade do gasto público do Brasil.** Volume1; Washigton, DC. Banco Mundial, 2017.

BANCO MUNDIAL. **Novo mundo, novo Grupo Banco Mundial: (I) diretrizes pós-crise.** 2020, São Paulo, 2020.

BANCO MUNDIAL. **What's Next? Lessons on Education Recovery: Findings from a Survey of Ministries of Education amid the COVID-19 Pandemic.** Washington. 2021.

BALL, Stephen J. **Educação Global S. A.: novas redes de políticas e o imaginário neoliberal.** Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

BARBOSA, Victor Tavares. **A internacionalidade das ideias marxistas e do movimento comunista e sua influência sobre movimentos político-sociais negros nos EUA na década 1960.** Recife, 2018.

BRAGA, Ruy. **Rebeldia do Precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global.** São Paulo: Boitempo, 2017.

BARATA-MOURA, J. **Ontologias das “práxis” e idealismo.** Lisboa: Caminho, 1986.

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

BORGES, Helena. **Conheça os bilionários convidados para “reformular” a educação brasileira de acordo com sua ideologia.** Intercept Brasil, São Paulo, 2016. Acesso em: <https://www.intercept.com.br/2016/11/04/conheca-os-bilionarios-convidados-para-reformar-a-educacao-brasileira-de-acordo-com-sua-ideologia/> Acesso em: 16 de jul. 2023.

BOSI, Alfredo. **Ideologia e contraideologia.** São Paulo, Companhia das Letras, 2010,

BRAGA, Ruy. **A vingança de Braverman**: o infotaylorismo como contratempo. ANTUNES, Ricardo. In: *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. BRAGA, Ruy (orgs.). São Paulo: Boitempo, 2009.

BRASIL, Presidente, 1995 - F.H. Cardoso. **Plano Diretor do Aparelho do Estado, Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado**, 1995.

BRASIL. **Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 fev. 1995.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Lei nº 9.958, de 12 de janeiro de 2000**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jan. 2000.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho de 2007, que definem como diretrizes para a elaboração do Plano de Educação, para instituir a Política Nacional de Educação Empreendedora; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 fev. 2017.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de; RODRIGUES JÚNIOR, Natan dos Santos. “**Modelo de ajuste nos governos petistas em meio à ideologia da conciliação de classes**: chão histórico do golpe de 2016 no Brasil contemporâneo”. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, 2019.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. 7ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. **Fim de milênio**; trad. Klauss Brandini Gerhardt e Roneide Venâncio Majer. - 4. ed. - São Paulo: Paz e Terra, 2007.

CASTELLS, Manuel. **Sociedade em Rede**: A era da informação: Economia, sociedade e cultura. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

CEARÁ. **Carta anual de políticas públicas e governança corporativa / 2019**. COGERH, Ceará, 2019.

CHOMSKY, Noam. **Réquiem para o sonho americano os 10 princípios de concentração de riqueza e poder** / Noam Chomsky: tradução de Milton Chaves de Almeida – 1, ed – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.

COGNA EDUCAÇÃO (2020). **Relatório de Sustentabilidade 2020**. São Paulo, 2020.

- COGNA EDUCAÇÃO (2023). **Release de resultados 2023**. Belo Horizonte - MG, 2023.
- COSTA, Antonio Carlos Gomes da. **Protagonismo Juvenil: adolescência, educação e participação demográfica**. Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.
- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- DARDOT, P.; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.
- DELORS, Jacques et al. **Educação um tesouro a descobrir: relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI**. 10. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, 2006.
- DOURADO, Luiz Fernandes. **Políticas de gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas**. Educação e Sociedade, 2009.
- ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, 1985.
- ENGELS, Friedrich. **A formação da classe operária inglesa: Os métodos de luta da classe operária**. Tradução de Leandro Konder. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ENGELS, Friedrich **Esboço para uma crítica da economia política**. Tradução de Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2016.
- ENGUIA, Mariano Fernandez. **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (2016). **Neoliberalism: Overrated?** Washington, DC: FMI.
- FOCUS (2020). **Weintraub: esquerda, turma do oligopólio e corrupção detonaram o País: Ex-ministro da Educação, Abraham Weintraub, gravou um vídeo em seu canal no YouTube falando das "três forças" que destruíram o Brasil**, São Paulo em 27/07/2020. Acesso em: <https://www.focus.jor.br/weintraub-esquerda-turma-do-oligopolio-e-corrupcao-detonaram-o-pais/>. Acesso em: 06/12/2021.
- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. Eduardo Brandão. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. / Virgínia Fontes. - 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.
- FUNDAÇÃO LEHMAN (2023): **Coinvestimento e filantropia colaborativa: O poder de parcerias**. São Paulo, 2023. Acesso em: <https://fundacaolemann.org.br/co-realizadores>. Acesso em: 04/10/2023.

FUKUYAMA, Francis. **O Fim da História e o Último Homem**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1992.

FUKUYAMA, Francisco. **América na encruzilhada: democracia, poder e o legado neoconservador**. New Haven, CT: Yale University Press, 2006. [acervo digital].

FREITAS, Luis Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. Com a colaboração de Rose D. Friedaman; tradução de Luciana Carli; revisão sobre a edição de 1982 e tradução do prefácio de 1982 de Nestor Deola. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Ed. Cortez, 1995.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 6 ed, São Paulo: Cortez, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. IN: FAZENDA, I. (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio, et al. Vários autores. **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século** / Gaudêncio Frigotto (org). -Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. – (Coleção estudos culturais em educação).

GABRIEL, Mary. **Amor e Capital: a saga de Karl e Jenny Marx e a história de uma revolução**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

GRAMSCI, Antonio. **Cartas do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI, Antonio. **Intelectuais e a Organização da Cultura**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1989.

GRESPLAN, Jorge. **Marx e a crítica do modo de representação capitalista**. São Paulo: Boitempo, 2019.

GRESPLAN, Jorge. **Marx uma introdução -1 -ed** – São Paulo. Boitempo, 2021.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013a.

HARVEY, David. **Para Entender o Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013b.

HARVEY, David. **Como entender o capital: Volume II e III**. São Paulo: Boitempo, 2014.

HARVEY, David. **A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI**. Trad. Artur Renzo. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

HELENO, Otaviano. **Análise comparativa da educação brasileira. Do final do século XX e início do século XXI**. Campinas, SP: Editora Campinas Associado, 2017.

HOBBSBAWN, Eric, J. **A Era das Revoluções**. 9. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HOBBSBAWN, Eric, J. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HOBBSBAWN, Eric, J. **Como mudar o mundo: Marx e o marxismo, 1840-2011**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

INSTITUTO DE CORRESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO (ICE). **Modelo de Gestão - Tecnologia Empresarial Socioeducacional (TESE): Uma Nova Escola para a Juventude Brasileira** Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Revista ICE, Recife- PE. 2004.

INSTITUTO DE CORRESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO (ICE). **A avaliação de redes de educação como ferramenta de gestão: experiência do Instituto de Corresponsabilidade pela Educação**. In: RISTOFF, D. (Org.). Educação pública no Brasil: gestão, financiamento e políticas educacionais. Brasília: INEP, 2019. p. 55-67.

INSTITUTO DE CORRESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO (ICE). (2020). Relatório Anual 2020. Disponível em: <https://www.ice.org.br/wp-content/uploads/2021/01/Relato%CC%81rio-Anual-ICE-2020.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2023.

INSTITUTO DE CORRESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO (ICE). (2020). Relatório Anual 2020. Disponível em: <https://www.ice.org.br/wp-content/uploads/2021/01/Relato%CC%81rio-Anual-ICE-2020.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2023.

INSTITUTO DE CORRESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO (ICE). **A avaliação de redes de educação como ferramenta de gestão: experiência do Instituto de Corresponsabilidade**

pela Educação. In: RISTOFF, D. (Org.). **Educação pública no Brasil: gestão, financiamento e políticas educacionais**. Brasília: INEP, 2019. p. 55-67.

INSTITUTO DE CORRESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO (ICE). **Manual Operacional. Modelo de Gestão - Tecnologia de Empresarial Socioeducacional: Uma nova Escola para a Juventude Brasileira - Escolas de Ensino Médio Integra**, Revista ICE, Pernambuco: 2012.

INSTITUTO NATURA (2017). **A política de Educação em Tempo Integral no Estado brasileiro de Pernambuco**. São Paulo, 2017.

INSTITUTO NATURA (2021). **Relatório anual do Instituto Natura 2021**. São Paulo, 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE); BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID). **Mecanismo de Incentivos para os Governos Municipais Melhorarem os Resultados da Educação: Um Guia de Implementação Inspirado no Caso do Ceará**: IPECE; BID, 2019. Disponível em: <https://publications.iadb.org/publications/portuguese/document/Mecanismo-de-Incentivos-para-os-Governos-Municipais-Melhorarem-os-Resultados-da-Educacao-Um-Guia-de-Implementacao-Inspirado-no-Caso-do-Ceara.pdf>. Acesso em: 03 mai. 2023.

INSTITUTO SONHO GRANDE (ISG) (2017). **Mais integral, mais oportunidades: um estudo sobre a trajetória dos egressos da rede estadual de ensino de Pernambuco**. São Paulo, 2017.

JABBOUR, Elias. GABRIELE, A. **China: o socialismo do século XXI**. Boitempo, 2021.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público** / Christian Laval - I. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2019. **MARXISMO: TEORIA E POLÍTICA**. São Paulo: Alameda, 2016.

LÊNIN, Vladímir Ilitch, 1870 – 1924. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. Ensaio de divulgação ao público / Vladímir Ilich Lênin; [tradução Edições Avante]; revista de tradução Paula Vaz Almeida. – 1ª edição. São Paulo, SP, 2017.

LÊNIN, Vladímir Ilitch, 1870 – 1924. **O que fazer? Questões candentes de nosso movimento**. São Paulo: Boitempo, 2020.

LEON, Trotsky. **Escritos de Trotski sobre a teoria da evolução, dialética e marxismo**. Brasília-DF: Editora Kiron, 2012.

- LEON, Trotsky. **A história da revolução russa**. Trad.: E. Huggins. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. (Primeiro volume)
- LEHER, Roberto. **Um Novo Senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo** - Rio de Janeiro: Adufrj–Ssind, 2008.
- LINS, Rosangela Maria Dias; MARINHO, André Luiz Sena. **Aprendizagem Adaptativa com Carnegie Learning**: Uma Experiência com o Uso de Softwares na Educação Básica. *Tecnologias na Educação*, v. 9, n. 18, p. 91-104, 2016.
- Linhart, Danièle. **A desmedida do capital**: Trabalho e desgaste mental. São Paulo, Boitempo Editoria, 2007.
- LOSURDO, Domenico. **Hegel e o pensamento moderno**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- LUKÁCS, György, 1885-1971. **Para uma ontologia do ser social I** / György Lukács; tradução Carlos Nelson Coutinho, Mario Duaryer, Nélio Schneider – E. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.
- (s/d). **Introdução à economia política**. Tradução de Carlos Leite. São Paulo: Martins Fontes, 2018.
- LUXEMBURGO, Rosa de. **A Acumulação do capital – Estudo sobre a interpretação econômica do Imperialismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- MCCARTHY, J. **What is artificial intelligence**. 2007. Disponível em: Acesso em: 10 mar. 2022.
- MACHADO, Lucília R. S. Mudanças tecnológicas e a educação da classe trabalhadora. In: **CBE – Conferência Brasileira de Educação. Trabalho e educação**. Campinas: Papirus, 1992.
- MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. São Paulo: Cortez Editora, 2012.
- MANACORDA, Mario Alighiero. **O princípio educativo em Gramsci**. São Paulo: Cortez Editora, 1991.
- MANZANO, Sofia et al. **Nós que amávamos tanto O Capital: Leituras de Marx no Brasil** /organizador Roberto Schwarz [Et al]. – 1. ed, –São Paulo, Ed. Boitempo, 2017.
- MARCUSE, Herbert. **Ideologia da Sociedade Industrial: O homem unidimensional**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

MARINI, R. M. (1976) Subdesenvolvimento e Revolução. Lisboa/Portugal: Editoriais Lisboa, 1976.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos de 1844**. Título original: *Ökonomiephilosophische Manuskripte*. Tradução, apresentação e notas de Jesus Ranieri. - 2. reimp. - São Paulo Boitempo Editorial, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. Tradução de Sergio Tomazinho. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. Grundrisse. **Manuscritos econômicos de 1857- 1858: esboços da crítica da economia política**. Trad. Mario Duayer e Nélio Schneider, São Paulo/Rio de Janeiro, Boitempo/Ed. UFRJ, 2011.

MARX, Karl **O capital: crítica da economia política, Livro I: O processo de produção do capital**. 2. ed., trad. Rubens Enderle, São Paulo, Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política, Livro II: O processo de circulação do capital**. 2. ed., trad. Rubens Enderle, São Paulo, Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política, Livro III: o processo global da produção capitalista**. Trad. Rubens Enderle, São Paulo, Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **Cartas sobre “O Capital” Karl Marx e Friedrich Engels**: tradução de Leila Escorsin: revisão técnica e apresentação de José Paulo Netto. - 1. ed. São Paulo, Expressão Popular, 2020.

MASCARO, Alysson Leandro. **Crise e golpe** - 1. Ed. -São Paulo: Boitempo, 2018.

MCNMARA, Robert; **In retrospect: the tragedy and lessons of Vietnam**. 1981. Nova York, Vintage Books, 1996.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Trad. de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002

MÉSZÁROS, István **A teoria da alienação em Marx**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do Capital**. 2.ed. São Paulo. Boitempo. 2008.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital** / István Mészáros; [tradução Francisco Cornej. - 2. Ed. Ver. Ampliada. – São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. **Para além do Leviatã: crítica do Estado**. Organização: John Bellamy Foster. Tradução: Nélio Schneider. São Paulo, Boitempo, 2021.

MOREIRA, J.A. da S. **Reformas educacionais e políticas curriculares para a educação básica: prenúncios e evidências para uma resistência ativa**. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 10, n. 2, p. 199-213, agosto 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)**. Brasília, DF, [s.d.]. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12391:pnld#:~:text=O%20Decreto%20n%C2%BA%209.099%2C%20de,Biblioteca%20da%20Escola%20\(PNBE\)](http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12391:pnld#:~:text=O%20Decreto%20n%C2%BA%209.099%2C%20de,Biblioteca%20da%20Escola%20(PNBE).). Acesso em: 16 abr. 2023.

MUSTO, Marcello. **O velho Marx: uma biografia de seus últimos anos (1881-1883)**. São Paulo: Boitempo, 2018.

MUSTO, Marcello. **Marx e os marxistas: Guia para novas leituras -1. Ed** – São Paulo: Boitempo, 2022.

NEGRI, Antonio. **MARX ALÉM DE MARX. Ciência da crise e da subversão: Cadernos de trabalho sobre os GRUNDISSE**. Tradução: Bruno Cava. 1ª Edição, 2016. Editora Autonomia Literária, São Paulo, 2016.

NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1996.

NETTO, José Paulo. **Karl Marx: uma biografia**. São Paulo, Boitempo, 2020.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

ODEBRECHT, NOBERTO. **Sobreviver, Crescer e Prosperar**. Rio de Janeiro: Fundação Odebrecht, 1986.

ODEBRECHT, Noberto. **Educação pelo Trabalho**. Rio de Janeiro: Fundação Odebrecht, 1991.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **Perfil da Saúde da População de Cuba**. Genebra, 2015.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). *Education at a Glance 2021: OECD Indicators*. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/69096873-en>. Acesso em: 16 abr. 2023.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). *Education Policy Outlook: Brasil. Com foco em políticas internacionais*. Paris: Disponível em: <https://www.oecd.org/education/brazil-education-policy-outlook-portuguese.pdf>. Acesso em: 03 mai. 2023.

PAULANI, Leda. Uma ponte para o abismo. In: **Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. JINKINGS, Ivana; KIM, Doria; CLETO, Murilo (Org.), São Paulo: Boitempo, 2016.

PONS, Silvio. **A revolução global: história do comunismo internacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)** / João Márcio Mendes Pereira. – 2010.

PIKETTY, Thomas. **O Capital no Século XXI**. Tradução de Monica Baumgarten de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PONTES, Marcos; MOURA, Denise; RAULINO, Gabriela; ORMAY, Larissa. **O valor da informação: de como o capital se apropria do trabalho social na era do espetáculo e da internet**. São Paulo: Boitempo, 2018.

PRONKO, M. **O Banco Mundial no campo internacional da educação**, em PEREIRA, J.M.M. e PRONKO, M. (orgs.). *A demolição de direitos: um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e a saúde*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2014.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

KORSCH, Karl. **Marxismo e Filosofia**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

KRÄTLE, Michael K. **Friedrich Engels: O Burguês que Inventou o Marxismo**. Tradução e Prefácio: Manuel Carlos Silva | Fernando Bessa Ribeiro. Fundação Luxemburgo. Edição Húmos. Belim, Alemanha, 2022.

KUENZER, A. **Trabalho e Escola: A aprendizagem flexibilizada**. Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, v. 20, n. 2, p. 13-36. Acessado em: 20 mar. 2017.

RALLET, Daniel, **L'Éducation, un nouveau marché?**. Nouveaux Regards, 1999.

RAVITCH, D. **Vida e morte do grande sistema escolar americano: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação**. Trad. de Marcelo Duarte. Porto Alegre: Sulina, 2011.

RICH, E.; KNIGHT, K. **Inteligência artificial**. 2. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 1994.

Romer, Paul M. **Endogenous Technological Change**. Journal of Political Economy, vol. 98, no. 5, 1990, p. 71–102. JSTOR, <http://www.jstor.org/stable/2937632>. Acesso em 24/09/ 2023.

ROMER, David. **Advanced macroeconomics**. 3. ed. New York: The McGraw-Hill Companies, 2006.

ROSOLDSKY, Roman. **Gênese e estrutura de "O Capital" de Karl Marx**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

RUBIN, Isaak Illich. **Teoria Marxista do Valor**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

RUBIN, Isaak Illich. **A Teoria do Dinheiro em Marx**. São Paulo: Instituto Caio Prado Jr., 2020.

SAITO, Kohei. **O ecossocialismo de Karl Marx: capitalismo, natureza e a crítica inacabada à economia política**. São Paulo: Boitempo, 2021.

SANTOS, J. E. F. dos; FARIAS, C. C.; BURIM, P. F. **A avaliação externa como ferramenta de gestão: o Programa de Avaliação de Redes de Educação do Instituto de Corresponsabilidade pela Educação**. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 26, e26224, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782021262624>. Acesso em: 16 abr. 2023.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SALVIATTI, A. P. **Economia e fenômenos econômicos; Economia brasileira e moeda**. Itinerários formativos: matemática e suas tecnologias. 1ed.SÃO PAULO: FTD, 2021, v. 1, p. 66-135.

SÉGALA, Karen de Fátima, 1988 - **A atuação do movimento "Todos pela Educação" na educação básica brasileira: do empresariamento ao controle ideológico** / Karen de Fátima Ségala - Viçosa. MG, 2018.

SILVA, Wesley Santos. **Aspectos Críticos do Protagonismo Juvenil em Antônio Carlos Gomes da Costa**. UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB FACULDADE DE EDUCAÇÃO, Brasília, DF: UNB. 2015.

SILVA, Caio Bandeira Nascimento. **A Tendência da Queda da Taxa de Lucro e a Desvalorização do Trabalho: Uma Análise da Crise do Capitalismo**. Salvador, Bahia, UFB, 2015.

SOUSA JR, Justino de. **Marx e a crítica da educação: da expansão liberal-democrática à crise regressiva-destrutiva do capital** / Justino de Sousa – Aparecida, SP: Idéias e letras, 2010.

SOUSA JR, Justino de. **A crise da escola** / Justino de Sousa Júnior – Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

SOUSA, J. M. P; MONTE, F. S. S. **A concepção de estado no Brasil e as políticas de combate à pobreza rural: algumas reflexões sobre o PRONAF**. Oikos (Viçosa, Mg), v. 20, p. 148-167, 2009.

SOUZA, Nilson Araújo de. **Teoria Marxista das Crises**. Global Editora, 1992.

SOMOS EDUCAÇÃO S.A. **A somos educação é um dos principais grupos de educação básica do Brasil**. Disponível em: <https://www.somoseducacao.com.br/quemSomos.php>. Acesso em: 16 de abri. 2023.

SHIROMA, E. O. **Gerencialismo e liderança: novos motes da gestão educacional**. Anais do VI Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. Santa Maria: UFSM, 2006.

SHIROMA E. O.; MORAES, M. C. M. de; EVANGELISTA, O. **Política educacional**. 4.ed. RJ: Lamparina, 2007.

TAVARES, G. A. **Disputa do grupo S com a aprovação do Fundeb em 2021**. Observatório do Terceiro Setor. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/colunas/disputa-do-grupo-s-com-a-aprovacao-do-fundeb-em-2021/>. Acesso em: 06 de mai. 2023.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Todos Pela Educação lança nova estratégia de mobilização**. 2014. Ano. Disponível em: Acesso em: 02 de abr. 2017.

THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade.** Editora Zahar. São Paulo, 2011.

TRIVIÑOS, Augusto NS **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

TROTSKY, Leon. **A Revolução Traída.** São Paulo: Editora Sundermann, 2012.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). **Educação: um mercado de US\$ 2.000 bilhões.** Paris, 2000. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000127608>. Acesso em: 03 mai. 2023.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). **Educação: um tesouro a descobrir** / [tradução José Carlos Eufrázio]. – 7. Ed. Revista – São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2012.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). **Educação para a cidadania global: preparando alunos para os desafios do século XXI.** - Brasília: UNESCO, 2015.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). **Inclusión y: educación: TODOS Y TODAS SIN EXCEPCIÓN.** São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO 2020.

WARSH, David. **Knowledge and the Wealth of Nations: A Story of Economic Discovery.** New York: W. W. Norton, 2006.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1991.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WORCMAN, Karen; FERREIRA, Lúcia. **O que é responsabilidade social?** In: Museu da Pessoa, 2004 Disponível em: <https://museudapessoa.org/historia-detalle/?id=35485>. Acessado em: 16 de abri. 2023.

YANUS, Muhammad. **Um Mundo sem Pobreza: A Empresa Social e o Futuro do Capitalismo.** São Paulo: Editora Ática, 2008.